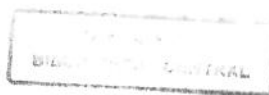


Maria Tereza Duarte Paes Luchiari

O lugar no mundo contemporâneo

Turismo e urbanização em Ubatuba-SP



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	1963L
V.	Ex
TOMADO 80%	39243
PREÇO	229/99
G	D X
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	28/10/99
N.º CPB	

CM-00136610-4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L 963 L **Luchiari, Maria Tereza Duarte Paes**
O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em
Ubatuba-SP / Maria Tereza Duarte Paes Luchiari. - - Campinas,
SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Daniel Joseph Hogan.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

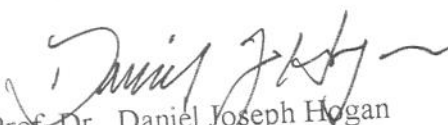
1. Urbanização – Ubatuba (SP). 2. Turismo. 3. Paisagens.
4. Geografia. 5. Ciências sociais. I. Hogan, Daniel Joseph.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

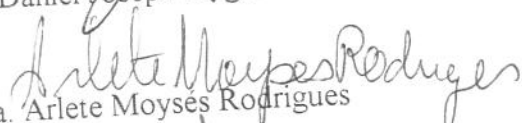
MARIA TEREZA DUARTE PAES LUCHIARI

O lugar no mundo contemporâneo
turismo e urbanização em Ubatuba - SP

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan.

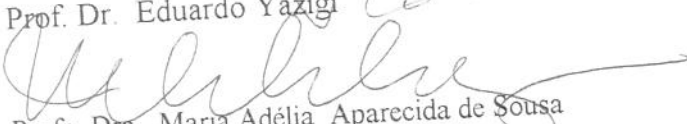
Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 03/08/1999


Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan


Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues


Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz


Prof. Dr. Eduardo Yázigi


Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Sousa

Agosto/99

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	04
APRESENTAÇÃO	07
INTRODUÇÃO	10
 PARTE I - Os sentidos do espaço: olhares disciplinares	 18
 Cap. 1 - Entre o espaço e o tempo	 19
Espaço e representação: mapeando vozes isoladas	21
 Cap. 2 - A emergência de uma nova concepção: a dialética sócio-espacial	 35
A espacialidade urbana e regional	44
O debate contemporâneo	51
Um balanço provisório	58
 Cap. 3 - Espaço social como forma e conteúdo	 65
Níveis de análise, ou a unidade entre o geral e o particular,	73
o mundo e o lugar	
 PARTE II - A formação sócio-espacial traduzida no lugar	 77
 Cap. 4 - Litoral norte paulista: uma periodização reveladora	 78
Pequeno histórico da produção sócio-espacial no litoral norte paulista	81
Antigas territorialidades do universo tradicional caiçara	87
As transformações contemporâneas na produção de novos sentidos	92
para a paisagem	
 Cap. 5 - O lugar na trama da região	 100
 PARTE III - Um novo nexos entre o lugar e o mundo: a “urbanização turística”	 115

Cap. 6 – Urbanização turística	116
O turismo de massa e o lugar: destruição ou transformação?	122
Cap. 7 - As paisagens mutantes do turismo contemporâneo	131
Turismo: políticas em ascensão e territorialidades em conflito	136
Ocupação esquizofrênica: vida local e temporada	147
Turismo e meio ambiente no litoral norte paulista	155
PARTE IV - O lugar na trama do mundo	165
Cap. 8 - Fronteiras urbanas: demarcadores materiais e simbólicos da segregação sócio-espacial contemporânea	166
Condomínios fechados: reservas de tribos urbanas	169
Cap. 9 - O lugar e seus contrastes: reconstruindo Ubatuba	177
Espacialidade seletiva	181
Mar, areia e fronteiras na paisagem	184
Cap. 10 - Restruturando a sociedade local em novas redes sociais	190
Os rituais turísticos	190
As Sociedades de Amigos de Bairro (SABs): ferramentas da cidadania ou armas de um novo individualismo?	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
BIBLIOGRAFIA	209
ANEXOS	219

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E QUADROS

1. Tabela 1 – Taxa média de crescimento populacional, Regiões de Governo do Estado de São Paulo (1970/1980, 1980/1991 e 1991/1996)	102
2. Tabela 2 – Participação de residências secundárias no Estado de São Paulo, no total de domicílios, por município	105
3. Tabela 3 – População residente, grau de urbanização e taxa média anual de crescimento no município de Ubatuba (1950/60/70/80/90/91/96)	108
4. Tabela 4 – População residente, grau de urbanização e taxa média anual de crescimento na região de Caraguatatuba (1980, 1991 e 1996)	109
5. Tabela 5 – Componentes do crescimento populacional na Região de Caraguatatuba (1980/91 e 1991/96)	110
6. Figura 1 – A marcha do povoamento e a urbanização no século XVIII	84
7. Figura 2 – Residências secundárias no Estado de São Paulo (1991)	106
8. Figura 3 – Componentes do crescimento populacional na Região de Caraguatatuba (1980/91 e 1991/96)	110
9. Figura 4 – Rede viária atual (principais rodovias)	112
10. Figura 5 – Proposta preliminar do zoneamento ecológico-econômico do litoral norte do Estado de São Paulo (1993)	143
11. Figura 6 – Região do Vale do Paraíba e litoral norte do Estado de São Paulo	177
Quadro 1 – Quadro orientativo para a obtenção do Macrozoneamento	143
Quadro 2 – Unidades de conservação ambiental existentes a nível regional (anexos)	
Quadro 3 – Síntese das principais características das unidades de conservação e demais áreas protegidas, no litoral norte paulista (anexos)	

AGRADECIMENTOS

Sozinho, nem a liberdade faz sentido. Assim como o lugar precisa do mundo para ser um lugar no mundo, um indivíduo precisa de outros para socializar-se. Esta tese é resultado de um trabalho individual que não faria sentido sem o apoio, o estímulo, as influências e mesmo a leitura crítica de diversas pessoas. Algumas, por uma proximidade maior com a temática, fizeram com que eu amadurecesse esta reflexão. Outras, distantes do tema mas perto do coração, me ajudaram a prosseguir. Outras, ainda, souberam equacionar comigo as relações afetivas e acadêmicas, influenciando não só o trabalho, mas a minha própria formação.

Desde 1987, quando ingressei no mestrado em sociologia do IFCH, na Unicamp, passei a partilhar com o Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan as minhas inquietações, ambições e incertezas. Desde o mestrado, então, sob a sua orientação, tenho trilhado os caminhos que me conduziram até aqui. Da área de demografia para a área de meio ambiente, da geografia para a sociologia e vice-versa sempre recebi o seu apoio incondicional. É gratificante ter estado por perto, todos estes anos, admirando o seu trabalho, a sua capacidade de congregiar pessoas e projetos competentes e, acima de tudo, a sua integridade inabalável. Eu trago uma gratidão enorme por esta parceria, e tenho a certeza de que a universidade pública não teria o mesmo valor se não tivesse profissionais como ele.

Ao Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, com o qual eu passei a trabalhar no projeto temático “Hosana: Homem, Saber e Natureza”, financiado pela Fapesp, já no final do mestrado, eu também quero agradecer a oportunidade de ter estado ao lado, durante vários anos, sempre aprendendo e conhecendo pessoas que acabaram se tornando muito importantes para o meu trabalho intelectual e para a “partilha da vida”.

Outra convivência fundamental deu-se no Grupo de Trabalho “Turismo e Meio Ambiente”, do Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais da

Unicamp (Nepam), no qual consolidei amizades e reflexões mais refinadas sobre o fenômeno turístico. Este grupo nos proporcionou a possibilidade de organização de diversos seminários, publicações e projetos que passaram a fazer parte da minha produção acadêmica. Para este grupo gostaria de agradecer, além das contribuições intelectuais, a amizade e o ócio muitas vezes partilhado. Sei que continuaremos juntos, mas desde já agradeço a cumplicidade da Prof^a. Dr^a Heloísa T. Brunhs (FEF), da Prof^a. Dr^a. Margarita Barretto, de Célia M.de T. Serrano e de Edmilson Lopes Júnior, amigos do programa de doutorado.

Como toda tese tem seu dia de síntese, gostaria de lembrar que fui acolhida como geógrafa no IFCH da Unicamp, e que após todos estes anos de dedicação às Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação, o bom filho a casa torna. Desde o processo de criação do curso de graduação em Geografia (Ciências da Terra) na Unicamp, voltei o meu olhar para a base da minha formação, a geografia. Foi um caminho longo, difícil, mas gratificante, pois não o faria diferente.

As lentes das Ciências Sociais foram essenciais na minha formação e, certamente, serão uma marca que me tornará uma geógrafa diferente.

Neste caminho de volta para casa eu gostaria de agradecer o apoio imprescindível de três mulheres, profissionais, geógrafas:

À Prof^a. Dr^a. Arlete Moysés Rodrigues, idealizadora e companheira na criação do Curso de Graduação em Geografia da Unicamp, geógrafa estimulante, me auxiliou na construção de um diálogo permanente entre a geografia e as ciências sociais. Amiga de muitas horas, agradeço às suas sugestões, desde a sua valiosa presença na banca de qualificação.

À Prof^a. Dr^a. Regina Célia Bega dos Santos, da qual eu me aproximei já estando no doutorado, e que sempre soube me ofertar gestos e palavras de incentivo. As trocas de experiências e as nossas conversas sobre a “natureza do espaço” foram fundamentais na produção deste trabalho.

À Prof^a. Dr^a. Maria Adélia Aparecida de Souza, a quem conhecia apenas por intermédio de publicações, conferências e congressos, e recentemente pude partilhar da convivência que, desde então, tornou-se referência decisiva das minhas escolhas acadêmicas. A força, o rigor e a competência desta grande geógrafa

nos faz acreditar que vale a pena prosseguir, sempre. E o doutoramento é mais um passo nessa trajetória. Sua visão abrangente e sua leitura generosa foram fundamentais para consolidar esta tese.

Agradeço também a Telma Domingues da Silva, pela revisão do texto, a Izilda Aparecida Rodrigues, ou simplesmente Izis, amiga desde a graduação, que me brindou com a sua solidariedade e com a sua habilidade com gráficos e tabelas, nos últimos momentos desta tese, e ao Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes, pelo incentivo e pelas valiosas sugestões na banca de qualificação.

Eu não poderia deixar de agradecer a todos os funcionários da pós-graduação, sempre tão atenciosos, estendendo este agradecimento a todos os funcionários do IFCH que, se não contribuíram diretamente na confecção desta tese, compartilharam comigo uma convivência solidária.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que me receberam em Ubatuba, dando os seus depoimentos, oferecendo informações, me introduzindo em lugares e histórias que eu não conheceria sem as suas orientações.

APRESENTAÇÃO

Apresentar o corpo de um trabalho intelectual que envolveu tantos meandros da vida, sem nos remeter à sua alma, ou ao seu sentido velado, é perder a substância do sonho – aquele sonho que nos nutre desde que nos reconhecemos como humanos, e que no caminhar, passo-a-passo, alimenta a realidade.

Esta tese começa assim. Era uma vez um lugar, que parecia estar isolado de tudo e que causava um encantamento para aqueles que vinham, não de muito longe, mas de lugares muito diferentes.

Aquele lugar perdido no tempo ficou na memória. Quando o reencontrei – já com pretensões de torná-lo objeto, já com um olhar revestido pela lente acadêmica, diferente daquele olhar anterior, extasiado com a aura do lugar, três transformações já estavam em curso: a do lugar, a do mundo e a minha.

Em um primeiro momento entristeci. Foi quando escrevi minha dissertação de mestrado, *Caiçaras, migrantes e turistas: a trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista (São Sebastião – distrito de Maresias)*. Queria que o lugar que havia se transformado fosse reconstituído. Mas a natureza da sazonalidade e dos ciclos cedia ao meio ambiente. A cultura caiçara transformava-se em fragmentos de uma população empobrecida. Idealizava, naquele momento, a recuperação da cultura caiçara nos moldes anteriores. Mas a realidade foi categórica: não importavam mais os “moldes” anteriores. Isto me faz lembrar das palavras de um amigo, tradutor da urbanização turística em Natal (RN): *Tempos estranhos estes, não? Parece que caminhamos sobre uma esteira rolante que insiste em seguir, velozmente, na direção contrária.*

Mas era preciso prosseguir e, um dia, já dentro dos limites de um condomínio horizontal de luxo, em Ubatuba, pensei: estou aqui, mas poderia estar em qualquer lugar do mundo. Este padrão de urbano reproduz o mesmo cenário daqueles que vêm de outros centros urbanos como São Paulo, Campinas, Los Angeles, Rio de Janeiro, várias cidades do interior paulista e do mundo. E este

modelo está plantando um outro lugar no lugar do outro. O que esperar deste processo?

Se não encontrava mais o cordão que me ligava umbilicalmente àquele lugar, ao menos parecia aproximar-me de uma racionalidade por meio da qual era possível entender aquele lugar no mundo.

A dinâmica do turismo de segunda residência era a linha, a produção crescente de condomínios fechados horizontais, a costura – e ambos teciam uma nova realidade sócio-espacial no litoral norte paulista.

Como o projeto era também intelectual, passei a buscar compreender espaço e sociedade de outra forma. Muitos autores me ajudaram nesta empresa (aventura?), de Durkheim a Augé, e quase todo o tempo dialogando com Milton Santos, o espaço social de Ubatuba deixou de ser o lugar do encantamento, o objeto de estudo, para transformar-se em um foco de reflexão de várias questões contemporâneas.

No início, pensei em quantificar, classificar, e mapear todos os condomínios fechados horizontais de Ubatuba. Pensei também em aplicar questionários entre caiçaras, migrantes e turistas, proprietários de segundas residências, locadores, comerciantes, moradores... Estratégia que, logo, se mostrou insólita. Exigia um trabalho em equipe, financiamento, e a ausência de resistência de alguns setores do poder econômico local.

E, também, porque ao fim e ao cabo, o resultado destes dados não avançariam muito em relação à investigação empreendida no mestrado. Ou mesmo, em outra direção, o meu trabalho, naquele momento, não era mais retratar, mas refletir.

E foi assim que passei a trabalhar entre os autores que me ajudavam a compreender o mundo, outros que me aproximavam do lugar e, outros ainda, que me faziam ver o lugar no mundo. E a permanência no campo sempre orientando a minha reflexão. Às vezes, por períodos mais curtos, às vezes mais prolongados. Foram tantas vezes que eu não saberia contar. Eventos, temporadas, Encontros, passeios ecológicos, trilhas, festas, vilas, vida sócio-cultural, apresentações musicais de índios guaranis, conversas em ranchos de pesca, com grupos de turistas, veranistas,

entrevistas com representantes do poder público, de Organizações não governamentais (ONGs), de Sociedades de Amigos de Bairros (SABs), da imprensa e do comércio locais, do Parque Estadual da Serra do Mar. Dos cafés prolongados em encontros marcados ou imprevistos, do calor da praia na passagem do Ano Novo aos dias lentos e silenciosos, fora das temporadas, inúmeras permanências me introduziram em hotéis, pousadas, segundas residências e condomínios fechados.

Agora, olhando o produto do meu trabalho, sei que subutilizei dados. Mas também sei que se os tivesse utilizado, da forma como manda o rigor metodológico, teria feito outro trabalho, não este. E é deste trabalho que eu posso dizer sobre o corpo e a alma, ou a carne e o sangue, como diria Malinowski.

Refletir sobre a formação sócio-espacial em sua forma, função, estrutura e processo fez com que eu pudesse compreender a paisagem que a sociedade transforma ao se transformar, e como ambas são a força motriz de um espaço social sempre renovado.

Que os lugares se embaralham uns nos outros não é novidade na história dos homens. O que é novo é a velocidade e o excesso, e o turismo contemporâneo é um dos fenômenos mais representativos deste processo. Não importa se é em Ubatuba, em Jericoacoara ou em Cancun – o processo é um só. No plano mais geral estamos produzindo uma sociabilidade mais híbrida nos lugares. Nas escalas locais, a sociedade está erguendo barreiras para isolar-se em tribos.

A contradição deste modelo aponta um caminho em sentido inverso: é imprescindível criar novas formas de sociabilidade, novos pactos, novas normas, novas alianças que aproximem as sociabilidades que se isolaram, ao se posicionarem lado-a-lado nos lugares. É na reflexão deste desafio que a *urbanização turística* contemporânea pode contribuir.

INTRODUÇÃO

Esta investigação gira em torno da proposição de que, assim como o mundo carece dos lugares para deixar de ser uma abstração e concretizar-se, todos os lugares no período contemporâneo recebem as determinações do mundo através das quais novos sistemas de objetos e de ações, comandados por uma lógica funcional e global, inserem-se até a escala do cotidiano, redefinindo o espaço, a sociedade, a cultura e os valores. Assim, se as formações sócio-espaciais já possuíam uma natureza dinâmica, com a compressão tempo-espaço, no atual processo de globalização, os lugares são colocados, cada vez mais, uns em relação aos outros e estes em relação ao mundo.

Desse modo, um lugar não é só parte do mundo mas o próprio mundo localizado, concretizado pelos homens por meio de sistemas de objetos e de ações. A complexidade do mundo reconhecida no lugar ajuda-nos a compreender a totalidade do mundo e a totalização do mundo no lugar.

O procedimento analítico adotado nos leva a observar a formação de um lugar como manifestação da complexidade do mundo contemporâneo; e o turismo, como força motriz e fenômeno explicativo da manifestação do mundo no lugar que, ao reestruturar-se, impulsiona novas totalizações do mundo.

O fenômeno contemporâneo do turismo coloca-se como um vetor contraditório e emblemático neste processo: acentua a produção de lugares de consumo e o consumo dos lugares. Mas não pode ser tomado apenas do ponto de vista negativo, como um desarticulador voraz de antigas formas e funções sociais que, em um processo linear, destrói o velho, substituindo-o pelo novo.

A mediação entre o global e o local empreendida pelo turismo possibilita tomarmos o lugar e o mundo em sua unidade. Permite também trazermos à luz novas formas de sociabilidade, articuladas em função do processo contemporâneo de revalorização das paisagens para o lazer. Este movimento, ao invés de contrapor o tradicional ao moderno, o natural ao artificial, o lugar ao mundo, impulsiona a

reestruturação das relações do lugar com o mundo e a formação de organizações sócio-espaciais cada vez mais híbridas, cujas formas e lógicas antigas, associadas às novas, originam uma outra composição.

Tomando como referência empírica as formas contemporâneas de produção/apropriação do espaço urbano no município de Ubatuba, esta investigação põe em evidência as mudanças e as redefinições sócio-espaciais locais. Partindo do lugar, mas explorando suas conexões com o mundo, reencontramos um lugar cuja produção sócio-espacial articula-se ao processo contemporâneo de *urbanização turística*¹.

Conduzido pela atividade turística, ou urbanização turística, este município do litoral norte paulista entrou rapidamente no fluxo de informações, bens e pessoas. Um lugar que até trinta anos atrás era fragilmente articulado com a própria região, hoje liga-se a fluxos que transcendem o local e o inserem ao movimento global. Estes fluxos, associados às determinações econômicas, políticas e sócio-culturais, conectam os lugares ao mundo e trazem o mundo para os lugares.

Nesta região, a política de expansão do setor turístico foi impulsionada por um marco histórico: a construção e pavimentação da rodovia BR-101 (Rio-Santos)². A crescente especulação imobiliária, a transformação da dinâmica demográfica, e a urbanização intensa e desordenada desse trecho do litoral paulista produziu uma lógica de exclusão sócio-espacial, desarticulando a economia e as relações ecológicas e sócio-culturais preexistentes nos antigos bairros caiçaras ao longo da costa.

A intervenção promovida na região pela rodovia Rio-Santos foi um vetor material e simbólico para a valorização do solo urbano, para a criação de um mercado de terras nesta área litorânea, para a redefinição da dinâmica demográfica e

¹ Segundo vários autores as cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, como o foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens. Ver especialmente Mullins, P. (1991), Hannigan, J. (1995) e Ingersoll, R. (1996).

² A aprovação do projeto da rodovia ocorreu em meados da década de 1960, no governo de Castelo Branco. Seu traçado, ao longo da costa, margeia o mar e algumas vezes divide as pequenas vilas ao meio. Esta rodovia aproveitou alguns trechos da SP-55 e só foi pavimentada no período de 1978-1985.

para a uma nova organização dos grupos sociais, pois para lá se dirigiram empresários da construção civil, agentes do setor imobiliário, comerciantes, mão-de-obra relacionada principalmente à construção civil e aos serviços.

A transformação sócio-espacial em função da incorporação de áreas isoladas ao âmbito da sociedade urbana-industrial nos remete à análise das transformações sócio-ambientais locais, induzidas pela expansão da sociedade de consumo no mundo. Nesse sentido, cabe refletir sobre a dinâmica sócio-espacial resultante da implantação de "modelos exógenos de desenvolvimento" que ditam novas funcionalidades para uma região, reestruturam a organização social local, remodelam a paisagem urbana e impõem novos valores ambientais e sócio-culturais.

Se os caiçaras esforçam-se para se adaptar à vida moderna, faz-se também necessário submeter a expansão do turismo e da urbanização a normas que respeitem esta região, ecologicamente sensível, onde também se desenvolvem processos sócio-culturais específicos. A cada novo empreendimento turístico (condomínios fechados, balneários, hotéis de luxo e outros), perde-se um pouco mais da peculiaridade da região, da sua cultura local e de seus recursos paisagísticos. A dualidade natural da região (sertão/praias) foi absorvida no espaço funcional do lazer e tende a homogeneizar-se nos seus usos. Parafraseando Guattari (1985:10), com a destruição dos "territórios existenciais" do caiçara está ocorrendo um "alisamento" dos espaços litorâneos.

A ocupação turística no litoral norte paulista se sobrepôs à ocupação tradicional e foi mais além, tomando "territórios" que possuíam um valor intrínseco para as comunidades caiçaras enquanto reservas extrativistas, usos complementares da atividade doméstica, espaços destinados a festividades tradicionais, ou mesmo destruindo "cenários" significativos culturalmente.

A conclusão mais fácil seria a de que o processo de produção de lugares para o consumo turístico acaba por consumir os lugares e subtrair-lhes a identidade cultural. Em outra perspectiva, podemos considerar que estas novas paisagens da urbanização turística representam também as novas formas de espacialização das práticas sociais contemporâneas, por meio das quais novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis, emergem.

No mesmo espaço social antigas paisagens e velhos usos convivem com novas formas e funções. É este movimento entre o velho e o novo que impulsiona a relação do lugar com o mundo que o atravessa. A identidade do lugar não é a cristalização do passado, ela é constantemente recriada em sua interconexão com o mundo. Enquanto algumas formas de manifestação da cultura tradicional sobrevivem ao modo de vida urbano - através de encontros musicais de caixas, atividades artesanais, ranchos de pesca, vilas e outros espaços onde a população pode manter costumes, símbolos e signos próprios -; a emergência de uma nova paisagem urbana, associada à ocupação turística, produz territorialidades novas, entre as quais podemos citar os condomínios fechados horizontais para segunda residência, como um exemplo emblemático.

O conflito e as acomodações entre estas duas formas de apropriação do lugar - a caixa e a voltada para a ocupação turística -, evidenciam o contraste mas também a produção de um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma outra configuração, ou uma nova formação sócio-espacial.

A formação sócio-espacial redefinida pela urbanização turística gerou novas paisagens, consumiu outras, trouxe à cena novos sujeitos sociais, eliminou ou marginalizou outros e redesenhou as formas da configuração territorial, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens valorizadas para o lazer. Para entender o movimento entre o velho e o novo e reconhecer a teia que tece o caminho entre o mundo e o lugar, alguns questionamentos norteiam este percurso. Quais relações, conflitos, alianças políticas, jogos de interesses, percepções da natureza estão construindo novos processos sócio-espaciais? Quais agentes sociais constituem-se em sujeitos ativos das atuais configurações territoriais no litoral norte paulista ao impulsionar, promover ou demandar segundas residências, e outros espaços altamente valorizados e privatizados? Quais políticas gerais (do poder público ou privado) orientam a transformação dos territórios caixas em territórios de lazer para as classes médias e elites paulistas? Como estes espaços litorâneos, tradicionalmente reconhecidos pela inscrição da territorialidade caixa e pelo uso consagrado ao espaço público, tem se transformado nos espaços privados de uma coletividade socialmente seletiva?

Para uma primeira aproximação é importante pôr em evidência os espaços sociais historicamente representativos da cultura tradicional caiçara, e os espaços sociais produzidos contemporaneamente pela atividade turística (especialmente os relativos aos condomínios fechados), onde há a produção intencional de uma nova subjetividade relacionada ao lazer e à natureza. Em ambos os casos, a centralidade das mudanças culturais e da relação do homem com a natureza, nas formas de apropriá-la em suas atividades produtivas, sociais e de lazer (uso do solo urbano, extração, exploração ou degradação dos recursos naturais, e formas de valorização das paisagens naturais) norteará a análise.

As "antigas" e as "novas" territorialidades (dos grupos caiçaras e dos turistas que ocupam os condomínios fechados), assim como as antigas e as novas "fronteiras", percebidas ou impostas à população local (naturais: serra, mar, montanhas... e sociais: condomínios, balneários, Parque Estadual da Serra do Mar e outras) estão presentes no cotidiano da população local, nos hábitos sociais, nas temporadas turísticas, nas redes informais de relações, no consumo, nos símbolos e signos que rodeiam as casas, nas atividades produtivas, nas festas. Já a configuração territorial, produzida principalmente pelos setores turístico e imobiliário é produto de um projeto político para a região. São as ações provenientes desses setores que impulsionaram uma urbanização linear ao longo da costa, criando a possibilidade de uma conurbação entre os municípios do litoral norte paulista. Os interesses da especulação imobiliária e da atividade turística estimularam a imigração, a expansão residencial, as inscrições para a formação de condomínios fechados, a ampliação da infra-estrutura urbana e turística, a alteração da população economicamente ativa (PEA), e a necessidade de novas regulamentações, zoneamentos e Plano Diretor.

Há por detrás desta apropriação do lugar uma estrutura cognitiva, social e econômica que reproduz a "cosmologia social do ocidente capitalista" (Galtung, 1979). Esta estrutura exógena reproduz necessidades alienadas à região, ao município, ao distrito e impõe novas relações econômicas, ecológicas e tecnológicas, transferindo para estas localidades relações sociais e arranjos da organização e da estrutura sócio-espacial. Nosso desafio é avaliar até que ponto a organização sócio-espacial preexistente está sendo completamente dissolvida ou recriada em outras

bases, preservando as singularidades do município de Ubatuba. Afinal, se um lugar é sempre em relação a outros, e se é produto das relações e demandas sociais que fazem as interconexões entre o mundo e o lugar, então, o novo lugar que se apresenta representa esta identidade híbrida da sociedade contemporânea, para a qual a atividade turística possui um papel fundamental.

Esta análise justifica-se também pela imperiosa necessidade do pesquisador em definir seu objeto. O fato da cultura ou dos sítios naturais terem sido alterados pela atividade turística é demasiadamente evidente para se constituir em uma questão científica - o próprio senso comum a responde. Se a ciência não ultrapassasse o senso comum, aquilo que nos é apresentado como dado, então não haveria necessidade de criarmos conceitos e operacionalizarmos categorias de análise. Nesta investigação, torna-se um desafio romper com a tendência que dominou a teoria social até recentemente, e demonstrar como um processo de mudança social desenrola-se por meio de espacializações específicas, cujas práticas e interações sociais contribuem e são tributárias de novos contextos espaciais. Afinal, o espaço é uma categoria filosófica socialmente construída na história e pelas geografias.

Antes de nos atermos ao empírico, examinando como um local específico responde aos novos desafios do contexto econômico, social e político impostos pela modernidade-mundo que exige de cada lugar o seu papel, trazemos à luz considerações pertinentes acerca da categoria espaço na teoria social. Percorremos, inicialmente, entre os vários sentidos dados à categoria espaço na teoria social contemporânea. Ao espaço palco, receptáculo das ações sociais, somaram-se as contribuições, principalmente de geógrafos, historiadores e sociólogos, que tornaram possível afirmar que o debate sobre a interação entre processos sociais e espaciais entrou definitivamente para o campo da teoria social. E, enquanto este capital intelectual acumulava-se, tornava-se também mais fácil constatar que, assim como o avanço da urbanização possuía uma espacialidade própria, a própria economia capitalista, em sua escala "global", articulava-se a um novo processo de espacialização.

Estes dois legados, o refinamento dos instrumentos analíticos e a complexização da realidade contemporânea, permite-nos apresentar as proposições que sustentam esta investigação. Ou seja, tomar o espaço total como um sistema social estruturante que apreendemos concretamente na paisagem, no lugar, no território onde ganham concretude, lembrando que estas frações, ou instâncias do espaço total, possuem valor relativo, na medida em que o adquirem dentro de um sistema mais amplo. Estas reflexões fundamentam o desenrolar desta investigação e são tratadas de forma mais sistemática nos capítulos que compõem a primeira parte.

A partir daí, abrimos caminho para o estudo de uma localidade através de uma periodização de processos gerais atuantes no lugar, em uma sucessão de quadros particulares que nos permitem revelar o espaço social local em sua dinâmica histórica.

A parte II convida, então, o leitor a recuperar a memória do lugar e reconhecer os elementos fundantes de sua formação sócio-espacial. Desde o início da formação territorial brasileira, a construção da paisagem obedeceu a uma racionalidade externa vinculada às necessidades mercantis. Esta realidade impôs a hegemonia do espaço privado às possibilidades de construção de um espaço público. A territorialidade de europeus, negros e índios foi marcada pela fragmentação e obedecia a normas de sociabilidade organizadas, já naquele período, pela lógica da exclusão (Pereira Leite, 1998:26).

Descendentes dessa exótica conjugação, a população caiçara distingue-se em sua produção cultural e, ao ser marginalizada do processo de produção mercantil, fixa-se no lugar construindo as tramas de uma sociabilidade ímpar. É neste quadro, desenhado pelas linhas de uma natureza luxuriante e pelos hábitos e costumes de um grupo social absorto em suas próprias normas e ritmos, que o turismo vem intervir e esboçar um novo projeto para o futuro da região.

A refuncionalização do litoral norte paulista, condicionada pelas atividades turísticas, ata novamente a dinâmica local à lógica de uma organização econômica e sócio-espacial externa. A parte III é um mergulho nesta nova realidade da *urbanização turística*. Partindo da constatação de que no período contemporâneo o turismo representa um vetor emblemático que permite o diálogo entre o lugar e o

mundo, percorremos entre paisagens renovadas para comprovar que é por meio da apropriação do lugar que as paisagens revelam sua dimensão cultural:

“O processo de construção da paisagem é um processo histórico de representação das relações sociais, através do qual práticas e ideologias tomam-se realidades materiais pela transformação de seu significado em ordem efetiva dos objetos sobre o território. Promover essa transformação significa tomar o geral visível como situação concreta local, conferindo caráter distintivo, complexo e, freqüentemente, contraditório ao conjunto de conceitos que constitui o mundo. Significa, em síntese, criar lugares. A paisagem assim entendida, revela uma dimensão de projeto, implícita no ato de reunir objetos em pontos potencialmente capazes de desencadear transformações culturais” (Pereira Leite, 1998:81).

A forma que dá sustentação ao turismo de segunda residência na orla litorânea do município de Ubatuba é a expressão mais contundente de uma nova territorialidade, de um lugar que, ao ser cobiçado como paisagem, foi transformado em um outro lugar, em forma e conteúdo.

É sobre esta nova realidade *Do lugar na trama do mundo* (parte IV) que a análise dos condomínios fechados horizontais se desenvolve. Esta nova forma urbana institui a segregação sócio-espacial como norma para aqueles que, podendo pagar, deixaram de acreditar na cidade como diversidade (cultural, social, paisagística...) abandonaram a esperança de restauração do espaço público e optaram por uma saída individualista.

Este novo modelo da urbanização contemporânea foi transferido para a ocupação residencial ao longo da costa, dando uma nova forma aos territórios do lazer. A forma que ergue barreiras, exige senhas e cria constrangimentos aos usuários dos territórios à beira-mar, remete a um novo conteúdo social que amplia a contradição entre a população local e o turista, e produz uma espacialidade seletiva.

As Considerações Finais exploram, no processo contemporâneo de revalorização das paisagens, as duas formas viáveis para uma reconsideração do modo de vida urbano: a urbanização turística e a humanização das cidades.

PARTE I

OS SENTIDOS DO ESPAÇO: OLHARES DISCIPLINARES

“A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história: com seus temas de desenvolvimento e suspensão, crise e ciclo, temas do passado em eterna acumulação (...) A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. Estamos na era da simultaneidade; estamos na era da justaposição, na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma vida longa, que se desenvolve através do tempo, do que a de uma rede que liga pontos e faz intersecções com sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polêmica atual opõem os fiéis descendentes do tempo aos decididos habitantes do espaço” (Foucault, 1986:22, Apud Soja, 1993:17).

ENTRE O ESPAÇO E O TEMPO

Para compreender a urbanização turística como uma importante expressão do mundo contemporâneo, consideramos este processo em sua dinâmica sócio-espacial. Para tanto, partimos do pressuposto de que o espaço é uma dimensão da estrutura social; contudo, nem sempre esta categoria de análise teve tal estatuto.

Durante um longo período, importantes cientistas sociais, de diferentes áreas disciplinares, deram as suas contribuições para a definição da categoria espaço. Alguns o conceberam como suporte físico da ação social, outros como produto histórico, outros como processo histórico e outros, ainda, como fonte de poder social. Do espaço receptáculo kantiano, ao espaço social de Durkheim, de Max Sorre, ao espaço do poder social e político de Foucault, de Guattari e Raffestin à categoria filosófica de Milton Santos uma longa trajetória se coloca. Este saber compreender uma categoria que se impõe à realidade social nos remete à história concreta dos homens e aos conceitos por eles elaborados.

Tecendo um cruzamento entre importantes contribuições no campo das Ciências Humanas, trazemos à luz a categoria espaço no contexto da sistematização do pensamento científico e de algumas “visões de mundo” que orientaram o projeto da modernidade e seus desdobramentos contemporâneos.

Partindo da concepção iluminista de “progresso”, é possível compreender como a metáfora do tempo predominou na mentalidade de uma sociedade que buscava sua constante superação. Desta forma, espaço e natureza foram manipulados por uma racionalidade instrumental que atribuiu ao tempo o devir de uma nova sociedade.

Também a teoria social, orientada pelo historicismo, transformou o espaço no palco inerte onde os atores sociais desenrolam suas ações. Mas quando a perspectiva espacial parecia estar fadada ao descaso, algumas vozes se levantaram

reivindicando uma teoria social que não desse preponderância ao tempo, mas buscasse um equilíbrio interpretativo entre tempo e espaço, ou entre história, geografia e sociedade.

A década de setenta torna-se um marco privilegiado deste debate. Autores de vários campos científicos somam suas vozes para criticar os efeitos perversos da modernidade, e lembrar da importância da análise espacial que, marginalizada da teoria social, foi um instrumento de dominação e poder muito bem articulado pelo Estado e pela economia capitalista.

Como muitos autores afirmam (Foucault, 1980/1986; Soja, 1993; Harvey, 1992), a modernidade/modernização sempre esteve associada à metáfora do tempo. A idéia de progresso fortaleceu a submissão da categoria espaço a um objeto de dominação e priorizou o tempo histórico e suas qualidades do vir-a-ser. A teoria social, subsidiada pelo historicismo, condicionou a percepção de mundo à temporalidade do devir do progresso. O espaço se restringiria ao cenário onde se desenrolava a história do ser social.

Só a partir da década de 1970, a retomada da perspectiva espacial na teoria social (crítica) ganhou maior importância analítica dentro das ciências humanas. Hoje, as representações espaciais, suas escalas, sua reorganização/recombinação constantes têm gerado questionamentos instigantes para a teoria e para a prática da experiência social.

Mas esta nova perspectiva, apoiada em um equilíbrio interpretativo entre tempo e espaço na teoria social, ainda está sendo construída. Muitas vozes ecoaram neste sentido, mas a primazia do tempo/histórico arraigada em nossa concepção de mundo, os equívocos dos discursos pós-modernos e uma realidade ao mesmo tempo global e fragmentada dificultaram a capacidade de apreensão e de construção de uma teoria social histórica e, ao mesmo tempo, geográfica.

Por outro lado, somando-se a essas vozes, a emergência da problemática ambiental, a globalização da economia e a mundialização da cultura trouxeram de volta à cena contemporânea um repensar a relação entre sociedade, natureza e território. Neste sentido, o espaço como categoria analítica torna-se um

instrumento interpretativo de fundamental importância para a compreensão da realidade e para o avanço no processo do conhecimento científico.

O historicismo teve o mérito de subsidiar uma teoria social que buscava compreender um mundo em constante mutação (social, tecnológica e política). Hoje, rever a dimensão espacial da história social é uma perspectiva que se impõe. Para tanto se justifica colocar em diálogo algumas vozes que anteciparam a importância da análise espacial para a compreensão da sociedade contemporânea.

Espaço e representação: mapeando vozes isoladas

Conduzidos por Foucault (1986:83), encontramos um conceito importante para a representação da espacialidade da vida social: suas heterotopias, espaços heterogêneos de relações e localizações. Nestes espaços/lugares ele viu mais que a materialidade de um cenário imóvel, morto, não-dialético. Ele mostrou a espacialidade criada e vivida, concreta e abstratamente pelas práticas sociais. O controle social através das “estruturas disciplinares” e a importância do espaço no exercício do poder foram contribuições que influenciaram muitos autores. Para Foucault (1980:149), a “história dos espaços” nos daria a ferramenta interpretativa necessária para compreender as estratégias de poder, tanto nas estruturas cristalizadas do *habitat* como na organização geopolítica.

As narrativas contemporâneas não devem pregar o fim do historicismo, mas uma história espacializada. É com este objetivo que emergiram as vozes de David Harvey, Edward Soja, Yves Lacoste, Henri Lefebvre e outros. A extensão dos acontecimentos e sua simultaneidade são tão importantes hoje quanto a sequencialidade do processo histórico foi para o início da modernidade. Como argumentou Harvey (1992), o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo nos propõe isto. A espacialidade instrumental do capitalismo indica que a narrativa histórica deve ser trabalhada em diferentes escalas.

Para Soja (1993:35), o espaço, o tempo e o ser social são as dimensões existenciais abstratas que ganham vida como um constructo social e

moldam a realidade empírica, sendo simultaneamente moldadas por ela. Se até meados do século XIX a modernização possuía um caráter predominantemente cumulativo, a partir daquele momento ela passou a apresentar transformações sincrônicas, afetando a cultura da modernidade em todas as sociedades predominantemente capitalistas.

Ele considera que também a teoria social, na virada do século, respondeu à modernização com duas posições diferenciadas: a tradição marxista/leninista e a naturalista/positivista. Mas até o desdobramento do “marxismo ocidental” e das críticas à divisão disciplinar, à fragmentação e ao cientificismo, o historicismo possuía a primazia da análise social. Apesar disto, a instrumentalidade do espaço para a reorganização capitalista e seus efeitos disciplinadores já eram percebidos pela teoria estética, vivenciados pelos movimentos de vanguarda e absorvidos pela arquitetura do início deste século. Por que, então, a teoria social negligenciou a espacialização dos processos históricos? Esta pergunta parece ter várias respostas.

Uma delas é a negação teórica explícita ao determinismo ambiental, desenvolvido pelos discípulos de Friedrich Ratzel a partir de suas concepções sobre “antropogeografia” e “geopolítica” - esta, associada à Alemanha nazista. Outra, foi a recorrente dicotomia entre sociedade e natureza, cujo papel das explicações físicas era externo aos processos sociais e à consciência humana.

O determinismo geográfico de Ratzel e sua teoria de espaço vital (1882), baseavam-se nas influências do positivismo evolucionista. Ratzel viveu em um período no qual a França e Inglaterra já estavam unidas, enquanto a Alemanha amargava um processo de unificação tardia³. O momento seguinte seria a fase imperialista do capitalismo alemão. Ratzel projetou a Geopolítica conceituando o Estado como um organismo (em parte humano e em parte terrestre), na sua relação necessária com o solo: “Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre lutas pelo mesmo objeto. Na história moderna, a recompensa da vitória sempre foi - ou tem pretendido ser - um proveito

³O Império alemão se constitui em 1871 através do autoritarismo e do expansionismo, tendo a sua frente o primeiro-ministro Bismark.

territorial” (Moraes e Fernandes, 1990). O “espaço”, como instrumento de poder, passou a afigurar-se como um paradigma na Geografia.

Embora Ratzel não negasse as “possibilidades”⁴ e criticasse o determinismo imediatista, sua análise foi incorporada pelo Estado visando a instrumentalização da unificação da Alemanha. A análise de Ratzel e sua apropriação pelo nazismo foram criticadas pelos franceses, por colocar o homem numa relação de dependência entre o território e o Estado, garantindo a este o domínio ideológico.

Quanto à dicotomia entre sociedade e natureza podemos dizer que esta era, ao mesmo tempo, uma nova concepção de mundo e um projeto científico visando a autonomização e especialização da ciência. Assim, enquanto as concepções do Iluminismo pregavam o fim dos mitos, a “erradicação do animismo”, do sobrenatural, para transformar o homem em sujeito pleno de razão e de poder (Horkheimer e Adorno, 1980), a ciência separava sociedade e natureza objetivando uma racionalidade instrumental que lhe fornecesse maior poder analítico em sua ótica positiva. Mas, ao separar-se da natureza, a sociedade moderna inventou e valorizou a concepção de paisagem. O seu significado estético, eivado pela subjetividade, tornou a valorização da paisagem em um antídoto para o homem que havia desacralizado a natureza e rompido com o animismo.

Neste sentido, a Geografia Francesa, liderada por Paul Vidal de la Blache, constrói uma análise mais adequada ao projeto ideológico de emancipação humana. Contrapondo-se à Geografia Alemã, a Geografia Francesa deixou de lado a abordagem sobre o Estado e encontrou na “paisagem cultural” o domínio do homem sobre o seu território. O discurso de então era de que a ciência não poderia estar a serviço do Estado, pois ela é neutra e deveria apenas descrever para melhor entender. Logo em seguida, a contradição se colocaria com o estudo das regiões, ou a Geografia Colonial. A própria história do pensamento geográfico e, principalmente, o

⁴É importante salientar que foi como oposição à “escola determinista” de Ratzel que surgiu, na França, a “escola possibilista”, liderada por Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e fundamentada no positivismo funcionalista. Este colocou a questão da pluralidade das linhas de evolução através da relação de um conjunto de fatores (étnicos, técnicos, econômicos, ambientais, históricos entre outros) que iriam explicar as diferenças entre as áreas geográficas do globo. “Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este,

longo período em que ela se colocou como uma ciência “descritiva” dos fenômenos deu a Geografia um caráter utilitário.

O que se buscou com o “possibilismo” foram os aspectos básicos da investigação empírica - fase em que o funcionalismo se organiza apoiando-se na abordagem idiográfica - através dos estudos locais e das análises particularizadas de cada área, região e grupos humanos.

O nascimento da Geografia Francesa estava diretamente relacionado aos acontecimentos políticos e econômicos da segunda metade do século XIX. A Alemanha e a França eram duas potências nacionais em confronto pelo poder e pelo expansionismo no continente europeu. A guerra franco-prussiana, em 1870, consoma a vitória da Prússia (atual Alemanha) com a anexação da Alsácia e Lorena, região francesa rica em carvão, ferro e recursos hídricos. Como o expansionismo alemão legitimava-se com as concepções geopolíticas de Ratzel, era crucial a França também desenvolver um projeto cujas concepções se adequassem ao liberalismo burguês da Revolução Francesa e combatessem, ao mesmo tempo, a ideologia imperialista alemã.

O “possibilismo geográfico” nasce, então, deste projeto. A geografia é instrumentalizada pelo Estado para pensar o espaço geográfico objetivando o reconhecimento de novos territórios. La Blache abandonou a Geografia Política, defendeu a tese da “neutralidade científica” e criticou em Ratzel seu caráter naturalista e sua concepção fatalista e mecanicista da relação homem-natureza. Em torno destas formulações, a Geografia Francesa substituiu o paradigma naturalista pelo funcionalista e a abordagem nomotética pela idiográfica.

La Blache priorizava o estudo de populações rurais (coletores, agricultores e criadores) que apresentassem, como traço fundamental, a autonomia. Segundo ele, estas populações dominavam a natureza a partir de um conjunto de elementos materiais e espirituais: técnicas, tradição (usos e costumes) e processos criativos (arte). Este conjunto de elementos, possuidores de uma origem social, permitia às populações utilizarem as possibilidades do meio físico e construir, transformando-o...

Assim, na perspectiva Vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana” (Moraes, 1981:68).

historicamente, uma relação de equilíbrio entre natureza e sociedade. Às atividades dos grupos humanos, envolvendo todas estas relações, La Blache conceituou de gêneros de vida:

“O conceito de gênero de vida proposto por Vidal de La Blache (1911, pp.289-304, pp.193-212) é também um desses numerosos paradigmas que orientam a geografia humana moderna. Segundo esse enfoque, seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação com a natureza. O espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural: um argumento sob medida para reforçar a idéia de região como unidade de estudo geográfico” (Santos, 1980:19).

A diferenciação cultural somada à diferenciação do meio físico explicaria, para La Blache, a multiplicidade dos gêneros de vida. Esta teoria, associada à concepção de “progresso” que La Blache desenvolveu como sendo o “fruto de relações entre sociedades com gêneros de vida diferentes, num processo enriquecedor” (Moraes, 1983:71), legitimava a ação colonialista francesa na Ásia e na África e o Estado francês como o agente civilizador.

La Blache desenvolveu o método empírico-indutivo, fazendo da observação e da descrição as técnicas de um mapeamento detalhado de sociedades até então desconhecidas. Desenvolveu também o conceito de Região, instrumento analítico que, nas mãos de La Blache, passou a ser o próprio objeto de pesquisa - dotado de individualidade física e sócio-cultural. A partir daí a “região” e não mais o “organismo terrestre” ou o “espaço vital”, tornou-se o conceito-chave da Geografia.

Se, por um lado, a Geografia Regional desenvolvida pelos discípulos de La Blache, através de suas monografias, recebeu muitas críticas - principalmente pela falta de procura de leis gerais -, por outro lado, ela produziu uma exaustiva compilação de dados regionais que auxiliaram na criação de diversas especializações para a Geografia Física e Humana, e possibilitou, efetivamente o conhecimento de boa parte da Europa.

Mas a própria questão dos “limites da região” da Geografia Tradicional são muito controversos: a concepção de regiões homogêneas (regiões naturais, históricas, étnicas, econômicas) sempre buscou uma uniformidade contraditória à realidade. Segundo Yves Lacoste (1988) estes conjuntos espaciais (climáticos, topográficos, étnicos, administrativos) seriam apenas categorias parciais da realidade. A paisagem, conceito caro à geografia de La Blache, seria a “região natural” em seu “conjunto homogêneo”, somado (como interposição, não interrelação) a fatores econômicos, estruturas sociais, demográficas... todas variáveis girando em torno de um certo equilíbrio.

À parte as críticas, a Geografia Tradicional Francesa reflete um longo período de sistematização desta ciência através dos estudos da Geografia Regional. Esta última, mesmo superada, serviu como referência para os desdobramentos posteriores da Geografia, fosse para combatê-la, fosse para revisita-la.⁵

Apesar de Vidal de la Blache ter concebido apenas o homem em geral, e ter se ausentado de uma abordagem política da ação social, ele concordava que “as causas geográficas não agem sobre os homens senão por intermédio dos atos sociais”. Esta afirmação antecipa uma visão menos dicotomizada da análise dos grupos sociais com o ambiente que os circundam.

Para a Sociologia parecia ser difícil fazer esta correlação sem temer o determinismo ambiental. A emancipação humana, ideal instituidor do projeto da modernidade, não poderia permitir a submissão do homem ao solo. Claro que o espaço como categoria analítica era objeto privilegiado da Geografia, mas mesmo Émile Durkheim, que tinha conhecimento das obras de Ratzel e La Blache, e que em sua obra cria as bases para a elaboração do conceito de “espaço social”, coloca numa posição secundária a influência do ambiente físico na diferenciação social. Ele reconhece a importância da morfologia social, mas considerando-a como a “forma exterior e material da sociedade”:

⁵Os principais representantes da Geografia Regional, sob influência de La Blache, são: E. Demartonne, J. Brunhes, A. Demangeon, C. Vallaux, H. Baulig, R. Blanchard, J. Max. Sobre outros.

“Este território, suas dimensões, sua configuração, a composição da população que se desloca sobre a superfície, são fatores naturalmente importantes da vida social; este é o substrato (...)”⁶

Apesar de Durkheim afirmar que os fatos sociais de ordem anatômica diferem dos modos de agir, pensar e sentir apenas pelo grau de consolidação que atingiram, sendo que ambos possuem relações estreitas e inseparáveis, o que os coloca dentro da área de estudo sociológico é a fisiologia social que Durkheim associa a vida e a complexidade social. Claro que é preciso reconhecer que Durkheim estava preocupado com o projeto de autonomização da sociologia enquanto ciência, o que o levou a uma delimitação rigorosa em relação ao método, aos conceitos e ao próprio campo de investigação sociológica. À sociologia, caberia a interpretação dos fatos sociais que revelassem **modos de agir** coletivos, às outras ciências caberia a investigação mais refinada dos **modos de ser** que também se impõem aos indivíduos, mas estão relacionados a ordem anatômica ou morfológica.

Apesar desta justificativa metodológica, Durkheim - pelo menos em suas obras iniciais - demonstra dúvidas quanto a importância das representações sociais contidas no espaço:

“A sociologia não se pode desinteressar daquilo que concerne ao substrato da vida coletiva. No entanto, o número e a natureza das partes elementares de que é composta a sociedade, a maneira pela qual estão dispostas, o grau de coalescência a que chegaram, a distribuição da população na superfície do território, o número e a natureza das vias de comunicação, a forma das habitações, etc., não parecem, a um primeiro exame, passíveis de se reduzirem a modos de agir, de sentir e de pensar”.⁷(1990:9)

⁶Em uma nota de rodapé, Durkheim chega a aludir que “o que os alemães chamam de *Antropogeografia* não deixa de se relacionar com o que chamamos de Morfologia Social”, e cita trabalhos de Ratzel, na Alemanha, e de Paul Vidal de La Blache, na França (Rodrigues, 1990:42) “Divisões da Sociologia: As Ciências Sociais Particulares”, reproduzido de La Science Sociale et L’Action.

⁷Grifo nosso.

A vida cristalizada nas formas materiais construídas e organizadas pela sociedade estão, para Durkheim, subordinadas às divisões morais da vida social - mesmo que estas se apoiem de alguma forma na natureza física. Ele reconhece um parentesco entre “vida” e “estrutura”, assim como a natureza comum dos fatos sociais de origem morfológica e fisiológica, mas ao correlacionar órgão e função só focaliza o primeiro na medida em que a segunda o demande como um recurso explicativo do processo de vir a ser.

Sua preocupação com o ambiente social, então, era definida em termos de diferenciação social, onde o ambiente físico ganhava uma importância secundária. A prioridade dada ao social deixava apenas subentendido que forma e função faziam parte de uma mesma estrutura⁸.

Ao analisar a solidariedade mecânica⁹ Durkheim ressalta “que todos os povos que ultrapassaram a fase do clã constituem distritos territoriais (posto, comuna, etc.) (...)”. Mas, segundo sua análise, os laços sociais determinados pela territorialidade se mostraram artificiais em relação à consangüinidade na qual se baseava a vida social anterior, e logo foram ultrapassados pelos laços profissionais.

Apesar dele concordar com a importância dos laços territoriais¹⁰, salienta que, desde a Idade Média “a organização segmentar perdeu sua relevância”, apontando para uma crescente homogeneização com o desenvolvimento das sociedades. Para ele, a territorialidade representava um isolamento tênue e facilmente transposto:

⁸Renato Ortiz, em sua introdução para a versão brasileira de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1989), observa que na primeira fase da obra de Durkheim este atribuía uma prioridade maior à morfologia social. O que Ortiz enfatiza, neste caso, é uma questão de cunho metodológico das obras iniciais em relação a uma segunda fase, na qual Durkheim daria maior ênfase às questões de representação coletiva. Ortiz não está se remetendo ao determinismo geográfico, questão que estamos centralizando nesta análise.

⁹Durkheim, Émile (1893- 1ª ed.) *A Divisão do Trabalho Social* (Livro I), in Rodrigues (1990).

¹⁰“A distribuição geográfica coincide, sem dúvida, geralmente e a grosso modo com uma certa distribuição moral da população. Cada província, por exemplo, cada divisão territorial tem certos usos e costumes especiais, uma vida que lhe é própria. Ela exerce assim sobre os indivíduos que são impregnados pelo seu espírito uma atração que tende a mantê-los no lugar e, ao contrário, a expulsar os outros”, in “Preponderância Progressiva da Solidariedade Orgânica”, Livro 1, Cap.4/7, in Rodrigues (1990).

“Ora, as diversidades locais não podem se manter do mesmo modo que subsiste a diversidade dos meios. As divisões territoriais são pois cada vez menos baseadas na natureza das coisas e, por conseguinte, perdem seu significado. Quase se pode dizer que um povo é mais avançado na medida em que elas tenham um caráter mais superficial” (in Rodrigues, 1990:94).

Durkheim condicionou o desenvolvimento da solidariedade orgânica ao enfraquecimento da solidariedade mecânica, assim como os laços profissionais de uma sociedade que tendia a homogeneização ao enfraquecimento dos laços territoriais. Pois bem, Durkheim acreditava que a preponderância crescente da solidariedade orgânica, baseada na divisão do trabalho, iria integrar a sociedade num todo orgânico. Esta nova solidariedade eliminaria o apego social aos laços territoriais e incrementaria os laços profissionais. Esta era a sua tese; por isto, mesmo fazendo referências à *Antropogeografia*, ele tinha que considerá-la ultrapassada.

Nas *Regras do Método Sociológico*, Durkheim defende a importância da morfologia social nas associações da vida coletiva e na explicação sociológica. Para ele, todos os elementos associados (coisas e pessoas) e a disposição destes no espaço formam o meio interno de uma sociedade. “A origem primeira de todo processo social de alguma importância deve ser buscada na constituição do meio social interno” (1990:98). Mas, ele adverte, as coisas (objetos materiais e costumes, direito, monumentos etc.) influenciam na velocidade e na direção da evolução social, embora não possuam poder motor para gerar seu movimento, não são dotadas de força viva que lhes assegure essa capacidade propulsora. São os homens em sua vida comum, coletivizando bens simbólicos e materiais e produzindo uma intensidade dinâmica, que possuem a capacidade de fator (ativo) determinante da evolução da vida coletiva. E aqui nós encontramos uma associação explícita da teoria desenvolvida por Durkheim com a teoria desenvolvida contemporaneamente por Milton Santos, lembrando que Santos irá conceber o espaço como uma inércia dinâmica. O que os separa, além do tempo, é a impossibilidade de Durkheim conceber o espaço, a estrutura social, a história e os modos de produção fazendo parte de uma mesma totalidade.

Numa outra leitura de Durkheim podemos pensar no fato social como “toda maneira de agir, fixa ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coação externa”(1990:11). Este modo de ação, ao cristalizar-se em modos de ser, permanece como fato social. Segundo esta perspectiva, o espaço no qual a sociedade se envolve é coisa, é exterior ao indivíduo, exerce influência coercitiva sobre a sociedade e seus indivíduos, e é construído pelas ações e representações sociais. Ou seja, é fato social e não apenas reflexo da estrutura social.

Ainda que Durkheim custasse a admitir o espaço enquanto estrutura social de representação dinâmica, considerando-o apenas como o fixo, o próprio Durkheim nos permite fazer esta leitura. O problema é que em sua preocupação em delimitar o campo sociológico e defender-se do determinismo ambiental¹¹, o determinismo social tornou-se seu principal argumento.

Para a sociologia este procedimento era uma virtude, para a geografia - infelizmente - faltou a perspicácia em ler, na época, a teoria de Durkheim com o olhar do geógrafo, transpondo para o espaço (social) as noções de coerção social e representação coletiva. Talvez este procedimento tivesse evitado a querela inócua entre “determinismo” e “possibilismo”, que serviu para acobertar a questão principal: as representações de poder contidas nas lógicas espaciais estruturadas pelos Estados.

Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912), sua última grande obra, é possível resgatar uma leitura mais refinada sobre duas concepções: natureza e espaço. Nesta, ele explora a unicidade existente entre o “reino social” e o reino natural, objetando que a sociedade não difere da natureza já que ela representa a sua manifestação mais elevada. Os símbolos e as representações produzidos pela sociedade esforçam-se por se aproximarem da natureza, assim como as categorias do entendimento - e aqui estamos pensando na categoria de espaço, especificamente, mas ele também cita o tempo, gênero, número, substância, personalidade etc., além

¹¹“Todo meio físico, afirmam efetivamente alguns dos críticos, exerce coerção sobre os seres que sofrem sua ação; pois estes são obrigados, em certa medida, a se adaptarem a ele. Mas entre estes dois tipos de constrangimento está toda a diferença que separa o meio físico do meio moral. A pressão exercida por um ou vários corpos sobre outros corpos, ou mesmo sobre as vontades, não pode ser confundida com a que exerce a consciência de um grupo sobre a consciência de seus membros. A coerção social é devida não a certos arranjos moleculares, e sim ao prestígio de que estão investidas certas representações: nisto está o que apresentam de inteiramente especial” (1990:XXX-XXXI).

de possuírem uma origem social, são ferramentas analíticas possuidoras de um valor objetivo.

“Elas aparecem então não mais como noções muito simples, que o primeiro observador pode deduzir de suas impressões pessoais e que a imaginação popular teria desencontradamente complicado, mas, ao contrário, como sábios instrumentos de pensamento, que os grupos humanos forjaram laboriosamente ao longo dos séculos e onde acumularam o melhor de seu capital intelectual” (in Rodrigues, 1990:160).

Assim, ele afirma que “o que está na base da categoria de tempo é o ritmo da vida social”, e que a categoria espaço, com sua origem social, estende-se através de múltiplas representações coletivas (in Rodrigues, 1990:158-159). Durkheim inovou no estudo da diferenciação social e abriu várias possibilidades de investigação do espaço produzido como representação¹² e coerção sociais. Se ele não avançou nesta direção é provavelmente porque não era este o seu projeto, e também porque as condições históricas da ciência, e particularmente da sociologia, conduziram-no a outro rumo.

A noção de “espaço social”, originada da influência de seus estudos, foi desenvolvida na década de cinquenta por dois estudiosos franceses: o geógrafo Maximilien Sorre, e o sociólogo Paul-Henri Chombart. Sorre lançou as bases para uma definição do conceito e Chombart o aplicou e o desenvolveu olhando mais atentamente para problemas urbanos¹³.

Sorre parte de uma leitura de Durkheim:

“O conhecimento do espaço social supõe o conhecimento prévio do espaço geográfico. As áreas sociais não se sobrepõem às áreas geográficas: podem ultrapassá-las; inversamente, uma área geográfica abrange diversos espaços

¹²Ver principalmente seu artigo, em parceria com Marcel Mauss, “Algumas Formas Primitivas de Classificação”. Contribuição ao estudo das representações coletivas” in Rodrigues (1990:183-203).

¹³Sorre, M. “Les Fondements de la Géographie Humaine”, 3 V., Paris, 1943/1952 e, LAUWE, P.H. Chombart de et alii “Paris et L’Agglomération Parisienne”, Paris, 2 V., 1952. Para uma exposição

sociais. O espaço geográfico, entretanto, definido em seu sentido mais amplo, corresponde àquilo que Durkheim denominou substrato dos fatos sociais”.

(in Megale e Fernandes, 1984:153)

Mas ele considerava que para o sociólogo seria difícil abarcar o conceito de espaço geográfico. Acrescenta, então, o ambiente físico ao social, ampliando a noção de substrato/ambiente social e construindo um novo conceito para o qual as explicações físicas interagem com as explicações sociais. O espaço social assim construído possibilita uma visão menos dicotômica entre natureza e sociedade e entre “uma ordem subjetiva interna (valores, preferências, atitudes, tradições e aspirações) e uma ordem espacial externa”. Discípulo de La Blache, ele preocupava-se com a “ecologia humana” enquanto um processo de interação entre as sociedades e seu ambiente físico.

Sorre desenvolveu o conceito de espaço social a partir da diferenciação de áreas, cuja identidade de cada uma se relacionava às percepções espaciais de seus habitantes e à complementariedade entre natureza e sociedade em um processo de construção da paisagem. Utilizava-se de categorias macroscópicas e microscópicas (linguagem/grupos étnicos, estados nacionais e estilos de vida) e era, assim como Vidal de La Blache, um estudioso do meio rural.

Chombart utilizou-se do mesmo conceito para trabalhar o ambiente urbano em sua “hierarquia de espaços” onde os grupos sociais interagem. Deu preferência aos grupos profissionais, sociais e outros, sempre numa escala restrita ao ambiente urbano.

A influência recíproca entre estes cientistas sociais, os embates de idéias, as contribuições críticas demonstram um enriquecimento crescente das Ciências Humanas. Se a coesão entre elas não foi maior, não foi devido à incapacidade de seus mentores ou ao distanciamento real entre os seus objetos de análise, mas ao projeto de ciência positiva que pressupunha a autonomização e a fragmentação do conhecimento científico.

mais detalhada da influência destas obras na construção do conceito de “espaço social” ver: Buttner (1986).

Sobre a participação da ciência histórica neste contexto é importante ressaltar pelo menos uma passagem.

A História e a Geografia nasceram juntas: uma para explicar a diversidade de fenômenos que ocorrem no tempo, outra, no espaço¹⁴. É irônico, mas no debate colocado entre tempo e espaço, sociedade e natureza, na virada do século, a História aproximou-se mais da Geografia que a Sociologia. Apesar das primeiras serem, por definição, ciências que competiam em um campo muito próximo, havia entre elas uma interação tanto pela semelhança quanto pela diferença.

Paul Vidal de la Blache foi professor de Lucien Febvre, colaborou com sociólogos e historiadores e fundou a revista *Annales de Géographie* (1891). Entre os colaboradores das três revistas, *Annales de Géographie*, *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-39)¹⁵, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, e *L'Année Sociologique*, arquitetada por Émile Durkheim (1896), havia um “tráfego de influências” que alimentava uma tensão criativa.

A tensão intelectual da época opunha o determinismo geográfico à liberdade humana. Enquanto Durkheim manteve o devido distanciamento, Febvre apoiou La Blache e contestou Ratzel. Estes “novos historiadores” (Febvre e Bloch) interessavam-se pela geografia histórica, pela análise interdisciplinar e pela história-problema, chegando a debater a noção de região “argumentando que (na investigação) esta dependia do problema que se tinha em mente” (Burke, 1991:26).

Mas foi com a obra “O Mediterrâneo e Felipe II” de Braudel (1949) que a geografia histórica ficou consagrada. Braudel dedica a primeira parte do livro (trezentas páginas) à história do homem em relação ao seu meio físico. Esta atitude ressalta a importância do espaço na história e assume as influências marcantes dos geógrafos Vidal de la Blache, Maximilien Sorre e, inclusive, Ratzel.

Superando seu mestre Febvre, Braudel uniu a geografia à história de uma forma menos utilitária. Enquanto o primeiro dispunha do espaço como cenário,

¹⁴Kant, um dos fundadores dos princípios teóricos da Geografia Alemã, já havia afirmado que a experiência humana dividia-se em duas espécies: narrativa ou descritiva; a primeira era a história, a segunda, a geografia.

¹⁵A revista teve três títulos além deste: *Annales d'Histoire Sociale* (1939-42/45); *Mélanges d'Histoire Sociale* (1942-4); *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* (1946-); mas ficou

o segundo fez do tempo geográfico uma nova forma de interpretar a história, integrando várias estruturas. Superando também Durkheim, ele acaba demonstrando que mesmo as estruturas mais fixas, mais lentas no processo de transformação podem responder sobre o comportamento humano. Elas não só podem constranger, determinar ou disciplinar, como também ser instrumentos de criatividade humana.

As referências para uma nova interpretação da categoria espaço estavam dadas. A aceleração do tempo, as estruturas espaciais de poder, na dinâmica do capitalismo e dos Estados, e o desenvolvimento tecnológico, em meados deste século, foram as forças propulsoras da nova realidade que daria argumentos à interpretação do espaço como fonte de poder social.

A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CONCEPÇÃO: A DIALÉTICA SÓCIO-ESPACIAL

“Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido.

É esta a função do espaço”

G. Bachelard (1957, p.28)

Até meados deste século a natureza e o espaço produzidos socialmente eram, predominantemente, tidos como uma contingência das sociedades. Só aos sujeitos sociais era dada a capacidade de fazer a história. O desprezo pelo determinismo ambiental impediu, durante muito tempo, a compreensão do espaço como um processo social¹⁶.

Ao espaço eram dadas as qualidades de passividade e medida; ao tempo histórico as de ação e sentido. Soja (1993) considera que, de um modo geral, tanto os desdobramentos da teoria marxista quanto os reducionismos positivistas calaram, até o final da década de sessenta, sobre a importância da produção espacial na análise dos processos sociais.

Do ponto de vista da Geografia a partir da década de cinquenta, a análise regional deixa de lado a procura de espaços uniformes e passa a preocupar-se com as redes de fluxos (de capitais, de população, de decisões etc.), considerando-os importantes organizadores de uma região.

O paradigma desenvolvimentista do pós-guerra e a Revolução Quantitativista da Geografia, incrementaram a instrumentalização do trabalho científico, direcionaram os novos objetivos dos pesquisadores e acabaram por alterar a visão sobre os antigos objetos de análise. Para Kuhn (1994), esta questão não se

¹⁶Para Soja (1993), apenas o marxismo francês, que nunca negou totalmente a teorização espacial, é exceção neste caso.

coloca como o resultado de um processo cumulativo do conhecimento, mas como um momento de ruptura onde um novo problema se apresenta gerando novos esquemas de interpretação da realidade. Seguindo o pensamento de Kuhn, naquele momento, investigações extraordinárias subverteram a tradição e salientaram as suas anomalias. Mais ainda, a busca constante de respostas para o paradigma regional acabou por conduzir a Geografia Tradicional - enquanto “ciência normal” - a uma reformulação paradigmática. Claro que as condições externas ao desenvolvimento da ciência geográfica (históricas, tecnológicas, sociais, econômicas, entre outras) ajudaram a transformar as anomalias em fonte de crise aguda.

Para a Geografia, este foi um momento de notável desenvolvimento relacionado ao uso de novas técnicas, de novos métodos de aproximação da realidade e aos progressos da automação. Estava aberto o caminho para a “Nova Geografia” que se colocou em oposição radical à Geografia Tradicional.

O conceito de “rede de fluxos” abriu caminho para análises do espaço funcional, da rede de centros e o conceito de nodalidade de Mackinder - que já havia sido utilizado por La Blache no sentido de concentrador/expulsor de fluxos de maior complexidade. Assim, os “gêneros de vida”, mais associados ao meio rural, dão lugar as análises dos grandes centros urbanos. Mas o espaço funcional é definido pelas redes em sua trama de relações, não por seus limites. O Planejamento Regional a partir do enfoque sobre sistemas foi um refinamento do espaço funcional (que desenvolveu os conceitos de região nodal, modelo centro-periferia, difusão de inovações, hinterland) que se aproximava muito dos modelos econômicos.

Assim, a perspectiva histórica dos fatos geográficos foi substituída pela visão sistêmica dos “arranjos espaciais” na “Revolução Quantitativa”¹⁷ do pós-guerra. E a valorização exagerada da análise sincrônica, da “técnica pela técnica” e da especialização desprezou a análise dos processos sociais.

Sobre a Geografia Quantitativa sempre pairaram dúvidas fundamentais, se ela chegou a se constituir em um paradigma ou se constituiu em um

¹⁷Esta Nova Geografia foi qualificada por dois adjetivos: quantitativa, expressando a aplicação intensiva de técnicas estatísticas e matemáticas e teórica, visando um aprofundamento teórico e metodológico. O desenvolvimento destas perspectivas levaram Ian Burton (1963) a classificar este período como o de uma “revolução”.

método. De qualquer forma, ela pecou cientificamente ao privilegiar os métodos e as técnicas em relação à realidade. Também o Planejamento Regional a serviço dos projetos desenvolvimentistas reproduziu, na época, o modelo centro-periferia, comprometendo mais uma vez a Geografia em termos ideológicos e utilitários.

A crítica que se instaurou contra a Geografia Quantitativa era proveniente da Geografia Crítica Marxista. Esta vertente contestou a falsa neutralidade da ciência geográfica e aprofundou os estudos sobre o “espaço social” - produzido pelos homens, enquanto um instrumento de poder do Estado e da sociedade. O espaço social, produto e ao mesmo tempo condicionante das diversas estruturas (sociais, econômicas, políticas, cognitivas), passa a ser a principal categoria analítica da Geografia Marxista das décadas de setenta e oitenta. Este conceito torna-se fundamental para a análise da representação das diferenças sócio-econômicas produzidas pelo capitalismo.

Como Harvey (1992) e Soja (1993) reconhecem, foi Henri Lefebvre quem recuperou a categoria espaço como fonte de poder social.

“A dialética está novamente em pauta. Mas, já não se trata da dialética de Marx, tal como a de Marx não era mais a de Hegel (...) A dialética de hoje já não se apegava à historicidade e ao tempo histórico, ou a um mecanismo temporal como “tese-antítese-síntese” ou “afirmação-negação-negação da negação”(…) Reconhecer o espaço, reconhecer o que “está acontecendo” ali e para que é usado, é retomar a dialética; a análise revelará as contradições do espaço” (Lefebvre, H. 1976:14).

Este despertar da perspectiva espacial foi mais do que aceitar a importância da descrição, localização e limitação espacial para a ação social. O reconhecimento do espaço geográfico como fonte de poder ainda não lhe dava o estatuto de categoria filosófica mas, de qualquer forma, era uma interpretação renovadora que abria o caminho para um refinamento teórico posterior. Inicialmente, Harvey criticou Lefebvre pela sua insistência em colocar o espaço como tendo um papel decisivo na estrutura da moderna sociedade capitalista; mas, já na

década de oitenta, criticou diretamente a dificuldade das ciências sociais, ligadas ao marxismo ocidental e ao historicismo, em aceitar a importância da análise espacial para a teoria social.

“Marx, Marshale, Weber e Durkheim têm isto em comum: todos priorizam o tempo e a história em relação ao espaço e à geografia e, quando abordar estes últimos, tendem a encará-los, não problematicamente, como o contexto ou a localização estável da ação social.” (Harvey, D. 1985:141).

Em *Condição Pós-Moderna*, Harvey (1992) aceita as colocações de Lefebvre¹⁸ e chega a propor um materialismo histórico geográfico. Ele adota a perspectiva materialista na análise das concepções de tempo e espaço - suas categorias analíticas fundamentais, subordinando-as aos processos materiais que servem à reprodução da vida social.

Inicialmente¹⁹, ele explora as experiências do tempo e do espaço no cotidiano da vida individual e social, mas logo conclui que estas categorias devem ser interpretadas à luz da ação social que, de um lado, é disciplinada pela “malha repressiva de controle social”, mas de outro gera movimentos criativos e clandestinos que também são espacializados.

Harvey descreve o jogo social onde o poder está diretamente relacionado ao domínio do espaço, ao controle do tempo e à posse de dinheiro, salientando como a inter-relação e a oscilação entre estas três categorias vem moldando a história do capitalismo. Ele caracteriza, a partir de meados do século XIX até meados do século XX, a aceleração do processo de “compressão tempo-espaço” reduzindo a uma mesma lógica o fragmentado e o global. Ele explora a evolução do espaço representado pelo mapa e do tempo pelo calendário e cronômetro, mostrando como o amadurecimento do pensamento iluminista confinou “o livre fluxo da prática e da experiência humanas a configurações racionalizadas”

¹⁸Embora ainda discuta com ele as relações dialéticas entre o espaço vivido, o percebido e o imaginado.

(1992:230). Para ele, este esforço foi confirmado pela propriedade privada, de um lado, e pela popularização do relógio, de outro, conjugando a visão totalizante a um mundo fragmentado.

Harvey faz um paralelo entre a estética da arte, o pensamento social e cultural e os acontecimentos político-econômicos. Todos, nas raízes do modernismo, já possuíam como elo comum uma postura esquizofrênica entre a unidade e a diferença, a globalização e a fragmentação, o espaço e o tempo, as forças homogeneizantes do dinheiro e da troca de mercadorias e a emancipação humana. Em um primeiro momento, é nesta dualidade que, para Harvey, subsiste a lógica da modernidade. É inclusive na exploração da dialética entre lugar e espaço que Harvey encontra a estetização da política local, regional ou nacional, espacializando uma ação política que se superpõe as lealdades à classe, trazendo à cena geopolítica um Estado legitimado mais pelos valores estéticos que pelos sociais.

Para o modernismo “heróico”, após 1920, Harvey ainda vê uma arena de combate entre a sensibilidade universalista e a localista. Mas, em seguida, apesar do construtivismo e dos movimentos de vanguarda, é a estética dos espaços organizados e submetidos à ordem totalizante do controle racional que ganha a batalha.

Neil Smith (1988), um discípulo de Harvey, também se afasta do marxismo ortodoxo e nos mostra como o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. Ele argumenta que, no processo de acumulação de capital, a natureza é cada vez mais produto da produção social e, ao nível mais abstrato, é na produção da natureza que o valor de uso e o valor de troca fundem espaço e sociedade.

Voltando a Lefebvre e a outro momento histórico, encontramos a crítica ao reducionismo dogmático na interpretação de Marx, a influência do estruturalismo de Althusser e da fenomenologia existencial, e também dos movimentos culturais franceses (cubismo, surrealismo). Lefebvre incorporou definitivamente a espacialidade na teoria social e recontextualizou o materialismo

¹⁹Ver especialmente a Parte III, “A experiência do espaço e do tempo” in Harvey, D. (1992) Condição Pós-Moderna.

dialético. Se no início dos anos setenta tanto Harvey quanto Castells criticaram-no é porque temiam a formação de uma abordagem autônoma e separatista do urbanismo, isolando-o numa estrutura teórica à parte. Eles temiam também a reificação ou fetichização da análise espacial.

Castells, em *A Questão Urbana* (1977:115), também associou a teoria espacial à teoria social geral. Ele contribuiu para a construção de uma dialética sócio-espacial ao denominar o espaço como produto material da interação entre cultura e natureza. Criticou a visão espacial como simples reflexo da sociedade, mas deu ênfase à estrutura social; no que Lefebvre foi mais além ao associar a formação de classes às relações tanto sociais quanto espaciais de produção. Neste sentido, Lefebvre focalizou a problemática social da divisão do trabalho numa perspectiva sócio-espacial, unindo as duas estruturas.

Também algumas vozes vindas da sociologia urbana, que já havia sido representada pela Escola de Ecologia Urbana de Chicago²⁰, com seu viés ambientalista, levantaram-se no final da década de setenta, para combater a demasiada importância teórica dada a análise espacial²¹.

Mas Lefebvre seguiu o seu caminho para tratar das influências de um planejamento espacial instrumentalizado que penetrava cada vez mais nas práticas da vida cotidiana. Ele analisou também os efeitos homogeneizantes do capitalismo moderno no contexto da urbanização/espacialização, sempre em diálogo com Marx. Sua principal obra *La Production de L'Espace* (1974) é a confirmação de que o capitalismo cria uma espacialidade própria, sustentando-se por uma ideologia social, e se reproduz - ao mesmo tempo - através da homogeneização, fragmentação e hierarquização.

Milton Santos, um dos grandes nomes da geografia contemporânea e possuidor de uma extensa obra norteadora para a Geografia Crítica brasileira, escreveu:

²⁰Este grupo, liderado principalmente por E.W.Burgess, Robert E.Park, L.Wirth e outros desenvolveu pesquisas cuja tônica era a associação entre as formas espaciais e a produção de práticas culturais.

“O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço” (Santos, 1988:15).

Apesar da dialética sócio-espacial ter se tornado um caminho interpretativo sólido para a perspectiva do materialismo histórico, muitos problemas epistemológicos ainda eram colocados como entraves para a abordagem marxista. Muitos autores associaram o “fetichismo” espacial a um ecletismo perigoso que não se conciliaria com a análise das classes ou mesmo com o materialismo histórico. Thompson (1981) complementa esta crítica, em *A Miséria da Teoria*, ao reafirmar o primado da história e do historicismo, do diacrônico sobre o sincrônico, contrapondo o marxismo britânico à tradição marxista francesa. Em discussão com Althusser, ele desenvolve um ardoroso debate entre estrutura e processo.

De um modo geral as teorias marxistas se aproximariam mais das análises espaciais a partir da década de sessenta. A crise geral do capitalismo, suas contradições sócio-espaciais e o desenvolvimento desigual reaproximaram esta perspectiva. Contudo, vale lembrar que o marxismo ocidental já havia produzido suas teorias sobre o imperialismo. Na década de setenta, ele concentraria seus esforços na análise da economia política da urbanização.

Após uma longa série de publicações, oriundas da teoria crítica marxista, que hesitaram em relação à espacialidade e à temporalidade concretas do capitalismo, uma nova teorização do tempo-espaço é reivindicada para a teoria social crítica. O espaço e o tempo deixam de ser considerados como mera representação ideológica das sociedades e passam a ser assimilados como a materialidade latente, o *substrato* da vida social que também é passível de uma leitura para investigar o comportamento e a estratificação sociais.

²¹ Soja (1993) exemplifica esta posição crítica com o trabalho de Peter Sauters, “Social Theory and the Urban Question”, 1981.

Concentrando o olhar na ciência geográfica podemos reconhecer que os conceitos de espaço vital, paisagem, região, gêneros de vida, espaço funcional, classe de área, planejamento regional, espaço social, território e outros têm se constituído nos norteadores paradigmáticos desta ciência. Estes instrumentos analíticos, através de suas aplicações, revelam a natureza de certas visões de mundo e da ciência. A Geografia foi muito criticada pela falta de aprofundamento nas questões epistemológicas e pela preocupação excessiva com a aplicação prática e utilitária, mas é justamente do âmago deste arsenal conceitual que sua episteme irradia.

O conceito de região²², por exemplo, foi um dos principais fornecedores de “escolas” dentro da Geografia. Tanto na sua aceitação, na sua refutação ou nas diversas tentativas de transformação de seu conteúdo significativo. Os geógrafos físicos e os deterministas ambientais sempre tiveram na “região natural” o seu recorte espacial. Já os historicistas somaram à região a “paisagem cultural”. Estes últimos, por sua vez, refinaram o olhar do conceito e da realidade ao trabalharem com regiões especializadas: urbanas, rurais, industriais...

A Revolução Quantitativa do pós-guerra, apoiada no positivismo lógico, considerou “a região a partir de propósitos específicos e da adoção de procedimentos classificatórios das ciências naturais: a região passa a ser uma classe de área (...) O pluralismo que já existia até então ganha legitimidade metodológica” (Corrêa, 1994:216).

Com a Geografia Crítica da década de setenta, novos paradigmas são incorporados. A principal influência é a teoria marxista e a fundamentação no materialismo histórico e dialético; mas também as abordagens humanística e cultural se desenvolveram a partir deste período²³.

Para os primeiros, a região passa a ser entendida “como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista” (Gilbert, 1988 Apud Corrêa, 1994:217). Para a geografia humanística e cultural a região é um

²²Sobre a natureza da região há uma discussão considerada clássica de Richard Hartshorne em “The Nature of Geography”, *Annals of the Association of American Geographers*, 29 (3 e 4), 1939.

²³Como representantes desta abordagem podemos citar J.L.Piveteau, Yi-Fu Tuan, Paul Claval, D.Ley e A.Fremont.

foco de identificação onde as relações culturais, em grupos e lugares particulares, gera um processo de apropriação simbólica do espaço.

Sob a perspectiva materialista o espaço cognitivo ou mental representa a percepção e cognição humanas em relação a espacialidade concreta. Essas representações contribuem para a transformação do espaço social, mas é a produção do espaço social - através de idéias e ideologias incrustadas na materialidade - que comanda o processo. Claro que esta perspectiva é crítica - ou pelo menos “desafiadora”, em relação tanto às abordagens fenomenológicas/psicológicas quanto às perspectivas essencialmente naturalistas/empiristas. É o espaço social que é, ao mesmo tempo, a ferramenta analítica e parte integrante da instrumentalidade do poder político e econômico.

Para a teoria social crítica dos anos oitenta, as estruturas sociais e espaciais unem-se dialeticamente na vida social. Em escalas espaciais diversas, o poder instrumental do Estado e do capital disciplinam desde a vida cotidiana até os processos mais globais.

Giddens é um exemplo importante entre os teóricos sociais contemporâneos que lidam com conceitos carregados de espacialidade, onde os locais diferenciados e hierarquizados, os cenários, as regiões nodais, a territorialidade dão contextualidade à estrutura social.

Outras contribuições empírico-analíticas têm se multiplicado nos recentes estudos sobre regionalização e, com um enfoque macropolítico e econômico, nos estudos sobre globalização. Todas estas abordagens caminharam no sentido de admitir que, ao mesmo tempo em que a globalização da economia e a mundialização da cultura tendiam para a homogeneização, elas acentuaram diferenças sócio-espaciais num complexo processo de fragmentação/articulação.

Assim, a divisão territorial do trabalho, as especializações produtivas, as estruturas sociais, culturais e políticas espacialmente dinâmicas e singulares são, ao mesmo tempo, dependentes de processos universais. A complementariedade entre o lugar e o mundo faz, novamente, o conceito de região emergir, não para acentuar o *excepcionalismo regional* que pressupunha a idéia de unicidade (“uniqueness”), mas para abrir um campo de possibilidades para o mundo realizar-se na mediação entre o

universal e o singular, o autônomo e o dependente, o micro e o macro (Corrêa, 1994:221-22).

A espacialidade urbana e regional

A partir das décadas de sessenta e setenta surgem duas vertentes principais no sentido de espacializar a teoria social. De um lado, estudos urbanos oriundos de diversas disciplinas; de outro, estudos sobre a reorganização do espaço urbano mundial com ênfase na estratégia do capitalismo para a administração da crise e acumulação de capital. Este último enfoque coloca a cidade como ponto estratégico da reprodução da sociedade capitalista no processo de trabalho, na troca de mercadorias e no padrão de consumo.

Segundo Soja (1993) a problemática urbana e seus estudos sobre a habitação, planejamento, meio ambiente, espaços públicos e outros estudos urbanos tópicos se desenvolveram e proliferaram, separando-se das interpretações sobre o desenvolvimento regional e internacional. Embora ambas fossem oriundas do marxismo, a segunda abordagem passou a desenvolver teorias sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento tendo como inspiração as obras de Mandel (1963, 1975). Este último afirmava que o desenvolvimento espacialmente desigual era tão importante para o capitalismo quanto a exploração do trabalho. Ele fez, ao mesmo tempo, uma periodização e uma espacialização da economia macropolítica do capitalismo contemporâneo.

Sob esta mesma influência também surgiram estudos neo-marxistas a partir da década de setenta, retomando as análises sobre centro-periferia, subdesenvolvimento/dependência, e sobre a acumulação do capital, agora em escala global.

A perspectiva marxista recuperou o conceito de região, associando-o às relações de produção e à organização sócio-espacial dos processos capitalistas e das práticas específicas de classe. As análises privilegiadas recaem sobre a divisão social do trabalho, a acumulação de capital, a reprodução da força de trabalho e dos

processos políticos e ideológicos. O enfoque culturalista, associado ou não ao enfoque marxista, também atentou para a região, mas enfatizando a apropriação simbólica de determinados espaços por grupos sociais específicos, num processo definidor de identidade (Corrêa, 1994:217).

Como nos lembra Corrêa (1994), é importante frisar que o debate sobre regiões não elimina a importância do debate sobre globalização; ao contrário, são análises complementares. No processo de globalização, que emergiu a partir da Segunda Guerra Mundial, associado ao capitalismo industrial, o mundo foi simultaneamente unificado e dividido e os espaços relativamente autônomos que ainda sobreviviam passaram a depender de processos gerais e universais. Assim, a fragmentação, representada na divisão territorial de especializações produtivas e especificidades naturais, sociais, culturais e políticas, articulou-se através de fluxos variados que integram os espaços diferenciados.

Dois conceitos são importantes para a interpretação deste processo: o de redes, representando os fluxos, e o de território, representando as estratégias sócio-espaciais das relações de identidade e poder. Sem entrar aqui num aprofundamento teórico sobre a natureza destes conceitos, vale lembrar que muitos autores têm recorrido a eles como ferramentas analíticas. Garnier (1994:305) nos lembra que:

“La thèse selon laquelle la prolifération des réseaux de communication à grande vitesse serait en train de modifier la consistance même de l'espace n'est pas nouvelle. Depuis une vingtaine d'années déjà, nombre de chercheurs appartenant à diverses disciplines (géographie, économie, sociologie, aménagement et urbanisme, sciences de la communication...) se sont intéressés aux effets des progrès foudroyants accomplis dans le domaine des transports et surtout des NTC²⁴ sur la structuration des territoires”.

As redes comportam fluxos de toda espécie, rompem barreiras territoriais, encurtam distâncias e possibilitam uma complexidade de relações

(econômicas, sociais, políticas, materiais, informacionais, culturais, de transportes e muitas outras). Os territórios tradicionais, mais relacionados à autonomia, identidade cultural e recursos locais são agora reorganizados para responder às necessidades de um sistema global. As redes funcionam como mediadoras entre o universal da globalização e o singular das especificidades do território.

Levy (1992) trata destes conceitos e propõe o conceito de “cidade-mundo” para compreender a complexidade do espaço social no mundo contemporâneo. Para ele esta análise possibilita compreender a atual organização geopolítica, a economia-mundo e a distância cultural. A dimensão espacial, tida como uma das dimensões do social, “corresponde a uma realidade universal, a luta dos homens contra a distância”, distância que separa as sociedades e, ao mesmo tempo, é o seu princípio de organização.

Guattari (1984 e 1985), numa leitura mais ousada e menos esquemática, analisa a organização do espaço, ou o espaço produzido por determinada sociedade, como um dado fundamental para a caracterização do poder nesta mesma sociedade. Para ele, “a ordem capitalista produz uma subjetividade própria, subjetividade essa que determina constrangimentos a nível espacial” (1985:109).

Ele também contrapõe dois conceitos para avaliar a realidade contemporânea: os espaços lisos e os territórios existenciais. “Um espaço liso - segundo Guattari - é um espaço desterritorializado, aonde não há mais os mesmos tipos de circunscrições ou delimitações por emblemas étnicos ou religiosos, por exemplo” (1985:112). Enquanto o alisamento dos espaços leva a destruição dos territórios existenciais, a emergência de territorialidades novas e imprevistas pode representar um exemplo de insubmissão do cotidiano às arquiteturas disciplinares.

“Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o

²⁴Novas Tecnologias de Comunicação

delimita. A partir daí, dá para colocar uma série de questões. Como é que se pode fazer um território num certo tipo de espaço ou inversamente, como no decorrer da história ou por ocasião de algum procedimento atual a gente desterritorializa territórios existenciais, distendendo-os em espaços lisos” (Guattari, F., 1985:110).

É prudente constatar que Guattari não concebe a categoria espaço enquanto uma abstração que vai ganhando concretude nos lugares por meio da dinâmica da estrutura social. É como se o espaço liso fosse apenas uma escala menor, e com uma funcionalidade mais imperativa em relação às territorialidades que ele contém, e por isso as submete.

Claude Raffestin (1993) constrói uma análise mais racionalizada e mais rigorosa com os conceitos de território e rede, embora ele também se aproxime de uma abordagem mais política do que epistemológica do espaço geográfico. Para ele, os atores sociais territorializam o espaço a partir de uma apropriação concreta ou abstrata, sendo que, no segundo caso esta pode se dar através de uma representação (mapas e cartas, por exemplo). O espaço é anterior às relações de poder que vão dividi-lo transformando-o em territórios. E, neste caso, a diferenciação apresentada não é apenas de escala, mas conceitual. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”, nos fala Raffestin (1993:144).

Neste sentido ele complementa que, para um marxista, antes desta “apropriação” o espaço só tem valor de uso, não de troca; o que é discutível, pois o valor de uso já é a atribuição de um valor social, de uma funcionalidade transformadora do espaço. Mesmo não tendo valor de troca, o valor de uso já atribui uma territorialidade ao espaço, ou seja, já transforma o espaço em território. Não é baseada nesta lógica que a indústria da construção civil das cidades contemporâneas induz valores de uso para gerar valores de troca?

Por outro lado, o próprio Raffestin afirma que é na ação de produzir um valor, uma representação, um controle sobre o espaço que os homens, num campo relacional de poder, constroem territórios, ou imagens do espaço. Ele refina a análise ao tomar a territorialidade numa relação triangular na qual o território mediatiza as relações entre os homens (idem, p.160). Assim, podemos dizer que a

dominação da natureza, de certa forma, exterioriza a dominação entre os homens, e que, apesar deste conceito ter sido trazido dos estudos de naturalistas preocupados com as relações de posse e poder na territorialidade animal, devemos conduzi-la ao contexto histórico, social e espacial mais amplo.

Para Raffestin, a análise da territorialidade, assim redefinida, rompe com a dicotomia clássica entre o Homem e o Meio, pois ao traçarem territorialidades os homens conjugam as relações com a natureza com as próprias relações sociais de poder.

A territorialidade expressa a intencionalidade de estabelecer relações de poder e alteridade, uma necessidade social de separar identidades. Os sistemas de representação espacial são instrumentos bastante conhecidos na explicação da História. Da cartografia moderna ao planejamento territorial muitas representações espaciais foram produzidas para assegurar o controle social. Apesar disto, à lógica racionalizadora de tessituras impostas para a sociedade pelo Estado, ou pelo poder do dinheiro, somam-se territorialidades imprevistas que brotam das relações vividas por uma coletividade. A construção de territorialidades, que emergem nos lugares, fortalece o sentimento de pertencimento e de exclusividade legitimados pela apropriação e pelo uso. E nesta análise entre tessituras impostas e territorialidades vividas, Raffestin e Guattari concordam.

A multiplicação de tessituras, nós e redes se dá a partir de um sistema de ações e de práticas espaciais. Desde as organizações sociais mais elementares até as mais complexas, impera a necessidade de organizar territórios e promover distâncias e acessibilidades. A ordenação dos territórios reflete a ordenação da estrutura internalizada da própria sociedade. Por isto a fronteira territorial não é, necessariamente, uma barreira física. Apesar da idéia implícita de limite, este pode ser representado por valores expressos nas distâncias sociais, culturais, econômicas, étnicas, religiosas etc..

As redes, fluxos entre atores sociais em suas territorialidades, ou, nas palavras de Raffestin (idem, p.156), "um sistema de linhas que desenham tramas", são concebidas para assegurar um tipo de comunicação, mas podem ter como consequência a ruptura de outras comunicações. O exemplo de uma rede concreta,

como a rede rodoviária, pode ilustrar bem este fim não intencional. As rodovias, efetivamente, põem em comunicação pontos específicos; mas ao privilegiar determinados pontos pode criar outras distâncias e promover a segregação. Por isto, Raffestin (1993:161) conclui:

“Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir”.

Raffestin faz também uma breve análise sobre o conceito de região, constatando que, hoje, ela representa mais a necessidade do Estado de manter uma territorialidade abstrata do que uma realidade vivida pela sociedade.

Como ele parte da constatação de que as regiões do Estado (políticas e administrativas) são mais cristalizadas do que as regiões econômicas, mais flexíveis, mesmo neste contexto mais geral a região defendida pelo Estado é, para Raffestin, mais um discurso do que a representação da realidade.

Desconsiderando também a territorialidade vivida, o Estado toma a Região como um instrumento de ordem, substituindo a diversidade pela generalidade. “A região é dita, não vivida” (idem, p.182). A polissemia regional faz parte do jogo político para submeter os territórios vividos à desterritorialização. Mas Raffestin nos coloca no limiar de uma era que deve redescobrir a região; não aquela construída pelo Estado, mas a vivida por uma coletividade. Para tornar real este projeto é preciso recuperar o poder pela base por meio do cotidiano e, sobretudo recuperar uma malha territorial que possa permitir o exercício desse poder. Dar vez e poder ao local e alertar para o pertencimento prévio do indivíduo a um território e seu irremediável vínculo com o cotidiano que é, em essência, único.

A análise de autores como Raffestin, Guattari e Lèvy evidenciam a importância dos processos contemporâneos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização do capitalismo, os quais têm

gerado uma variedade muito fértil de reflexões no âmbito das ciências sociais. A cidade - modelo inspirador destas análises - expressa, por meio de signos e símbolos, o local e o global. Os territórios-fragmentos da cidade articulando-se às redes do espaço global.

Para Harvey (1992), a diminuição de barreiras espaciais, ao contrário do que alguns autores previam, possibilita a exploração de “minúsculas diferenciações espaciais” por capitalistas, e aumenta ainda mais a nossa sensibilidade à diferenciação espacial. Em meio a homogeneização do hiperespaço há uma produção de lugares diferenciados ativando a competição entre localidades, cidades, regiões e nações. Para ele, este paradoxo é central na análise espacial da sociedade contemporânea.

Assim como a modernidade contemporânea entrelaça o tradicional ao moderno (e ao pós-moderno?), o movimento de desterritorialização provoca uma nova reterritorialização, ou uma identidade híbrida. Na experiência cotidiana multiplicam-se as intersecções e as ambigüidades.

Toda esta gama de conceitos tem tornado possível uma releitura sobre a importância dos mecanismos espaciais tanto para a experiência individual, para a ação social, como para a nova reorganização político-econômica do capitalismo contemporâneo.

Poderíamos ainda citar outros autores, como Galtung (1979) por exemplo, que ao analisar questões sobre desenvolvimento, ambiente e tecnologia, chega à conclusão que há uma “cosmologia social do ocidente” operando nas relações com o espaço, tempo, conhecimento e nas relações entre os homens e destes com a natureza a partir de falsas premissas. Para ele, há uma “estrutura cognitiva do capitalismo ocidental” que confere legitimidade a hierarquia intrínseca: o centro, o topo da pirâmide, a periferia... cada conceito com seu correspondente ao nível social, econômico, cultural, espacial, tecnológico. Do ponto de vista do sistema dominante (Alpha-estrutura, ligada ao super ciclo global, que o autor contrapõe à Beta-estrutura, relacionada a contextos locais) esta estrutura é vista como estrutura normal/natural. As estruturas alternativas baseadas na igualdade, autonomia, solidariedade, participação e integração são vistas como ameaças ao sistema.

Da década de oitenta para cá o espaço contemporâneo foi tratado em várias perspectivas e escalas diferentes, desde as práticas da vida cotidiana até uma nova visão geopolítica da divisão internacional do trabalho. Os debates sobre a transição da modernidade também espacializaram as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas, contextualizando as particularidades e a universalidade da nova reestruturação capitalista. Podemos concluir este primeiro mapeamento com Boaventura de S.Santos (1991), para o qual a produção espacial e o significado das representações sociais contidas no espaço adquirem cada vez mais importância analítica dentro das ciências humanas:

“O espaço parece, pois, transformar-se no modo privilegiado de pensar e agir o fim do século. Assim sendo, é de pensar que as representações sociais do espaço adquiram cada vez mais importância e centralidade analíticas. Os nossos próprios tempos e temporalidades serão progressivamente mais espaciais. (...) A sucessão de tempos é também uma sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos neles” (1991:63-64).

O debate contemporâneo

É difícil traçar um panorama expondo onde e como a teoria social contemporânea aproximou-se da perspectiva espacial. Enquanto o marxismo ocidental contemporâneo foi subdividido em perspectivas variadas, a própria realidade econômica, política e social do capitalismo ocidental, a partir da década de setenta, foi objeto de transformações radicais estimulando um debate vigoroso sobre o fim da modernidade (Lyotard, 1979), sobre um novo período de compressão tempo-espaço (Harvey, 1992) e de uma multiplicação do prefixo “pós” na tentativa de explicar a complexização da realidade contemporânea em várias esferas, alertando para uma quebra de continuidade rumo a uma reflexão renovada.

Depois de análises “pós-historicistas”, focalizando a própria teoria social, e análises “pós-fordistas”, focalizando a transição do capitalismo para o

regime de acumulação flexível, surge um discurso abrangente sobre a “pós-modernidade”, envolvendo um novo movimento cultural e ideológico.

Agora, de forma mais eloqüente, a lógica espacial ganha destaque. Jameson exemplifica bem esta colocação:

“(...) espaço pós-moderno (ou multidimensional) não é meramente uma ideologia cultural ou uma fantasia, mas é uma realidade genuinamente histórica (e sócio-econômica), a terceira grande expansão original do capitalismo pelo mundo (após as expansões anteriores dos mercados nacionais e do antigo sistema imperialista, que tinham suas próprias especificidades culturais e geraram novos tipos de espaço apropriados a suas dinâmicas). (...) Não podemos, no entanto, voltar a práticas estéticas elaboradas com base em situações e dilemas que não são mais os nossos. Nesse ínterim, a concepção de espaço aqui desenvolvida sugere que um modelo de cultura política apropriado a nossa própria situação terá necessariamente que levantar os problemas do espaço como sua questão organizativa fundamental” (Jameson, 1997:75-76).

Mesmo se não concordarmos que a pós-modernidade é fruto da terceira grande expansão do capitalismo, como afirma Jameson; ou que ela seja uma condição das transformações para o capitalismo mais flexível, não há mais como se esquivar do debate sobre as transformações da modernidade, ou deixar de aceitar que vivemos sob uma nova forma de organização da complexidade do mundo.

A construção do discurso pós-moderno, alicerçada no âmbito da arquitetura e da arte na década de setenta, envolve, atualmente, várias esferas da vida moderna. Após a arquitetura moderna (nascida do organicismo e do racionalismo) eliminar as arquiteturas locais num esforço totalitário, adequar a arte à modernização da sociedade e fazer a forma predominar sobre o conteúdo de significado social; os pós-modernos atacaram a “irracionalidade” da modernização no mundo cotidiano, a homogeneização dos estilos e costumes, e o modelo estruturante, que ao mesmo tempo em que se dizia racional e universal reduzia a multiplicidade de mundos a uma lógica geométrica esvaziada de sentido. O excesso de funcionalidade do espaço construído invadiu o mundo cotidiano e eliminou a possibilidade das diferenças. Com

o debate da pós-modernidade o espaço é reconhecido como categoria fundamental na instrumentalização do poder, do controle e das desigualdades sociais.

Mas, se de um lado, os pós-modernos valorizam as diferenças, os múltiplos contextos sociais e a memória histórica; de outro, eles se utilizam de um tradicionalismo superficial das formas a partir de um total liberalismo de estilos. Tentando recuperar o respeito às diferenças, a arquitetura pós-moderna combina formas tradicionais, modernas, diferenciadas... mas sem um contexto que as represente. A memória coletiva não é local/nativa, é um recurso selecionado à revelia no “guarda-roupas” da história. Assim, os pós-modernos acabam subvertendo seu próprio projeto com base na diversidade cultural. Ao construir uma “bricolagem” de formas vazias de sentido (histórico, cultural, social), a arquitetura pós-moderna também desterritorializa.

Tentando superar a contradição entre arte e utilidade, os pós-modernos da arquitetura separaram, outra vez, forma e função²⁵. Mais do que isto, ao impor uma arquitetura-símbolo sem significado para a população em seu contexto, ela repetiu os erros da arquitetura moderna que quis impor uma racionalidade social. Mesmo na arquitetura “simbólica”, cuja semiologia vem socorrer a “forma” de sua utilidade prática e o símbolo é pensado para servir de comunicação entre a arquitetura e o público, parece não haver nenhuma superação. Os símbolos escolhidos muitas vezes não vem da linguagem formal da arquitetura e sim dos apelos do mercado. Como coloca Ortiz (1992), a arquitetura pós-moderna é crítica com o passado da modernidade, mas conformista com os desafios do presente. Por isto alguns autores parecem concordar que entre o “simbolizar” da pós-modernidade e o “estruturar” da modernidade muitas semelhanças permanecem.

Para Harvey (1992) existe uma relação necessária entre a pós-modernidade cultural, a acumulação flexível do capital e um novo período de “compressão tempo-espaço”. Mas ele adverte: tais mudanças, vistas à luz das “regras básicas de acumulação capitalista”, mostram-se mais como um recurso camaleônico do capitalismo do que uma ruptura para uma nova sociedade. Assim, a pós-

²⁵Que segundo Habermas (1981), foi um dos méritos da Arquitetura Moderna

modernidade é colocada como uma “condição”, um referencial inevitável para se pensar a sociedade, mas não uma ruptura.

Se por um lado Harvey considera que o ponto forte do pós-modernismo é ter ressuscitado as diferenças que as metateorias do modernismo haviam extinguido, por outro lado ele não se ilude: “há mais continuidade do que diferença” (1992:111), e a superficialidade das obras, dos projetos e das posturas são testemunhas de que as aparências reivindicam o trono da verdadeira essência dos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais. A ética foi substituída pela estética cuja forma sugerida é uma encenação, um espetáculo descomprometido com a função. Harvey aponta que este caminho é um discurso perigoso pois desemboca na estetização da política. Sem medo da analogia histórica, ele associa a sensibilidade pós-moderna a um novo interesse pela geopolítica, pela estética do lugar e pela questão da espacialidade. Tudo isto, sempre “no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado” (Harvey, 1992:267).

Ele desenha o perfil do caos urbano representado nas mercadorias, modas, gostos, signos, imagens... manipulados pelo mercado e influenciando as práticas sociais, culturais e o poder de classe. Para Harvey, na era da “acumulação flexível”, as imagens como simulacros dominam todos os campos, do econômico ao psicológico, da arte à política, da geografia à arquitetura, do lugar ao espaço globalizado. Harvey se debate entre a identidade social proporcionada pelo lugar e a espacialidade estetizada, fragmentada, superficial e globalizada. Ambas necessárias a uma pós-modernidade esquizofrênica.

Para Habermas (1981), a organização da realidade urbana contemporânea cruza conexões funcionais de difícil tradução, e a linguagem formal da arquitetura não dá conta destas conexões, apenas se submete aos seus meios de representação simbólica. Considerando que a arquitetura moderna respondeu bem às “novas possibilidades técnicas de criação” e às “novas carências qualitativas” do início do século, ele salienta que o problema foi não ter oferecido respostas às questões de “dependência sistêmica dos imperativos da administração planejada e do mercado”. Habermas concorda com a crítica dos pós-modernos ao que a “Nova Construção” quis impor sua concepção à totalidade de estilos e formas de vida que

incluíam múltiplos, complexos e mutáveis mundos da vida, impossíveis de serem enquadrados. Mas, para ele, o erro da arquitetura moderna não foi ter associado forma e função, mas ter subestimado que “as sociedades modernizadas” possuem “conexões sistêmicas” que extrapolam a capacidade de medida e de criatividade do planejador. Após a II Guerra o espaço passou a ser organizado não pela arquitetura, mas pelas limitações econômicas e político-administrativas.

Por isto Habermas não concorda com o diagnóstico dos arquitetos pós-modernos. Para ele o fracasso não foi da arquitetura, afinal, a mediatização cada vez maior das conexões sistêmicas não configuráveis sobre o mundo da vida é uma questão que não poderia ter sido resolvida no âmbito exclusivo da arquitetura. Ele afirma que,

“os problemas do planejamento urbano não são primariamente de organização espacial, mas de insuficiência gestonária, de represamento e orientação de imperativos sistêmicos anônimos, que interferem nos mundos da vida citadinos e ameaçam-lhes consumir a substância urbana” (1981:122).

Isto nos leva de volta à teoria social, pois, apesar desta afirmação, é possível fazer uma leitura da teoria da ação comunicativa de Habermas onde as escalas espaciais estão fortemente representadas. Não nas “construções” modernas ou pós-modernas, mas em suas concepções de mundo da vida, onde está presente a participação com significado e conteúdo; e de conexões sistêmicas, invadindo o mundo da vida e impondo sua lógica à esfera da razão comunicativa.

A separação e a dependência recíproca entre estas duas esferas, a colonização do mundo da vida pelo sistema e a necessidade do próprio sistema desta “contingência criadora”, nos leva a considerar que a teoria de Habermas, apesar de mais complexa e mais refinada, tem muitas afinidades com a escala espacial dos atuais estudos sobre “lugar”, “territórios”, “redes” e “globalização”.

Augé (1994) vai mais longe no caminho que busca interpretar os espaços-símbolo da “supermodernidade”. Entre a desterritorialização e a atração que

estes espaços exercem, Augé vai buscar a identidade fragmentada da sociedade contemporânea.

Para Augé, ao buscar incessantemente dar um sentido para o tempo presente, ou mesmo passado, o mundo contemporâneo revela a “supermodernidade” como uma superabundância factual. A essência dessa superabundância é o excesso, representado por meio de três figuras: a superabundância factual, a superabundância espacial e a individualização das referências.

A superabundância factual da contemporaneidade preenche o tempo por meio do excesso, e superpõe no espaço suas próprias escalas. Se, a primeira vista, é difícil encontrar o sentido deste mundo novo que transborda, o olhar mais atento pode constatar que o novo sentido vai se revelando mais pela soma (hibridez) que pela subtração (aculturação).

Augé (1994:73) fala do lugar, mas do lugar antropológico. Por isto, seu pressuposto se inscreve nos limites do seu enfoque disciplinar. Assim, ele diz: “Se um lugar (antropológico) pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um *não-lugar*. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares” que, por definição, não são antropológicos.

Mas, vistos com outros enfoques disciplinares, podemos dizer que os lugares da “supermodernidade” são relacionais e históricos e, quiçá, no futuro, identitários do nosso tempo presente tornado passado. Augé acaba mesmo por concordar que:

“O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação” (1994:74)

Para Michel de Certeau, o espaço não se opõe ao lugar, mas é o espaço que representa as práticas sociais (“o lugar praticado”). Para Augé, o termo

espaço é mais abstrato que o de lugar, embora ele associe esta abstração à generalização imprimida pelo seu uso (conquista espacial, espaço de tempo, espaço aéreo, publicitário, jurídico e assim por diante). O lugar, para ele, é aquele “do sentido inscrito e simbolizado, o lugar antropológico” (p.76).

Assim, enquanto de Certeau fala do não-lugar fazendo alusão a uma qualidade negativa do lugar, ou a uma ausência do lugar, para Augé o não-lugar representa duas realidades complementares e distintas: espaços construídos para o transporte, comércio, lazer... e a relação solitária, mediada por imagens, textos, palavras, códigos, que o indivíduo estabelece com um olhar automatizado para o exterior, mas livre para si mesmo. Por isto Augé (1994:87) afirma que: “assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária”.

Desse modo, o não-lugar é representado não só pela paisagem, mas também pelo olhar – aquele que contempla, solitário, quase independente das imagens por entre as quais circula, se arrasta, não para ver o outro, sua história, ou sua identidade, mas para ver a si mesmo: “o espaço do viajante, continua o autor, seria, assim, o arquétipo do não-lugar” (Augé, 1994:80).

A identidade orgânica do lugar antropológico é substituída pela identidade mecânica (ou “partilhada”) dos usuários, passageiros, consumidores, turistas, condôminos, clientes. Indistintamente, mas exigindo a identidade de cada indivíduo (documentos, passagens, cartões, senhas), o uso dos não-lugares é estabelecido por um contrato.

Enquanto a modernidade compunha com os contrários um todo, o não-lugar e a supermodernidade não tentam operar “nenhuma síntese, não integram nada, só autorizam, no tempo de um percurso, a coexistência de individualidades distintas, semelhantes e indiferentes umas às outras (...) o jogo social parece acontecer mais noutros lugares do que nos postos avançados da contemporaneidade” (Augé, 1994:101). Por isto, “a tensão entre pensamento universal e pensamento de territorialidade”, entre o tempo que vivemos seguros em nossos territórios e sozinhos nos não-lugares coletivos imprime uma angústia à nossa civilização.

Não é um território, não há o poder da autoridade, não há a identidade do lugar, mas é no não-lugar que conseguimos “flanar” a contemporaneidade.

Um balanço provisório

Nosso objetivo aqui não tem a pretensão de esgotar questões substantivas sobre a recusa, a aceitação ou a marginalização da perspectiva espacial na teoria social, mas de oferecer subsídios para que diferentes reflexões possam ser estruturadas. Nesse sentido é que colocamos em diálogo importantes contribuições e argumentos de autores que, direta ou indiretamente, lançaram novas questões sobre a abordagem espacial.

As transformações econômicas, sócio-culturais e ambientais, que se colocaram para a sociedade contemporânea, principalmente a partir da década de setenta, trouxeram novos desafios para a realidade, para a ciência e para os poderes políticos e econômicos. Na tradição científica, as problemáticas relacionadas à população, à sociedade, à cultura, às tecnologias, à configuração territorial das sociedades e da natureza vieram sendo tratadas como conhecimentos estanques da realidade, como se este conhecimento parcelado pudesse, em alguma outra dimensão do conhecimento, abarcar a realidade enquanto totalidade.

A análise sócio-espacial, como instrumento analítico, além de compreender o homem e a natureza, inclui a análise das tecnologias e das estruturas sociais, econômicas e políticas, podendo ser a catalisadora de novas propostas de compreensão da realidade enquanto totalidade. Costa (1992:12), ao fazer uma leitura de diversas abordagens teóricas que debatem sobre a problemática ambiental, parte do pressuposto de que o “espaço” pode ser a categoria de análise capaz de intermediar esta discussão:

“A hipótese básica a ser proposta para discussão é que o espaço seria o elemento, ou a categoria de análise que teria a capacidade de articular estas diversas vertentes teóricas. Através da análise dos processos de produção e

apropriação do espaço em geral (e do urbano em particular, que nos interessa mais de perto) seria possível fazer a ponte entre um maior nível de abstração teórica e as realidades concretas”.

Embora o “espaço”, apresentado pela autora, careça de rigor conceitual, podemos dizer que esta categoria, que não é nova na tradição científica, está passando por uma nova leitura em várias ciências. Se o projeto da modernidade subjugou a natureza à dominação humana, também o espaço, construído socialmente enquanto natureza transformada, foi naturalizado a partir de uma visão que transformou espaço e natureza em recursos disponíveis para o projeto de dominação do homem.

Hoje, não é mais possível pensar o espaço social somente a partir de sua materialidade, como um elemento estático da realidade, desprovido de um poder organizador/transformador. Através das representações coletivas de espaços, os grupos sociais podem identificar a si próprios e a sua cultura. Como salienta Pellegrino (1986:153):

“certains des theoriciens des sciences, comme des praticiens qui utilisent les résultats de leurs analyses ont souvent considéré l'espace comme une sorte de donnée, un cadre de référence unifié, homogène, sur lequel se répartiraient les phénomènes sociaux et économiques. La transformation même des espaces, leur genèse, leurs fabrication, n'entre guère dans ce genre de travaux. En d'autres termes, les travaux ont considéré l'espace comme une sorte de grand livre que refermerait des formes, plus ou moins lisibles pour son lecteur; la représentation du territoire étant conçue dès lors comme une sorte de copie réel”.

Harvey complementa este debate ao dizer que a questão não é acusar a forma física pelos problemas sociais - o que seria um tipo vulgar de determinismo ambiental. Mas é preciso reconhecer no espaço uma categoria analítica muito rica em representações sociais a partir das quais interpretamos e agimos no mundo.

Neste sentido, podemos pensar os “modelos de desenvolvimento” para refletir sobre duas questões: a primeira é o desafio do planejamento territorial

contemporâneo (local, regional e global). A segunda, é este mesmo desafio que coloca para a ciência um questionamento sobre si mesma, seus paradigmas, suas megateorias e sua “divisão disciplinar do conhecimento”.

Quanto à primeira questão, é possível dizer que, se por um lado o avanço da reorganização mundial extrapola fronteiras nacionais, por outro vale dizer que o processo de globalização passa a ser questionado a partir da deterioração dos “modelos de desenvolvimento”. Aqui se coloca a questão das realidades locais com suas peculiaridades em termos de recursos, estrutura social e demográfica, condições tecnológicas e econômicas, entre outras. O sistema capitalista ocidental criou uma rede interminável de centros e periferias que possuem a função de propagar e reproduzir a estrutura sócio-econômica e cognitiva do modelo ocidental. A transferência tecnológica transfere também um “modelo de desenvolvimento” que priva certos países, certas localidades de se desenvolverem de acordo com suas próprias necessidades e recursos (Galtung, 1979).

Criou-se, no mundo ocidental, um modelo para se atingir o desenvolvimento. A propagação deste modelo tem sido, na maior parte das vezes, uma confusão entre meios e fins (Declaração de Cocoyoc, 1974). As realidades locais não contam e as estruturas alternativas baseadas na especificidade de seus ecossistemas, numa racionalidade própria, na autonomia, participação e igualdade são consideradas nocivas à estabilidade do sistema.

Mas se o conceito não é mágico, o planejamento tampouco. Se a ciência está revendo seus paradigmas, pode-se dizer que os próprios detentores do poder para o planejamento/desenvolvimento estão em busca de novos modelos norteadores.

Uma contribuição importante é a necessidade de se deslocar o problema do desenvolvimento do campo estrito da economia, e nesse sentido adentrar no campo da ética e dos valores das reais necessidades humanas, de que parcela da humanidade se trata, qual sociedade, que tipos de territorialidades e meios geográficos envolvem e quais as condições históricas e materiais de realização de um reordenamento sócio-espacial induzido por vetores externos.

É importante refletir sobre a transferência destes “modelos”, sobre estas caricaturas de espaços funcionais, e tentar recuperar, nas peculiaridades locais/regionais, as estruturas sociais, econômicas e cognitivas que são próprias a cada sociedade com suas práticas, sua materialidade, suas representações de mundo e sua relação com a natureza. Isto não significa descartar o modelo de desenvolvimento global para dividir o espaço e a sociedade em ilhas isoladas e autônomas. Significa encontrar um equilíbrio entre os dois modelos, entre os dois conceitos. Isto é o que prima a análise sócio-espacial.

Em relação ao desafio colocado para a ciência, algumas questões são básicas. A primeira é que “há algo errado com a organização disciplinar do conhecimento” (Daly e Cobb, 1989). Os excessos de “cientificismos”, de modelos abstratos e dedutivos e de especialização distanciaram a ciência da realidade concreta/objetiva. A realidade foi fragmentada pela fragmentação do conhecimento, como se este último fosse mais importante que a própria realidade.

Rever fronteiras paradigmáticas, megateorias ou simplesmente romper com a visão dicotômica (entre sociedade e natureza, a natureza da sociedade e a natureza das coisas, a forma e a função) é um desafio para a ciência neste fim de século. Embora haja uma grande dificuldade de cunho teórico-metodológico, devido à extrema especialização dentro de cada ciência, é preciso construir as bases de uma nova epistemologia.

No mundo ocidental desenvolveu-se um modelo para executar o desenvolvimento que muito se aproxima das críticas que Daly faz sobre a ciência. No fim (lembrando que há uma confusão entre meios e fins) o que importa é o funcionamento do próprio modelo (os instrumentos, a técnica e o conhecimento). A tecnologia (ocidental, industrial, capitalista) está para a realidade assim como esta racionalidade científica (ocidental, positiva, linear) está para a ciência. É preciso desmistificar estes modelos, conhecendo-os e construindo uma via alternativa.

O espaço, enquanto categoria analítica, filosófica e instância social, pode funcionar como um leme orientador para as questões da realidade concreta e para o processo do conhecimento. Muitos podem questionar se esta categoria se presta a tanto. Isoladamente não. Seria o retorno ao “fetichismo” e ao

“determinismo”. Mas, no âmbito da teoria social, cuja análise envolve a dinâmica permanente entre a estrutura social, os modos de produção, o tempo histórico e o espaço, ele é uma ferramenta interpretativa que não pode mais ser negligenciada.

O fato concreto não pode ser apreendido por si mesmo, mesmo porque, cada vez mais, ele depende de múltiplas determinações. O debruçar sobre uma categoria analítica, filosófica, histórica nos aproxima do conhecimento dos fatos em sua dinâmica, ultrapassando a análise descritiva. As categorias do entendimento, como bem já o demonstrou Durkheim, são gestadas na sociedade, transformadas na história e são possuidoras de um valor objetivo como ferramentas analíticas. Apesar de serem permanentes, elas podem mudar de significação, o que lhes confere o estatuto de instrumento capaz de reconhecer cada sociedade em seu tempo.

Assumir que não há uma única definição da categoria espaço não acrescenta muito à tentativa de defini-la. Para Santos (1978:120) devemos, então, partir de uma primeira posição, assumindo dois caminhos para a definição: 1) o espaço como categoria permanente (“o espaço de todos os tempos”), e 2) “o nosso espaço” ou “o espaço do nosso tempo”.

A definição do espaço como categoria permanente também não é fixa, imutável ou eterna. Ela atravessa o tempo, embora não pertença a tempo algum, ou a nenhuma história localizada. Ela emana da lógica, da filosofia e da ciência que o homem deixa de herança ao capital intelectual humano.

O “nosso espaço”, histórico, localizado, transitório, é construído socialmente em forma e conteúdo, contudo:

“Na realidade, ambos os caminhos se cruzam e o conhecimento do espaço como categoria universal se inclui no conhecimento do espaço como categoria histórica e vice-versa. A interação entre leis universais e comportamentos históricos, portanto, individualizados, contribui para a elaboração, senão de uma definição, ao menos de um conceito de espaço que, sendo operacional, não o é menos filosófico” (Santos, 1980:121).

Se trouxermos à luz todas estas contribuições sobre o lugar, o território, a região, a paisagem, a cidade é porque cada uma delas, e todas juntas,

auxiliaram na construção de uma interpretação sócio espacial do período contemporâneo. E é no período contemporâneo que o fenômeno da urbanização turística emerge, exigindo destas ferramentas analíticas as suas contribuições para traduzi-lo.

Assim, a paisagem não é apenas um quadro onde se desenvolve a trama das práticas sociais. É a própria representação de práticas sociais que lhe dá novo conteúdo, transformando-a em espaço.

O lugar possui singularidades, particularidades, mas não é o mesmo lugar do início do século, que podia manter-se isolado. É um lugar no mundo. Também o não-lugar, embora representando uma construção renovada da antropologia, nos ajuda a compreender muitas formas criadas pela urbanização turística. Estas formas não nos remete a uma solidariedade orgânica da vida social, mas, antes, nos ajuda a compreender que, enquanto o *flâneur* foi o precursor do turista moderno, o *voyer* é o seu sucessor. Neste sentido, a relação dos indivíduos com os não-lugares do período contemporâneo se assemelha à relação dos turistas com os lugares atrativos: não estabelece nenhuma relação orgânica, nenhuma intenção de se aproximar do outro. Apenas cenários e trajetos de percursos individuais.

Também o território, uma outra dimensão do espaço social, nos auxilia na compreensão de como as fronteiras, os nós, as redes podem aproximar, distanciar ou isolar grupos sociais. Desta forma, a transformação do lugar caiçara, no litoral norte paulista, em lugar atrativo para o turismo de segunda residência, estabeleceu territorialidades novas, novos conteúdos sociais e novas formas de valor de uso e de representação da paisagem natural e construída.

Do mesmo modo, compreender a razão estruturante e simbólica da cidade moderna e pós-moderna nos auxilia a interpretar o significado da reprodução de enclaves urbanos no lugar turístico. Os condomínios fechados horizontais do litoral norte paulista não emergiram de uma lógica restrita ao lugar – são formas que reproduzem a estrutura de grupos sociais que se isolam no meio urbano.

Por tudo isso, interessa-nos aqui reconstruir o “nosso espaço”, aquele que representou a territorialidade dos indígenas, dos colonizadores, dos caiçaras e que, atualmente, representa a territorialidade de turistas e imigrantes urbanos.

Mas, como o espaço histórico inclui o “conhecimento do espaço como categoria universal”, trazemos ainda uma última contribuição – aquela que nos orientou na compreensão do lugar no mundo contemporâneo: o espaço social como forma e conteúdo.

É nesse caminho que prosseguimos, buscando revolver e ampliar as possibilidades teóricas e analíticas da interpretação sócio-espacial.

ESPAÇO SOCIAL COMO FORMA E CONTEÚDO

*“trinta raios rodeiam um eixo
mas é onde os raios não raiam
que a roda roda.
vaza-se a vaza e se faz o vaso
mas é o vazio que perfaz a vasilha.
casam-se as paredes e se encaixam portas
mas é onde não há nada que se está em casa.
falam-se palavras e se apalavram falas
mas é no silêncio que mora a linguagem.
o ser faz a utilidade
mas é o nada que perfaz o sentido”*

Lao Tsé, o Tao-Te-King
(versão de Emmanuel C.Leão)

Toda esta trajetória nos leva ao encontro de uma abordagem sócio-espacial renovada, produzida pela história dos homens. Enquanto a teorização nos aproxima do campo das idéias que permitem generalizações; o lugar, em sua concretude, nos permite avaliar as diferentes combinações que põem em diálogo o tempo e o espaço, a forma e o conteúdo, o lugar e o mundo. Antes de nos lançarmos ao lugar objeto desta pesquisa, cabe, ainda, explorar as noções principais que orientam esta investigação. As concepções de diversos autores subsidiaram os vários temas tratados ao longo desta análise, contudo, na busca de construir um corpo teórico estruturado, capaz de responder as questões sócio-espaciais contemporâneas, baseamo-nos, fundamentalmente, nas referências teóricas de Milton Santos. Com ele, afirmamos que “tempo, espaço e mundo são realidades históricas” (1996:44). Em cada época, o processo social imprime materialidade ao tempo, produzindo espaço. É esta a afirmação central da qual partimos.

O espaço como um presente dinâmico é uma dimensão que muitas vezes nos escapa, pois através dele alguns objetos geográficos são cristalizados fazendo com que o presente contenha formas do passado. Enquanto o tempo só sobrevive na memória, no espaço ele permanece presente. “A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”, escreveu Milton Santos (1986:38).

Mas o espaço não é só o passado, ele é o presente em constante mutação. Por isto, novas formas, ou novos usos de velhas formas, vão alinhando uma dinâmica sempre mutante entre o espaço, o tempo histórico, a estrutura social e os modos de produção. O espaço, no tempo, refuncionaliza-se. Nesse sentido, garimpar nas paisagens os seus significados, funções e processos nos revela o espaço, o tempo e a sociedade.

O mesmo objeto pode variar de significação, embora não possamos nos esquecer que são os novos sistemas de objetos que se impõem. O novo é mais imperativo, tanto na forma quanto através das funções sociais, econômicas e políticas. Assim, objetos e ações, novos signos e significados, permanências e mudanças vão tecendo novas geografias. A forma e a função, ou a forma e o conteúdo não podem ser apreendidos separadamente, mas sim tomadas em sua unidade (Santos, 1996:78).

Esta reflexão nos leva a apreender que o espaço não é só forma física, mas uma dimensão da estrutura social sem a qual ele não se geografiza. Por isto, quando o espaço se realiza como concretude na paisagem, na região, no território, ele toma uma forma desigual e dinâmica, tal qual a sociedade.

E por isso também as mudanças morfológicas na paisagem não são inócuas, e não podem ser analisadas isoladamente em relação às práticas sociais. A produção de um novo contexto material altera a forma/paisagem e introduz novas funções, valores e objetos. Estes objetos, formas dotadas de conteúdo, permeadas pelas ações e contextualizadas por um sistema de valores, são imbuídos de significação e intencionalidade. A noção de intencionalidade estabelece uma estreita relação entre ação e objeto, entre a produção de coisas resultantes da relação entre o homem e o mundo. Ressaltando a inseparabilidade entre ação e objeto, Santos (1996:75), apoiando-se em Hagerstrand (1992), afirma que “a ação é ação em uma

paisagem e é a paisagem que dá forma à ação”, embora ele considere que teria escrito espaço no lugar de paisagem, pois a paisagem é um sistema material da esfera das formas, enquanto o espaço é um sistema de valores da esfera dos objetos e das ações. Tomada isoladamente, a paisagem é um vetor passivo. Somada ao valor social que a ela é atribuído, transforma-se em espaço, processo ativo da dinâmica social. Assim, observamos que a revalorização das paisagens do litoral norte paulista imprimiu ali transformações constantes, de forma e conteúdo, de paisagens e de função social.

A paisagem, além da materialidade, é a referência perceptiva do indivíduo que, num golpe de vista, a toma para si. Ele organiza seus dados sensoriais para dar sentido ao mundo que vê. Assim, à paisagem somam-se as cores, os odores, o cheio e o vazio, o úmido e o árido, o som e o silêncio. Se a paisagem é única, a visão que temos dela depende de cada um, pois para apreendê-la cada indivíduo seleciona de forma diferente os seus canais perceptivos. Também a representação das paisagens pelo imaginário coletivo é, no espaço e no tempo, seletiva. Não são as paisagens que se revelam. É a sociedade que valoriza, inventa, elege ou condena as paisagens do seu tempo. O *olhar turista* contemporâneo (Urry, 1996) é um caçador de paisagens a serem eleitas. O mercado, as políticas e a natureza organizam os trajetos deste olhar, mas é o imaginário coletivo que avança ou recua o olhar diante de determinadas paisagens. Assim, simulacros, natureza, favelas, redes de esgoto, aldeias indígenas, cidades são, ao mesmo tempo, objetos do olhar turista.

A paisagem, tomada pelo indivíduo, é forma e aparência. Seu verdadeiro conteúdo só se revela através das funções sociais que lhes são constantemente atribuídas no desenrolar do processo histórico e do(s) modo(s) de produção. Como acentua Santos (1986:24): “O que se encontra na forma-objeto como *significante*, encontra-se na totalidade como *significado*”. Por isso os símbolos contidos nos objetos de uma paisagem são perigosos, pois não se revelam totalmente a um olhar pouco reflexivo, podendo escapar à apreensão e tornar mais eficaz a fetichização da paisagem. As marcas, os códigos, os textos da paisagem urbana contemporânea remetem-nos muito mais ao consumo que ao lugar.

A paisagem é a configuração territorial das formas organizadas em um dado momento. Tecida com as linhas do passado e do presente, a paisagem acumula

formas e as localiza. O espaço é a forma-conteúdo, o presente em constante movimento. As formas peculiares das paisagens são importantes, mas não se chega a compreensão do espaço apenas através delas. As formas se transformam em espaço ao serem interpenetradas pelo valor, pelo uso e pela ação que lhes dão conteúdo.

É deste modo que o imaginário social de cada período histórico produz novas paisagens. Por meio da habilidade humana, sempre renovada, a natureza vai sendo transformada em objetos culturais. O que a natureza sugere, o imaginário social traduz e transforma em artefatos (Pereira Leite, 1998:56). As representações de mundo vão sendo construídas na produção destes objetos culturais que, reunidos no tempo e no espaço, transformam a paisagem em lugar.

Por meio das paisagens podemos analisar a materialidade como inscrição das práticas sociais na construção do meio. Para exemplificar podemos adiantar que o modo de vida caiçara imprimiu, durante muito tempo, uma materialidade singular às planícies do litoral norte paulista: habitações, ranchos de pesca, roçados, trilhas... Esta materialidade, aqui e acolá, ainda nos fala deste tempo passado. É que enquanto inscrição da cultura material no espaço geográfico, as paisagens podem também ser consideradas teatro da memória. Mas não podemos perder de vista que é a ação social que dá sentido às paisagens, e não o contrário. Assim, um processo social e simbólico transforma em lugar a paisagem e desnaturaliza o seu conceito.

Segundo Santos (1996:85-86), “paisagem e sociedade são as variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano”. A ação social dá vida, dinamismo e função às formas que, renovadas, darão impulso para novos movimentos da sociedade. Para Santos, e nisso ele se aproxima de Durkheim, é a ação social que dá vida à forma, mas é na relação entre forma e vida que a paisagem se transforma em espaço, ou forma-conteúdo, e aqui ele supera a análise dicotômica feita por Durkheim sobre forma e função, na medida em que, para Santos, a *morfologia social* não é simplesmente a “forma exterior e material da sociedade”.

Para cessar o duelo entre forma e conteúdo e refletir sobre o espaço social, é necessário trilhar uma via metodológica que nos revele, ao mesmo tempo,

forma, função, estrutura e processo. É o espaço que participa do processo dialético entre a forma e a função, entre os sistemas de objetos e os sistemas de ação. Só ao atribuir valor às formas, aos objetos, é que a ação social transforma as paisagens em espaço:

“Não existe dialética possível entre formas enquanto formas. Nem, a rigor, entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas” (Santos, 1996:88).

Ao reportarmos, no desenrolar desta pesquisa, a uma periodização específica, caracterizada por diferentes formas de valorização da paisagem do litoral norte paulista, encontramos formas espaciais e funções sociais sempre correspondentes a um realidade que é local mas, ao mesmo tempo, expressa o mundo.

Não é a forma que cria a função, ou o contrário. É o movimento da totalidade social que, ao se reproduzir, gera formas e funções associadas à totalidade como forças propulsoras para novos movimentos. A totalidade não é a simples soma das partes. Assim como a parte, analisada isoladamente, não pode representar sozinha a totalidade; a totalidade, em seu movimento, necessita atravessar as partes inserindo-as em sua lógica de funcionamento. Conforme as palavras de Santos (1986:39),

“A totalidade, que supõe um movimento comum da estrutura, da função e da forma, é dialética e concreta. Para estudá-la, é preciso levar-se em consideração todas as estruturas que a formam e que em conjunto ou isoladamente, a reproduzem. Essas estruturas, bem como a totalidade, não são fixas, pois evoluem no tempo.”

Com esta afirmação, Milton Santos também evita o determinismo que confere à estrutura econômica o papel dominante. Para ele, esta possibilidade nega a idéia de totalidade, reduzindo-a à cristalização da reprodução de uma única estrutura. Também nesta investigação, embora tomemos como referência diferentes formas do modo de produção capitalista, partindo das determinações do mercantilismo, ou do período colonial, a sucessão dos períodos sempre esteve subordinada à hegemonia do capitalismo. O objetivo deste trabalho, contudo, não é analisar diversos modos de produção, mas diferentes formações sociais que se revelam sob o mesmo modo de produção dominante. As Formações Econômicas e Sociais (FES) são mais complexas e diversificadas. Elas se localizam espacialmente e compõem com as determinações do lugar e de várias outras instâncias, além da econômica.

Do mesmo modo que a totalidade, os lugares, frações e formadores da dinâmica social total, são qualitativa e quantitativamente mutantes. Assim, podemos dizer que o espaço é uma categoria abstrata, que se realiza na concretude dos lugares através dos quais a dinâmica social se reproduz alimentando a história.

Enquanto os povos primitivos, e mesmo as comunidades tradicionais isoladas até poucas décadas atrás, podiam limitar a percepção do espaço social àquele necessário à sua própria reprodução, na sociedade contemporânea a apreensão total do espaço social se impôs. A internacionalização do mercado e da cultura, as novas tecnologias de informação, a divisão internacional do trabalho colocaram todas as frações territoriais conectadas a uma totalidade traduzida empiricamente por toda sorte de relações. Uma nova janela perceptiva abriu-se para os homens, e Santos (1997), ao definir para nós a *Natureza do Espaço* contemporâneo, nos ajuda a apreendê-la, ao dizer que, pela primeira vez, a humanidade tem a possibilidade de vivenciar uma universalidade empírica.

Respeitando as próprias ferramentas conceituais, cada campo científico pode apreender a visão totalizante do mundo. No caso da inserção da categoria espaço na teoria social contemporânea, a construção desta visão torna-se um pressuposto da sua legitimidade.

Santos (1996:92) nos aponta a timidez da geografia em trabalhar com a noção de totalidade. Nesta direção dois encaminhamentos principais se colocaram:

de um lado, a tentativa de definir uma região através da reunião de todos os seus elementos, e de outro, a idéia de totalidade-mundo e sistema-mundo, inspirada por Braudel.

A *universalidade empírica*, com a qual o processo contemporâneo de globalização nos brindou, é um referencial tentador para a retomada da questão da totalidade. Um caminho seria partir desta universalidade empírica, e analisar as relações entre a Totalidade-Mundo e os Lugares, o que permitiria a retornada do movimento do universal para o particular e vice-versa. Mas fixemos primeiro a noção de totalidade, uma herança que a filosofia clássica nos legou para constituir-se em ferramenta indispensável do conhecimento e da análise da realidade.

Nesta concepção é intrínseca a idéia de que todas as coisas que compõem o Universo formam uma unidade, mas é a unidade, o todo, que explica as partes e não o inverso. O todo não é a simples soma das partes, mas a relação destas em conjunto. A totalidade se transforma em outra totalidade num movimento permanente de mudança estrutural, enquanto as partes possuem um papel funcional em relação à totalidade. Da mesma forma:

“O aumento da população total, da população urbana e da produção industrial não se deve à influência do movimento próprio das parcelas localizadas nas diferentes regiões, mas ao movimento global decorrente das forças mais gerais responsáveis pela distribuição geográfica das diversas variáveis sobre o conjunto” (Santos, 1996:93).

Mas, pergunta-se Santos, como apreender a totalidade se ela está em constante movimento de mudança? E ele responde justificando o método: se o conhecimento pressupõe a análise, e esta a divisão, é preciso dividir a totalidade para apreendê-la.

Primeiramente, Santos apóia-se nas análises de Sartre para distinguir totalidade e totalização. Apesar de ambas conviverem no mesmo tempo e espaço, a primeira é o resultado, o produto de um movimento, e a segunda é o processo em curso, ou a totalidade em produção. E Santos complementa:

“Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço” (Santos, 1996:95-96).

Enquanto Sartre considera que o ser é a existência em potência, e a existência é o ser em ato, Santos conclui que a sociedade seria então o Ser e o espaço a Existência. Afinal, é o espaço que permite à sociedade global realizar-se como fenômeno.

A totalidade integral é vista como unidade *em abstrato*, realizando-se concretamente em suas manifestações particularizadas de forma, função, valor e relação através da ação. A ação (histórica e geográfica) une o Universal ao Particular, o mundo ao lugar. Neste processo “A estrutura necessita da forma para tornar-se existência e, de outro lado, a forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social” (Santos, 1996:101).

Indo um pouco mais além, e partindo da constatação de que sistemas de objetos e sistemas de ações não devem ser apreendidos isoladamente, como pregou o discurso epistemológico da modernidade, também devemos apreender natureza e cultura, ou natureza e sociedade numa explicação conjunta, pois se “a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos.” (Santos, 1996:81). O espaço geográfico não é a natureza natural, independente do homem, mas a natureza transformada pelo trabalho humano num processo contínuo de elaboração de uma natureza artificial, ou seja, social. “Quando se admite que o espaço é um fato social, é o mesmo que recusar sua interpretação fora das relações sociais que o definem. Muitos fenômenos, apresentados como se fossem naturais, são, de fato, sociais” (Santos, 1980:130). A tentativa de definir o espaço no período contemporâneo não pode contentar-se com o simples resultado da interação entre o homem e o meio, como durante muito tempo se pensou a geografia. O espaço, hoje, se define como

uma “realidade relacional”, “coisas e relações juntas” (Santos, 1988:26), objetos (naturais e artificiais) e ação social.

Esse é o motivo de Santos optar por trabalhar com o espaço geográfico como um híbrido, e não como um conceito puro. A noção de forma-conteúdo é, em geografia, o correlato desta concepção. Não há função sem forma, significado sem signo e, ao mesmo tempo que formas antigas são chamadas para atender novas funções, novas formas também introduzem outros conteúdos. A forma-paisagem de Ubatuba é também resultado de um conteúdo social variável. Do ponto de vista analítico e da realidade concreta, em movimento, não há como conceber forma e conteúdo isoladamente.

Níveis de análise,

ou a unidade entre o geral e o particular, o mundo e o lugar

Pensar o espaço humano como fato histórico e social nos remete às sociedades locais que vão espacializando a história mundial.

Santos (1979:10) parte da categoria de Formação Econômica e Social²⁶ para construir uma segunda categoria, agora com dimensão geográfica: a de formação sócio-espacial (ou Formação Econômica, Social e Espacial). Partindo da constatação de que a Formação Econômica e Social baseia sua explicação na produção, sendo esta histórica e espacialmente construída, é equivocado pensar a Formação Econômica e Social sem a sua inerente espacialidade. Através da formação social o modo de produção se espacializa gerando diferentes combinações e particularidades.

A noção de F.E.S. é um instrumento analítico para a apreensão de uma sociedade determinada no tempo e no espaço, não para a sociedade em geral. A cada momento histórico, o modo de produção e a sociedade em geral realizam-se nas Formações Econômicas e Sociais através dos Estados nacionais que, por sua vez, vão

²⁶ A noção de F.E.S. foi originalmente elaborada por Marx e Engels e posteriormente trabalhada por vários autores.

atribuir a cada local uma significação particular; dessa análise resulta a necessidade da periodização.

Por outro lado, uma F.E.S. específica está arraigada à dinâmica da totalidade, assim como esta totalidade está sendo reproduzida nela através das determinações sociais, econômicas e políticas. Ao mesmo tempo em que a ordem internacional vai se reproduzindo nas escalas locais, estas, frutos de combinações variadas, vão gerando diferentes arranjos e tecendo as especificidades dos lugares. Assim, Santos nos coloca que “as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”, e nós podemos acrescentar que as particularidades geográficas de cada local interpretam esta linguagem com diferentes sotaques. É este recorte analítico que norteou a apreensão do lugar – Ubatuba – em relação ao tempo (periodização), ao espaço (local, regional, mundial) e à sociedade (tradicional e contemporânea).

Como já salientamos anteriormente, antes do período tecnológico atual muitos lugares ainda podiam escapar da determinação do modo de produção dominante. Atualmente, a luta entre o modo de produção velho e o novo - que tenta se impor por toda parte - constrói formas interpenetradas e híbridas historicamente, não se realizando completamente em parte alguma. Já “as relações entre espaço e formação social, para Santos (1979:15), são de outra ordem, pois elas se fazem em um espaço *particular* e não em um espaço *geral*, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”.

Enquanto a história dos modos de produção é representada pela “*sucessão* de formas criadas a seu serviço”, a representação da história da formação social é dada pela “*superposição* de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre seu *território espacial*” (1979:15).

Um dos meios da formação social (totalidade abstrata) realizar-se na totalidade concreta é através do espaço e da natureza. Considerando que a sociedade e a natureza, da qual ela extrai a sua produção, são indivisíveis, pois realizam, ambas, a mesma formação social, e que natureza e espaço são unos, pois nos reportamos sempre à segunda natureza, conforme a interpretação de Marx, podemos, então, vislumbrar uma nova concepção de sociedade, espaço e natureza. Para Santos, esta

nova conjugação anula a “interpretação dualista das relações Homem-Natureza” (Santos, 1979:10).

Mas Santos nos adverte: “Se abandonarmos o ponto de vista da sociedade em geral e abordarmos a questão sob o ângulo de determinações específicas que a tornam concreta, essas determinações específicas se tornariam uma mera *potência*, uma simples *vocação*. Elas tornam-se realidade *pelo* espaço e *no* tempo” (1979:16). Espaço e natureza, na sociedade contemporânea, estão destinados a mudar. A função do espaço e a significação particular de um local dependem “das funções que uma formação social é chamada a realizar”. A dinâmica do espaço é produto e condição da dinâmica da sociedade global. As novas formas vão possibilitando a reprodução de novos conteúdos gerados ou impostos pelos determinantes sociais, políticos e econômicos mais gerais, mas concretizados “*na e pela* formação social” (1979:17).

É na organização do espaço que a F.E.S. encontra os dados que representam a sua evolução, as formas permanentes e as novas formas-conteúdo. Cada lugar apreende a totalidade através de um significado particular, embora este só possa ser compreendido ao nível da própria totalidade. O papel que cada lugar representa no contexto mundial, depende de atributos espaciais valorizados socialmente em cada momento histórico.

O espaço é transformado pela totalidade mas, através dele, a própria totalidade se reproduz. Além disso, o espaço influencia outras estruturas sociais, tornando-se, ele mesmo, parte deste processo social mais geral.

Enquanto as ações sociais dão sentido à espacialidade, esta é o contexto inevitável de novas ações. Desse modo, Santos coloca que o papel do espaço traduz-se por uma “inércia dinâmica”, pré-condição e resultado da produção social.

Do mundo ao lugar, do espaço abstrato às paisagens singulares, o desafio que se coloca é tornar visível as teias que unem a sociedade à natureza, os sistemas de objetos aos sistemas de ações, a forma ao conteúdo. Esses híbridos, dos quais nos fala Latour (1997), já fazem parte da complexização da realidade e devem estar presentes em um novo discurso epistemológico.

Então, agora, saímos do campo da teorização e adentramos em um campo de possibilidades que só a individualização pode nos fornecer. Como uma formação sócio-espacial determinada insere-se na dinâmica da totalidade que está sendo reproduzida nela? De que modo o imaginário social produz paisagens singulares, gesta territorialidades próprias e coloca em diálogo permanente o mundo e o lugar?

Do período colonial à urbanização turística contemporânea, este processo esteve permanentemente presente na construção do espaço social do litoral norte paulista. É tomando por base a história das aproximações e distanciamentos do mundo com o lugar que a nossa análise prossegue. Assim, se este esforço de abstração, ou esta análise raciocinada, separa momentos históricos, é para que estes se reencontrem na simultaneidade do fazer contemporâneo.

PARTE II

A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL TRADUZIDA NO LUGAR

LITORAL NORTE PAULISTA

UMA PERIODIZAÇÃO REVELADORA

Para uma periodização representativa das permanências e mudanças do lugar em relação ao mundo, devemos identificar os vetores internos e externos geradores da força motriz capaz de induzir a transformações sócio-espaciais. No litoral norte paulista, desde o período colonial, diferentes forças econômicas impulsionaram estas mudanças, demandando da região diferenciadas formas de organização social e do trabalho, habilidades técnicas e configurações territoriais distintas, que deram textura ao tempo e construíram materializações e espacializações únicas.

Mais do que reproduzir, quadro a quadro, a história do litoral norte paulista, interessa-nos identificar os momentos de ruptura caracterizados pela substituição do padrão técnico e cultural e pelo processo de acomodação entre o velho e o novo. Privilegiou-se nesta análise o período contemporâneo, muito embora a individualidade do lugar tenha sido construída ao longo de vários períodos, em que os municípios do litoral norte paulista foram chamados a responder demandas externas, aceitando ou rejeitando vetores de transformação, transformando ou adequando o contexto local.

Fazemos, então, uma breve referência para um período que abrange praticamente três séculos (de 1500 ao final do século XIX), ao longo dos quais o papel da região, no contexto nacional e mundial, pouco se alterou. Apesar da exploração do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) ter se consolidado como a primeira empresa colonialista, o colonizador europeu vislumbrou na terra inculta além-mar mais do que recursos a explorar. Nessa busca expansionista, encontrava-se a possibilidade de superação dos mitos que povoavam o desconhecido desde a Idade Média, bem como a possibilidade de levar a civilização aos selvagens, projeto que se articulava entre a nobreza, o clero e a burguesia lusitanas (Pereira Leite, 1998:10).

Com a adequação do território conquistado aos ciclos da economia mercantil, o contexto regional oscilava entre uma dinâmica de inserção e uma dinâmica de isolamento, ambas fazendo parte de uma mesma lógica geral: a integração ou marginalização da região na política econômica mundial de produtos para exportação. Este período é definitivamente superado, no final do século XIX, com a decadência da economia cafeeira no litoral norte paulista.

Do início do século XX até a década de 1950, encontramos uma reorganização do trabalho limitada ao modo de vida tradicional caiçara. Este segundo período expressa uma configuração sócio-espacial única, alicerçada a partir de um conjunto de técnicas, crenças e simbolismos que transformaram o trabalho, a sobrevivência e a cultura caiçaras numa organização social singular.

Entre as décadas de 1950 e 1970, encontramos os vetores que iriam transformar definitivamente a organização sócio-espacial local. Mais que um tempo alicerçado na estabilização, este período, identificado aqui como um terceiro período, representa o início de uma ruptura, quando a valorização turística das paisagens naturais, até então preservadas, passa a ser o principal vetor de integração da região ao contexto estadual, nacional e, posteriormente, mundial.

Nestas três décadas consideradas, o turismo não habitava completamente as paisagens do litoral norte paulista. A paisagem local, aquela que veio sendo construída ou preservada ao longo dos séculos, era soberana em suas referências: a praia, os rios, a capela, as cachoeiras, as trilhas, as residências isoladas, a mata, a serra do mar, as ruas e estradas de terra... Pouco habituais, apenas uma ou outra casa de veraneio sobressaía na paisagem pelo seu porte, desenho ou luxo. Estas construções ainda não compunham com a “monocultura do turismo”²⁷ (Krippendorf, 1989). Não haviam barreiras para o acesso ao mar ou ao sertão, e a fluidez territorial possibilitava o encontro e a liberdade de diferentes grupos sociais: veranistas, aventureiros, caiçaras, imigrantes, campistas, todos podiam circular por todos os lugares.

²⁷ Embora o termo monocultura remeta-se a cultura exclusiva de um produto agrícola, Krippendorf (1989) o relaciona a dependência exclusiva da atividade turística, o que pode ser muito arriscado para uma economia local.

A mudança, contudo, já era visível como um projeto que se esboçava: as terras estavam sendo vendidas, o acesso vinha sendo facilitado através da melhoria da malha viária e da popularização do automóvel, as fronteiras do Parque Estadual da Serra do Mar tornavam-se inevitáveis para o projeto de preservação, a necessidade de bens industrializados conduzia o caiçara a uma especialização produtiva, a dinâmica demográfica regional era alterada pelos fluxos migratórios, e a transformação cultural impregnava-se na paisagem como um traço indicador de um novo período. A implantação da rodovia Rio-Santos (BR-101) é a ruptura definitiva, o evento que anuncia o período contemporâneo.

No último ou quarto período, que compreende a década de 1980 até os anos noventa, a urbanização e a valorização turística traçaram, num ritmo implacável, um novo contexto regional. A BR-101 foi pavimentada em toda a sua extensão, os condomínios fechados horizontais passaram a ser a regra para ocupação residencial da orla marítima, o turismo de elite passou a conviver com os fluxos turísticos mais populares, a proliferação das construções de segundas residências imprimiu um desconcertante descompasso entre o lugar e a paisagem construída. A sucessão de tempos veio se avolumando até construir a simultaneidade do acontecer contemporâneo, integradora de fluxos de toda ordem, e de materialidades diversas que se embaralham no lugar. Assim, em um inevitável convívio, estão conjugadas ou segregadas as diversas sociabilidades, dos grupos indígenas, caiçaras, comunidades de negros, diferentes grupos de turistas, de ambientalistas, de empresários ou de imigrantes de todo espectro sócio-econômico.

É um recorte temporal singular. Um período longo, de transformações lentas; um período médio (em torno de cinquenta anos) que cristalizou o tempo no espaço litorâneo; e dois períodos relativamente curtos, de 1950-70 (trinta anos) e de 1980-90 (menos de vinte anos), em que o primeiro apresenta os ventos de um novo tempo que viria se instalar, e o segundo, já marcado pelas rápidas transformações do mundo contemporâneo, ganha velocidade na compressão do espaço-tempo.

Pequeno histórico da produção sócio-espacial no litoral norte paulista²⁸

“Aqui há ruínas coloniais, aldeias indígenas e praias virgens como na época de Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, que incluía grande parte da atual costa norte paulista, onde se travaram as batalhas que decidiram o destino futuro do país” (Guia Turístico Rio-Santos Tour, 1996:08)

Uma breve recuperação da história regional no contexto da colonização (séc. XVI e XVII) e dos ciclos econômicos, nos leva a constatar que a natureza no litoral norte paulista não se manteve preservada durante esses séculos, mas, ao contrário, seus atributos atraíram inúmeras investidas do homem/colonizador, responsável pelo uso de seus recursos numa escala inédita às populações nativas. A ocupação indígena, anterior à colonização, não havia deixado muitas marcas na paisagem local, embora houvesse transmitido um legado com fortes contribuições culturais, tais como o tipo étnico, as técnicas para a lavoura e para a pesca, para a construção de embarcações em cedros, guapuruvus, imbiricux, artesanatos em taquara, palha, cipó e muitas trilhas e caminhos.

Os índios naturais desta região eram os Tupinambás que, segundo os relatos históricos, era um grupo alegre, que cultivava a música e a dança e fazia instrumentos musicais, principalmente flautas e tambores. Viviam em paz com os Tupiniquins, naturais de São Vicente, até a chegada dos colonizadores portugueses e franceses. Incitados pelos brancos, estes dois grupos indígenas passam a guerrear até que a *Confederação dos Tamoios*, liderada por Cunhambebe, une os dois povos para combater os colonizadores. É nesse período, início do século XVI, que o artilheiro alemão Hans Staden torna-se prisioneiro dos índios, episódio que inspira o seu livro *Viagem ao Brasil*²⁹.

²⁸ Para uma visão mais detalhada da história da ocupação, do perfil populacional, da urbanização e do turismo no litoral norte paulista, ver a dissertação de mestrado: Luchiari, M.T.D.P., 1992.

²⁹ O título original desta obra, publicada pela primeira vez em 1557, era *Descrição verdadeira de um país de selvagens, nus, ferozes, canibais, situado no novo mundo, América*.

Em 1563, os jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta chegam à Aldeia de Iperoig (atual Ubatuba) para organizar a paz. Com a paz restabelecida, os portugueses asseguram a posse da região e fundam a Vila Nova da Exaltação à Santa Cruz do Salvador de Ubatuba. No período colonial, as empresas mercantil e jesuítica apropriaram-se do território tomando como recursos e força de trabalho o meio natural e a população indígena. As duas empresas se completavam: enquanto a evangelização do indígena substituiu os espíritos da floresta por um deus único, a empresa mercantil reduzia o complexo meio natural a uma base física de exploração (Pereira Leite, 1998:49).

Desde o início do período colonial, a construção da paisagem obedeceu a uma racionalidade externa vinculada às necessidades mercantis. Esta realidade impôs a hegemonia do espaço privado e transformou a desigualdade social em constituinte da formação do território brasileiro. À territorialidade indígena tradicional, sobrepôs-se uma nova forma de organização, voltada para o escoamento de mercadorias e de matérias-primas e para a circulação de pessoas. Embora, em muitos casos, as redes tradicionais e modernas pudessem coabitar o mesmo território, jamais fizeram parte de um projeto de integração entre o espaço social tradicional e a empresa mercantil. A territorialidade de europeus, negros e índios era marcada pela fragmentação e por normas de sociabilidade que “obedeciam à lógica excludente de sua organização” (Pereira Leite, 1998:26).

A apropriação da natureza no período colonial difere, por princípio, da apropriação da natureza empreendida primitivamente pelos índios e, posteriormente, pelos caiçaras. Enquanto índios e caiçaras incorporavam esta região como único referencial de vida e sobrevivência, o olhar do colonizador tinha o sentido da exploração para, em seguida, apropriar-se das paisagens exuberantes que seriam dominadas e domesticadas. Assim se deu a apropriação dos ambientes litorâneos, visando à exploração em larga escala de riquezas naturais (madeiras, peles, metais preciosos) e à expansão comercial agrícola, que, além de ampliar as áreas de cultivo, passa a ser, na política colonial, uma estratégia de defesa do território. As atividades portuárias no litoral paulista propiciaram a diversidade sócio-econômica e foram fundamentais na manutenção dos constantes fluxos de pessoas,

mercadorias e informações. A produção para exportação baseava-se na força de trabalho escravo e nas grandes propriedades agrícolas³⁰, que se confundiam com o meio urbano, na medida em que este representava um prolongamento das atividades agrícolas e do modo de vida rural.

Os índios logo foram marginalizados em seus territórios e a ocupação colonial imprimiu uma dinâmica nova à paisagem primitiva, implantando alterações mais marcantes, tais como: engenhos de cana-de-açúcar, serrarias, fornos de olaria, ampliação das vias de transportes, construção de pequenas indústrias, uma rede urbana sob a forma de *tabuleiro de xadrez*, implantada pelos portugueses nas sedes dos povoados, os casarões, as vilas e as fazendas. Em um primeiro momento do período colonial, as planícies e os terraços litorâneos assentaram a maioria dos povoados urbanos do país. Próximos a baías e enseadas, muitos destes núcleos conjugavam as funções de porto comercial e militar. O povoamento e a fundação de cidades ou vilas restringia-se praticamente à costa litorânea (Figura 1).

A fase do açúcar não durou muito tempo e não teve a mesma relevância do que para o nordeste. A decadência da fase açucareira nessa região, associa-se a três fatores: à posição geográfica, desfavorável em relação ao nordeste, mais próximo do mercado consumidor europeu, à escassez dos espaços agricultáveis, bem como a dificuldades de ordem natural (qualidade dos solos, clima etc.), intransponíveis pela tecnologia disponível, além do próprio interesse dos colonizadores em adentrar no planalto, em busca de metais preciosos (Silva, 1975:23 e Petrone, 1965:22).

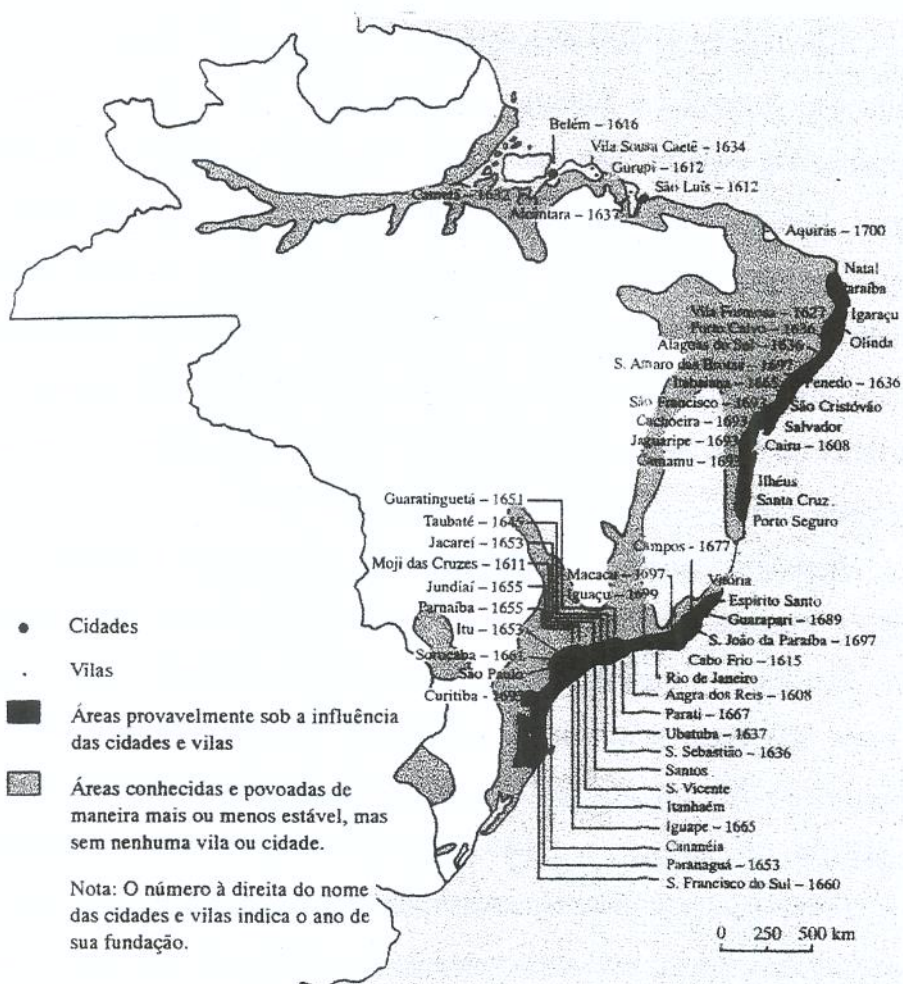
Só entre os séculos XVII e XVIII, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o povoamento e a fundação de cidades se estende para o interior do território brasileiro. Neste período, as cidades portuárias do litoral norte paulista passaram a funcionar como pontos estratégicos entre as áreas de mineração e o exterior. Os caminhos percorridos pelo ouro correspondiam às velhas trilhas indígenas, que ligavam o planalto ao litoral³¹. O ouro cunhado no Registro de

³⁰ No litoral norte paulista, dadas as características específicas do ambiente litorâneo, as grandes propriedades apresentavam pouca utilização efetiva.

³¹ Algumas trilhas transformaram-se em rodovias, e a trilha do ouro, no Parque Nacional da Bocaina, foi revestida de pedras pela mão-de-obra escrava no século XVIII.

Figura 1 - A marcha do povoamento e a urbanização no século XVIII

Fonte: Aroldo de Azevedo (1970), *Brasil: A Terra e o Homem*, Comp.Edit.Nacional/Edusp, São Paulo.



Taubaté, no Vale do Paraíba paulista, descia pelas trilhas para Ubatuba e, então, seguia em caravelas para Portugal. Com a transferência deste “eixo” para o Rio de Janeiro, o litoral paulista sofre um período de declínio econômico e de êxodo demográfico, recuperando-se apenas no século XIX, com seu ingresso na economia cafeeira.

Durante o século XVIII, a economia regional girava em torno do plantio da cana-de-açúcar, do arroz, da mandioca, bem como da pesca à baleia, que deu origem às armações. “Tratava-se, então, de uma alternância de economia de subsistência e economia de exportação, necessárias ambas à vida regional da época” (Silva, 1975:80).

Com seu ingresso no ciclo cafeeiro, no início do século XIX, o litoral norte conhece uma fase de grande dinamização. A abertura do caminho do Padre Dória, ligando São Sebastião à Salesópolis, e Ubatuba a São Luiz do Paraitinga, ambas no reverso da escarpa, além da ligação entre Caraguatatuba e Paraibuna, possibilitaram o desenvolvimento do novo produto monocultor. O apogeu desta fase culmina com uma grande produtividade de café, principal produto da então província de São Paulo³², o que resulta no aumento demográfico, numa prosperidade semelhante aos distritos do interior, e na intensa utilização do solo, inclusive nas encostas da Serra do Mar. Segundo França (1951, 1954), muitas áreas dos esporões que permaneceram desnudas são resultado do período do café.

Após este período de dinamismo como produtores e portos de café, São Sebastião e Ubatuba entram em declínio, primeiro a partir de 1867, quando a ferrovia entre São Paulo e Santos é inaugurada, e depois em 1877, com a ligação ferroviária entre São Paulo e Rio de Janeiro (Silva, 1975:80). As transformações sócio-econômicas do país, promovidas, naquele momento, pelos fazendeiros de café do interior paulista, não incluíam o desenvolvimento do litoral norte do estado. Os solos pobres, erodidos pelas práticas agrícolas rudimentares, o clima úmido, sem uma estação realmente seca, em pouco tempo tornaram insignificante a produção cafeeira, logo substituída pelos cultivos da cana, do feijão, do milho, da mandioca e das frutas cítricas, entre outras.

A economia cafeeira desencadeou um movimento de ocupação territorial no interior do estado, colocando a capital paulista como um ponto estratégico entre o interior e o porto de Santos. Este processo se efetuou a partir de uma base capitalista estruturada no desenvolvimento de centros regionais, com a

³² Em 1836, Vila Bela, São Sebastião e Ubatuba produziam o equivalente a 14,2% do café da província paulista (Papy, 1957).

melhoria da infra-estrutura (urbana, viária e de transporte) e dos serviços necessários à produção e à reprodução de força de trabalho. Estas condições acabariam por favorecer o nascimento da indústria e de uma nova forma de organização urbana e social, deixando para trás a hegemonia agro-exportadora.

Enquanto o interior paulista passava a compartilhar com São Paulo os atributos da modernidade contemporânea, o litoral foi esquecido e deixado à sua própria sorte. Já no final do século XIX, esta região encontra-se à margem dos processos de urbanização e de modernização que moviam o estado e o país, retraindo a sua economia para uma produção baseada na subsistência.

O litoral norte paulista alternou, então, fases de grande dinamismo e fases de estagnação, refletindo as demandas da política colonial. Da mesma forma, a natureza também se retraía ou se expandia, de acordo com as oscilações entre a emergência de um produto monocultor (açúcar, café), e o retorno à produção de subsistência. No auge da produção açucareira ou cafeeira, as fazendas se expandiam, as encostas da serra eram ocupadas pelas lavouras, e o comércio se dinamizava. Com o declínio destes produtos, a população que não emigrava se concentrava nas sedes de municípios, e as comunidades caiçaras passavam a ocupar as pequenas planícies espalhadas ao longo da costa, pouco avançando sobre as encostas da serra com suas roças de subsistência. Era o momento dos campos se transformarem em capoeirões e das matas se regenerarem.

O caiçara³³ surgiu como um resíduo de segmentos desprivilegiados (índios e negros) que se somaram aos agentes da ocupação (os europeus). A cultura caiçara sobreviveu a todos os ciclos que dominaram a economia do país e penetraram no litoral paulista entre os séculos XVII e XIX, sendo fundamental à economia local nos interstícios desses ciclos. Sua presença persistiu no espaço litorâneo, fortalecendo-se nos momentos de declínio econômico dos produtos para exportação.

A tradição secular caiçara nunca existiu isoladamente, a partir de povos primitivos, com uma “economia fechada” e uma “cultura estática”. Ao

³³ Caiçara é um termo utilizado para designar a população mestiça que habita a região litorânea paulista. Neste estudo seguimos a definição de Kilsa Setti (1985), considerando o caiçara como uma população que tem um tipo de vida e cultura que lhes é característico, e não simplesmente segundo a sua etnia.

contrário, ela sobreviveu a integração (açúcar, ouro e café) e à marginalização (ouro e café) de uma economia regional dependente das políticas econômicas que alimentavam o mercado mundial de produtos tropicais, assim como recebeu diversas influências destas.

Com a marginalização econômica da região, no final do século XIX, imposta pela transferência da produção cafeeira para o interior do Estado, o litoral norte paulista volta-se para uma economia familiar com poucos excedentes e para o fortalecimento da cultura caiçara, quer no seu universo concreto de trabalho e subsistência, quer no seu universo simbólico, de festas, crenças e compadrios. Assim, esta região entra no século XX, e permanece até a década de 1950, marginalizada em relação ao processo de urbanização e ao dinamismo econômico do estado. É neste período que as comunidades caiçaras se mantêm mais isoladas, passando a viver quase exclusivamente de suas culturas e de suas estratégias de sobrevivência, tecendo as redes do modo de vida tradicional. É o período que alguns autores denominam de epopéia ou período heróico caiçara (Noffs, 1988:15, Mussolini, 1980:225 e Diegues, 1973:89). Os pilares desta cultura tradicional estavam representados nas *canoas de voga*, nas *lavouras*, na *caça* e na *pesca artesanal*, bases da economia de subsistência, da pequena atividade mercantil e da relativa autonomia.

A recuperação histórica do modo tradicional da vida caiçara, no período que compreende o início do século até a década de 1950, fortalece a análise comparativa entre duas formas de organização social diferentes - a caiçara e a urbana -, e a análise comparativa entre dois momentos de uma mesma organização social - a caiçara. O primeiro momento configura-se no pleno exercício de uma cultura viva, e o segundo, ou atual, em um processo em que a transformação ou mesmo a desintegração das comunidades caiçaras já é uma realidade.

Antigas territorialidades do universo tradicional caiçara (1900-1950)

Do início do século até a década de cinquenta predominava na região a pequena produção de arroz, feijão, milho, mandioca, aipim, cana, banana, café,

frutas cítricas e aves (França, 1954:54-55). Embora a produção de alimentos sempre tenha ocupado posição de destaque no litoral paulista, a pequena produção mercantil, neste período, passou a ser a base de sua economia.

As formas tradicionais de sobrevivência destas comunidades litorâneas sustentavam-se fundamentalmente pelas canoas de voga, que serviam como uma forma de resistência ao isolamento e como continuidade de uma pequena economia mercantil, pelas lavouras, base da relativa autonomia das populações locais, e pela pesca artesanal, como atividade mercantil e de subsistência.

As canoas de voga, sobreviventes da cultura indígena, eram feitas de um só tronco escavado a machado, enxó ou fogo. Por meio delas, os caiçaras do litoral norte paulista transportavam os excedentes de sua pequena produção (a aguardente e ocasionais excedentes da roça e da pesca) para Santos, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba. Durante este período, as canoas de voga eram o único meio de transporte, de mercadorias e de pessoas, que abastecia as vilas, de difícil acesso, daquilo que os caiçaras não produziam (ferramentas, sal, vestuário, anzóis etc.), mantendo nesta relação comercial a pequena produção mercantil das inúmeras praias da costa paulista (Mussoline, 1980:225 e Carvalho, 1946:114).

As culturas de alimentos situavam-se entre as encostas da Serra do Mar e a orla marítima, área que os caiçaras denominam de *sertão* do litoral. Apesar destas lavouras terem sido praticadas em pequena escala, com técnicas rudimentares e em regime de “pousio”³⁴, foram elas que imprimiram a presença caiçara na paisagem litorânea.

Nas vilas caiçaras, os moradores viviam na praia, em casas isoladas umas das outras, numa disposição desordenada, escondidas entre a folhagem e interligadas por trilhas e caminhos. As cercas e os muros não existiam originariamente. Eles fazem parte de uma mentalidade trazida por turistas e

³⁴“pousio”: descanso da terra por um período de até vinte anos, o que a capacita para a recuperação através de estágios sucessivos, com possível formação de florestas secundárias. A forma itinerante predominava na agricultura caiçara na passagem do século XIX para o século XX. No período mais seco (inverno), o sub-bosque era derrubado e, próximo ao período chuvoso (agosto à outubro), ocorriam as queimadas. Neste terreno cultivava-se a roça durante dois a três anos, período após o qual a terra ficava em descanso. Antes que se reconstituísse a floresta secundária (em torno de quinze anos) abria-se uma nova roça. Este tipo de agricultura, com o crescimento populacional, tornou-se predatória (Papy, 1957:150 e França, 1954:55).

imigrantes em relação à propriedade privada. O espaço das residências, apesar do uso privado para as famílias, era contornado por uma dimensão de uso coletivo. As fruteiras, trilhas, criações de quintal e plantas nativas que rodeavam as casas faziam parte de um espaço coletivo utilizado através de regras que dispensavam a delimitação da propriedade com cercas e muros.

Os territórios caiçaras estavam articulados por um sistema de orientação singular, regulado pela natureza: rios, areia, pedreiras, morros e vegetação. Mesmo atualmente, o caiçara evita a incorporação da sinalização oficial (BR-101, quilometragem, nome de ruas), preferindo combinar o *esqueleto topográfico* do seu território à paisagem construída socialmente, desde que exista para ele um referencial significativo, como a capela, a venda ou o asfalto - este último, no caso, relacionado ao material utilizado.

As trilhas, com seu traçado irregular, recortavam os territórios caiçaras e permitiam o livre acesso de todos para todos os lugares: fontes de água para o consumo doméstico, igreja, sertão, venda, casa de parentes e amigos. A lógica da origem-destino dessas trilhas só é compreendida absorvendo-se primeiro a espacialização das necessidades e dos hábitos caiçara. Uma trilha podia terminar numa residência ou simplesmente desaparecer no meio da mata. Nesse sentido, o uso coletivo do território sobrepunha-se ao uso privado das posses. As trilhas e caminhos projetavam na configuração territorial a circulação das pessoas, das informações e das trocas de mercadorias. Por meio desses referenciais, os caiçaras mantinham um fluxo de informações entre as diversas praias, o que eliminava o isolamento existente, antes da construção da rodovia. Estas trilhas mantiveram, durante muitas décadas, os laços de sociabilidade e solidariedade inter-bairros: festas, batizados, casamentos, encontros musicais (Setti, 1985:18).

A estrutura da casa caiçara era semelhante à do caipira: de pau à pique, telhado de sapé de duas águas, algumas vezes caiada. Eram construídas atrás do jundu, vegetação que orla a praia³⁵, que servia como proteção contra o vento. Atualmente, a maior parte do jundu foi retirada para dar lugar aos hotéis, balneários e

³⁵Jundu é uma vegetação do tipo cerradão, com árvores retorcidas e separadas por arbustos, epífitas e gramíneas. É comum a presença de goiabeiras, araçás, pitangueiras, pitas, aroeiras (Carvalho, 1946).

condomínios fechados horizontais. Enquanto a apropriação do solo empreendida pelos caiçaras, na orla litorânea, pressupunha a convivência com a vegetação natural, a apropriação atual, empreendida pelas casas de veraneio e pelos condomínios fechados, em sua grande parte, opta pela extração da mata nativa.

A praia era o território onde se tecia a trama das relações sociais, os pontos de articulação com o mundo exterior, e os territórios de convivência entre as famílias caiçaras. Os territórios do sertão e da praia se contrapunham. Na praia se localizavam a escola, a igreja, a venda e as moradias. O sertão era o lugar do trabalho, em que se encontravam as roças, os bananais e as regiões especiais da floresta (locais de caça, de coleta de madeira e ervas etc.). Durante meio século os caiçaras fizeram emergir daquelas paisagens a sua alma, transformando ambas num lugar.

O tempo caiçara também estava relacionado aos referenciais naturais de seu universo. Os ciclos da natureza (dias, noites, luas, ventos, marés), o ambiente marítimo e o comportamento das espécies (do mar e da terra) conduziam as atividades tradicionais. Mas os caiçaras não eram “povos naturais”, vivendo do que a natureza oferecia. Havia, isto sim, uma rica apropriação dos ciclos da natureza à cultura. Permeado pelo *tempo mercantil* e por uma dinâmica social própria de crenças, mitos e ciência, os ciclos naturais alimentavam os ajustes ecológicos (calendário das atividades) e fortaleciam a cultura local (Maldonado, 1986, Cunha, 1987, Evans-Prichard, 1978).

Também a pesca não representava apenas a arte econômica de administrar os bens da natureza. Desde o período colonial, a pesca artesanal teve um papel marcante entre a cultura caiçara e os ciclos da natureza, e se firmou como produção mercantil, no litoral paulista, no período imediatamente posterior à decadência do café (Diegues, 1973). A incorporação de um setor de subsistência pela economia de mercado propiciou o desenvolvimento de diversas técnicas para a captura do pescado: a pesca dos cercos flutuantes, introduzida pelos japoneses por

volta de 1920, a pesca de tresmalho, a pesca de arrastão, tradicionalmente conhecida com a pesca da tainha³⁶, entre outras.

Vale ressaltar que a pesca artesanal empreendida pelos caiçaras sempre esteve associada a normas consensuais que evitavam o esgotamento das espécies, como o uso de técnicas não predatórias, o equilíbrio entre a necessidade e a oferta dos recursos pesqueiros, o respeito aos ciclos reprodutivos e aos processos migratórios das espécies. A utilização de um calendário, construído com base na observação e na experiência empírica, permitia o respeito ao tempo natural (cíclico), e a interação entre os diversos fenômenos da natureza que, somados a outros intermináveis procedimentos de ordem cultural, resultavam em técnicas conservacionistas. Em cerca de cinquenta anos, as relações sociais e de trabalho da pesca artesanal pouco se alteraram, permanecendo os mutirões, as festas relacionadas à pesca, a cooperação familiar, a partilha do pescado pelo sistema de “quinhões”, a salga do produto, e o saber relacionado a pesca subsidiado por recursos técnicos pouco desenvolvidos. Podemos dizer que a paisagem do universo caiçara, com exceção feita a algumas técnicas introduzidas para a produção do pescado, não acumulou muitos objetos tecnicamente diversos daqueles preexistentes.

Por volta de 1920, os japoneses introduziram a pesca dos cercos flutuantes e uma concepção capitalista de captura e comercialização do pescado, no litoral norte paulista. Os caiçaras absorveram a técnica dos cercos flutuantes, que sobrevive até os dias de hoje, mas não incorporaram a racionalidade capitalista de produção e comercialização do pescado.

A partir da década de 1930, apareceram as *traineiras*³⁷ no litoral norte paulista. Estas capturavam grandes quantidades de sardinha e estavam longe das

³⁶ A pesca da tainha, tradicionalmente conhecida em todo litoral paulista, era a única forma de pescaria da qual participavam mulheres e crianças, não embarcadas, mas puxando os cabos, na praia. A pesca industrial, praticada na costa sul do país, reduziu ao extremo os cardumes que conseguiam “correr a costa” e, ao escassear o recurso pesqueiro, várias outras atividades tradicionais relacionadas a pesca da tainha também desapareceram.

³⁷ “Traineira” é o nome da rede, estendendo-se, hoje, aos barcos. Todos eles são à motor e a maioria possui convés. Atualmente, a pesca industrial utiliza-se do “arrasto” feito pelas “parelhas”, pesca que se efetua por dois barcos (traineiras) onde cada um, ao mesmo tempo, arrasta uma ponta da rede, resultando num grande volume de pescado. Os pescadores artesanais do litoral norte lutam pelo balizamento (1,5 milha da costa) e fiscalização da pesca de arrastão, que destrói os criadouros naturais e as redes da pesca artesanal.

possibilidades econômicas e de organização social dos caiçaras, que dividiam o produto da pesca pelo sistema de “quinhões”, limpavam e salgavam o pescado em varais de sol e só depois o comercializavam. Por volta da década de 1940, surgem também os “atravessadores da pesca”, introduzindo uma nova racionalização da atividade e a superação do calendário local. Estes atravessadores, vindos inicialmente pelo mar, depois pelas estradas, passaram a visitar as pequenas praias, comprando o peixe excedente dos caiçaras para atender ao mercado urbano em expansão. A tecnologia pesqueira começa, então, a se desenvolver, equipando melhor os pescadores caiçaras (barco a motor, linha de nylon etc.), mas colocando-os em concorrência direta com a pesca industrial capitalista na conquista de territórios, recursos e mercado.

As transformações contemporâneas na produção de novos sentidos para a paisagem (1950-1970)

Enquanto os traços do passado haviam se cristalizado lentamente nas paisagens do litoral norte paulista, definindo uma geografia relativamente isolada de outras regiões, a natureza das paisagens do turismo trouxe exatamente a mutação permanente destas formas, colocando-as em relação funcional e sistêmica com a região.

Na década de 1950, o modo de vida caiçara parecia ser a “aura” enraizada na memória da região. Os turistas e aventureiros que começavam a se dirigir para lá, defrontavam com um modo de vida que, em relação aos emergentes centros urbanos paulistas, estava repleto de atributos de autenticidade. Isolado da dinâmica social mais geral, o universo tradicional caiçara representaria, então, um exemplo singular de formação cultural.

Do processo social e histórico regional havia emergido um tipo de identidade cultural que parecia estar consolidado por meio de um período de estabilização da estrutura social. Todavia, este processo havia sido constantemente modificado ou remodelado por meio das relações sociais em movimento, no tempo e

no espaço. Se, no curso de uma socialização mais isolada, a identidade caiçara foi localizada e interiorizada como realidade, em um novo processo de socialização, em que os principais sujeitos são externos à realidade local, aquilo que se construía como identidade de um tipo de organização social específica foi posto em evidência, eliminado ou adaptado. Em nenhum dos casos foi mantido como identidade cultural, mas sim permeado por outros processos e estruturas sociais. Isto porque a identidade, no eixo tempo-espaço, perde a substância, a irredutibilidade. Assim, os caiçaras, antes mesmo de perceberem-se como tais, já estavam em relação ao outro, aquele que, por oposição, viria definir a identidade caiçara no momento mesmo de inseri-la em um outro contexto sócio-histórico já estruturado.

Quando nos referimos ao caiçara estamos nos remetendo a expressão de uma cultura, cientes que individualidade e cultura são expressões recíprocas. Contudo, esta referência não significa atestar a existência de uma identidade absoluta. Como considera Augé (1994:26):

“As culturas ‘comportam-se’ como madeira verde e jamais constituem totalidades acabadas (por razões extrínsecas e intrínsecas); e os indivíduos, tão simples quanto os imaginamos, nunca são o suficiente para não se situar em relação à ordem que lhes atribui um lugar: só exprimem sua totalidade de um certo ângulo”.

Não que um certo isolamento não tenha existido. Ele existiu e teve um significado, mas não foi suficiente para que se constituísse uma identidade cultural autônoma, protegida pelas fronteiras da Serra do Mar. A fluidez destas fronteiras sempre oscilou entre os limites dos bairros caiçaras, os limites dos interesses dos colonizadores, dos projetos econômicos e políticos nacionais e da dinâmica regional. Houve, isto sim, a atribuição de um sentido singular entre as comunidades caiçaras e os seus territórios. As roças, as casas, os pontos e os ranchos de pesca, a praia, a capela, o sertão, as trilhas... todos esses lugares remetiam a um conteúdo sócio-espacial específico. As regras e as normas da conduta social estavam atreladas a estas formas que possuíam um sentido para aquele tipo específico de sociabilidade.

Com o início da organização da atividade turística, na década de 1950, e de uma melhor rede viária³⁸, o universo deste caiçara, lavrador-pescador, passou a ser gradativamente transformado. Na década de 1960, o litoral norte paulista já possuía taxas de urbanização semelhantes a do estado, e um grande fluxo turístico dirigia-se para as cidades de Ubatuba, São Sebastião, Ilha Bela e Caraguatatuba. Entre 1940 e 1950 a população da Microregião Costa Norte Paulista (que inclui os municípios: Ilhabela, Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião) permaneceu praticamente estável, refletindo uma emigração para outras regiões. De 1950 a 1980, a população da Costa Norte praticamente quadruplicou, sendo que a passagem para a década de 1970 foi o marco desse período. Enquanto em 1960 a população da Costa Norte era predominantemente rural, em 1970 esta região apresentou uma taxa de urbanização de 81.0%, semelhante a do estado no mesmo período (80.3%).

Na década de 1960, a atividade pesqueira dissocia-se da lavoura e transforma-se na principal atividade econômica do litoral. Esta especialização, levou os caiçaras a se tornarem exclusivamente pescadores, desarticulando a antiga autonomia decorrente da auto-suficiência alimentar, o saber secular através do qual eram produzidos artesanalmente os próprios meios de produção, e acentuou no tempo o caráter de duplicidade (tempo natural X tempo mercantil, inverno/vazio X verão/cheio/turismo). O tempo predominante passa a ser o mercantil capitalista, ou seja, reduziu-se o tempo ao seu valor em dinheiro (Loureiro, 1985:26 e Cunha, 1987:204). O universo caiçara subordinou-se, então, ao capital comercial dos centros urbanos (principalmente Santos), e à penetração do capital monopolista e de pequenos investidores, que acelerariam o processo de urbanização. Essa realidade, que se torna definitivamente presente, altera as relações dos homens entre si, e destes com o meio natural.

A decadência do período do café havia favorecido um tipo específico de parcelamento fundiário, que até hoje arrasta processos judiciais. Muitos fazendeiros abandonaram suas terras ou fizeram doações para seus empregados caiçaras e

³⁸ A rodovia dos Tamoios (SP-99) foi inaugurada em 1939, ligando Caraguatatuba à São José dos Campos. A SP-55 interligou, em 1955, as cidades de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião. A rodovia entre Ubatuba e Taubaté (SP-125) só foi entregue ao tráfego na década de sessenta. O capeamento da SP-55 e da rodovia dos Tamoios só foi feito na década de sessenta.

descendentes de escravos. Algumas famílias conseguiram regularizar as suas posses. A maioria, porém, passou décadas assentadas sobre aquelas terras, ignorando os seus direitos legais de propriedade, até que grilheiros ou grandes empresários e empreendedores imobiliários os fizeram sair. Embora a legislação brasileira (a Lei de Terras é de 1850) fornecesse um instrumento legal de propriedade, os caiçaras viviam à margem desta racionalidade. É com a especulação das terras para o turismo que a subordinação formal às normas e às leis é introduzida como racionalidade para a produção do lugar. Pressionados, os caiçaras passaram a vender as suas posses a preços irrisórios, ou se envolveram em difíceis processos pela propriedade da terra, processos que se configuram como expropriação³⁹.

O desenvolvimento da indústria automobilística, entre as décadas de 1950 e 1960, possibilitou às classes médias e às elites urbanas o acesso àquelas paisagens litorâneas que haviam ficado isoladas do contexto da região. A nova “sociedade auto-móvel” (Krippendorf, 1989:17) teve facilitado o acesso a essa distância, que poderia ser percorrida nos finais de semana e feriados. Este acesso permitiu às classes médias e elites urbanas realizar o sonho de adquirir um símbolo distintivo de consumo na sociedade contemporânea: comprar terras baratas para a construção de residências secundárias em meio a uma natureza preservada.

A ruptura definitiva do isolamento da economia e da cultura caiçaras ocorre na década de 1970. As transformações econômicas e sócio-culturais materializaram-se no espaço urbano e nas atividades produtivas: as construções residenciais multiplicaram-se, novas tecnologias foram introduzidas na pesca, na construção civil, nos transportes, nos sistemas de comunicação e na vida cotidiana. O comércio e os serviços de abastecimento e infra-estrutura despertaram nas comunidades locais novas necessidades de consumo, e o contato direto com as populações dos centros urbanos delineou uma outra transformação: a dos hábitos e dos costumes.

Além da expropriação causada pela crescente especulação imobiliária e valorização turística da região, os caiçaras também foram desapropriados pela

³⁹ Ver especialmente *Trindade para os trindadeiros* (Lhote, 1982), *Genocídio dos caiçaras* (Siqueira, 1980) e *Ubatuba nos cantos das praias* (Setti, 1985).

legislação do Parque Estadual da Serra do Mar⁴⁰, território interdito para as atividades agrícolas, de pesca nos rios, de extração (principalmente a caxeta, para a confecção de artesanatos, e madeiras mais nobres, para a confecção de barcos) e de caça. Se, de um ponto de vista positivo, a legislação ambiental restringe a expansão urbana desenfreada, por outro lado ela também restringe a utilização dos recursos naturais pelas populações tradicionais, criando um conflito evidente entre as leis de preservação ambiental e a sobrevivência econômica das populações caiçaras. O Parque é o espaço público, instituído pelo Estado, do qual os moradores tradicionais são expulsos (Diegues, 1994). A praia - território também interdito para os moradores tradicionais pelas regras do mercado - transformou-se no território privado do turismo de elite.

A terra passou a se afigurar como mercadoria, acessível apenas mediante a compra. Grande parte da população caiçara e de seus descendentes migrou, ou se ligou a atividades urbanas como caseiros, empregados da construção civil, de órgãos públicos e de serviços relacionados ao comércio. A única alternativa que se mostrou, no sentido de aliar o modo de vida caiçara a uma atividade produtiva, foi a sua transformação em pescador profissional. Esta especialização produtiva, e a crescente dependência de uma renda monetária para o consumo de bens industrializados, substituiu a economia tradicional, diversificada, integrada à natureza e com certo grau de auto-suficiência, pela privação de terras e recursos, e pela difícil possibilidade de ascender economicamente, em um mercado produtivo altamente especializado e adequado ao consumo do meio urbano. A cultura tradicional do caiçara não existe fora dos pilares que sustentavam a sua relativa autonomia econômica, ou seja, do acesso à terra para a lavoura, coleta e caça, da pesca artesanal, sem a concorrência com a pesca industrial, do artesanato que equipava a vida doméstica, a pesca e as relações entre os homens.

Defender a sobrevivência da cultura tradicional caiçara neste contexto significa negar os dados da realidade e admitir que a cultura é estática e não dinâmica. O contato com imigrantes e turistas, a partir da década de 1950, já

⁴⁰ O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado em 1977 (D.E. 10.251) e ampliado em 1979, incluindo a região de Picinguaba, ao norte do município de Ubatuba.

esboçava uma transformação do modo de vida caiçara. A expansão da atividade turística e o ideário preservacionista do Estado eliminaram, de uma só vez, a possibilidade da cultura caiçara permanecer preservada nos moldes anteriores. A atividade turística estabeleceu uma nova lógica para a relação entre os homens, as coisas e a natureza, a lógica de mercado. O ideário preservacionista transformou a natureza do caiçara em paisagem do turismo, ou seja, em cenários a serem preservados pelas elites – aquelas que podem pagar pela valorização contemporânea destas paisagens naturais. Preservar a cultura caiçara, nos moldes desta nova lógica de sociabilidade, é transformá-la em um simulacro pois, mesmo se defendêssemos o pressuposto da preservação, teríamos que admitir que não existe mais a possibilidade de viabilizar tal aventura: não existe mais a mesma fruição territorial, a coleta é insustentável, a pesca é precariamente competitiva, as roças foram expulsas pela legislação do Parque Estadual da Serra do Mar, as festas e os rituais religiosos, inspirados pela fé católica, foram substituídos pelos cultos pentecostais, a dualidade complementar entre sertão/praias, mata/mar, trabalho/moradia foi rompida, e as estratégias heróicas de sobrevivência, hoje, se igualam às estratégias dos despossuídos e excluídos de todo o país. Como bem coloca Yázigi (1998:87), “o problema que tem de ser enfrentado é o da pobreza”.

E aqui retomamos a importância social da revalorização das paisagens no litoral norte paulista. A paisagem natural como elemento identitário do lugar não é suficiente para preservá-lo como lugar. É a construção dinâmica da paisagem pelos grupos sociais que perfazem lugares identitários. No litoral norte paulista, a refuncionalização turística não previu que a transformação das formas e do conteúdo alterariam, inevitavelmente, o lugar atrativo. Um paradoxo latente coloca-se entre a construção das paisagens turísticas e o lugar.

Enquanto a valorização turística elegia as paisagens do litoral pelo que elas representavam como modo de vida, a ocupação urbana e o ideário preservacionista foram excluindo os sujeitos sociais que haviam transformado aquelas paisagens em um lugar desejável. O que dava sentido àquelas paisagens foi prontamente substituído, ao ser valorizado. O modo de vida caiçara, deslocado de seu contexto anterior, passou a ser qualificado como pobreza - pobreza que, aliás, é

repugnante para a atividade turística. Mesmo algumas iniciativas de recuperar símbolos do modo de vida caiçara acabam por evidenciar, mais do que minimizar, a submissão desse grupo social à atividade turística. A preservação de “casas de farinha”, de algumas ruínas, o museu caiçara ao lado das tartarugas marinhas do Projeto TAMAR, no centro de Ubatuba, a exposição fotográfica promovida pela prefeitura municipal, revelando a importância da presença caiçara no litoral norte paulista, apenas salientam cenários para serem vistos pelos turistas. Como nos lembra Augé (1994:54), ao discorrer sobre as encenações que tentam recuperar a história de um lugar,

“essa encenação não ocorre sem provocar sorrisos perplexos ou comentários retrospectivos de certos velhos habitantes da região: ela projeta à distância os lugares onde eles crêem ter vivido no dia-a-dia, enquanto nos convidam, hoje, para olhá-los como um pedaço de história”.

A história, para o turismo, não é mais o contexto que constrói efetivamente as paisagens. É, antes, uma roupagem que auxilia na estetização da paisagem, para vendê-la.

O meio natural original também passou a ser rapidamente transformado, pois um novo conteúdo requer novas formas e, assim, a paisagem construída passou a reproduzir as formas dos centros urbanos. A mobilidade geográfica da população no meio urbano empurra a população de baixa renda para as áreas menos valorizadas. Apenas as elites se deslocam, hoje, para as áreas naturais valorizadas, transformando-se em “bastiões” da mata, dos rios, do mar, das montanhas.

No litoral norte de São Paulo a população local, somada à população imigrante de baixa renda que, a partir da década de 1970, foi atraída pela indústria da construção civil, impulsionaram a ocupação de áreas mais afastadas da costa, nas encostas da Serra do Mar. Estas áreas, menos valorizadas e consideradas de risco para a habitação, devido a possibilidade de movimentos de massa, contrastam-se com as construções dos condomínios fechados nas planícies litorâneas. A natureza que era

internalizada na sociabilidade anterior transformou-se em paisagem, externalidade, cenário das elites.

Se consideramos que a construção das paisagens é uma representação da estrutura social, temos que as novas práticas e ideologias do turismo ganharam a hegemonia da nova estrutura social imposta, em suas formas e funções. A construção da paisagem, que deveria representar a cidadania ativa de vários grupos sociais, está se transformando no símbolo da estetização e da exclusão social.

Como nos lembra Urry (1996:17) “levar em consideração como os grupos sociais constróem seu olhar turístico é uma boa maneira de perceber o que está acontecendo na *sociedade normal*”. A reprodução da segregação sócio-espacial no litoral norte paulista é coerente com a estrutura da nova sociedade que se impôs. Por isto, devemos analisar o contexto regional que favoreceu a inclusão destes municípios à lógica de funcionamento de uma formação sócio-espacial mais ampla. As formas-paisagens, reproduzidas ali, remetem-nos a estrutura da sociedade mais geral. O domínio ideológico da atividade turística está nos objetos da paisagem revalorizada e na estrutura sócio-espacial dos centros emissores, na parte e no todo, no lugar e no espaço.

O LUGAR NA TRAMA DA REGIÃO

Na década de 1950 já era possível evidenciar uma nova tendência de redefinição do lugar em função das demandas externas. O contexto regional do estado de São Paulo criara as condições para uma refuncionalização dos municípios do litoral norte paulista, submetendo-os a uma nova organização sócio-espacial fundada na proliferação das residências de veraneio, ou segundas residências.

A pressão populacional, a proximidade de aglomerações urbanas servidas por uma densa rede de transportes e pela maior rede de telecomunicações do país, a existência de grupos sociais com alto poder aquisitivo associado ao desenvolvimento industrial, do comércio e dos serviços, além de uma ampla revalorização das paisagens naturais induzida pelo desenvolvimento do turismo foram condições fundamentais para criar uma estreita relação entre os centros expressivos de emissores turísticos e a proliferação das residências secundárias no litoral norte paulista.

Desde 1940, a região sudeste concentra grande parte da população nacional sendo que, em 1991, 21,5% da população nacional vivia em São Paulo, e 50,3% nos limites geográficos da região sudeste. “Isso significa que em cada 5 brasileiros, 1 reside no Estado de São Paulo, por nascimento ou opção” (SEADE, 1992:12). Enquanto o Brasil já vinha diminuindo o ritmo de crescimento populacional, entre as décadas de 1950 a 1970, o Estado de São Paulo mantinha as mais altas taxas de crescimento em relação ao país⁴¹. Na década de 1980 estas taxas foram reduzidas, mas as do Estado de São Paulo ainda superavam as do país.

Além do crescimento vegetativo da população (nascimento menos óbitos), o componente migratório (entradas menos saídas de migrantes) teve uma

participação muito importante no crescimento populacional do Estado, até 1980. A partir deste período, a queda nas taxas de fecundidade e a redução do saldo migratório no Estado de São Paulo levam a uma desaceleração do crescimento populacional. Contudo, enquanto estes dados refletem com maior acuidade o comportamento populacional da Região Metropolitana, podemos visualizar em outras regiões um crescimento diferenciado. Neste período, ocorrem dois processos paralelos: a desconcentração industrial da região metropolitana, e a dinamização das cidades do interior do Estado que passaram a desenvolver funções industriais, agroindustriais e de serviços, estendendo pelo território paulista uma malha urbana tecnologicamente mais desenvolvida.

Segundo a Fundação Seade (1992), na década de 1980 há uma desaceleração no crescimento populacional nas RGs⁴² que mais haviam crescido na década anterior (a leste do Estado), e uma retomada do crescimento populacional nas RGs que perdiam população na década anterior (a oeste do Estado). As RGs da região central do estado mantiveram o mesmo dinamismo, nas duas décadas consideradas. Neste contexto, a RG de Caraguatatuba, pertencente a RA de São José dos Campos, apresenta-se como uma exceção.

Em 1970, sob a influência de um contexto regional, todos os processos, que já vinham se delineando no litoral norte paulista (urbanização, imigração, expansão do setor terciário, industrialização), acentuaram-se de maneira expressiva e alteraram a sua dinâmica demográfica. Na década de 1970, oito regiões apresentavam taxas de crescimento populacional superiores às do estado: Caraguatatuba, Campinas, São José dos Campos, Jundiaí, Região Metropolitana, Sorocaba, Santos e Limeira. Na década de 1980, apesar de ocorrer uma desaceleração no ritmo de crescimento populacional destas regiões, as maiores taxas registradas ocorrem nas RGs de Caraguatatuba, São José dos Campos e Campinas.

⁴¹ Na década de 1970 o Brasil apresentou uma taxa de crescimento populacional de 2,48% e o Estado de São Paulo 3,49% (SEADE, 1992:11).

⁴² Daqui em diante utilizaremos: Região Administrativa (RA), Região de Governo (RG), sendo que a RG de Caraguatatuba engloba os quatro municípios do litoral norte paulista (São Sebastião, Ilha Bela, Caraguatatuba e Ubatuba), e pertence a RA de São José dos Campos (SEADE, 1992).

Tabela 1 - Taxa Média Anual de Crescimento Populacional
Regiões de Governo do Estado de São Paulo
1970/1980 e 1980/1991

Estado de São Paulo	Taxas Anuais		
Regiões de Governo	de Crescimento (%)		
	1970/1980	1980/1991	1991/1996
ESTADO DE SÃO PAULO	3.49	2.12	1.58
RG Caraguatatuba	6.22	4.84	4.03
RG Campinas	6.21	3.39	2.37
RG S. José dos Campos	6.05	3.48	1.63
RG Jundiaí	4.93	2.68	1.55
Região Metropolitana	4.46	1.86	1.45
RG Sorocaba	4.08	3.30	2.54
RG Santos	3.94	2.19	1.44
RG Limeira	3.63	2.93	2.27

Fonte: Fundação SEADE/Fundação IBGE

Entre todas as RGs do Estado, Caraguatatuba apresentou, em 1991, a maior taxa anual de crescimento populacional (4,84%), sendo a única do Estado a apresentar taxa de crescimento populacional superior a 4%. A região de Caraguatatuba também foi a que manteve as mais altas taxas de migração positiva (267,11) para a década de 1980/91⁴³, sendo que o Estado de São Paulo, para o mesmo período, apresentou uma taxa de 20,95, e a Região Metropolitana um saldo negativo de -19,78. Mesmo a RG de Santos, tradicionalmente a região mais dinâmica do litoral do Estado, apresentou uma baixa taxa de migração (48,49).

⁴³ No período de 1991-96 a RG de Caraguatatuba recebeu 26.460 imigrantes (12.153 interestaduais e 14.307 intraestaduais).

No período de 1991-96 a RG de Caraguatatuba se destaca, apresentando uma taxa anual de crescimento de 4.03, quando as taxas do Estado caíram para 1.58. A região de Caraguatatuba, além de apresentar uma dinâmica demográfica diferenciada em relação as RGs do Estado, possui uma outra característica: é na sede da RG, ou seja, no município de Caraguatatuba, que ocorre a maior tendência de fixação de população. Em 1975, Armando Corrêa da Silva já considerava Caraguatatuba como a “capital regional urbana”, situação que ainda se confirma nos anos noventa.

Já em 1991 o censo confirmava que o ritmo de crescimento da população urbana era superior ao ritmo de crescimento da população total, tanto no país, na região sudeste, como no Estado de São Paulo. E, de novo, o litoral de São Paulo ganha destaque:

“A Região de Governo de Santos lidera, em 1991, os maiores índices de urbanização no Estado, com apenas 0,43% de sua população residindo em áreas rurais. A região de Caraguatatuba aparece em 2º lugar, com 98,87% de taxa de urbanização, seguida da Região Metropolitana, com 97,84%” (Seade, 1992:25).

Vale ressaltar que o conceito de população urbana, considerado pelo Censo Demográfico, limita-se ao local de moradia dentro do perímetro urbano do município. Neste caso, é importante lembrar que praticamente toda a orla marítima no litoral norte de São Paulo é considerada perímetro urbano. Em tais municípios, os setores rurais restringem-se a uma estreita faixa, espremida entre as planícies marítimas e as encostas da serra do mar.

Outra especificidade regional é a de que até 1980 o número de pessoas por domicílio, nos quatro municípios do litoral norte paulista, era semelhante à cifra estadual. Atualmente, porém, este índice é muito baixo, menor que 2, enquanto para o estado é de 3,32 (IBGE, 1991). Este dado reflete a expansão recente de uma urbanização voltada para o turismo de segunda residência, em que a construção de imóveis se volta para uma população sazonal e flutuante. Além da população flutuante chegar a uma proporção de 4 (quatro) para 1 (um) nas altas

temporadas, a população fixa é composta por mais de 50% de imigrantes. Estes dados explicam o fato do número de domicílios quadruplicar-se nos anos 80, nos quatro municípios do litoral norte paulista; além disso, revelam como o local já é, em si mesmo, a conjugação de influências externas.

As residências secundárias, destino de um grande contingente populacional, constroem um vínculo territorial permanente com as regiões emissoras de turistas ocasionais, de modo que há uma relação estreita entre residências secundárias e as áreas desenvolvidas. Quando esta relação é constante entre as mesmas áreas de origem-destino, cria-se uma complementariedade contraditória entre as duas regiões, transformando a segunda em um prolongamento da primeira.

Conforme a classificação dos turistas, em relação ao local de sua origem, efetuada por Galhanone (1991), 88,47% são da região metropolitana de São Paulo, de Taubaté, Campinas e São José dos Campos; 10% são de outros estados, e apenas 1,53% do exterior. Segundo a análise efetuada por Tulik (1995a:74), os principais emissores de turistas do estado de São Paulo (principalmente turismo de final de semana) são quatro conjuntos de municípios polarizados pela capital paulista, por Campinas, São José dos Campos e Sorocaba. São os indivíduos e os grupos sociais destas regiões extremamente dinâmicas que vão alimentar o processo de refuncionalização do espaço urbano do litoral norte paulista.

Se lembrarmos que, no início da colonização, a costa litorânea era a única região ocupada por cidades e vilas, em detrimento do interior do território, veremos que o acelerado processo de expansão de residências secundárias nesta região inverte a sua função. Agora, é o litoral que se esvazia periodicamente em função das áreas dinâmicas do interior do estado. Em relação ao país, com exceção dos grandes centros urbanos já consolidados da costa litorânea, poderíamos fazer uma análise semelhante, embora seja a região sudeste a grande expressão deste fenômeno. Esta região concentra sozinha 52,28% das residências secundárias do país, sendo o estado de São Paulo o detentor do maior valor absoluto: 497.597 unidades (27,32% de participação relativa) (Tulik, 1995:3).

Em relação ao total de domicílios do estado, a participação relativa das residências secundárias também aumentou de 3,28%, em 1980, para 4,84%, em

1990, índice superado apenas pelos estados de Santa Catarina (7,30%), Rio Grande do Sul (5,68%), Rio de Janeiro (5,16%) e Espírito Santo (5%). Além disto, enquanto as residências ocupadas tiveram um acréscimo da ordem de 38,48% no período, as de uso ocasional apresentaram um crescimento de 106,96% (Tulik, 1995:31).

Além de apresentar um aumento expressivo do número de residências secundárias na última década, o Estado de São Paulo estendeu a expansão destas residências pelo seu território. Embora em 1980, 81,82% destes municípios apresentassem índices incipientes de residência secundária (até 5% em relação ao total de domicílios), esta taxa foi reduzida para 68,53% em 1991. Conforme o censo de 1991, pela primeira vez, todos os municípios com mais de 40 mil habitantes, com exceção de Araçatuba, apresentaram esta modalidade de alojamento turístico, sendo que a maior parte destas residências secundárias encontram-se em áreas urbanas, e a maior concentração nos municípios litorâneos: 48,08% (Tulik, 1995:118) (Figura 2).

Adotando a classificação efetuada por Tulik (1995) quanto à participação de residências secundárias no total de domicílios, por município, considera-se as seguintes categorias: incipiente (até 5%), fraco (de 5,1 a 10%), médio (de 10,1 a 20%), forte (de 20,1 a 40%) e excepcional (de 40,1% e +).

A partir desta classificação, selecionamos o litoral norte paulista:

Tabela 2 - Participação de residências secundárias no total de domicílios, por município (litoral norte paulista)

Municípios	1980	1991
	%	%
Caraguatatuba	42,42	50,84
Ubatuba	41,60	49,46
São Sebastião	33,50	45,70
Ilhabela	29,25	36,68

Em 1980, apenas 7 municípios do estado apresentavam índices excepcionais de participação de residências secundárias no total de domicílios, dentre os quais já encontravam-se Caraguatatuba e Ubatuba. Em 1991, esta categoria apresenta 9 municípios, com a inclusão de São Sebastião e Guarujá. Observa-se

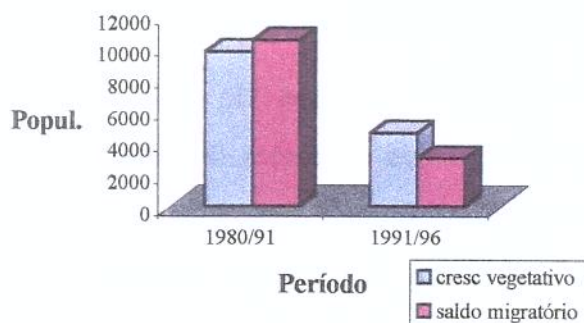
Tabela 5

Componentes do crescimento populacional, 1980/91 e 1991/96. Região de Caraguatatuba/SP

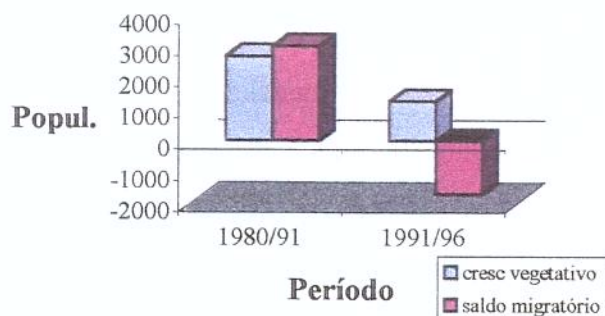
Período	1980/91			1991/96		
Município	Total	cresc. vegetativo	saldo migratório	Total	cresc. Vegetativo	saldo migratório
Ubatuba	20168	9717	10451	7635	4605	3030
IlhaBela	5737	2704	3033	-438	1273	-1711
Caraguatatuba	19165	10710	8455	14519	4718	9801
São Sebastião	14708	6258	8450	9955	3571	6384
Total	59778	29389	30389	31671	14167	17504

Fonte: Fundação SEADE, 1992. IBGE, 1996.

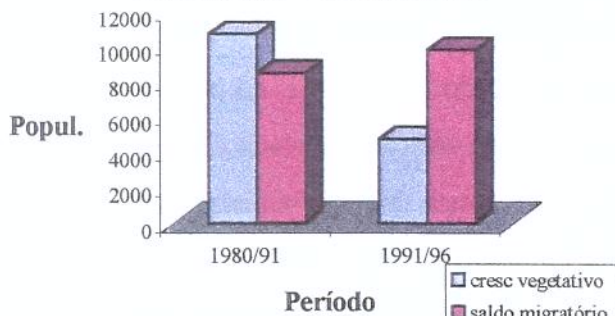
Componentes do Crescimento Populacional - Ubatuba



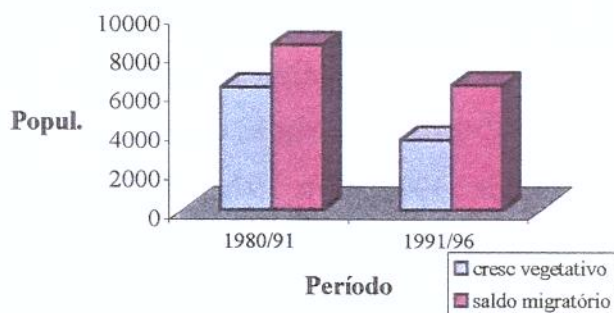
Componentes do Crescimento Populacional - IlhaBela



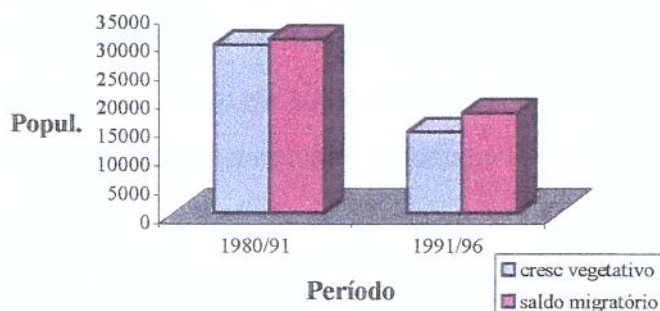
Componentes do Crescimento Populacional - Caraguatatuba



Componentes do Crescimento Populacional - São Sebastião



Componentes do Crescimento Populacional - Região de Caraguatatuba



também que Ilhabela, o único município do litoral paulista que não havia atingido a categoria “excepcional” em 1991, obteve um crescimento significativo dentro da categoria “forte”.

Temos, então, que o acelerado crescimento populacional e as altas taxas de urbanização dos municípios do litoral norte paulista devem-se, em grande parte, ao incremento gerado pelo acréscimo de imigrantes e pelo fluxo de turistas na região. Estes fluxos comprovam a estreita relação entre o fenômeno turístico e a urbanização. A forma e a distribuição dos meios de hospedagem imprimiram uma recontextualização no uso do território, construindo uma nova materialidade em função de um novo conteúdo induzido e articulado pelas demandas externas.

A modalidade segunda residência imprime no uso do solo a possibilidade para a urbanização. A conjugação com outras condições favoráveis (número expressivo de população local, serviços, infra-estrutura, empregos etc.) pode transformar as residências secundárias em residências permanentes, processo que ocorreu em Santos, São Vicente e Guarujá, regiões já urbanizadas pelo fluxo turístico e migratório na década de 1950.

No litoral norte paulista este processo se instala num momento posterior, o que o distingue na forma e na função do uso do território. É no período de 1970/80 que a região duplica seu saldo migratório em relação à década anterior (Seade, 1990). Em 1970, 36,7% da população da Costa Norte Paulista eram imigrantes, e em 1980 esta proporção aumentou para 52,6%. Em 1980, o número absoluto de imigrantes na Costa Norte Paulista foi semelhante à sua população total em 1970: 46.180 para 49.006. No período de 1980/91 “o componente migratório respondeu por metade do crescimento populacional” do litoral norte paulista (Seade, 1992:45), imigração esta devida principalmente ao movimento urbano-urbano, sendo o fluxo urbano-rural o reflexo de investimentos em terras, de capitais provenientes do planalto paulista. Este período é também caracterizado por um aumento da imigração vinda de outros estados.

Entre os municípios que compõem a Região de Caraguatatuba os principais fluxos se dão entre Caraguatatuba e São Sebastião. Ubatuba, e mais ainda

Ilhabela, têm perdido população nas trocas intra-regionais. Contudo, no período de 1991-96, Ubatuba ainda um saldo migratório positivo (3.030 pessoas), e uma taxa anual de crescimento de 3.08, muito mais elevada do que a do Estado para o mesmo período (1.58), enquanto ilhabela apresentou saldo migratório e taxa de crescimento negativos: -1.711 pessoas e taxa de crescimento de -0.57.

Para o município de Ubatuba podemos afirmar que na década de 1970 ocorre o maior incremento populacional (88,46%). Neste mesmo período o setor turístico foi impulsionado, e a taxa média anual de crescimento atinge seu pico: 6.54 (Tabela 3). A evolução da população urbana - apesar de estar em conformidade com a situação nacional, neste caso, acompanha também a expansão do setor turístico que incrementou as atividades da construção civil, dos serviços e do setor terciário. Analisando a Tabela 4, é possível perceber que em 1996 o grau de urbanização do município de Caraguatatuba é o único que diminui, em relação a 1980. Este fato deve estar indicando a dinamização de áreas ainda indefinidas entre o rural e o urbano, como o turismo rural.

Tabela 3 – População Residente no município de Ubatuba (1950,60,70,80,91 e 96) e Taxa Média Anual de Crescimento

Ano	População Total	População Urbana (hab.)	Grau de Urbanização (%)	Período	Taxa Média Anual de Crescimento
1950	7.941	1.465	18,45		
1960	10.294	5.041	39,26	1950/60	2.63
1970	14.176	9.003	63,51	1960/70	3.25
1980	26.716	24.678	92,37	1970/80	6.54
1991	47.329	46.247	97,71	1980/91	5.34
1996	55.033	53.745	97,66	1991/96	3.06

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para uma compreensão do conjunto de municípios que compõem a Região de Caraguatatuba, apresentamos os dados que seguem (Tabelas 4 e 5 e Figura 3):

**Tabela 4 – População Residente, Grau de Urbanização e Taxa Média de Crescimento
Região de Caraguatatuba, 1980, 1991 e 1996.**

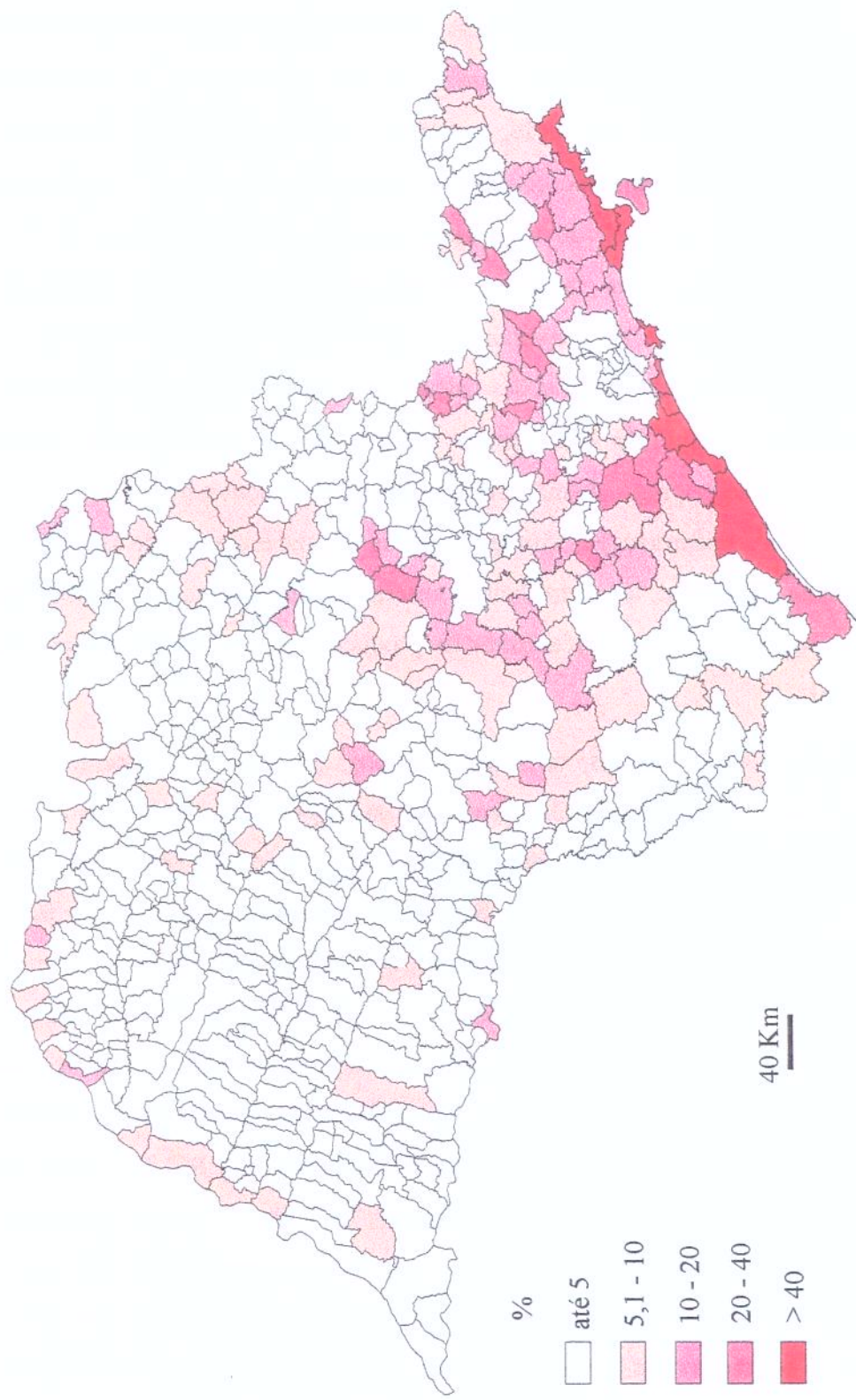
Município	População			Grau de Urbanização (%)			Taxa Média Anual de Crescimento	
	1980	1991	1996	1980	1991	1996	1980/91	1991/96
Ubatuba	27161	47398	55033	90.9	97.75	97.66	5.19	3.08
Ihabela	7810	13538	13100	97.06	98.14	97.89	5.13	-0.57
Caraguatatuba	33799	52879	67398	98.28	99.72	94.40	4.15	5.06
São Sebastião	19007	33890	43845	97.91	99.45	99.66	5.40	5.38
Total	87777 179376	147705		95.81	98.88	96.94	4.84	4.03
ESP	25040712 34120886	31588925		88.6	92.80	93.11	2.13	1.58

Fonte: IBGE, 1980, 1991 e 1996

No período de 1991-96 o componente migratório diminui de importância em Ubatuba, mas ainda assim possui um saldo positivo (3.030). Caraguatatuba e São Sebastião são os municípios que se destacam. Estes dados indicam que Caraguatatuba, por possuir uma dinâmica econômica mais diversificada, tem se sobressaído no contexto regional. São Sebastião, apesar de não possuir população fixa e infra-estrutura urbana tão consolidadas como em Caraguatatuba, tem apresentado uma maior diversificação da própria atividade turística: pousadas, casas noturnas, restaurantes, atividades culturais, eventos, e é este aquecimento econômico que tem influenciado a sua dinâmica demográfica.

No contexto regional, o litoral norte paulista mantém a tendência de incremento demográfico, o que pode resultar em uma fixação maior da população, e em uma dinâmica regional menos dependente da atividade turística.

Figura 2 - Residências Secundárias no Estado de São Paulo, 1991.



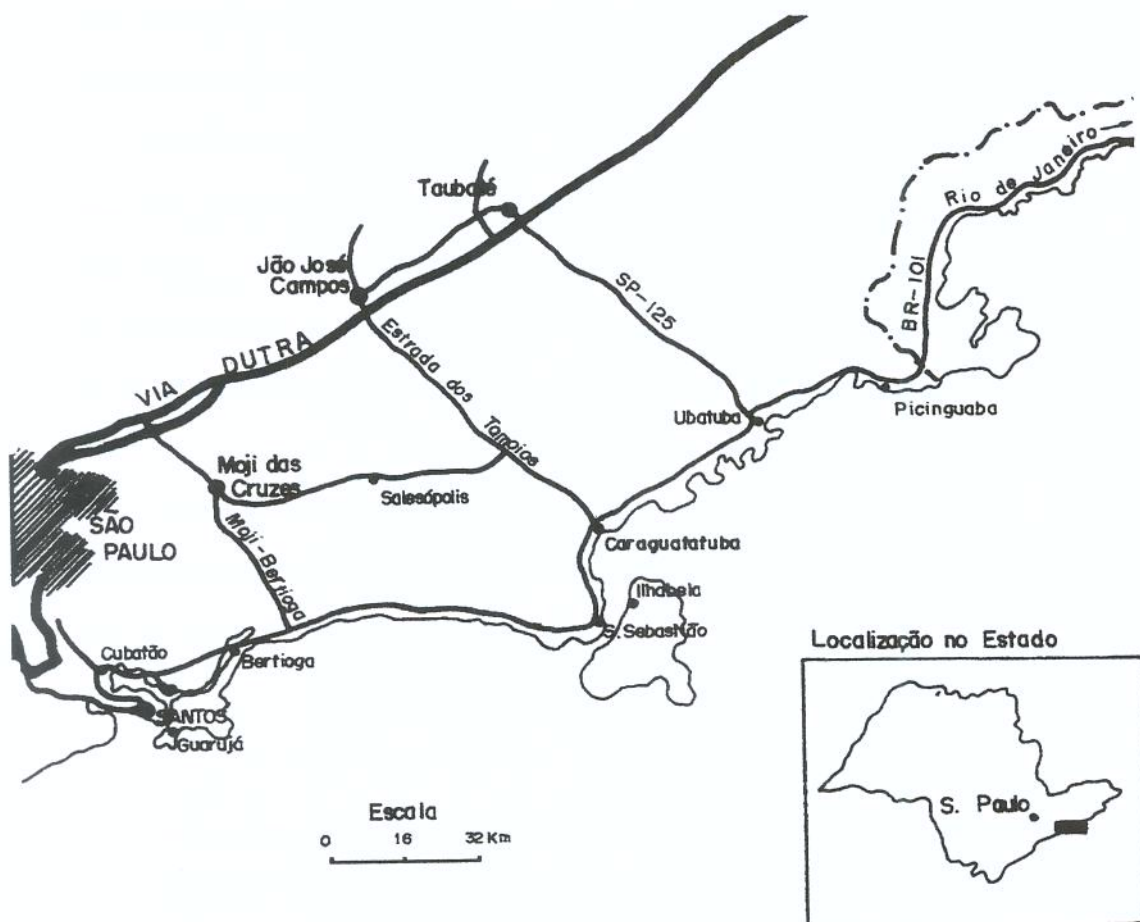
Fonte: modificado de Tulik (1995a)

Focalizando a urbanização e o turismo como os principais vetores responsáveis pela transformação contemporânea desta região, podemos visualizar sérias contradições. A urbanização e seus processos específicos trouxeram inovações técnicas e culturais para a região (ampliação da rede viária e da infra-estrutura urbana, industrialização, migração, expansão do setor terciário, inovações na construção civil, nas comunicações, nos hábitos de consumo e nos costumes), introduzindo o “progresso” do bem estar urbano e a modernização em diversos setores econômicos. Mas também intensificou a pobreza, a degradação de ecossistemas naturais e se constituiu em um processo de marginalização sócio-econômica e espacial das populações caiçaras e migrantes de baixa renda, pois não possibilitou a substituição dos antigos mecanismos de sobrevivência por novas oportunidades de emprego, de moradia e de acesso a serviços e bens de consumo. Ou seja, a mesma “modernização” que levou novos valores e anseios de ascensão social à sociedade tradicional, levou também à miséria, à marginalização e à subordinação desta sociedade aos novos mecanismos de produção e a nova ordem de valorização do capital.

Após décadas, ou mesmo séculos, de relativo isolamento, o litoral norte paulista foi incorporado à lógica de uma das regiões mais dinâmicas do país. As regiões de maior adensamento demográfico no Estado de São Paulo estão entre os eixos São Paulo/Rio de Janeiro e São Paulo/Noroeste, passando por Bragança Paulista, em torno das regiões de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto. O eixo São Paulo/Rio de Janeiro, que compreende a RA de São José dos Campos⁴⁴, situa-se no extremo leste do Estado e é cortado pela rodovia Presidente Dutra. Desde a década de 1970, a instalação de indústrias, transferidas da região metropolitana, vai materializando um processo de conurbação entre Guarulhos e São José dos Campos, e consolidando uma nova dinâmica populacional no Vale do Paraíba, eixo paralelo à costa litorânea com a qual mantém permanente contato (Figura 3). Foi principalmente a esta organização sócio-espacial regional que a RG de Caraguatatuba respondeu ao transformar-se na RG que mais cresceu no período de 1980 a 1991.

⁴⁴ Esta RA ocupa a quarta posição na concentração populacional do Estado.

A transformação pela qual passou a região metropolitana paulista, diminuindo sua função de pólo industrial para desenvolver funções urbanas mais complexas, favoreceu uma reorganização das atividades produtivas e de uma nova articulação da rede urbana do Estado, com a proliferação de atividades urbanas mais modernas em todo território. Este processo redefiniu a função do Vale do Paraíba e incluiu o litoral norte paulista ao restante do Estado remetendo-o a um novo papel



regional. Enquanto o interior passou a desenvolver a atividade industrial, antes restrita a região metropolitana, o litoral norte de São Paulo absorveu as funções do setor terciário, respondendo à necessidade de lazer de um grande contingente populacional, oriundos da região metropolitana e de um interior em intenso processo de urbanização e modernização.

O crescimento de São Paulo e do Rio de Janeiro tornou o “eixo Rio-São Paulo” em um recurso para a expansão e exploração. O litoral norte paulista adequou-se à necessidade de crescimento das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas, incrementando a construção civil. Esta combinação de fatores acabou definitivamente com o antigo isolamento, mas, desta vez, não foi um produto monocultor para a exportação o responsável pela integração de sua economia ao mercado. O próprio ambiente litorâneo, valorizado como recurso turístico, transformou-se no maior “produto” econômico da região.

A construção da BR-101, uma iniciativa do Governo Federal, colocou os últimos *redutos caiçaras*, desde o Rio de Janeiro até o litoral paulista, dentro das prioridades políticas e econômicas do país. Após a construção e pavimentação da rodovia, a especulação imobiliária multiplicou o espaço urbano e redefiniu o perfil da população e das atividades econômicas locais.

Para Yázigi (1998), está se consumando na costa brasileira uma *cidade linear*, impulsionada pela proliferação generalizada de residências secundárias, sem que se tenha, até agora, uma política urbana específica para sinalizar formas integradas de gestão deste território:

“Como o turismo acontece preponderantemente no litoral, a mancha urbana que toca o município vizinho vai formando uma cidade linear, sem qualquer amparo jurídico-administrativo, como o são as regiões metropolitanas. Se causa incômodo ao município co-gerir com seus vizinhos, para o Brasil isto se torna uma exigência urbanística. O plano nacional de gerenciamento costeiro já é um início, mas teria de contar com normas específicas de co-gestão” (Yázigi, 1998:130).

Esta ocupação e uso do solo descontrolados tem favorecido a privatização de extensas áreas ao longo da costa, e subtraído o espaço público deste patrimônio ambiental. A exclusão social, reproduzida no uso seletivo do território, coloca em evidência os antagonismos entre preservação e desenvolvimento social, paradoxo que não é exclusivo da atividade turística, mas que é acentuado pela prática da “turistificação”.

PARTE III

UM NOVO NEXO ENTRE O LUGAR E O MUNDO A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA

“O homem moderno não se embriaga mais com o céu estrelado ou com a Via Láctea, mas sim com a iluminação artificial, o néon”

Walter Benjamin

URBANIZAÇÃO TURÍSTICA

Analisar a atividade turística como um dos setores mais emergentes da economia mundial contemporânea é demasiadamente genérico. Há tantas formas de turismo como possibilidades de análise desta atividade. Refinar a análise sociológica e geográfica de uma das expressões mais marcantes deste fenômeno na atualidade - a *urbanização turística* - é um desafio a ser enfrentado.

Primeiramente podemos considerar as contradições mais visíveis desta atividade que desponta com os índices mais elevados de crescimento no contexto econômico mundial, mas que também desencadeia processos de degradação ambiental, com a destruição de importantes ecossistemas naturais. O turismo coloca-se, muitas vezes, como única possibilidade de desenvolvimento econômico para um lugar, uma cidade, uma região... e muitas vezes também submete as populações locais a uma ordem externa, desarticulando culturas tradicionais, como é o caso da maioria das nossas comunidades litorâneas.

É uma atividade que não depende mais exclusivamente da vocação natural da região, pois pode ser construída artificialmente pelo poder econômico e político através da criação de parques temáticos, de uma natureza artificial, de uma autenticidade histórica reinventada para saborearmos costumes, hábitos e tradições sociais que foram perdidas na corrida frenética dos lugares para obter um papel no processo de globalização contemporâneo. Deste modo, podemos acompanhar o ressurgimento das *casas de farinha* dos caiçaras do litoral norte paulista, de práticas artesanais de grupos indígenas, de festas tradicionais, de comidas típicas, de mulheres girafas da Tailândia.

Não importa se a função social de determinadas formas e práticas não é a mesma. O turismo reinventa e cria novas funções, recupera antigas práticas e bens culturais através do folclore, e monta atrações turísticas para a região.

Podemos perguntar: Este processo é legítimo? É ético? Não é possível responder rapidamente. Assim como não é possível analisar, ao mesmo tempo, todos os aspectos desta atividade. O que se propõe aqui, respeitando algumas províncias do saber, como a sociologia e a geografia, é tomar a atividade turística considerando-a, hoje, um dos vetores mais importantes para associar o mundo ao lugar, o global ao local.

Por isto, antes de abordar o processo de *urbanização turística*, é importante situar a análise do ponto de vista deste binômio global-local.

A globalização, hoje, parece ser um conceito evidente e inevitável. Ela está presente nos discursos sobre a economia, sobre a cultura, no senso comum, na academia, no atacado e no varejo de nossas práticas sociais cotidianas. Há alguns anos atrás, dizia-se que a globalização iria destruir as diferenças locais, homogeneizando o espaço e a sociedade. Hoje, o debate não se coloca mais nestes termos. Tanto as peculiaridades locais, os localismos, os nacionalismos emergiram deste global, quanto a própria globalização econômica passou a valorizar as diferenciações dos lugares, fazendo desta diferenciação um atrativo para o capital.

E o local, o lugar, o que é? É o resultado de um feixe de relações que soma as particularidades (políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais...) às demandas do global que o atravessa. Como já foi dito anteriormente, antes da atual fase de desenvolvimento tecnológico, alguns lugares e regiões ainda podiam manter-se isolados, e suas populações limitar a percepção do espaço social àquele necessário à própria reprodução. Atualmente, os imperativos de uma ordem internacional, ou de uma universalidade empírica, como afirma Milton Santos, colocam-se como uma referência inevitável. O mundo todo pode nos servir como referência ao ligarmos, em casa, o computador na internet. Isto para citar um exemplo banal, mas podemos pensar também nos fluxos turísticos, que carregam os lugares para todos os lugares. Conduzidos pela *urbanização turística* os lugares entram rapidamente no fluxo de informações, bens e pessoas, e se inserem no movimento global.

Ainda caberia outra distinção importante entre o global e o local. Se pensarmos no espaço, no conceito mesmo, como uma abstração (já que não abarcamos o espaço como um todo, apenas temos uma percepção dele), vemos que

ele só se realiza, só se torna concreto através das práticas sociais que erguem as paisagens, estabelecem as relações de poder entre os territórios, os limites políticos, econômicos e naturais das regiões, e constroem a identidade vivida cotidianamente nos lugares. E é justamente a diversidade de lugares, regiões, paisagens, territórios em sua dinâmica, impulsionada pelas demandas sociais, que proporciona uma realidade global fragmentada e articulada, pulverizada de particularismos e singularidades em conexão com o geral. O lugar recebe determinações externas e as combina às narrativas locais. Assim, a gestação de uma nova configuração sócio-espacial é prenhe do mundo e do lugar. O lugar supõe o mundo que no primeiro se manifesta, pondo em movimento uma conexão dialética.

Alguns processos contemporâneos possuem um papel fundamental nesta articulação entre os lugares e o mundo. Um destes processos, e o que mais nos interessa aqui, é aquele relacionado à atividade turística, fenômeno complexo que envolve diversas atividades sociais, culturais e econômicas da sociedade contemporânea. Escolhendo uma expressão deste fenômeno, a *urbanização turística*, é possível analisar o importante papel desta atividade na conexão do lugar com o mundo.

As cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, como o foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens. Enquanto - desde a Revolução Urbana - as cidades eram construídas para a produção e para as necessidades básicas, estas cidades erguem-se unicamente voltadas para o consumo e para o lazer. Este é um dos motivos que levou alguns autores a considerarem as cidades turísticas como um exemplo expressivo de cidade pós-moderna (Mullins, 1991).

A *urbanização turística* coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens voltadas para o consumo e para o lazer.

Assim, estabelece-se uma relação entre antigas paisagens e velhos usos e novas formas e funções. E este movimento entre o velho e o novo impulsiona a

relação do lugar com o mundo que o atravessa com novos costumes, hábitos, maneiras de falar, mercadorias, modos de agir... Assim, também a identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma nova organização sócio-espacial.

Este movimento, entre o velho e o novo, acelerado pela *urbanização turística*, gera novas paisagens, consome outras, trás à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer. A criação destrutiva da *urbanização turística* desafia a todo instante a sobrevivência de antigas paisagens e a resistência do lugar.

O turismo pode reproduzir a natureza, a cultura e a autenticidade de práticas sociais. Mas o que dá sentido ao consumo destes *simulacros* é a subjetividade do indivíduo e dos grupos sociais que passam a valorizar a própria reprodução. Não é assim que a Disney conquista a cada ano legiões de consumidores frenéticos e vorazes? Não é isso que ocorre com a reprodução de parques temáticos?

O turismo alimenta a reprodução de *pseudo-acontecimentos*, *hyper-realidades*, ou *simulacros* (MacCannell, 1976; Krippendorf, 1989; Featherstone, 1995; Urry, 1996). O turismo de massa induz a produção de atrações inventadas que valorizam mais a técnica da reprodução do que a própria autenticidade. Estes turistas protegem-se do estranhamento do lugar ficando circunscritos em uma *bolha ambiental*⁴⁵: guias, monitores, hotéis, ambientes climatizados, enclaves urbanos... A liberdade destes turistas é condicionada pelos pontos turísticos que eles devem visitar, em total segurança.

Para MacCannell, os turistas buscam a autenticidade e a experiência com o sagrado que está sempre em outro lugar e em outro tempo. Enquanto Boorstin afirma que a busca pelo inautêntico é inerente ao indivíduo contemporâneo, MacCannell considera que a autenticidade encenada é construída pelas relações sociais do turismo.

⁴⁵ Esta concepção foi desenvolvida por Boorstin (1964) em *The Image: a guide to pseudo-events in America*, New York, Harper, e retomada por vários autores. O exemplo mais utilizado para exemplificar a imagem de uma “bolha ambiental”, ou do turismo em guetos, é a do Clube Méditerranée (Krippendorf, 1989:73-74), idealizado como um paraíso turístico isolado do meio.

Em torno da qualificação da experiência turística contemporânea alguns autores vão associá-la aos rituais de passagem, analisados por Turner⁴⁶, em relação aos peregrinos. Urry (1996:26) sintetiza a análise de Turner que, para alguns autores, aproxima os peregrinos dos turistas:

“Importantes *rites de passage* estão presentes no movimento de um estágio para outro. Esses estágios são três: o primeiro deles é a separação social e espacial do lugar normal de residência e dos laços sociais convencionais; o segundo é a liminaridade, onde o indivíduo encontra-se em uma “antiestrutura... fora do lugar e do tempo” - os laços convencionais são suspensos, é vivenciada uma “*communitas*”, na qual as ligações são intensas e ocorre uma experiência direta do sagrado e do sobrenatural; o terceiro é a reintegração, em que o indivíduo é reintegrado ao grupo social anterior, habitualmente em um *status* social mais elevado.”

Ortiz (1997:25-26), ao explorar o significado da viagem, do viajante e da cultura popular, parte de uma afirmação inicial: a viagem é um deslocamento no espaço. Este deslocamento, ao situar o viajante em um território fluido entre dois pontos - a partida e o regresso -, assemelha-se a um rito de passagem. A condição de liminaridade está presente no tempo, e no espaço – ou, no lugar onde o viajante se defrontará com outros territórios, com vitalidades culturais diversas.

Porém, ao considerar que o mundo se desterritorializou, que as fronteiras se desintegraram em uma série de fluxos que põem em comunicação todos os lugares, e que os lugares da modernidade-mundo são compostos por paisagens similares, Ortiz (1997:39) reconsidera: o viajante moderno viaja sem sair do lugar, pois o outro lado é parte integrante do imaginário daqueles que se locomovem. Neste caso, o rito de passagem perderia sua substância.

Esta análise assemelha-se a de Urry (1996:181), para quem o olhar turista foi universalizado na cultura contemporânea, e passou a ser considerado uma postura, um modo de ver o mundo. Mas, à parte esta semelhança, Urry vai em outra

⁴⁶ Ver especialmente “The center out there: pilgrim’s goal” in *History of Religion*, 12:191:230 e *The Ritual Process*, Harmondsworth, Penguin, 1974.

direção. Para Urry o (pós)turista na cultura (pós)moderna não é um viajante no tempo, nem um colecionador de autenticidades culturais; é um realista irresoluto, um intruso consciente e, antes de ser um viajante, é um consumidor exigente. Para ele, é incorreto considerar que a busca por autenticidade seja a base da organização do turismo. Segundo Urry, o mais importante é a diferenciação entre a prática cotidiana no mundo do trabalho e a prática, até certo ponto, livre de normas, do lugar do turismo. Não é a busca do sagrado, da autenticidade ou do lugar diferente que transforma o olhar do cidadão comum em olhar turista. É esta divisão binária básica entre o cotidiano/ordinário e o anticotidiano/extraordinário.

Nesta mesma direção, Krippendorff (1989:62) atribui ao desejo de evasão da vida cotidiana um papel muito mais imperativo da mobilidade contemporânea do turismo do que ao interesse por diferentes regiões e populações.

O olhar moderno voltou-se para as paisagens turísticas, valorizando nelas o sentido perdido no ritmo veloz com o qual passamos pelas paisagens sem vê-las. O cotidiano absorvido no trabalho, na família, nas vias expressas das cidades, nos out-doors, dentro dos carros, dos transportes coletivos, da urbe, roubou de nós o sentido do olhar, que agora olha e não vê. O olhar do turista contemporâneo, embaçado pela desumanização do cotidiano, conduziu o imaginário coletivo a revalorizar a natureza, a cultura e mesmo o simulacro que, queiramos ou não, é natureza e cultura construídas socialmente.

Vivemos na sociedade da reprodução, valorizando espetáculos e sabores que há muito perderam a *autenticidade*. Isto nos leva a considerar que, no período atual, a capacidade técnica da reprodutibilidade é tão ou mais importante que a própria autenticidade perdida. Afinal, a identidade dos lugares não é a cristalização de um passado sacralizado. Ela está sempre em construção (Massey, 1995:183), e os lugares estão sempre eivados por fluxos globais.

As práticas de consumo atuais conjugam o café expresso, o fast-food, os equipamentos eletrônicos, as marcas dos carros e as griffes das roupas aos souvenirs locais, ao artesanato, aos remanescentes florestais e culturais. Esta é a realidade em que vivemos. Ela é híbrida. E a *urbanização turística* é a sua tradução mais completa.

O turismo de massa e o lugar: destruição ou transformação?

Até a ascensão da sociedade urbana industrial, o tempo do trabalho e do não-trabalho, ou do trabalho e do ócio, não eram concebidos como uma ordenação binária da vida. É o trabalho assalariado que institui o ócio como o não-trabalho e, posteriormente, conquista as férias remuneradas como um tempo de lazer em oposição ao tempo de trabalho. O capitalismo industrial corrói a ociosidade e institui o trabalho como valor universal (Deprest, 1997:12). É neste período que a concepção contemporânea de turismo toma forma e, aos poucos, vai se afastando da esfera restrita das elites para satisfazer a um leque maior de população assalariada, que, por meio de pressões sociais e sindicais, também vai conquistando tempo livre. Ou seja, o tempo livre para o turismo das classes populares vai sendo incorporado e admitido no coração do mundo do trabalho.

A explosão da atividade turística está estreitamente associada à insatisfação com a vida cotidiana. As cidades, embebidas pelo mundo do trabalho, levam suas populações à mobilidade. Esta mobilidade tem, então, um caráter de evasão, de fuga planejada para o anticotidiano, que se coloca em contraposição à desumanização do lugar de moradia (Krippendorf, 1986:17).

O mundo do trabalho faz com que as pessoas necessitem das férias para descansar, e do descanso para voltar a trabalhar. A sociedade ocidental naturalizou a compartimentalização da vida entre trabalho e não-trabalho, obrigação e liberdade, ou seja, uma existência dividida que assume a humanização e a desumanização como dois atributos de um mesmo projeto. *“Eu me estresso na cidade, no trabalho, mas tudo bem, nas férias, na praia, eu me liberto”* (entrevista com um grupo de turistas de São Paulo/capital). A desumanização das condições de vida na cidade tornou a viagem uma norma, quase uma coerção, já que todos são levados, embora sem resistência, a esta prática social. Fazer turismo não cura a contradição, mas abranda o contínuo processo de desumanização da vida cotidiana.

A racionalidade espacial das cidades, fruto da revolução industrial, separou o trabalho, o lazer e a moradia em formas/funções isoladas, articuladas apenas por frias vias de acesso, restrito aos automóveis. Se a preocupação com a racionalização tivesse cedido lugar à humanização, as sociedades não necessitariam fugir para descansar, característica cada vez mais freqüente aos habitantes dos grandes centros urbanos.

As férias remuneradas, o desenvolvimento das tecnologias de transporte e a organização de um mercado industrial da atividade turística foram fatores fundamentais para a popularização do turismo⁴⁷. Primeiramente o trem, no final do século XIX, depois o automóvel e, em seguida, o avião deram a sustentação necessária à generalização do deslocamento.

O romantismo entre os séculos XVIII e XIX valorizou a paisagem litorânea, assim como os banhos de mar - considerados como restauradores da saúde, consagraram os balneários marítimos (Corbin, 1989). Com o advento do turismo de massa, os balneários passaram a ser estratificados em relação à freqüência, mais popular ou de elite, e, em seguida, abriram caminho para a construção de casas à beira mar, os bangalôs.

Claro que esta história refere-se a Inglaterra e a outros países da Europa. Para o Brasil, uma história completa sobre a valorização das paisagens litorâneas ainda está por ser escrita. De qualquer forma, sabemos que um processo semelhante ocorreu aqui, mais tardiamente, associado ao automóvel e não ao trem e, de modo geral, salvo exceções, às segundas residências e não aos balneários, que eram públicos. Enquanto este processo levou praticamente um século para se consumir plenamente na Europa, aqui, em menos de cinquenta anos, transformamos lugares selvagens, inabitados, ou com populações tradicionais, em centros do turismo de massa, ou refúgios do turismo de elite.

Atualmente, é possível distinguir um turismo de massa e um turismo de elite (ecológico, cultural, de aventura, científico etc.), mas se considerarmos o turismo como um fenômeno de consumo de massa, as formas alternativas não são

⁴⁷ Embora o termo “democratização do turismo” seja amplamente utilizado, sabemos que o acesso a ele é seletivo, ou mesmo excludente. E mais ainda, o tempo livre é hoje o benefício de uma minoria, enquanto a maioria da população usa o seu “tempo livre” para procurar um emprego.

mais que diversificações mercadológicas para garantir um amplo leque de consumidores (Deprest, 1997:18).

O termo turismo de massa difundiu-se após os anos cinquentas, no pós-guerra, com a institucionalização das férias remuneradas, mas definir uma prática social como um fenômeno de massa faz o sujeito da ação desaparecer.

O turismo de massa apóia-se na concepção de sociedade de massa, concepção advinda da produção em série de bens materiais. Essa derivação é inadequada, pois o turismo nunca restringiu-se à produção de mercadorias, pressupondo sempre o acesso ao intangível. Para Urry (1996:31), o consumo de massa, fordista, aproxima-se do turismo de massa pela padronização de seus produtos, enquanto o consumo pós-fordista estaria relacionado a um turismo flexível, mercantilizado e segmentado, correspondendo, na cultura, à estetização contemporânea do consumo.

Logo, a associação estende-se, também, a uma série de bens imateriais, de serviços e de relações. O lugar da atração turística transforma-se em produto, o tempo da estadia, juntamente aos serviços e infra-estrutura, em “pacote”, e o imaginário do ideal de lazer em uma mercadoria produzida pela publicidade. A alienação do trabalho encontra seu prolongamento na alienação da indústria do turismo. Nesse sentido, o sujeito não é a “massa” formada por indivíduos, mas o modo de produção e sua racionalidade de mercado.

O turista, este sujeito/objeto, aliena-se nas regras de uma estrutura rígida, que comanda os seus trajetos, os seus horários, o seu olhar. Como salienta Krippendorf (1989:15-16):

“Quase todos participam do movimento, imaginando que o fazem de livre arbítrio, mas a aparência é de quem obedece a uma ordem. Alinham-se em filas de carros ou deixam-se despachar, como se fossem cargas, em ônibus, jumbos ou trens. Amontoam-se em praias que se tornaram muito pequenas. Fazem fila diante de lojas e restaurantes, ascensores de esquis e teleféricos, assim como diante dos pontos turísticos, que já demonstram o desgaste provocado por todos esses olhares (...) se tais condições fossem impostas aos trabalhadores durante as horas de trabalho, os sindicatos interviriam, e com toda razão.”

Considerando que no turismo de massa a relação do turista com o meio será destrutiva, a indústria turística controla os seus fluxos, fazendo a mediação entre esse turista e o lugar. O turista não é, então, livre para estabelecer os seus próprios tempos e os seus itinerários no meio. Para a economia, a gestão dos fluxos é uma mediação necessária, legitimada pela necessidade de preservação.

O turismo de massa é acusado por vários autores de ser um destruidor de lugares. Multidões, edificações, barulho, crime, elementos de um cenário banal dos destinos turísticos são apontados como os responsáveis por uma destruição da aura do lugar. Um outro argumento, semelhante a este, desenvolve-se em torno da idéia de um neo-colonialismo, referindo-se à relação primeiro mundo/terceiro mundo, na qual o primeiro impõe seus hábitos, necessidades e até perversidades (mercado de drogas, trabalho infantil, prostituição). A transferência de modelos de urbanização e de hábitos de consumo, em lugares turísticos ainda provincianos, também é concebida como uma forma de colonialismo. Alguns autores chegam a lembrar que o turismo de massa emerge no período de decadência do modelo colonial, funcionando assim como uma substituição ao antigo modelo (Aisner, P. e Plüss, 1983).

Contudo, se lembrarmos que os fluxos do turismo funcionam como um vetor de transformação, e não apenas de dominação de lugares “provincianos”, chegaremos à conclusão de que os lugares turísticos não se assemelham a províncias colonizadas. A possibilidade de que a população local obtenha autonomia econômica através da atividade turística impõe a constatação de que a idéia de um neo-colonialismo não se sustenta. Por outro lado, aqueles que se põem em defesa da preservação das comunidades locais, tradicionais, incluindo aí a manutenção de uma economia de subsistência, arcaica, incorrem, mais do que os primeiros, em uma concepção colonialista de distanciamento e exclusão dos grupos tradicionais.

Uma outra constatação é que os excessos do turismo de massa, ou da democratização do turismo e a conseqüente popularização dos lugares turísticos, tem vulgarizado os paraísos do turismo de elite. Nesta lógica, as elites descobrem e valorizam paisagens pouco humanizadas, mas são seguidas pelos grupos sociais mais populares que maculam tais santuários.

O olhar turista que valoriza a “beleza natural intocada” aproxima-se de um tipo de olhar “romântico” (Urry:1996:70-72). Por estar sempre procurando paisagens novas e desconhecidas, fora do circuito comercial do turismo de massa, o olhar romântico acaba por difundi-las, valorizando-as e colocando-as no mercado. Para estes turistas “alternativos”, que aventuram-se na natureza selvagem, que tentam ser amistosos com a população local, e buscam obter um conhecimento distinto da região, “os turistas são os outros” (Krippendorf, 1989:85), aqueles que são comparados a hordas selvagens, a bárbaros irresponsáveis e a massa em contínua ebulição.

Os modelos de evolução dos lugares turísticos, generalizados na década de 1980, reproduzem esta lógica de descoberta/exploração⁴⁸/destruição, conferindo aos aventureiros e às elites o primeiro processo, e ao turismo de massa os dois últimos. A *descoberta* e a *invenção* - termo muito utilizado nas análises turísticas -, não possuem o mesmo significado, mas convergem na emergência dos lugares turísticos. Na descoberta, o turista é o primeiro a revelar a existência de um lugar. Na invenção, o turista é o criador das representações valorativas de certas paisagens (Deprest, 1997:101). Estes dois processos associados é que dão visibilidade às paisagens. Não é desta forma que os meios de comunicação de massa, principalmente as redes de televisão, ao apresentarem os lugares exóticos, têm mediado a descoberta dos aventureiros, o interesse das elites e produzido a invenção sistemática de paisagens turísticas?

Se existe uma violação transformadora da natureza do lugar é neste primeiro processo que ela ocorre, e não na emergência do turismo de massa, quando a transformação já havia sido instalada. Mas na maioria das análises do fenômeno turístico, os lugares atrativos vão sendo descobertos por aventureiros, incorporados pelas elites e pelo mercado, saturados pelo turismo de massa, e substituídos por novos lugares. Quanto mais próximo, mais atraente ou acessível aos centros emissores, mais rapidamente o processo se instala, renunciando o esgotamento de um lugar ou, na concepção econômica, o final do ciclo de vida do produto,

⁴⁸ Alguns autores indicam a fase pioneira, ou primeira fase como “exploração”, utilizando tal conceito como sinônimo de descoberta.

despertando no turismo de elite e no mercado a necessidade da descoberta de um novo lugar/produto. Nesta abordagem, a morte dos lugares turísticos é naturalizada em seu ciclo de exploração⁴⁹.

Baseados nesta “morte anunciada” dos lugares turísticos, vários autores nacionais e internacionais, grande parte das políticas e diretrizes para o setor, e a própria Organização Mundial do Turismo (OMT) recorreram à idéia de um limite de crescimento da atividade, utilizando-se para isto dos conceitos de impacto, de capacidade de carga (*carrying capacity*) e de sustentabilidade. Mas, como definir o limite suportável de um meio, quando o estamos relacionando a uma prática social e a formas distintas de territorialidade? Se estamos analisando grupos sociais extremamente diversos, como medir o limite do impacto cultural, econômico, político, ambiental e tecnológico, sem considerar a diferenciação do meio e a relatividade social no tempo e no espaço? Como saber quando a pressão turística não só traz novas formas para a reorganização do lugar, mas deforma o meio e a sociedade local? A idéia de impacto pressupõe que um lugar possua uma resistência-limite, mas do ponto de vista do meio e da população local, como é possível prever este limite utilizando variáveis quantitativas (frequênciação, fluxos, número de leitos etc.), como faz a maioria das análises de impacto, de ciclo ou de capacidade de carga? Para Deprest (1997:159), *a capacidade de carga se inscreve em uma rede conceptual que nega a produção do lugar, ignora, minimiza ou submete à natureza o poder de criação e de inovação da sociedade. Os lugares possuiriam um limite. Mas como uma ciência social pode definir o limite da sociedade: o fim da história?*

Os modelos de ciclo, de impacto e de capacidade de carga tomam os lugares turísticos como se estes fossem sistemas fechados, passíveis de terem seus fluxos controlados. A transferência de modelos da ecologia, da biologia, e da física tem sido utilizada para garantir medidas de precisão e legitimidade científica. Porém, tomar a sociedade como sujeito da construção dos lugares turísticos implica em aceitar a existência de uma infinidade de variáveis subjetivas, não sujeitas à quantificação, além de uma série de combinações possíveis e imprevisíveis.

⁴⁹ Como exemplo, ver Butler, J.M. “The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources” in *Canadian Geographer*, 1980, XXIV, n. 1, pp.5-12.

Em meados da década de 1980, a preocupação com a intensificação dos fluxos turísticos possibilitou uma abordagem mais refinada e, por que não dizer, científica da atividade, tratada até então, com raras exceções, do ponto de vista do gerenciamento e da administração em uma espécie de manual de “como fazer”. É neste período que a concepção de desenvolvimento sustentável é incorporada às análises da atividade turística. Apesar desta abordagem ser um avanço, em relação aos modelos quantitativos mais estritos, ela também possui limitações. Partindo da constatação de que o ambiente é o foco de atração do turismo, a proteção ambiental torna-se o pressuposto de uma atividade turística durável.

O “turismo sustentável”, termo utilizado principalmente para as modalidades de ecoturismo, apóia-se nos princípios de uso sustentável dos recursos naturais, de manutenção da diversidade natural e cultural, de envolvimento e integração das comunidades locais, de um marketing responsável, da necessidade de pesquisas, entre outros (Ever, 1992). Os principais objetivos expressos revelam uma tradução, para o turismo, dos documentos oficiais sobre o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável, derivado da idéia de ecodesenvolvimento, tem sua principal referência no relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. A partir deste documento, os fatores sócio-culturais e ecológicos foram incorporados às políticas econômicas, socializados no imaginário coletivo, e absorvidos ao próprio mercado, que passou a vender produtos ecológicos e bens distintivos de identidade cultural.

A sustentabilidade passou, então, a ser a senha de um novo modelo de desenvolvimento, que supostamente estaria se esboçando. A concepção de natureza como estoque infinito de recursos é substituída pela natureza como um bem de capital futuro: a nova economia dos recursos naturais prevê a sua utilização a longo prazo, a substituição de antigas tecnologias, e a produção de bens de consumo cada vez mais inusitados. A lógica do modelo de desenvolvimento não se alterou, apenas refinou antigos mecanismos operacionais por meio de uma conjunção mais eficaz entre ciência, tecnologia e produção (Serrano & Luchiari, 1993).

A incorporação destes pressupostos à análise turística gerou a derivação “turismo sustentável”. Esta proposta preocupa-se com a conservação ambiental, e busca regularizar o mercado da indústria do turismo de massa e do turismo alternativo. Para os analistas do turismo sustentável, a escala de análise remete ao lugar ou ao contexto regional. Mas apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ser reconhecido como cientificamente legítimo, ele é, antes de tudo, um instrumento político e, nesse sentido, funciona como uma panacéia que irá garantir a exploração econômica ao longo do tempo e na escala planetária.

A maioria destas análises toma a paisagem turística como ambiente natural, naturalizando o conceito de paisagem e lhe dando autonomia em relação à construção social da qual se origina.

É da natureza das paisagens transformar-se. Mas os autores que naturalizam as paisagens, concebendo-as como recursos turísticos, acabam por concluir que as paisagens são recursos não-renováveis - e que portanto podem ser extintas -, o que é incorreto. Se consideramos que as paisagens são construídas socialmente, elas não se esgotam, o que se esgota ou degrada é um determinado recurso natural ou determinados usos das paisagens. A morte da paisagem significaria o desaparecimento do modelo que tornou possível a valorização estética do meio pela sociedade contemporânea, e para este fato não há nenhuma evidência (Roger, 1989). O desaparecimento de uma paisagem natural, como a mata atlântica, por exemplo, significa a substituição daquela paisagem por outra, não a sua morte. Os recursos naturais podem se esgotar, mas a paisagem é transformada em outra, em outra, em outra, ainda que numa lógica perversa, destituída de beleza e de riqueza natural.

Um recurso natural é um recurso *em relação à sociedade, é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sócio-política e sócio-econômica* (Raffestin, 1993:225). Da mesma forma, as paisagens turísticas só existem *em relação à sociedade*. Elas não existem *a priori*, como um dado da natureza. Mesmo a vocação de uma região faz parte de uma seleção de atributos que a sociedade elege historicamente. Não é isto que nos ensina Corbin (1989), ao

discorrer sobre a valorização das praias e dos banhos de mar no imaginário ocidental, apenas a partir do século XVIII?

O olhar que é lançado sobre o lugar em diferentes períodos inventa paisagens em uma construção social que não cessa. Então, se admitimos que a paisagem é uma representação e não um dado da natureza, não podemos concordar que ela seja um recurso não-renovável - como querem alguns analistas do turismo e ambientalistas. Ela se reproduz, se renova, se regenera, tal qual as sociedades. A sociedade explora a representação e não depende, exclusivamente, das paisagens naturais, pois pode buscá-la alhures, sempre que uma primeira paisagem explorada for degradada, ou reconstruí-la artificialmente, possibilidade que tem ganhado cada vez mais *status* na sociedade contemporânea.

A organização territorial dos lugares turísticos não responde somente à lógica do lugar, do meio, e da população local. Ela reproduz atributos valorizados nos centros urbanos emissores, sintetizando, na materialidade das cidades que se expandem, as novas representações sociais imprimidas ao uso do território. Por isto, os lugares não permanecerão “provincianos”, “selvagens” ou autênticos, porque estes atributos não representam mais a sociedade.

O que é analisado como declínio dos lugares turísticos pelo adensamento das residências, das infra-estruturas, pela concentração de pessoas e pelo apinhamento das paisagens, pode ser sinal de uma transformação histórica dos lugares, os quais deixam para trás a determinação turística para produzir um novo lugar, em conexão sistêmica com o mundo.

AS PAISAGENS MUTANTES DO TURISMO CONTEMPORÂNEO

A racionalidade do turismo contemporâneo ideologiza o trabalho e o não-trabalho, impõe novos usos ao território e confere um novo ritmo ao tempo social. Quer na urbanização turística para residências secundárias, quer na urbanização associada a outras modalidades de alojamento turístico, o uso fugaz do território⁵⁰, marcado pela transitoriedade, é responsável por processos de *desterritorialização e reterritorialização* (Rodrigues, 1996). O tempo, marcado por ritmos planejados (férias, feriados, altas temporadas), impõe um novo ritmo à região; depois recua, e as territorialidades locais se recompõem, mas já sobre outras *rugosidades*. As regiões, as cidades, os lugares turísticos vestem-se de novas materialidades: galerias, shopping centers, edificações, condomínios fechados, infraestrutura viária e uma infinidade de objetos e serviços especializados para o turismo.

O tempo e as paisagens - categorias fundamentais para o turismo - são transformados em bens de consumo e produto turístico. O turismo mercantiliza o *tempo livre* e transforma o valor de uso do território em valor de troca. O tempo é um produto perecível, o uso das paisagens fugaz, de modo que o produto vendido pelo turismo é altamente valorizado e deve propiciar eficiência na apropriação dos recursos e na otimização do tempo.

A atratividade dos lugares turísticos (paisagens naturais ou construídas historicamente), precisa ser constantemente vendida, então, ela é constantemente recriada, ou melhor, padronizada em estilo, estética e atendimento. Os próprios serviços relacionados ao turismo produzem um novo fluxo de relações

⁵⁰Nas altas temporadas de verão, o município de Ubatuba chega a comportar uma população flutuante de 300 mil pessoas (IPT, 1991). "Ubatuba, com seus quase 70 mil habitantes, de uma hora para outra transforma-se em outra cidade e passa a conviver com mais de 600 mil pessoas, vindas de diversas localidades" ("S.O.S. Temporada", in A CIDADE, Jornal de Ubatuba de 03.01.97).

entre os sujeitos envolvidos (turistas, profissionais do setor terciário, administradores) na materialidade oferecida pelo setor (rede de hotéis, restaurantes, redes de *fast food*, boutiques, parques, museus etc.). Em muitos casos, principalmente em relação ao turismo internacional, os atrativos turísticos originais da região são suplantados pela própria estrutura oferecida pelo setor. Como observa Guattari (1994):

“Os turistas fazem suas viagens quase sem sair do lugar, confinados nos mesmos ônibus, nas mesmas cabines de avião, nos mesmos quartos climatizados dos hotéis e desfilam diante de monumentos, paisagens que já viram centenas de vezes nos jornais, prospectos e nas telinhas de T.V.”

A reorganização sócio-espacial imprimida pela urbanização turística responde a uma demanda das classes médias e elites que buscam, na fuga dos centros urbanos saturados, lugares para o lazer e para o descanso. Neste movimento, as especificidades dos lugares aprazíveis do turismo são homogeneizadas pela demanda de um tecido material tecnologicamente mais moderno. Ou seja, um novo sistema de objetos é introduzido nos lugares para adequar e dar familiaridade ao novo sistema de ações trazido pela demanda social do turismo. A natureza como um *dom* e a cultura como memória viva são destituídas de sua autenticidade ou reproduzidas artificialmente como mercadorias de consumo. Estas, mesmo que simbólicas, são vendidas pela mídia, pelas construtoras, pelas agências imobiliárias e de turismo.

A natureza é, então, transformada em espetáculo com tempo certo de duração. Filmes, cartazes, guias turísticos, anúncios vendem as representações da paisagem enquanto “*a ideologia do turismo faz da geografia uma das formas de consumo de massa: multidões cada vez mais numerosas são tomadas por uma verdadeira vertigem faminta de paisagens, fontes de emoções estéticas, mais ou menos codificadas*” (Lacoste, 1988:34).

Entre o setor turístico e as comunidades receptoras o primeiro ganha a hegemonia das representações da paisagem. A população local, dominada pelo olhar externo, faz uma reavaliação seletiva de si mesma e de sua região. Este processo

altera as percepções individuais e imprime uma nova valoração da paisagem circundante e da cultura local, com a substituição de hábitos e de comportamentos, com a implantação de outras formas de apropriação da natureza e de um novo estilo de vida tomado como referência para relativizar a sociedade local e o seu modo de vida.

Claro que, tanto entre os *produtores* como entre os *consumidores* do turismo ocorre uma estratificação sócio-econômica muito grande. Por isto os *pacotes*, os agentes e as áreas turísticas diversificam o setor e respondem a demandas sociais específicas: turismo popular, de massas, de elite, cultural, ecológico, de negócios, da terceira idade, esotérico, esportivo, náutico, entre outros. O que é comum a quase todos é que a produção do setor é - ao mesmo tempo - o consumo de seu produto, então, todo o tempo, o setor reinventa paisagens e práticas a serem consumidas pelo turismo. Novas vias de acesso, edificações, equipamentos coletivos, mercadorias, maior circulação de informações, de pessoas consumindo e recriando vorazmente as paisagens natural e historicamente construídas.

Algumas características mais marcantes definem a *urbanização turística*, distinguindo-a do processo tradicional de urbanização e de produção das cidades industriais. Lembrando que os lugares são únicos e assimilam estas características de formas diferenciadas, consideramos os aspectos principais.

Na urbanização turística o consumo tem mais visibilidade que a produção, o que não significa que a produção perca a sua importância, mas que o consumo passa a ser mais constitutivo das paisagens das cidades. O comércio, os serviços, o mercado informal embaralham-se aos consumidores nas ruas, nos hotéis, nas praias, nos parques, nos bares, restaurantes, nas feiras, transformando o lugar turístico em um grande centro de consumo. Este ciclo do produto passa a ser a marca do lugar.

A mão-de-obra que produz os bens, os imóveis, a infra-estrutura e oferece os serviços e os espetáculos mais variados é sujeito fundamental das cidades turísticas. Segundo a OMT, o setor turístico utiliza-se de um número elevado de trabalhadores em tempo parcial ou temporário, com contratos de trabalho precários

ou mesmo sem contratos, com uma grande utilização de mão-de-obra feminina, infantil ou jovem com baixa qualificação, e um grande número de trabalhadores clandestinos. Ainda segundo a OMT, o grau de sindicalização deste setor é muito inferior ao de outros setores econômicos.

Estes dados revelam que, em contraposição às afirmações de que o setor turístico é aquele que desponta, neste final de século, com a maior capacidade de absorver mão-de-obra, a precarização do trabalho é, também nesta atividade, elevada.

Com a urbanização turística ocorre um crescimento acelerado da população e da força de trabalho, mas este crescimento não é impulsionado pela inserção da população local, mas pela intensificação dos fluxos migratórios. A mão-de-obra concentra-se no setor de serviços e na construção civil, seja para a infraestrutura turística (hotéis, restaurantes, segundas residências, entre outras), ou para a infraestrutura urbana (transportes, comunicação, saneamento). No caso de cidades com vocação natural para o turismo (litorâneas, serranas etc.), a maioria dos postos de trabalho possuem ofertas sazonais. Ou seja, a atividade turística promove empregos mas, na maioria dos casos, para uma mão-de-obra qualificada vinda de fora, e sazonal, com contratos de trabalho precários.

De qualquer modo, entre os indicadores da urbanização turística, a mão-de-obra possui um importante papel, afinal, é ela quem dinamiza o setor e constrói as paisagens “atrativas” ou “repugnantes” dos lugares turísticos.

Embora a sazonalidade se coloque como uma característica peculiar do setor, assim como a mão-de-obra estrangeira (ou simplesmente, externa ao lugar), a maioria das características listadas pela OMT são muito semelhantes a de outros setores da economia no período contemporâneo: tempo parcial, fraca sindicalização, mulheres excluídas dos cargos de gerenciamento etc.

Outra questão que é importante salientar é que a construção dos lugares turísticos pode favorecer a formação de uma nova elite local. Esta, em estreita ligação com o poder local, é impulsionada pela ascensão de pequenos capitais (comerciantes, construtores, empreendedores etc.). Este novo segmento social é

quem direciona efetivamente a construção das cidades turísticas, e consegue muito poder na política local.

Outro fator fundamental é a intensificação da especulação imobiliária, e uma revalorização seletiva no uso do solo urbano. As territorialidades locais são suplantadas pela localização de atrativos, sejam estes naturais, infra-estruturais ou sócio-econômicos, intensificando o processo de segregação espacial e de construção de enclaves. As cidades se “vestem” com um novo sistema de objetos, carregados de novos símbolos de *status* e identidade da moderna sociedade de consumo. Nelas tem lugar a produção de novos lugares de consumo, aqueles utilizados pelo turista “para ver e ser visto”. Reconhecidos mundialmente como ambientes domesticados pelo cotidiano da modernidade (shoppings, galerias, redes de fast food, aeroportos, condomínios) – os *não-lugares* de Augé (1993), ou os *espaços fora do chão* de Chesneaux (1995) são reproduzidos.

Ocorre uma valorização estética da paisagem natural ou construída da cidade. A utilização de estratégias de marketing na produção de cartões-postais faz parte do planejamento turístico que visa colocar a cidade no mercado.

Embora a cidade turística possa ter como característica a produção específica de determinados bens de consumo (confeção, artigos em couro, madeira, produtos alimentícios etc.), o custo de vida para a população local é geralmente mais alto nas temporadas. Este fato, entre outros, impulsiona a organização dos moradores (sociedades de amigos de bairros, associação de moradores etc.), traço muito forte nestas cidades, refletindo, geralmente, as expectativas e necessidades locais em relação aos turistas e às necessidades do setor.

Poderíamos levantar, ainda, outros indicadores da urbanização turística, mas este procedimento só se justifica por meio da reflexão sobre a urbanização, sobre as estratégias políticas e sobre a importância do turismo como um vetor de transformação do lugar. A tendência a generalizar os padrões é importante para uma visão racionalizada do setor, mas não dá conta das particularidades que se desenvolvem nos lugares.

Turismo: políticas em ascensão e territorialidades em conflito

A atividade turística tem se tornado um emblema do processo contemporâneo de mundialização da cultura e de globalização da economia. Embora as afirmações sobre urbanização turística e a associação desta com as cidades pós-modernas ajustem-se melhor aos grandes centros turísticos mundiais (e mesmo nacionais, se pensarmos nas capitais litorâneas do nordeste), podemos também encontrar, no litoral norte paulista, um centro turístico regional, os traços da modernidade alterando o perfil da população local e dando novo conteúdo às paisagens naturais e construídas.

Com ares de modernidade o setor turístico vem ocupando territórios, padronizando estéticas e reinventando práticas econômicas e sociais. O objetivo de organizar e dotar aquele meio de uma instrumentalidade mais racional não foi responsabilidade de um único sujeito social, mas de diversos “agentes modeladores do espaço urbano”. O Estado (como indutor e regulador), a iniciativa privada (como promotora) e a sociedade (como consumidora) atuam enquanto sujeitos deste setor em expansão.

Segundo as *Diretrizes para uma Política Nacional - Eco Turismo* (Embratur/Ibama, 1994:9):

“A indústria do turismo é, na atualidade, a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial. Movimenta cerca de US\$ 3,5 trilhões anualmente e, apenas na última década, expandiu suas atividades em 57%”.

No caso do Brasil, só recentemente o setor tem merecido maior atenção por parte do governo, e maior credibilidade por parte da iniciativa privada. Segundo Caio Luiz de Carvalho, presidente da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) e da Comissão das Américas da Organização Mundial do Turismo, a *Política Nacional de Turismo* elaborada em 1995, desenvolvida em parceria com a OMT (Organização Mundial do Turismo), o Banco do Brasil, o Sebrae e a Caixa

Econômica Federal, e lançada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, “simboliza a reengenharia do turismo brasileiro” (BRASILTURIS Jornal, p.7, 1997). Esse dinamismo contemporâneo do setor está associado, no Brasil, à estabilização da moeda, à consolidação do Mercosul (turismo de negócios) e à implementação de várias políticas governamentais, que tem em vista não só transformar o setor turístico em um importante instrumento de desenvolvimento econômico, como transformar o país em um produto competitivo no grande mercado internacional do turismo.

O Brasil ainda ocupa o 42º lugar entre os principais destinos turísticos mundiais, com pouco mais de 3 milhões de turistas estrangeiros em 1995. Embora o setor esteja em plena ascensão, falta planejamento, formação de mão-de-obra qualificada, infra-estrutura especializada, rede viária adequada, passagens aéreas acessíveis e serviços de melhor qualidade. Segundo o professor de Turismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), Luiz Gonzaga Godoi Trigo:

“Em dez anos a participação do turismo no Produto Interno Bruto (PIB) nacional saltou de 5% para 8%, o equivalente a US\$ 40 bilhões. O percentual está 2,9% acima da média latino-americana, mas ainda é baixo se comparado à média mundial de 10,9%” (Entrevista cedida ao Jornal da Unicamp/Ano XI, Nº 119/1997).

Apesar do crescente dinamismo, este, na maior parte das vezes, é contrastado com as realidades locais e com os problemas sócio-econômicos, culturais e ambientais da região receptora. Por isto, é muito importante que as diretrizes de desenvolvimento turístico local, regional e nacional sejam amplamente debatidos em vários fóruns, e com a participação dos vários segmentos e representantes da sociedade.

As *Diretrizes para uma Política Nacional de Eco-Turismo*, uma proposta preocupada com o desenvolvimento sustentável e com a conciliação entre exploração econômica e gerenciamento racional dos recursos naturais, busca regulamentar um dos segmentos que mais cresce no setor. Ainda assim, no que concerne à realidade brasileira, este não foi definitivamente estruturado:

“Em consequência, o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo” (Embratur/Ibama, 1994:9).

Segundo o documento da Embratur/Ibama (1994:13), o ecoturismo teria a vantagem de amenizar os impactos negativos causados pelo turismo tradicional, de massa, além de se apresentar como uma alternativa econômica emergente nas esferas nacional e internacional. Embora, segundo o mesmo documento, cada segmento do setor cause um impacto diferenciado, só o tempo poderá confirmar tal afirmação, como nos adverte Molina (1989:43):

“Los ecosistemas de uso turístico son percibidos, más que como una plataforma básica capaz de garantizar el desarrollo sostenido de las actividades del turismo, como si fueran un insumo o una materia prima no renovable, que tarde o temprano se tornará disfuncional a los intereses de las estructuras que las controlan”

No Estado de São Paulo, a proposta de formular as *Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo* surgiu no final de 1995, numa iniciativa da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA). Reconhecendo que o Estado de São Paulo “representa o maior mercado emissor de turistas e ecoturistas do país” (SMA, 1997), e tomando por base as *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*, esta proposta também se pauta no desenvolvimento ecologicamente sustentável, considerando o turismo uma atividade de baixo impacto ambiental.

O documento reconhece termos equivalentes para a denominação desta atividade (turismo alternativo, verde, ecológico ou ambiental), e toma como princípio a conservação dos recursos naturais e o bem estar das populações locais. Contudo,

reconhece que o ecoturismo é apenas um segmento da indústria turística, o que lhe confere características problemáticas.

Entre os princípios básicos apresentados no documento, uma fraca objetividade dissolve-se em um discurso retórico. Associa a integração do turismo no planejamento, o que é muito positivo como estratégia política, à redução do consumo supérfluo e do desperdício, o que é uma fantasia romântica, já que cada modalidade de ecoturismo possui seu próprio arsenal de consumo na forma de equipamentos cada vez mais caros e sofisticados⁵¹. Como pontos fortes nesta proposta estão as discussões públicas promovidas com a participação de representantes de vários setores das esferas públicas, privadas e da sociedade civil.

Embora o documento citado considere as regiões da mata atlântica como as mais atrativas para o ecoturismo no Estado de São Paulo, no município de Ubatuba a sua implantação ainda está em curso. Em janeiro de 1997, mas ainda sem implementação, iniciou-se a discussão de uma *Política de Ecoturismo no Litoral Norte Paulista*. As reuniões foram organizadas pelo Grupo Executivo das Diretrizes e Bases de Ecoturismo no Estado de São Paulo, e visaram esclarecer as principais características do ecoturismo e as formas de captar fundos para este segmento. As reuniões tiveram por finalidade sensibilizar os representantes das prefeituras, empresários locais, órgãos estaduais e organizações da sociedade civil, além dos segmentos diretamente interessados como empresários da área de hotelaria, agências de viagens, restaurantes e eventos. Embora estes debates acirrem os interesses diferenciados, a participação com representantes de vários segmentos sociais e econômicos, atuantes no litoral, implica em tornar mais adequada à realidade local a legislação que será proposta⁵².

Tendo em vista a multiplicidade de atrativos naturais e culturais do município de Ubatuba, pode-se dizer que a organização das atividades de ecoturismo no município é praticamente inexistente. Apenas algumas agências, gerenciadas

⁵¹ Algumas modalidades de ecoturismo segundo as próprias *Diretrizes para uma política estadual do ecoturismo*: atividades esportivas de vôo (asa delta, paraglyder, paraquedismo, balonismo), canyoning (descida de penhascos e/ou cachoeiras com rappel), canoeing/cayaking, cicloturismo/mountain biking, escalada, espeleologia, mergulho, rafting (descidas de rios encachoeirados feitas em botes infláveis), safári fotográfico, turismo equestre, entre outros.

principalmente por indivíduos de fora do município, organizam excursões ecológicas como trilhas até cachoeiras, visitas a praias isoladas, passeios de bicicleta, de barco até visitas em comunidades tradicionais caiçaras e reserva indígena.

Em 1997, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado propôs-se a disciplinar o turismo nas áreas litorâneas do Parque Estadual da Serra do Mar. Além da fiscalização e preservação da mata atlântica, o Plano de Gestão inclui obras, equipamentos e infra-estrutura. Para o Núcleo Picinguaba, a Secretaria pretende demarcar trilhas, instalar postos de fiscalização e placas de orientação, transformando-o em pólo de turismo ecológico.

Segundo o Diretor do Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Picinguaba), Luís Roberto Numa de Oliveira, o Plano de Gestão pretende beneficiar as comunidades caiçaras que poderão desenvolver atividades turísticas sem prejudicar os ecossistemas. Ele reconhece que a regulamentação do Parque Estadual acabou por restringir as atividades destas comunidades, e que agora, com a participação na elaboração do Plano de Gestão, esses grupos poderão ser beneficiados⁵³. Uma parceria entre o Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Picinguaba) e as operadoras locais de ecoturismo⁵⁴ tem organizado este segmento emergente.

Enfraquecidos pela incapacidade interna dos municípios em dinamizar a atividade turística isoladamente, a regionalização da atividade tem despontado como uma alternativa de organização do setor. No Estado de São Paulo, cerca de 50 municípios do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte já se mobilizaram e implantaram o *Conselho Pró-Turismo do Coneleste Paulista* (Coneleste). O potencial turístico da região é diversificado (turismo serrano, praiano, cultural, científico, de esportes e muitos outros) e o Conselho visa a organização, normatização e captação de recursos financeiros.

Por outro lado, o *Programa Nacional de Municipalização do Turismo*, proposto em 1994 pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (portaria

⁵² Ver artigos: "Discussão sobre política de Ecoturismo no Litoral Norte" (02.02.1997) e "Diretrizes para o Ecoturismo é apresentada em Ubatuba" (09.02.1997), in *Jornal A Cidade*, Ubatuba.

⁵³ Ver "Mata Atlântica: Plano de Gestão com a participação da comunidade" e "Decadência no Turismo - Quem se Responsabiliza?" in *Jornal A Cidade* Ubatuba, 09.03.97 e 16.03.97.

nº 130, de março de 1994) e lançado em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), tem por objetivo promover a descentralização da gestão do turismo e uma maior autonomia dos municípios. 1.500 municípios já estão cadastrados, dentre os quais 757 cidades já receberam o selo de potencial para o turismo⁵⁵. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conta, para o financiamento do Programa, com uma verba de R\$ 1 bilhão, fator altamente atrativo para a maioria das prefeituras.

Este Programa visa concentrar no município os processos de planejamento e gerenciamento da atividade turística, considerando que o desenvolvimento desta não depende somente do potencial e dos atrativos dos municípios, mas sobretudo de condições técnicas e organizacionais para um planejamento adequado. A implantação do Programa, em muitos municípios do país, está longe de atingir um consenso entre autoridades, empresários e moradores, tendo despertado a pulverização de interesses e a consolidação de alianças locais, das quais alguns setores representativos da sociedade foram excluídos.

Outro programa que tem levantado polêmicas é o *Plano de Gerenciamento Costeiro - Macrozoneamento do Litoral Norte*. O Programa Estadual já havia sido instituído em 1987, através de um convênio com o governo federal e sob a coordenação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Em seguida, com o respaldo da Lei Federal 7.661/88 do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, o Estado de São Paulo submeteu à análise do Legislativo um anteprojeto de lei, visando operacionalizar o programa, ainda sem regulamentação por decreto do Executivo.

Tendo por meta um gerenciamento integrado, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo tem promovido o debate com as prefeituras municipais e com a sociedade civil, para elaborar uma proposta de zoneamento adequada às condições ecológicas e sócio-econômicas locais: normas de uso e ocupação do solo e de manejo dos recursos naturais para cada zona costeira. O

⁵⁴ São oito operadoras credenciadas no município: Associação Guapuruvu, Associação Guaynumby, Campyng Usina Velha, Canto do Sabiá/Guest House, Cia Trek-Sociedade de Aventuras, Estalagem Recanto das Amoreiras, Serra do Mar Turismo (Ecological Tours & Travel Services) e Terra Brasil.

⁵⁵ O município de Ubatuba recebeu o selo do Programa em março de 1997.

litoral paulista foi então dividido em quatro áreas de planejamento: o litoral norte, a Baixada Santista, o complexo estuarino lagunar de Iguape e Cananéia e o Vale do Ribeira.

Tomando por parâmetro as normas das legislações ambientais que incidem nesta região⁵⁶, o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (P.L. 589/96) propôs o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do litoral norte paulista, incluindo a área marinha (Figura 5). O ZEE apóia-se na setorização funcional das atividades econômicas e na compartimentação ambiental, ambas definidas após um levantamento sistemático de dados e trabalho em campo realizado por técnicos do Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN) e do Instituto Florestal (IF), da SMA.

Este zoneamento definiu cinco (5) zonas, correlacionando, em cada uma delas, as atividades compatíveis com a “fragilidade estrutural do ambiente” (SMA, 1996:25) (quadro 1).

O plano de gerenciamento constata que, no litoral norte paulista, as áreas aptas para suportar empreendimentos imobiliários estão praticamente esgotadas - o que gerou um grande mal-estar entre os investidores privados e as próprias prefeituras da região. Por outro lado, a maior parte dos parcelamentos aprovados permanece “desocupada e/ou carente de serviços básicos de infra-estrutura urbana”⁵⁷ (SMA, 1996:26), o que significa a possibilidade de investimentos e desenvolvimento regional.

Entre a necessidade inadiável de regulamentação no uso do solo e o receio de que o plano se estabeleça como uma ingerência no poder municipal, a polêmica se instala. O movimento *Acorda Ubatuba*, formado por várias associações locais, luta para conseguir representação da população nas comissões municipais que irão participar do Gerenciamento Costeiro. Enquanto alguns munícipes consideram “*imprescindível que o Município de Ubatuba estabeleça com clareza, através de leis e sobretudo do Plano Diretor, suas regras e sua direção, para que sejam*

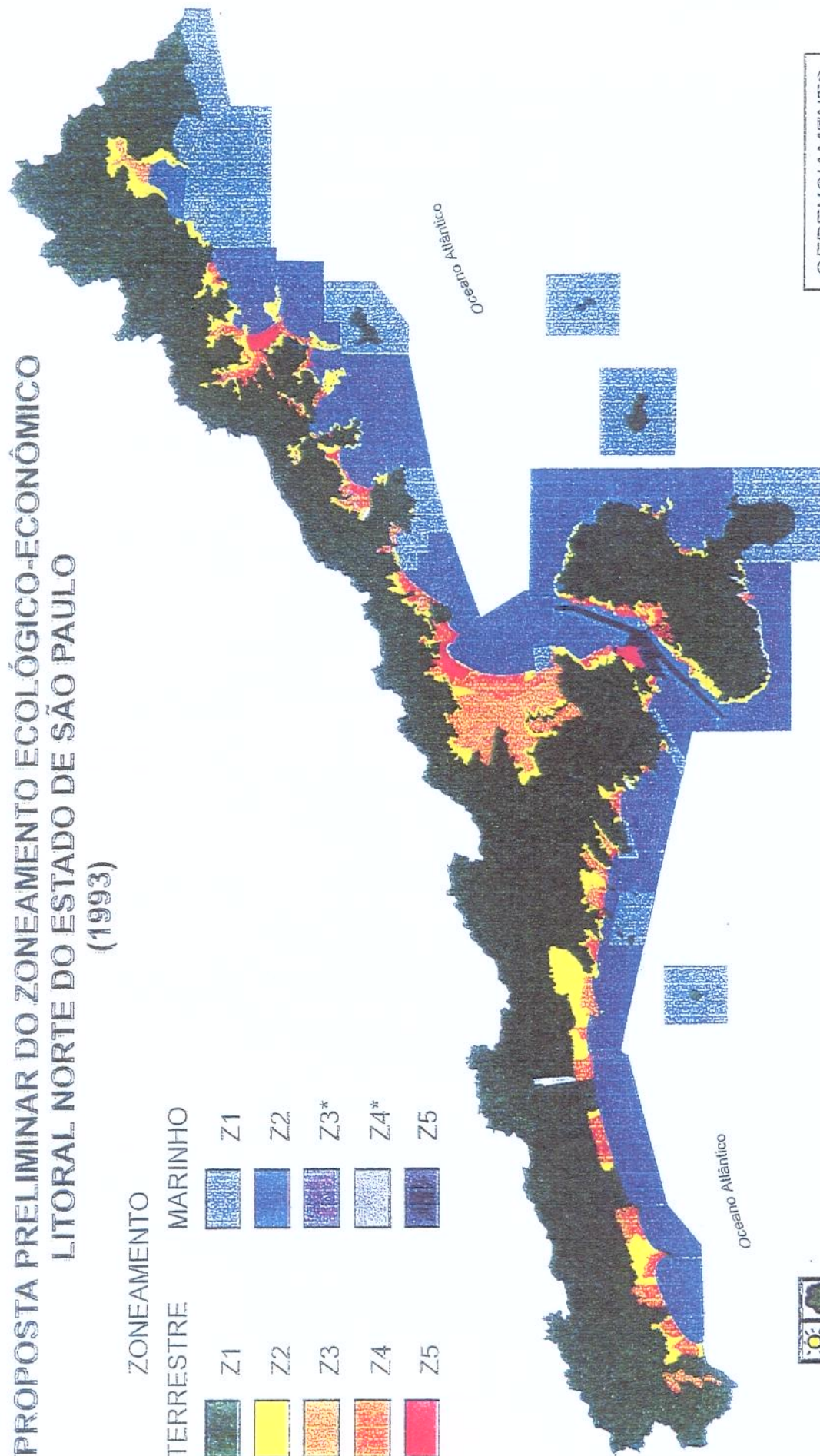
⁵⁶ A mais restritiva é a Lei Federal 750/93 que regulamenta a utilização da Mata Atlântica em todo território nacional.

⁵⁷ Em 1991, dos 150 mil lotes registrados no litoral norte paulista, 100 mil estavam desocupados. O município de Ubatuba é o que possui menor porcentagem relativa de lotes vagos, em torno de 50%.

Figura 5

PROPOSTA PRELIMINAR DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (1993)

ZONEAMENTO	
TERRESTRE	MARINHO
Z1	Z1
Z2	Z2
Z3	Z3*
Z4	Z4*
Z5	Z5



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



* NÃO APLICADO NESTE CROQUI

Quadro 1 – orientativo para obtenção do Macrozoneamento				
	Zonas	Usos permitidos ¹	Critério de enquadramento de áreas	Metas ambientais
1	Zona que mantém os ecossistemas primitivos em pleno equilíbrio ambiental, ocorrendo diversificada composição de espécies e organização funcional capazes de manter de forma sustentada uma comunidade de organismos balanceada, integrada e adaptada, podendo ocorrer atividades humanas de baixos efeitos impactantes.	- Preservação/conservação - Pesquisa científica - Educação ambiental - Manejo auto-sustentado - Ecoturismo - Pesca artesanal - Ocupação humana compatível	Ecossistema primitivo funcionalmente íntegro: - Cobertura vegetal íntegra com menos de 5% de alteração - Ausência de redes de comunicação local, acesso precário com predominância de trilhas e habitações isoladas e captação de água individual - Ausência de culturas com mais de 1 ha (total menor que 2%) - Elevadas declividades, média acima de 47% com riscos de escorregamento - Baixadas com drenagem complexa com alagamentos permanentes/frequentes	Manutenção da integridade e da biodiversidade da Mata Atlântica e dos ecossistemas marinho
2	Zona que apresenta alterações na organização funcional dos ecossistemas primitivos, mas capacidade para manter em equilíbrio uma comunidade de organismos em graus variados de diversidade, mesmo com a ocorrência de atividades humanas intermitentes e/ou de baixos impactos. Em áreas terrestres a zona pode apresentar assentamentos humanos dispersos e pouco populosos, com pequena integração entre si.	- Manejo sustentado - Aquicultura - Mineração baseada em Plano Diretor	Ecossistema funcionalmente pouco modificado: - Cobertura vegetal alterada entre 5 e 20% da área total - Assentamentos nucleados com acessos precários e baixos níveis de eletrificação de caráter local - Captação de água para abastecimento semicoletivas ou para áreas urbanas - Áreas ocupadas com culturas, entre 2 e 10% da área total (roças e pastos) - Declividade entre 30 e 47% - Baixadas com riscos de inundação	Manutenção funcional dos ecossistemas e proteção aos recursos hídricos para abastecimento e para a produtividade primária. Recuperação natural. Preservação do patrimônio paisagístico.
3	Zona que apresenta os ecossistemas primitivos parcialmente modificados, com dificuldades de regeneração natural devido a exploração, ou supressão, ou substituição de alguns de seus componentes pela ocorrência em áreas de assentamentos humanos com maior integração entre si.	- Agropecuária - Silvicultura - Pesca industrial	Ecossistema primitivo parcialmente modificado: - Cobertura vegetal alterada ou desmatada entre 20 e 40% - Assentamentos com alguma infraestrutura, interligados localmente (bairros rurais) - Culturas entre 10 e 20% da área - Declividade menor que 30% - Alagadiços eventuais	Manutenção das principais funções do ecossistema. Recuperação induzida para controle da erosão.
4	Zona que apresenta os ecossistemas primitivos significativamente modificados pela supressão de componentes, descaracterização dos substratos terrestres e marinhos, alteração das drenagens ou da hidrodinâmica, bem como pela ocorrência em áreas terrestres de assentamentos rurais ou periurbanos descontínuos interligados, necessitando de intervenções para sua regeneração parcial.	- Assentamentos urbanos descontínuos restritos às unidades que o permitam de acordo com regulamento.	Ecossistema primitivo muito modificado: - Cobertura vegetal alterada ou desmatada entre 40 e 60% na área - Assentamentos humanos em expansão relativamente estruturados - Infra-estrutura integrada com as áreas urbanas - Glebas relativamente bem definidas - Obras de drenagem e vias pavimentadas	Recuperação das principais funções do ecossistema. Conservação e/ou recuperação do patrimônio paisagístico. Saneamento ambiental localizado.
5	Zona que apresenta a maior parte dos componentes dos ecossistemas primitivos degradada ou suprimida e a organização funcional eliminada, devido ao desenvolvimento de áreas urbanas e de expansão urbana contínua.	- Assentamento urbano consolidado - Indústria - Terminais rodo-ferro-portuários.	Ecossistema primitivo totalmente modificado: - Cobertura vegetal remanescente mesmo que alterada em menos de 40% da área, descontinuadamente - Assentamentos urbanizados com rede viária consolidada - Infra-estrutura de porte - Serviços e comércio relativamente bem desenvolvidos.	Saneamento ambiental e recuperação da qualidade de vida urbana com reintrodução de componentes ambientais compatíveis.

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 1996

¹ Usos cumulativos da Zona 1 à Zona 5 (Exemplo: Zona 2 – todos os usos anteriores mais os usos da própria zona).

evitados os conflitos e as intervenções indesejadas”, outros consideram que, mesmo com a participação local nos grupos de trabalho e comissões, “os municípios do litoral norte, principalmente Ubatuba, a partir da regulamentação deste texto legal, ficarão ainda mais engessados para a ocupação de seu solo” (entrevistas, 19.07.98).

A própria Secretária de Assuntos Comunitários da Prefeitura de Ubatuba, Sônia Bonfim, possui uma inquietação semelhante. Segundo ela: *“A Secretaria do Meio Ambiente pressiona o município em sua própria fragilidade. Ubatuba utiliza-se de uma lei de zoneamento de 1983, e tem um plano diretor aprovado mas não regulamentado que termina no ano que vem (1999). Então, a máquina interna não tem como parar para aprofundar estas questões e não tem dinheiro para pagar alguém de fora para fazer. O enorme interesse da Secretaria do Meio Ambiente em preservar a serra do mar incorre numa ingerência nas questões do município. Primeiro, eles são omissos quanto a questão do homem na terra, a gente tem os caiçaras vivendo em um estado de miséria, realmente precário porque não podem plantar, não podem colher, cortar, caçar... a lei ambiental dá até cadeia. E nós temos, por outro lado, a questão deles estarem definindo, ou querendo definir, através do Gerenciamento Costeiro, uma proposta de plano diretor que vai dizer o que o município deve fazer.” (entrevista, 18.08.98)⁵⁸.*

Para Carol, sócia de uma agência de turismo ecológico em Ubatuba *“as sucessivas gestões da prefeitura municipal, desde 1970, foram coniventes com os desmandos da especulação imobiliária, da ocupação desordenada e do uso do solo irregular” (entrevista, 20.08.98), por isto faz uma avaliação positiva das propostas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e considera imprescindível a regulamentação e as iniciativas para a preservação. Apesar das medidas restritivas, considera que, sem a legislação ambiental, o oportunismo dos agentes imobiliários acabariam com Ubatuba.*

Considerando a dinamização deste mercado e a “reengenharia do turismo brasileiro”, almejada pelo governo, é importante constatar que todas as

⁵⁸ Ver também: “Gerenciamento Costeiro: problema ou solução?” (19.07.98), “Gerenciamento Costeiro acorda Ubatuba” (09.08.98) e “Gerenciamento Costeiro: novas propostas”(16.08.98) in *Jornal A Cidade*, Ubatuba.

políticas e instrumentos de regulamentação do uso do solo, da atividade turística e de preservação e conservação do meio ambiente nortearão, inevitavelmente, a nova configuração territorial dos lugares turísticos. Do conflito estabelecido entre as diversas competências, políticas um novo projeto de organização sócio-espacial irá se esboçar.

Neste sentido, três considerações fundamentais se colocam. A primeira é sobre a importância da participação dos vários segmentos da sociedade na promoção e implementação de diretrizes para o desenvolvimento turístico local ou regional. Esta é uma tarefa difícil, na medida em que neste processo emergem interesses contraditórios. Ainda assim, esta é sem dúvida a melhor forma de mapear, prevenir e solucionar problemas de organização territorial, evitando a necessidade de criar, no futuro, uma infinidade de soluções paliativas.

No município de Ubatuba, é possível perceber o crescimento de uma mobilização em que vários grupos de interesse se constituem em uma organização de alianças para debater e adequar o planejamento do município, em função da implantação das políticas de turismo e de preservação ambiental. É a mobilização destes grupos que determinará a força do lugar. Se os próprios municípios não se organizarem, priorizando as demandas locais, eles serão submetidos às regulamentações de zoneamento e ao uso do solo elaboradas por uma lógica de preservação indiferente às territorialidades e necessidades locais. Além do mais, a atividade turística local será regulamentada por estas políticas mais gerais, obrigando a adequação dos interesses locais a uma normatização do mercado sem a qual os recursos financeiros serão estancados.

A segunda consideração é sobre a importância do papel do Estado na estruturação dos planos de desenvolvimento turístico local/regional. É fundamental a atuação do Estado e dos poderes locais na regulamentação das diretrizes básicas para a conciliação dos interesses privados, da preservação dos patrimônios naturais ou edificados, e dos interesses da população local.

Todas as políticas nacionais e regionais, discutidas atualmente para a atividade turística, possuem um aspecto altamente positivo. Afinal, se os governos (federal, estadual e municipal) não se apressarem em regulamentar o setor,

certamente a iniciativa privada não tardará em implementar suas próprias estratégias de expansão neste mercado altamente lucrativo. Cabe ao Estado impedir a auto-regulamentação do mercado, e conciliar os interesses diferenciados na gestão da paisagem.

Um último ponto refere-se ao uso, esvaziado de sentido social, do conceito de sustentabilidade na expansão de uma atividade econômica. O desenvolvimento regional pode ser planejado, equacionando da melhor maneira as relações entre interesses econômicos, sociais, políticos e daqueles que lutam pela preservação de ecossistemas naturais. Mas dificilmente ele será sustentável em todas estas dimensões. As noções de desenvolvimento econômico e sustentabilidade (natural e social) são quase antagônicas, podendo colocar em risco a seriedade ou a credibilidade de um planejamento sério. A ideologia da sustentabilidade é limitada pela própria economia de mercado. Um bom planejamento urbano e regional não precisa incluir este discurso equivocado para legitimar e por em prática o reordenamento territorial e o desenvolvimento econômico regional.

Ao adjetivar o desenvolvimento como sustentável e o turismo como ecológico, legitimou-se práticas econômicas agora matizadas pela aura de uma natureza que, supostamente, tornou-se sujeito. A exploração da natureza que maculou toda a sociedade da produção industrial agora pode ser justificada pela exploração racional que inclui em seu bojo a preocupação com a preservação da natureza e com as necessidades futuras da sociedade. Contudo, a gestão destas paisagens não se reduz à capacidade técnica para controlar a degradação ambiental ou a destruição do lugar, ela envolve uma nova orientação em relação à natureza e à sociabilidade no espaço urbano, inserindo-se no âmbito das conexões sistêmicas entre o lugar e o mundo. A conservação e a justiça social não devem ser o apêndice do crescimento econômico, mas os pressupostos para o desenvolvimento. É esta lógica que o planejamento urbano contemporâneo deve apreender.

Sem dúvida, a atividade turística não é mais nociva que a “indústria com chaminés” que, aliás, impulsionou todo o nosso processo de urbanização. Mas é preciso planejar, para que a urbanização turística não gere cidades tão indesejáveis quanto o fez a urbanização industrial.

Ocupação esquizofrênica: vida local e temporada

Segundo Carlos Alberto Gomes, presidente da Associação Comercial e Industrial de Ubatuba, proprietário do Hotel Calamares e Conselheiro do Coneleste e da Companhia Municipal de Turismo (Comtur)⁵⁹, o turismo existente em Ubatuba é basicamente sustentado pela segunda residência e não gera lucros para o município: *“à parte a mão de obra demandada pela construção civil, este tipo de turismo não cria empregos, não dinamiza o comércio local, aumenta a especulação imobiliária e inflaciona os preços para a população local; além de deixar para a administração pública todo o lixo produzido durante as temporadas”*.

De março a setembro a vida turística do município se esvai. Em julho, apesar da temperatura no litoral paulista⁶⁰ ser mais elevada que nas regiões de São José dos Campos, Campinas e São Paulo e das chuvas serem menos frequentes que no verão, Ubatuba permanece em silêncio em relação à temporada de férias escolares. Não há uma programação de eventos para atrair o grande fluxo paulista de turistas que, nesta época, direciona-se para as regiões serranas e para o nordeste do país.

Apesar do apinhamento observado nas temporadas de verão, as atividades sociais e econômicas retraem-se a cada retorno das férias e feriados. A população local reclama da falta de opções que a cidade oferece. Não possui faculdades (apenas em Taubaté e Caraguatatuba), a maioria dos restaurantes e bares fecham suas portas e as praias e casas vazias atestam que a cidade retornou ao silencioso cotidiano. A população local reclama: *“Onde está o turismo? Que turismo? Ubatuba tem vocação, mas não infra-estrutura para o turismo”* (funcionária do Jornal *A Cidade*). O município possui apenas uma pequena estrutura de recepção turística que inclui hotéis, pousadas, campings e um albergue.

⁵⁹ “A CONTUR é uma sociedade anônima, constituída com capital da Prefeitura Municipal de Ubatuba, com 51% e 49% dividido entre 49 acionistas particulares” (Jornal *A CIDADE*, Ubatuba, 30.03.97).

“O apelo rústico das praias do norte do Estado marca também os serviços. Hotéis e restaurantes caracterizam-se pela simplicidade e pela informalidade absolutas. Às vezes exageradamente, como quando o quarto deixa de ser arrumado ou o peixe da muqueca ainda carrega escamas. As melhores opções de hospedagem acabam sendo as casas de veraneio, nas quais o problema é ter de abrir mão da mordomia e assumir todas as tarefas” (“Praias rústicas e exóticas na rota *cult* do verão”, *Jornal Correio Popular*, Caderno Cidades, 17.11.96).

E, enquanto a elite se isola nos condomínios, com seus empregados uniformizados, o turismo popular é proibido, confinado ou monitorado. O campismo foi proibido em quase toda orla, com exceção das praias mais isoladas, ao norte do município. Os ônibus de excursionistas só são admitidos com prévia orientação. No bairro do Perequê-Açu, encontra-se o único terminal turístico com capacidade para receber até setenta (70) ônibus, com lanchonete, banheiros, guarda-volumes e recepcionista. As empresas, antes de estacionarem seus veículos, devem ser cadastradas na Companhia Municipal de Turismo (COMTUR).

A maior parte das atividades econômicas do município concentra-se na temporada de verão. Após este período, o retorno à realidade local parece positivo: a pressão sobre os recursos (naturais, de saneamento, serviços etc.) é atenuada e a população volta ao seu cotidiano. Porém, restam poucas oportunidades econômicas para a população local: o comércio se retrai, os investimentos no setor imobiliário estacionam e quase todas iniciativas de dinamização econômica são adiadas para a próxima temporada. Como a atividade turística se concentra em um período muito curto, a população local, que investe ou trabalha com o turismo, deve acumular rendimentos para sobreviver o resto do ano. E aqui temos uma constatação importante. Se hoje o turismo pode ser construído, tal qual um simulacro, prescindindo da vocação natural, o inverso não é verdadeiro. Ou seja, a vocação natural não sustenta sozinha o desenvolvimento da atividade. Ela pressupõe

⁶⁰ A média anual de temperatura é de 21,2° C, e em julho as médias variam entre 17,6° C e 20,0° C (posto meteorológico de Ubatuba - IO/USP).

investimentos em uma infra-estrutura adequada, e um sistema organizacional planejado para contornar a sazonalidade e sustentar a economia local.

Um outro problema a ser enfrentado pela administração local refere-se ao fluxo turístico que, ao se concentrar no verão, sobrecarrega a capacidade da infra-estrutura e dos serviços que o município oferece. Então, a temporada se transforma em um duelo pela sobrevivência cotidiana: a população do município na passagem do ano gira em torno de 800 mil, falta água e combustível, aumentam os índices de criminalidade e os preços das mercadorias, multiplicam-se as intermináveis filas para os supermercados, padarias, lojas, farmácias, e os congestionamentos na Rio-Santos aprisionam os grupos de turistas nos bairros, impossibilitando a visita a outras praias.

Esta oscilação, entre um excitante burburinho nas temporadas e um cotidiano pacato durante a maior parte do ano, remete-nos a uma razão fundamental: a economia do litoral norte paulista não se sustenta pela organização do *setor turístico* (rede hoteleira, serviços, pacotes de viagens, eventos etc.). O setor foi paulatinamente construído pela indústria da construção civil, mercado que nasceu com o turismo, mas que acabou criando uma lógica própria, alheia ao planejamento mais adequado para o setor. É o turismo de *segunda residência*.

Segundo o “Diagnóstico Turístico de Ubatuba”, efetuado em 1991 por Herone Galhanone, 84,3% das hospedagens eram casas próprias, de aluguel, de amigos ou parentes, os hotéis representavam apenas 5,35% e as pousadas, pensões e outros, 10,3%.

Para o senhor Agenor, um taxista de praça que se mudou de São José dos Campos para Ubatuba, em 1973, o município possuía maior movimentação turística nas décadas passadas: *“Antes era bonito, as famílias vinham para cá e ficavam. Quase o ano inteiro tinha movimento de turistas. E era um turismo bom, gente de bem e de dinheiro. Hoje não. Hoje eles vêm em dezembro e em fevereiro vão embora. E é um turista mais pobre, sabe! Tudo o que tem numa cidade grande aparece aqui nessa época, assalto a banco, roubos, estupro... Dá até medo.”*

Aqueles que construíram residências secundárias, entre as décadas de 1970 e 1980, freqüentavam sistematicamente o município, com suas famílias. Com o adensamento e a popularização do fluxo turístico, estes proprietários passaram a

alugar seus imóveis e diminuir a freqüentação. A este processo, somou-se a produção intensiva de imóveis para a temporada, pela indústria crescente da construção civil. Nos anos noventa, as conseqüências da expansão desta indústria, sustentada pela proliferação dos edifícios de até quatro pavimentos, e desvinculada do planejamento urbano e turístico do município, foram a popularização dos fluxos turísticos, com um grande contingente populacional nas altas temporadas, e a baixa arrecadação de impostos pela prefeitura municipal.

Segundo José Carlos, diretor de divulgação da COMTUR, *“Ubatuba está organizando a municipalização do turismo, junto a outro projeto: o de Turismo de Qualidade. A idéia é organizar e planejar a atividade a partir de um levantamento de infra-estrutura. Com este levantamento a prefeitura pretende padronizar a oferta de serviços (hotéis, pousadas, restaurantes...) e vender um produto turístico com maior qualidade.”* O problema principal a ser revertido são os imóveis construídos exclusivamente para locações temporárias: contrói-se um prédio de três a quatro pavimentos (em torno de 16 apartamentos), coloca-se dois funcionários para os serviços gerais de manutenção (limpeza, jardinagem, pequenos serviços) e a locação temporária tem lugar. Estes turistas trazem quase tudo que necessitam (alimentos, bebidas, roupas de cama, mesa e banho) de seus locais de origem, instalam-se no município por alguns dias e deixam como retorno apenas o lixo produzido. Estes prédios de apartamentos, ou casas, como não são cadastrados como empresas (hotéis ou pousadas), não pagam os impostos relativos ao município, nem tem o compromisso de oferecer um serviço com qualidade. O seu único compromisso é com o lucro.

Muitos destes apartamentos chegam a ter serviços semelhantes ao de uma pousada (café da manhã, lavanderia etc.), mas abstêm-se dos impostos. No bairro da Maranduba, conhecido como “chalelândia”, este problema salta aos olhos. Além da multiplicação desorganizada dos “predinhos” e chalés, esta estrutura poderia estar empregando um grande contingente populacional que reside no sertão da quina e que precisa se deslocar para outros bairros distantes para trabalhar.

Devido a falta de planejamento do setor turístico, ou a inclusão do setor turístico no planejamento, a explosão populacional que ocorre nas altas temporadas

cria uma realidade esquizofrênica. Para a Secretária de Assuntos Comunitários, Sônia Bonfim, o fluxo sazonal do turismo imprime na vida local uma dualidade material e simbólica: *“Ubatuba é uma cidade extremamente conservadora e cheia de princípios antiquados. É intrigante ver que durante o processo do turismo tudo é permitido.”* Na associação entre os dois grupos, turistas e população local, dissolve-se a rigidez do que é socialmente permitido. O comportamento de permissividade com o qual é vivenciado o momento do não-trabalho pelo turista desagrega as normas da conduta rotineira da população local, que permanecia enraizada em seu cotidiano. Este contato gera situações liminares capazes de relativizar a estrutura da sociedade local.

Então, a cidade passa a conviver com esta dualidade como se fizesse parte de um cenário. Na temporada, as atividades rotineiras concorrem com a euforia do cotidiano do turismo e a realidade local se esconde, dissolve-se nos seus fluxos. *“Aí você vê jovens envolvidos com drogas, muitas meninas grávidas, muitas crianças daqui ou trazidas de fora, junto com suas famílias, na rua, tomando conta dos carros, fazendo bicos, pedindo esmolas, dentro da visão que este momento pode propiciar um rendimento extra. Só depois do carnaval é que a gente retorna a realidade cotidiana e se dá conta que nem viu a população local. Ela estava trabalhando em casa, na casa de algum turista, em lojas, restaurantes, barracas...”* (professora da rede pública, natural de Sorocaba, imigrante há 18 anos).

Os moradores que se conhecem há muitos anos, e se cruzam freqüentemente nos trajetos cotidianos, desaparecem durante as temporadas. Por isto a população local se remete a esta dualidade entre a vida local, construída ativamente por sujeitos que participam da dinâmica social interna, e a temporada, palco ou cenário dos turistas que, tal como atores, cumprem papéis pré-estabelecidos e partem para os seus lugares de origem.

Mas as temporadas também deixam as suas marcas, suas rugosidades, cenários testemunhos de uma realidade externa que se impõe. No litoral norte paulista, são as residências secundárias que imprimem tais marcas no território. São elas que dão materialidade a uma organização sócio-espacial contextualizada pela região, introduzindo novas formas e conteúdos na realidade social local.

A segunda residência, ou residência secundária, embora se tratando de propriedade particular, pode ser alugada, arrendada ou emprestada, ou seja, independe da condição de propriedade. Sua característica principal é ser utilizada no tempo livre (férias, feriados ou finais de semana), com o objetivo de recreação e lazer. Duas variáveis a relacionam diretamente à atividade turística: envolve o deslocamento por mais de 24 horas - segundo a OMT, característica básica da atividade turística - e possui uma relação de oposição à residência permanente, ou seja, o seu ocupante habita um outro domicílio, principal, em outro lugar.

Este *habitante temporário* sai de seu local de origem para romper com a rotina do cotidiano, mas transgride esta fuga ao carregar consigo uma série de ações e materialidades conhecidas, reproduzindo rotinas e recriando a familiaridade no ambiente receptor. O lugar que representa o anticotidiano vai, então, sendo gradativamente desconstruído para absorver as formas e funções habituais do cotidiano. Assim, o lugar turístico assume uma agitação e um adensamento, muitas vezes, maior que o das cidades emissoras. Reproduz-se o trânsito, os congestionamentos, as filas, o barulho, o adensamento residencial, comercial, a agitação, enfim, o cotidiano tão conhecido das cidades. Os costumes locais transformam-se em ações e cenários pitorescos que, gradativamente, cedem lugar às construções funcionais do turismo, que utilizam o exótico apenas como decoração. Rapidamente, o turista se vê envolto em um meio extremamente conhecido, aquele do qual ele havia saído para fugir do cotidiano da urbe.

O turismo de segunda residência é a imagem desta reprodução. E é este novo cotidiano, sistematicamente construído nas temporadas, que vem reconstruindo o município de Ubatuba. Segundo levantamento realizado pela COMTUR, no início de 1998, através dos carnês de IPTU da Prefeitura Municipal, cerca de 20 mil proprietários não residem no município. Destas 20 mil propriedades, estima-se que 5 mil sejam lotes vazios, e o restante imóveis (cerca de 15 mil). Se considerarmos que o município de Ubatuba possui 14.033 Domicílios Particulares Permanentes (Fundação Seade, 1998), e aproximadamente 33.000 domicílios, temos que 50% são de uso

ocasional⁶¹, estando vazios ou sendo utilizados temporariamente por pessoas de fora do município.

Segundo Tulik (1995b), entre as diversas modalidades de alojamento turístico, como os hotéis, apart-hotéis, campings, pousadas, unidades de tempo compartilhado (“time sharing”) e a segunda residência, muitas dificuldades conceituais estão associadas a obtenção de dados. Até a década de 1970, tanto nos EUA, como em alguns países europeus e no Brasil, as segundas residências apareciam nos dados oficiais como domicílios fechados.

Nos dados dos dois últimos censos demográficos, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1980 e 1991 (Sinopse preliminar), as residências secundárias passaram a constituir-se categoria separada: a dos domicílios de uso ocasional. Segundo o IBGE, as residências secundárias identificam-se ao “domicílio particular que servia de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim-de-semana, férias ou outro fim” (IBGE, 1991:13). Este refinamento operacional para obtenção dos dados do IBGE confirma a inviabilidade de considerar como categoria única as residências secundárias (de uso ocasional) e os domicílios fechados, já que os segundos podem não estar associados à atividade turística.

O turismo de segunda residência, característico do turismo sedentário, está diretamente associado à urbanização acelerada, à intensificação da especulação imobiliária, à pouca geração de lucros para a comunidade receptora, à degradação de extensas áreas e ecossistemas naturais para a construção civil e à influência dos turistas “nas comunidades em função de sua força política e econômica” (Tulik, 1995b:33). Ou seja, mesmo estando marginalmente associado à indústria turística, ele é responsável por uma infinidade de problemas relativos à urbanização turística.

A concepção de *indústria do turismo*, apesar de estar associada à idéia de “indústria limpa ou sem chaminés”, aproxima-se também de um modelo perverso de desenvolvimento. Conceitualmente é arriscado falar em *indústria do turismo*, pois, como nos coloca Mullins (1991), o turismo não é uma simples indústria, mas um

⁶¹ Segundo a SMA (1996:94-95), os domicílios particulares de uso ocasional totalizavam, em 1991, 15.141 (Ubatuba), 17.421 (Caraguatatuba), 11.034 São Sebastião e 2.362 (Ilhabela).

amalgama de indústrias (manufatura, transportes, entretenimento etc.), definida mais pelo consumo que pela produção.

Para Nicolás (1989:55), esta concepção implica premissas evidentes, tais como a apropriação privada, acesso restritivo, relações capitalistas de produção, distribuição e troca. Além disto, a análise da atividade turística não envolve apenas o consumo de bens - numa estrita abordagem econômica - mas complexas relações sociais ditadas pelo setor. São grupos sociais determinados que demandam formas diferenciadas de lazer, envolvendo estratégias de grupos (de organização, de produção e de consumo) e relações sociais de trabalho (Urry, 1990).

Na dimensão local, podemos dizer que, se de um lado o turismo impulsiona a geração de empregos (diretos ou indiretos), a ampliação da rede viária, a melhoria da infra-estrutura urbana e a expansão da indústria da construção civil e do setor de serviços, de outro lado acentua os problemas gerados pela urbanização acelerada. Desse modo, nos deparamos com o incremento do consumo de recursos naturais, o aumento do custo de vida, a especulação imobiliária, o aumento da produção de lixo, a intensificação da segregação sócio-espacial ou mesmo a favelização, a geração de fluxos migratórios, que introduz modelos culturais exógenos, assim como um processo de exclusão econômica da população local que, na maioria das vezes, fica à margem deste setor, altamente especializado.

Muitos turistas, freqüentadores antigos do litoral norte paulista, relatam que a saturação do lugar nas temporadas destruiu o que os atraía: as praias isoladas, praticamente selvagens. Contudo, é no litoral norte paulista, em condomínios fechados, em áreas proibitivas da serra do mar, ou mesmo em ilhas, que os proprietários das maiores fortunas do país contruíram suas casas de veraneio. São casas que ultrapassam os 1.000m² de área construída, valem no mercado em torno de 3 milhões de reais e possuem uma utilização efetiva desconcertante: em torno de dois meses por ano⁶².

Enquanto várias regiões já estão degradadas pelos abusos da construção civil e da especulação imobiliária, grandes fortunas constroem paraísos

⁶² Ver o artigo "Castelos à beira-mar: casas milionárias levam o luxo das grandes cidades para as praias da costa brasileira", in Revista *Veja* (27.01.99).

particulares sem nenhuma relação com seu entorno. O próprio estilo arquitetônico, que tentava compor com o meio local, hoje tende a se dissociar dele: *“Aqueles casas de caixas reformadas, que eram moda nas décadas de 70 e 80, hoje são coisa do passado. Agora, quem tem dinheiro quer mesmo é colocar piso de mármore e todo tipo de luxo nas suas casas de praia”* (entrevista do arquiteto João Marques da Costa, Revista *Veja* 27.01.99). Enquanto isto, a ocupação mais popular vai subindo as encostas da serra e caracterizando um processo de favelização.

Esta realidade indica a necessidade de uma política urbana austera. O planejamento do turismo não pode ser pensado isoladamente, deve ser cruzado com outros planos setoriais. A elaboração e implementação de uma política clara e abrangente de planejamento territorial deve incluir diretrizes para a expansão da atividade turística, lembrando que conservação ambiental e desenvolvimento social devem caminhar juntos.

Turismo e meio ambiente no litoral norte paulista

Os atributos naturais da geografia do litoral norte paulista possui peculiaridades que distinguem suas paisagens. Ao contrário do que ocorre no litoral sul, recoberto por banhados e praias extensas distanciadas da serra, na costa norte do estado a Serra do Mar aproxima-se muito da orla, definindo um litoral de escarpas cristalinas em contato com o mar, salpicado por inúmeras praias, alojadas em pequenas planícies sedimentares, separadas por costeiras, e ainda uma infinidade de baías, angras, sacos, canais, enseadas, restingas, mangues entre muitas ilhas e... a mata atlântica. Acompanhando a linha da costa, as encostas da Serra do Mar funcionam como uma barreira às massas de ar oceânicas úmidas que se resfriam nas altitudes, ocasionando a incidência de chuvas orogênicas e nevoeiros. Esta umidade constante favorece a biodiversidade florestal que se reproduz em escalas variadas no interior da mata. Das copas mais altas das árvores da floresta a uma infinidade de epífitas (orquídeas e bromélias), lianas e samambaias, uma enorme variedade de fauna e flora compõem o ambiente da Mata Atlântica.

Apesar do litoral norte paulista ter sofrido vários tipos de ocupação, desde o período colonial, nenhuma consumiu e recriou suas paisagens de modo tão acelerado como a ocupação que lá se instalou nas últimas três décadas. Atualmente, o desafio à natureza é constante. Há um verdadeiro duelo entre a ocupação imobiliária e o limite de resistência do meio natural. As fronteiras naturais das pequenas planícies situadas entre a serra e o mar foram transpostas pela ocupação dos morros, vertentes e baixadas úmidas. Os desmatamentos para a implantação de loteamentos, sem uma devida análise dos solos, têm causado a lixiviação dos mesmos, destruindo um recurso que, se não é escasso, pelo menos é limitado, nestas pequenas planícies, entrecortadas pela Serra do Mar. As depressões inundadas das baixadas são as áreas de ocorrência da *caxeta* (*Tabebuia cassinoides*) e da *taboa* (*Typha domingensis*), matérias-primas do artesanato caiçara. Hoje, estas áreas são palco de conflitos em todo litoral norte paulista. A proteção legal destas áreas impede o caiçara de coletar a sua matéria-prima. A multiplicação de aterros para a construção de loteamentos, porém, dá visibilidade à contradição entre a preservação de ecossistemas naturais, a sobrevivência econômica das populações tradicionais e o poder político e econômico da indústria da construção civil.

A multiplicação dos loteamentos somada à falta de uma rede de saneamento adequada geraram também uma maior demanda de água, a deterioração da sua qualidade e o comprometimento da balneabilidade da água do mar⁶³. Esgotos são lançados diretamente nos cursos d'água ou através de infiltrações (fossas negras ou sépticas inadequadas), causando mau cheiro, doenças, além de prejudicar a flora e a fauna.

Passando pela Rio-Santos, é possível ver que a desfiguração da paisagem litorânea original caminha em ritmo acelerado: há uma intensa atividade de terraplanagem, aterros, corte de morros, deslizamentos, desmatamentos, exposição de solos susceptíveis à erosão, empoçamento de ruas e lotes, sulcos em ruas, lotes e taludes. Os aterros, além dos prejuízos à área de empréstimo, muitas vezes aceleram o assoreamento dos cursos d'água, ao invadirem a faixa de proteção da marinha.

⁶³ A análise sistemática realizada pelo programa de balneabilidade das praias, iniciado em 1982, no litoral norte paulista (CONAMA/Cetesb), indica sérios problemas de poluição das águas, principalmente nas temporadas.

Muitas construções são instaladas em áreas inadequadas: na areia da praia, nas margens dos rios, em planícies inundáveis ou em declividades elevadas, resultando em uma série de problemas ao meio físico e à população. Essa agressão visual e paisagística é mais do que uma questão estética. É o resultado de uma má adaptação entre os projetos econômicos, sociais e o meio físico. A avidez dos empreendimentos imobiliários alia-se a uma total ausência de bom senso em relação à natureza e às necessidades futuras da sociedade.

Pela própria dinâmica da região, de suas condições morfoclimáticas e geomorfológicas, o litoral norte do Estado de São Paulo sofre alterações ambientais naturais (movimentos de massa como escorregamentos e rastejo, ação das marés etc.) que modificam a morfologia da paisagem. Estas alterações são somadas àquelas causadas pela ação humana (corte de morros, aterros de mangues, desmatamentos, extração mineral, entre outras). Um exemplo relaciona-se às chuvas, que se concentram no verão, atingindo até 1.500 mm na estação. O fluxo turístico incidindo massivamente neste período favorece uma associação perigosa entre o grande contingente populacional e as possibilidades de movimentos de massa, deslizamentos, quedas de barreiras e inundações.

Até a década de 1970, embora a presença do homem já fosse expressiva, predominavam na região as modificações ambientais naturais. Com a construção do Terminal Marítimo da Petrobras em São Sebastião (TEBAR, 1969), a pavimentação da BR-101 e a expansão dos empreendimentos urbanos e turísticos, as alterações ambientais induzidas pelo homem passaram a predominar e a impulsionar uma série de desequilíbrios na região. À princípio, a destruição dos recursos naturais, a poluição dos rios e do oceano, o desmantelamento da paisagem vão esgotando os recursos dos caiçaras artesãos, canoeiros, pescadores e moradores locais. A longo prazo, porém, todo o setor turístico na região estará comprometido.

Um caso exemplar deste processo relaciona-se à extração de minerais não metálicos no município de Ubatuba: saibro, areia, cascalho, rocha para cantaria e rocha ornamental (charnoquitos). O acelerado processo de construção de casas, condomínios e estradas gerou uma forte demanda por estes materiais, obtidos através da mineração. A atividade mineradora funciona como uma fornecedora de insumos

para a infra-estrutura e edificação dos núcleos urbanos, mas, apesar de sua importância, esta prática tem se mostrado extremamente predatória, desrespeitando até mesmo as áreas pertencentes ao Parque Estadual da Serra do Mar, onde é proibida.

A atividade mineradora desencadeia uma série de desequilíbrios socioambientais. A extração desses materiais dos cursos d'água, por exemplo, coloca em suspensão uma grande quantidade de sedimentos depositados, ocasionando o turvamento da água e tornando-a imprópria para a reprodução da fauna e da flora aquática. Também é comum nesta atividade a remoção da mata ciliar, favorecendo o assoreamento dos rios e a destruição da camada orgânica do solo. O desencadeamento de processos erosivos, de movimentos de massa, de contaminação do lençol freático são constantes na atividade mineradora em Ubatuba.

O abandono das áreas degradadas pela extração também é responsável por uma série de riscos ambientais. O solo removido para a retirada de matacões é comumente rejeitado, tornando-se susceptível à erosão - principalmente no caso de Ubatuba que possui altos índices pluviométricos. Este problema é agravado quando populações de baixa renda ocupam estas áreas, atraídas pelas “facilidades encontradas, já que nesses locais já houve a remoção da cobertura vegetal e existem vias de acesso implantadas para a passagem de caminhões e tratores” (Silva, 1995:41).

A prática desta atividade, muitas vezes mantida de forma clandestina ou sem a devida fiscalização⁶⁴, demonstra que a prioridade do lucro e do imediatismo econômico predominam na concepção de uso do solo, à revelia dos instrumentos de planejamento urbano. Resta a constatação de que a expansão do turismo nesta região trouxe uma enorme contradição em relação aos recursos naturais. Enquanto a justificativa primeira da expansão do turismo é a preservação do recurso natural para ser usufruído pelo turista, os empreendimentos imobiliários que vêm por detrás deste vão destruindo os recursos naturais, privatizando-os e criando um ambiente artificial. Este processo de apropriação da natureza conspira contra a lógica de funcionamento

⁶⁴ No litoral norte paulista “estima-se que existam, atualmente, 400 pontos de exploração mineral, ativos ou não, principalmente de saibro, areia, brita e granitos diversos; menos de 20% contam com licenciamento ou controle oficial, seja do Estado, seja das prefeituras municipais” (SMA, 1996:32).

e de expansão do turismo. Este, como atividade subordinada ao capital, gera os mesmos problemas espaciais, ambientais e sócio-econômicos do desenvolvimento urbano clássico, apenas com algumas peculiaridades.

Uma das causas deste processo foi a introdução, na região, de uma nova racionalidade na utilização dos recursos naturais. Cada forma de organização social apresenta um conjunto de regras sociais, padrões culturais e de conduta e relações de produção no manejo da natureza. Existia anteriormente um ajuste ecológico entre a prática da cultura caiçara e a conservação dos recursos naturais. Os dados da natureza norteavam sua visão de mundo e sua maneira de pensar e classificar o universo cultural. Atualmente, com a racionalidade capitalista permeando todas as relações, as determinações econômicas ganharam prioridade na ordenação das normas de apropriação da natureza. À medida que os recursos naturais (o peixe, a terra, a mata) foram transformados em mercadoria, a percepção dos homens sobre os recursos também se modificou: a pesca se tornou predatória, a terra propriedade privada e a mata reserva ecológica, que protege a mata mas não o homem que dela faz parte.

Rompeu-se a racionalidade anterior e a produção cultural preexistente cedeu lugar a uma outra forma de organização, ou seja, a história e a produção simbólica local foram substituídas pelo consumo imediato da natureza que a especulação imobiliária oferece para esta nova forma de demanda social. Neste caso, é imperativo pensar a produção da natureza sob a ótica dos processos sociais, incorporando à análise estas novas formas de sociabilidade que se organizam para ocupar os territórios à beira mar, transformando ambos, natureza e sociedade.

A nova ordem social instituída na região, após a sua incorporação nos projetos políticos (“ocupação dos espaços vazios”), econômicos (expansão do setor turístico, setor terciário e do mercado de consumo) e sociais (fuga dos ambientes urbanos congestionados) deu uma nova funcionalidade àquelas paisagens, mas se absteve das leis mais elementares de reprodução dos recursos naturais, pautando-se na satisfação imediata das necessidades individuais e do mercado.

O que diferencia esta realidade da urbanização empreendida pela industrialização é que, além do seu agente ser o turismo, a apropriação recente dos

ambientes litorâneos paulistas se deu em um momento político peculiar do país, quando a sociedade civil e o próprio Estado passaram a incorporar discursos e práticas preservacionistas. Durante toda a década de 1970, através de vários decretos, as intenções voltadas para a preservação da serra do mar e de seus recursos foram se transformando em leis efetivas. Já em 1969, o governo criou restrições à ocupação em áreas de interesse turístico. Em 1972, o decreto estadual nº 52.892 definiu melhor as zonas de proteção como sendo ilhas, vegetação costeira, matas ciliares e matas ao longo de rodovias e ferrovias. Em 1977 institui-se o Parque Estadual da Serra do Mar (decreto estadual nº 10.251) com uma área de 309.938 hectares de Ubatuba a Peruíbe, sendo que esta área recobre os 5% remanescentes de florestas da Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.

Esse “projeto” de preservação foi tomando forma até o governo resolver pelo tombamento da serra do mar, visando intervenções preservacionistas do poder público. Foram criados parques, reservas e outras unidades de proteção ambiental. A mentalidade preservacionista do poder público se refinou no mesmo período em que ocorreu a ocupação desenfreada das encostas da serra e das baixadas litorâneas. É uma constatação positiva, embora a efetivação das normas estabelecidas esteja sendo, muitas vezes, atropelada pela falta de fiscalização, pela ilegalidade que se estabelece nas lacunas de uma infinidade de sobreposições de competências (do município às leis federais), e pela falta de critérios que incorporem o homem ao seu meio, valorizando um tipo de organização social que já fazia parte da memória da região. A própria Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA) constata que, ao se apressar em deter agressões ao meio ambiente “reproduziu um estilo autoritário de intervenção dando a impressão de conceder prioridade a preservação dos recursos naturais, flora e fauna em detrimento ao elemento humano nele já integrado” (Relatório PTA/Fase, 1989). Estes critérios estão sendo revistos, criticados e, no limite, a própria sociedade civil (lideranças intelectuais, ecologistas, Colônia de Pescadores, Associação de Artesãos, de moradores e outros) tem se mantido atenta para que a reformulação dos mesmos possibilite a sobrevivência dos ecossistemas naturais e das populações caiçaras.

As unidades de conservação ambiental, áreas protegidas para a conservação e preservação do patrimônio natural, são também responsáveis por um novo contexto no uso do solo, protegendo ecossistemas naturais e restringindo determinadas práticas sociais e atividades econômicas (Tabela Anexa: quadro 26/p.112/ZEE, incluir restrições da p.196). A ocupação residencial é restrita à cota altimétrica dos 100 metros (Parque Estadual da Serra do Mar), e nas cotas menos elevadas o tombamento realizado pelo Condepmaat também impõe restrições, o que determina que as ocupações residenciais restrinjam-se às áreas de planícies, baixas encostas e fundos de vale.

A avaliação dessas considerações nos leva a constatar que a urbanização do litoral norte paulista possui características específicas, na medida em que aí se associa uma nova postura ideológica em relação à preservação do patrimônio natural. Não se trata de dizer que a questão ambiental deva se constituir em uma utopia integradora das desigualdades sócio-econômicas e culturais, mas que o debate em torno do meio ambiente socializa-se como um instrumento político de cidadania por meio do qual instituições, empresas e indivíduos articulam relações de poder.

Os instrumentos utilizados pelo discurso ambientalista possuem uma racionalidade extremamente técnica, o que exclui, muitas vezes, a inserção das comunidades tradicionais que, pelo seu vínculo com o lugar, acabam sendo as mais penalizadas. Conforme acentua Silva (1997:148):

“No funcionamento do discurso ecológico, as *comunidades tradicionais* são aquelas que serão duplamente destituídas. Juridicamente, pela afirmação *generalizada* dos direitos sobre a natureza, com a qual, nos *lugares determinados*, turistas e comunidades tradicionais, que não têm o mesmo vínculo, possam ter os mesmos direitos. E, economicamente, na afirmação da sua pobreza, o que significa que a riqueza natural desses lugares, não é riqueza para as populações, mas para o turista”.

A preservação da natureza, apesar de ser um interesse prioritário para o setor turístico, para os imigrantes e para as populações caiçaras, apresenta-se como

um instrumento de força política que ora articula, ora desagrega os diferentes grupos sociais. O setor turístico tem como finalidade o consumo do recurso natural para o lazer. O imigrante, residente expressivo desta região, tem como finalidade uma melhor qualidade de vida baseada na abundância do recurso natural e seu modo de vida correspondente. O caiçara necessita destes recursos para garantir a sobrevivência econômica e um modo de vida que lhe é familiar.

Apesar das três perspectivas terem finalidade diferentes (1) recurso ambiental enquanto consumo, 2) recurso ambiental enquanto qualidade de vida, 3) recurso ambiental enquanto sobrevivência), a preservação do meio ambiente, sob as três óticas, é fundamental (Luchiari, 1992). Neste caso, o agente transformador (o turismo) busca esta região não para implantar uma mudança, mas para usufruir e preservar a qualidade de vida que a região proporciona através de sua abundância em recursos naturais (praia, mar, floresta, rios).

Isto nos leva a considerar que a justificativa primeira do desenvolvimento do turismo, ou seja, as paisagens e seus recursos naturais, é também uma necessidade básica para a sobrevivência dos grupos caiçaras. A especulação com a terra, através do setor turístico, não poderia simplesmente implantar uma nova ordem, destruindo completamente o antigo (como no caso da industrialização de sociedades rurais). O lugar e as paisagens são fundamentais para dar continuidade à lógica de mercado que lhe dá sustentação.

Contudo, a difícil equação entre interesse social e preservação ambiental continua sem solução. Para aquecer o debate e contribuir com a formulação de metodologias adequadas para o uso e ocupação do solo dos municípios litorâneos, Yázigi (1998:89,96) lança uma proposta polêmica para a ocupação residencial destes municípios turísticos. Partindo da constatação de que “hoje em dia (...) dificilmente, se consegue preservação fora de um certo elitismo” (p.46), ele enfrenta a equação e sugere: o patrimônio natural da orla marítima será preservado por aqueles que puderem pagar por ele.

A demanda por lazer redefiniu na região as relações da sociedade com a natureza, transformando a segunda em recurso paisagístico e mercadoria de consumo demarcadora de distinção social. Seguindo a lógica que todos têm direito a

seu lugar ao sol, ou a sua parcela de verde, a paisagem foi sendo parcelada e privatizada. Os lugares valorizados, porém, são restritos, e as classes médias e elites urbanas, oriundas de uma das regiões mais dinâmicas do país, vão ganhando a hegemonia na construção de uma nova formação sócio-espacial.

Para a conservação deste patrimônio ambiental, antes que o poder do capital individual e do mercado imobiliário descaracterizem totalmente a orla litorânea brasileira, Yázigi sugere a necessidade de proibição do excessivo parcelamento do solo, garantindo, desta forma, uma baixa densidade ocupacional (residencial e populacional) por meio de construções horizontais, e altas taxas para aqueles que, querendo manter-se isolados, deverão pagar o ônus da preservação. Mas, como esta proposta é tributária da exclusão social, Yázigi propõe, então, a combinação de zonas de alta, média e baixa densidades ocupacionais. Assim, zonas de alta densidade, com edifícios de vinte andares, poupariam a ocupação de extensas áreas. Para ele “é só se sacrificando parte do território que se consegue salvar o mais substancial da totalidade” (p.97). Assumindo que há um paradoxo entre ocupação horizontal rarefeita e justiça social, e ocupação vertical densa e preservação ambiental, algumas metodologias devem ser testadas, antes que as iniciativas individuais tornem-se zonais na urbanização linear da costa brasileira. Claro que tais metodologias devem se adequar ao zoneamento racional dos sítios naturais e às demandas diferenciadas de turismo e lazer de cada município. Para muitos casos, Yázigi (1998) sugere, ainda, a implantação de equipamentos socializados de turismo (colônias de férias) como uma forma acertada para amenizar os dois problemas, o social e o da preservação.

No caso do litoral norte paulista, a implantação do turismo estabeleceu um projeto de reprodução do mundo urbano. A indústria imobiliária de segunda residência foi mais além, vendeu um mundo imagético que, aos poucos, foi construindo uma nova territorialidade alicerçada nos mais modernos parâmetros urbanos: os condomínios fechados horizontais. Esse processo proporcionou a superação do estranhamento ao meio natural, pouco domesticado, e ofereceu ao turista a apropriação deste lugar repleto de objetos conhecidos.

As cidades do litoral norte paulista, agora, perfazem cenários que associam meio natural, infra-estrutura, estética arquitetônica e signos de um padrão de consumo de um estilo de vida moderno. Estes cenários, indiferentes ao contexto do lugar, são vendidos ao consumo turístico, mas não se incorporam ao cotidiano das cidades. Estas novas formas urbanas instituem o isolamento da sociabilidade local, e evitam a possibilidade do encontro da sociedade com seu entorno.

Mas qual a natureza destas formas espaciais no meio urbano? Os condomínios fechados, ao alimentarem os antagonismos sócio-espaciais, deixaram de ser mera nuance do urbanismo contemporâneo para se transformarem em verdadeiros enclaves na organização territorial urbana. Estes enclaves, reproduzidos nos lugares turísticos, roubam a promessa de uma nova sociabilidade que o turismo oferece. É sobre estas questões que a próxima parte desta pesquisa se volta.

PARTE IV

O LUGAR NA TRAMA DO MUNDO

“De maneira silenciosa, ao abrigo de olhares indiscretos, um novo modelo de apartheid urbano aparece em escala mundial. Ao norte como ao sul, de Los Angeles a Johannesburg, do Rio de Janeiro a Lagos, elevam-se, à parte da sociedade, cidades unicamente habitadas por ricos e protegidas por milícias. Neste universo de bairros privados cercados por altas muralhas, milhares de privilegiados ocupam-se de seus negócios, ao abrigo da violência, da miséria e da angústia que os rodeiam. Como dar alguma consistência a um discurso sobre a redução da fratura social e sobre a luta contra as desigualdades, quando esta divisão da paisagem urbana consagra a existência de grupos antagonistas que se ignoram, se vigiam, se temem?” (Lopez, 1996)

FRONTEIRAS URBANAS: DEMARCADORES MATERIAIS E SIMBÓLICOS DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL CONTEMPORÂNEA

Robert Lopez, jornalista do Los Angeles Times, constata estupefato que os *enclaves urbanos fortificados* reproduzem-se rapidamente nos Estados Unidos. De Washington à Califórnia, de Minesota à Flórida, ocupando os subúrbios e as proximidades de Seattle, Los Angeles, Dallas, Phoenix, Washington e Miami, os condomínios exclusivos invadem a paisagem urbana. Segundo Lopez (1996), “cerca de quatro milhões de americanos, majoritariamente brancos e conservadores, vivem assim, neste universo fechado, protegido por barreiras, vigias e regulamentos internos draconianos. As ruas são privadas, a polícia é privada, os esgotos são privados”.

Estes enclaves viram as costas para os problemas da cidade e voltam-se para si mesmos através de uma organização rigorosa, regida por associações de proprietários que cuidam da estética arquitetônica, do paisagismo, do lixo, da segurança, das redes de esgoto e muito mais.

Estas comunidades privadas firmam-se como tendência no mercado imobiliário, invadindo a paisagem urbana. No sul da Califórnia, chegam a representar um terço dos complexos residenciais construídos nesta década, sendo Los Angeles e sua região a representação mais significativa deste processo de *militarização do espaço*. No Brasil, desde 1970, aparece também como tendência de reorganização de muitas cidades, especialmente nos grandes centros e nas áreas turísticas menos urbanizadas ao longo da costa.

Alguns urbanistas antevêm os perigos desta segregação social no espaço urbano. Davis (1990), ao analisar Los Angeles, constata que o empobrecimento do espaço público está sendo acelerado pela proliferação desta

arquitetura defensiva. As comunidades protegidas por barreiras (*gated communities*), destróem a democracia do espaço público e desafiam o Estado - através das autoridades locais -, do qual passam a ser independentes em termos de despesas, serviços e regulamentos internos.

Os urbanistas norte-americanos prevêm a multiplicação destas comunidades privadas. Enquanto isto, confirmando esta tendência, a Walt Disney Company está construindo em Orlando, na Flórida, a maior cidade privada dos Estados Unidos: a *Celebration*, que abrigará em torno de 20 mil habitantes. A concepção da *Celebration* é fundir alta tecnologia a uma tradicional vida em comunidade. As regras são rígidas e incidem no estilo arquitetônico, no número de carros que podem estacionar em frente à residência, até nos tipos de plantas que podem ornamentar o jardim.

Nesse sentido, a prática cotidiana em um condomínio fechado se assemelha às práticas de um usuário do *não-lugar* de Augé (1994:95), “não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude”. Cada indivíduo possui uma relação contratual que o permite – respeitando as regras e apresentando as senhas – circular “livremente”. O direito à individualização, ou ao anonimato, só é permitido após o controle da identidade. Constatação ainda mais perversa é a de que “o não-lugar é o contrário da utopia: ele existe e não abriga nenhuma sociedade orgânica” (idem, p.102)

Esta tendência do urbanismo norte-americano, que as grandes cidades brasileiras passaram a copiar, intensifica a exclusão social e promove o abandono do espaço público das cidades. Para Caldeira (1996):

“Cidades segregadas, cidades de guetos, são reconhecidamente as cidades mais violentas que se conhece. Os países que têm atualmente as taxas mais baixas de criminalidade violenta (os da Europa Ocidental e o Japão) têm não apenas uma fraca tendência de privatização da segurança, mas também um espaço público altamente valorizado e apropriado.”

Caldeira (1996, 1997) constata, com razão, que não é o abandono da esfera pública, através do isolamento intra-muros, que amplia a segurança e melhora a qualidade de vida no meio urbano. É justamente a apropriação do espaço público, por todas as classes sociais, que permite a construção de um espaço social completo e seguro.

A naturalização da segregação sócio-espacial no meio urbano toma a cidade em seus fragmentos. Nesta concepção, áreas altamente programadas e especializadas (shopping centers, parques temáticos, condomínios fechados) reconstróem as práticas sociais na cidade, alteram as relações do cidadão com a rua, com o bairro, com a cidade, e criam uma espacialidade ao mesmo tempo articulada e fragmentada.

A concepção urbana de condomínios fechados aproxima-se, contraditoriamente, de uma versão totalizante e culturalista do meio urbano. Totalizante porque concebe o espaço para um grupo social determinado, racionalizando funções específicas, isolando, controlando e reproduzindo os interesses deste grupo. Culturalista, porque idealiza um mundo fechado, uma “comunidade” sustentada pelas mesmas regras, normas, hábitos e costumes.

Mas esta unidade espacial programada e racionalizada cria uma ruptura com o bairro e com a cidade. As atividades e funções, assim como as noções de solidariedade e comunidade restringem-se em espaços isolados e separados por fronteiras sociais, econômicas e materiais, quebrando a continuidade física da paisagem urbana e rompendo com a diversidade preexistente nas cidades: edifícios de diferentes idades e grupos sociais diferenciados convivendo em áreas que fundem diversas funções (comerciais, residenciais e de serviços).

O mundo exterior é banido desta concepção ideal e, ao banir os problemas do meio urbano, perde-se também a possibilidade de troca com a diversidade que a antiga vivência nas cidades oferecia. A diversidade dos bairros é substituída pelas áreas programadas para o lazer, para o trabalho e para a moradia, projetando no tecido urbano novas formas como os shoppings centers, os prédios de escritórios, os distritos industriais, os parques temáticos e os condomínios fechados, ressaltando atividades que se encontravam integradas na diversidade do meio urbano.

Caldeira (1997:168), ao analisar o que o modelo dos enclaves fortificados urbanos copia, adequa ou subtrai da concepção de planejamento da arquitetura modernista, constata que o novo modelo “ressalta a internalização, a privacidade e a individualidade”, copia os elementos que destroem o espaço público (vias expressas, construções esculturais separadas por vazios, edifícios voltados para dentro); e abandona os elementos “que pretendem criar igualdade, transparência e uma nova esfera pública (fachadas de vidro, uniformidade no desenho, ausência de delimitação material como muros e cercas)”:

“Os fragmentos fortificados não são concebidos em relação ao princípio de que construções individuais devem se subordinar a uma ordem pública legitimada por ideologias de abertura, uso comum do espaço público ou promessas de incorporação. A heterogeneidade é aqui levada mais a sério: os fragmentos expressam desigualdades irreconciliáveis, não apenas diferenças. Desprovidas de elementos que de fato erradicam diferenças, como fachadas uniformes e transparentes, as convenções arquitetônicas modernistas usadas pelos enclaves passam a garantir que mundos sociais diferentes se encontrem o menos possível no espaço urbano, ou seja, que pertençam a espaços distintos e separados”.

Condomínios fechados⁶⁵ : Reservas de Tribos Urbanas

A segregação sócio-espacial nas cidades varia historicamente e ajusta-se aos atributos locais (naturais, sociais, econômicos e políticos). O papel do poder político e econômico na distribuição da propriedade do solo e na organização territorial do meio urbano é de fundamental importância, no que se refere à desigual repartição das classes sociais, e na estrutura interna das cidades. O espaço é constantemente rearticulado num jogo de interesses, políticas e prioridades. A fixação

⁶⁵ Nesta investigação, estamos nos referindo aos condomínios fechados horizontais, utilizados principalmente para segundas residências. A organização destes condomínios reflete “um processo permanente de relacionamento entre pessoas e que se ordena e se institucionaliza para atingir determinados objetivos de interesse comum” (Medina, C.A.de 1980:161).

das práticas sociais no espaço resulta da ação de diversos agentes e produz uma diversidade de arranjos espaciais. Para O'Neill (1986:64):

“Esta diferenciação espacial resulta das qualidades locacionais, naturais ou socialmente produzidas, tais como existência de recursos minerais no subsolo, possibilidade de alta produtividade agrícola, proximidade ao mar, presença de atividades industriais já concentradas etc., vantagens que de maneira geral tendem a reforçar a separação espacial das atividades e dos grupos sociais que competem entre si por melhores localizações em diversos lugares de produção e reprodução.”

A segregação sócio-espacial da atualidade é legitimada pelo modelo de desenvolvimento vigente, pelas estruturas sociais estratificadas e por modelos racionalizados que transpõem para o espaço as hierarquias sócio-econômicas. Os espaços utilizados para absorver funções altamente especializadas são, em muitos casos, responsáveis pelo *alisamento dos territórios*, ou perda das *rugosidades*.

Cabe lembrar aqui duas outras formas de segregação habitacional, embora em contextos históricos e sócio-econômicos distintos. Primeiramente, aquelas que resultaram das políticas de construção dos conjuntos habitacionais, no início do século, principalmente nos países desenvolvidos da Europa. Neste período, a indústria, com seus projetos "paternalistas", adaptava o modo de vida da classe trabalhadora, para seus objetivos. Neste caso, através do controle social, a indústria reproduzia sua mão-de-obra, a moral e os costumes que lhe convinham. As habitações eram concentradas e o poder de realizar empreendimentos sociais (aluguel das moradias, escolas, clubes, igreja, lazer, assistência médica etc.) ficava nas mãos da indústria. A população alienava-se do mundo circundante, a partir de um isolamento induzido por um sistema objetivamente construído, processo característico de um tipo de segregação sócio-espacial.

O isolamento social criado pelos conjuntos habitacionais não desapareceu nas décadas seguintes, apenas se transformou. Posteriormente, estes modelos se vincularam mais aos empreendimentos das municipalidades que da

indústria. Os conjuntos habitacionais, construídos a partir de padrões sócio-econômicos (para os estratos alto, médio ou baixo), alimentaram um processo de alienação cultural e um tipo de produção de vida coletiva possuidora de um grande controle social, seja de forma direta ou indireta.

Existe ainda um outro tipo de segregação residencial, que é característico dos países do terceiro mundo, embora esteja também presente nas grandes cidades mundiais. Situação bem mais alarmante, trata-se das formas de moradia criadas com o material excedente do lixo urbano (como as favelas, só para lembrar um exemplo brasileiro, mas existem outros exemplos de precárias condições de moradia na América Latina, como as barriadas, no Peru, os tugúrios, no Equador, as vilas misérias, na Argentina, entre outras) que representam uma alternativa de sobrevivência para as populações carentes. Essas populações, que não chegam sequer a ser assistidas por políticas gerais de planejamento, são obrigadas a criar verdadeiros refúgios de resistência nos espaços residuais das classes médias e das elites urbanas.

Embora existam outras formas de segregação sócio-espacial, o setor habitacional caracteriza claramente este processo. A habitação, enquanto mercadoria, possui acesso restritivo a determinados grupos sociais, de acordo com o tipo, a qualidade e a localização, sendo instrumento de uma fragmentação no uso do solo, gerida por grupos sociais e “agentes modeladores do solo urbano”, tais como incorporadoras e construtoras imobiliárias, proprietários fundiários, o Estado, os moradores e as instituições financeiras.

Os condomínios fechados horizontais representam um novo tipo de segregação sócio-espacial que difere tanto do modelo induzido pelo Estado ou pelo setor industrial, através da construção de conjuntos habitacionais, quanto da segregação da pobreza, intensificada nas últimas décadas entre uma crescente população de excluídos do meio urbano. Este novo processo é a auto-segregação das classes médias e elites sociais, detentoras de recursos para pagar pela privatização de grandes áreas altamente valorizadas e pelo distanciamento ou isolamento dos problemas urbanos: violência, degradação ambiental, miséria, lixo, poluição visual, congestionamento, confusão social etc. Enquanto a divisão centro-periferia organizou

o distanciamento sócio-espacial nas cidades entre as décadas de 1940-80, a década de 90 diminuiu a distância física entre ricos e pobres, ao mesmo tempo que ergueu barreiras e enclaves cada vez mais fortificados (Caldeira, 1997:156).

A segregação residencial dos condomínios fechados é uma representação das práticas sociais contemporâneas. Ela se instala em áreas privilegiadas do tecido urbano, independentes do centro ou da periferia, e possuem algumas características materiais em comum: formam um conjunto de habitações (residências unifamiliares), isoladas por muros, cercas, cancelas, guaritas, com sistemas de segurança variados (guardas armados e modernas tecnologias de segurança), infra-estrutura de lazer e, cada vez mais, independência com relação ao comércio e serviços.

Na maioria dos casos, estas unidades são induzidas pela ação conjunta de grupos financeiros, incorporadoras de imóveis e construtoras. Em muitos casos, porém, elas são resultado do interesse comum de um grupo de pessoas que se une para adquirir uma grande parcela de terras, posteriormente parcelando-a (em lotes individuais ou em fração ideal), e construindo residências unifamiliares de forma individual ou através de uma ação cooperativa.

A auto-segregação, ao contrário da segregação residencial induzida pela pobreza e pela falta de opções de moradia, ocorre nos grupos sociais dominantes que, através da associação entre indivíduos com a mesma posição social, econômica, padrão cultural, hábitos de consumo e valores, conseguem garantir sua própria reprodução.

Como diria O'Neill (1986:68), da cidade ao bairro e ao condomínio há uma variação de escala, mas todas e cada uma delas representam o fenômeno urbano - manifestação dinâmica de natureza sócio-espacial. Temos assim os condomínios fechados - espaços privilegiados da elite - invadindo territorialidades locais e realocando estas populações para espaços residuais menos valorizados, configurando-se como o contraponto das ilhas espaciais de pobreza e má qualidade de vida.

Enquanto a pobreza e a miséria se ampliam, a dualização da sociedade acentua-se. A paisagem urbana, por sua vez, vai sendo "dividida entre enclaves de modernidade e uma maioria sem lugar" (Telles, 1996:98). Este modelo perverso de

organização das territorialidades urbanas abandona a busca por equidade e justiça na cidade para se apoiar nas regras que organizam os interesses privados. E, no reino do interesse privado, a negação da alteridade e da dimensão ética da vida social legitimam a ausência de responsabilidade e de compromisso com a sociedade.

Esta nova forma de sociabilidade, construída intra-muros, elimina a mediação com a diversidade, com as demandas divergentes, conflitantes e muitas vezes excludentes. Sem essa mediação com a cidade e seus diferentes usos, os localismos segregacionistas erguem as suas fronteiras. O contraditório é que esta nova forma de morar, ao invés de eliminar, acentua, pela segregação, a diferença.

As cidades assim recortadas, contrapõem a riqueza à miséria, o luxuoso ao simples, o tradicional ao moderno dentro dos mesmos limites territoriais. Em grandes cidades brasileiras como São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro, *enclaves fortificados* como os condomínios fechados fazem fronteira com grandes favelas, cujos moradores têm o acesso interdito, a não ser como empregados domésticos e trabalhadores braçais. O confinamento territorial das classes médias e das elites sociais ignora que a construção das paisagens na cidade é constituinte da organização da cidadania. Ao eleger os enclaves, a sociedade contemporânea rouba as paisagens da esfera pública e ergue barreiras impeditivas de uma sociabilidade mais híbrida. Como nos lembra Pereira Leite (1998:61):

“Se é a compreensão do movimento do espaço que leva à compreensão do movimento da sociedade, é a atuação, no lugar, do imaginário cognitivo que permite mudanças nesse movimento. Existe uma relação íntima entre as representações sociais e a realidade, que pode ser revelada pelas diversas formas de intervenção no território. Intervenções apoiadas sobre fantasias encobridoras são, simplesmente, atitudes autoritárias incapazes de revelar contradições, essenciais para a superação de conflitos e desequilíbrios. Seu destino final é a criação de uma ordem homogênea que, por não se aplicar senão a grupos sociais específicos e restritos, abre o caminho para o avanço acelerado do privado, domínio das expressões de individualismo, sobre o público, domínio da cultura e da diversidade”.

Estas novas configurações materiais espacializadas no tecido urbano são, ao mesmo tempo, representações e produtoras de sentido das práticas sociais contemporâneas. Para Caldeira (1997:158), o novo processo de segregação residencial urbana apóia-se na retórica do medo. O medo da criminalidade justifica o rompimento com o espaço público da rua que é isolado por uma infinidade de barreiras: muros, cercas, guaritas e modernos sistemas de segurança. A organização da cidade ganha uma nova estética e a lógica da segurança e do distanciamento social passa a ser indicador de *status*, enquanto as interações públicas são banidas ou monitoradas.

As classes médias e altas incorporaram os condomínios exclusivos e outros enclaves fortificados como indicadores de distinção social. Estes grupos sociais e o mercado imobiliário tomam a segregação social como um valor, atribuindo *status* à separação, ao isolamento e à segurança. Por isto, nos anúncios das agências imobiliárias, estes atributos são vendidos juntamente com o projeto estético da obra, com a estratégia funcional de uma multiplicidade de serviços e com o sonho de autonomia e liberdade.

Os anúncios vendem a imagem de uma comunidade fechada e relativamente autônoma, onde se pode gozar de liberdade com segurança. Esta liberdade, enclausurada em ambientes socialmente homogêneos, é colocada em oposição à cidade que representa “um mundo deteriorado, permeado não apenas por poluição e barulho, mas principalmente por confusão e mistura, ou seja, heterogeneidade social e encontros indesejáveis” (Caldeira, 1997:160). A auto-segregação e a uniformidade de determinados grupos sociais impossibilitam as atividades coletivas de integração, induzindo os indivíduos que circulam pela cidade a adaptarem suas atitudes e ações de acordo com cada tipo homogêneo de organização da vida coletiva (Pellegrino, 1986:157).

Partindo desta ótica, é possível perceber que a organização de condomínios fechados (especialmente os utilizados exclusivamente para o lazer, com as *segundas residências*) acaba funcionando como um duplo processo de segregação: de um lado, as classes médias e as elites conseguem recriar, em espaços isolados, uma homogeneização de valores, costumes, gosto estético, poder econômico e de

percepção de espaço e tempo. De outro, as populações, sem condições econômicas para se apropriar de parcelas destes espaços, acabam segregadas nos interstícios destas "ilhas paradisíacas".

"Curiosamente, o condomínio expressa tudo isso. De um lado o potencial disponível para formação de grupos estruturados, de outro lado a reprodução em microescala do processo de organização controlada da sociedade e como ela evolui se reproduzindo." (Medina, 1980: 158)

Os condôminos possuem requisitos para formar grupos estruturados (mesmo nível sócio-econômico, usuários dos mesmos espaços/equipamentos coletivos, padrões de consumo equivalentes...), mas se aproximam de um "coletivo" que separa rigorosamente o público do privado. A construção do condomínio é a expressão desta separação, mantém-se uma organização coletiva para preservar e valorizar a dimensão privada e individualista.⁶⁶ Nas palavras de Medina (1980:156), "temos, assim, a criação de *átomos sociais* que se inserem com enorme facilidade na lógica geral da própria sociedade capitalista".

Na organização sócio-espacial do meio urbano contemporâneo, os espaços públicos tradicionais (ruas, praças, calçadas comerciais e outros) vão sendo deixados para os pobres e excluídos, enquanto os espaços privados vão sendo reorganizados para o uso coletivo, restrito a determinados grupos sociais. Há uma inversão do espaço público/de uso comum para espaço privado/de uso coletivo. Isolada por fronteiras materiais e simbólicas (muros, cercas, grades, guaritas e também hábitos, costumes, vestimentas etc.), a ilusão de reconstrução de um espaço público na esfera privada/coletiva transforma-se na submissão à normatividade de regras, condutas, direitos e deveres controlados. A possibilidade de ação coletiva dos tradicionais movimentos sociais é asfixiada pela homogeneização social, pelas relações normatizadas e pela configuração territorial das "arquiteturas defensivas".

⁶⁶LEI N. 4.591, cap.V, art.19: "Cada condômino tem o direito de usar e fruir, com exclusividade, de sua unidade autônoma, segundo suas conveniências e interesses, condicionadas, umas e outras, às normas de boa vizinhança, e poderá usar as partes e coisas comuns de maneira a não causar dano ou incômodo aos demais condôminos ou moradores, nem obstáculo ou embaraço ao bom uso das mesmas partes por todos" (LEI DO CONDOMÍNIO, 1988).

A homogeneização do entorno sócio-espacial das residências cria um ambiente asséptico e um empobrecimento da comunicação nos “espaços públicos primários”: bares, ruas, lanchonetes e praças. Parodiando Sérgio Costa (1997), que aborda a esfera pública no contexto da política, dos meios de comunicação de massa e dos movimentos sociais, é preciso considerar que a consolidação de uma esfera pública democrática é negativamente pressionada pela “feudalização intransparente do público” - imagem bastante apropriada para falar dos condomínios fechados ou, de forma mais abrangente, dos *enclaves fortificados*, analisados por Caldeira (1997).

O LUGAR E SEUS CONTRASTES: RECONSTRUINDO UBATUBA

O município de Ubatuba está assentado numa zona de planícies costeiras que avançam sobre a serra, distanciando-se do mar aproximadamente de 8 a 16 Km, e se estende sobre a linha da costa numa faixa de aproximadamente 80 Km. Possui 74 praias e praticamente 80% do seu território recoberto por relevos de encostas, morros e morretes associados (IPT, 1991). *Ao norte* faz divisa com o município de Cunha, na Serra do Mar; *a nordeste* com Parati (RJ); *a leste* com o Oceano Atlântico; *a sudoeste* com o município de Caraguatatuba pelo Rio Tabatinga; e *a oeste* com os municípios de Natividade da Serra e São Luís do Paraitinga - ambos na Serra do Mar (Figura 6).

O centro da cidade de Ubatuba (sede do município) situa-se em uma planície costeira entre o Rio Grande de Ubatuba e o Rio Tavares ou Lagoa (ao sul). É neste trecho que atravessa o Trópico de Capricórnio, na praia de Iperoig. O Rio Grande, apesar de não possuir a maior bacia hidrográfica do município, banha sua área mais dinâmica. Mesmo não sendo navegável - a não ser em sua barra até 500 m rio acima - desenhava uma paisagem de árvores frondosas e pássaros variados -, hoje substituídos pelos restos de vísceras e carnes do mercado do peixe, pelo óleo das embarcações e pelos urubus.

O núcleo mais densamente povoado deste sítio desenvolveu-se em torno do centro histórico, hoje entrecortado pelo comércio e por serviços. A expansão da cidade se deu primeiramente na direção oeste, oposta ao mar, caracterizada por bairros periféricos de trabalhadores de baixa renda (Silva, 1975). A partir da década de 1950, a urbanização passou a intensificar a ocupação ao longo da costa, estendendo para os bairros isolados uma urbanização relacionada ao turismo.

REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (UBATUBA)

Fonte: Valério Filho, M. (coord.) (1992)
Macrozoneamento da Região do Vale do Paraíba e litoral norte do Estado de São Paulo, INPE-CODIVAP, 176 p.



APTIDÃO DAS TERRAS

-  Área Urbana
-  Áreas aptas para pastagens plantadas
-  Áreas aptas para pastagens naturais
-  Áreas aptas para pastagem e silvicultura
-  Áreas aptas para pastagens naturais com restrições do ambiente litorâneo
-  Áreas inaptas ao uso e ocupação com severas restrições
-  Áreas indicadas para preservação permanente
-  Áreas úmidas
-  Rios
-  Estradas

Escala Gráfica



“Até a década de cinquenta, a terra esteve adormecida e a Prefeitura valia-se da doação de lotes, mediante a promessa de os beneficiários aí edificarem casas, visando, desse modo, a urbanizar mais rapidamente o centro da cidade. Mas as praias distantes permaneciam virgens e, portanto, sem nenhum valor comercial. O caiçara vivia na *areia* e mantinha seu estilo de vida e sua cultura. Com o paulatino deslocamento da indústria turística para o litoral norte, as terras foram sendo descobertas, e o caiçara, desalojado. Seu espaço fecha-se sempre mais e mais; poderá resistir por pouco tempo à pressão; suas terras, além de cobiçadas por empresas imobiliárias, são fragmentadas pela inevitável herança divisível. Restam ao caiçara poucas opções: instalar-se como favelado num dos bairros forjados pelas empresas de loteamento mais modestos, cujo exemplo típico é o bairro da Estufa, ou então afundar para o chamado sertão, arriscando, ainda assim, ocupar terras alheias” (Setti, 1985:30).

Até a década de 1960, o parcelamento do solo urbano restringia-se a pequenos loteamentos destinados à população local. A abertura de grandes loteamentos para empreendimentos turísticos iniciou-se no município de Caraguatatuba, na década de 1950, seguido depois por Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela.

No município de Ubatuba a urbanização é, ainda hoje, mais consolidada em torno da sede, em função da população fixa mais antiga. O tamanho médio dos lotes (em torno de 300m²) e o grau de ocupação elevada confirma esta constatação.

Atualmente, a sucessão de praias dá a direção da urbanização. Tomando a orientação sul - do centro histórico em direção a Caraguatatuba, esta urbanização é mais ostensiva, indicando um atropelamento do bom senso em um processo de urbanização que poderia ser melhor planejado. A praia de Itaguá, próxima a região central, foi, durante muitos anos, poluída pela Sabesp com o despejo de esgoto na “estação da Barra da Lagoa. Em toda costa sul do município, as segundas residências, a infra-estrutura urbana e os serviços relacionados ao turismo mobiliaram a paisagem. Partindo da Praia Grande, a mais freqüentada de Ubatuba,

quase todas as planícies encontram-se densamente ocupadas e pressionam a ocupação dos sertões e das encostas.

Neste trecho da orla, em uma ocupação quase contínua das praias, multiplicam-se os edifícios de até quatro pavimentos e os condomínios de alto padrão - cenários repletos de população flutuante nas altas temporadas. Os símbolos identitários deste trecho da orla não são o lugar e sua paisagem singular, mas os objetos de consumo que vão povoando de familiaridade o meio desconhecido. Enquanto muitas paisagens, paralelas à rodovia, vão sendo invadidas pelo texto (cartazes, out-doors, sinalizações, faixas), muitos textos evocam paisagens que parecem ser mais reais no imaginário: “conheça o paraíso perdido”, “aqui você terá um pedaço de céu e de mar só para você”, “as férias dos seus sonhos”. Chegar na costa sul do município de Ubatuba nos primeiros dias do ano é ter a sensação de que não se saiu do shopping para as compras de Natal. Tudo transborda: pessoas, carros, mercadorias, sol, anúncios, ruídos.

Apenas nas praias do Bonete, da Fortaleza e nos sertões da Praia Dura, da Lagoinha e da Maranduba encontram-se comunidades caiçaras mais estabelecidas. Algumas praias, como as do Bonete, só podem ser conhecidas por meio de barcos, ou após trinta minutos de caminhada na trilha, o que dificulta a invasão massiva dos turistas. As praias da Enseada, do Lázaro e da Maranduba, paralelas à rodovia, funcionam como núcleos da atividade turística, e centros comerciais em expansão.

Em todo o município, poucas áreas permanecem como redutos exclusivos de caiçaras. Em 1985, Kilsa Setti mapeou “ao sul, os sertões do Rio Escuro e Corcovado, a praia do Bonete, o sertão da Quina. Ao norte, os sertões do Taquaral, de Itamambuca, Prumirim, Puruba, Ubatumirim, as praias do Almada, do Justa, Picinguaba, Cabeçuda, Camburi e outros” (p.5). Já naquele ano, ela considerava que esta situação poderia ser alterada rapidamente pela organização de novos loteamentos e, hoje, podemos acrescentar, pela valorização turística destas áreas mais preservadas.

A costa norte do município (em direção à Picinguaba) ainda não foi invadida pela infra-estrutura do turismo. É pouco urbanizada, possuindo alguns

loteamentos e condomínios de alto padrão apenas até o bairro de Prumirim. Daí até o bairro de Camburi (divisa do município com o Rio de Janeiro), principalmente nas praias da Puruba, Ubatumirim, Fazenda e Picinguaba, predomina a ocupação esparsa de famílias caiçaras organizadas em vilas. Estes fatores tornaram esta região a mais preservada do município, e o mais disputado objeto de desejo dos vários sujeitos sociais. Além de praias quase desertas e florestas virgens, a serra, neste trecho, é desenhada por um relevo mais acidentado, com picos nas cotas de 1.200 metros, abruptos e vales. Nesta região os rios Itamambuca e Puruba se destacam, sendo o rio Puruba o responsável pela maior bacia hidrográfica do município, com uma área de 16.606,00 ha.. Por ser a região mais preservada, a costa norte de Ubatuba é hoje palco de conflitos entre construtoras, caiçaras, ecologistas, legislação ambiental e Prefeitura Municipal.

Já em 1966 foi implantado o loteamento Itamambuca, que se somou a outra gleba em 1975 e ainda outra em 1990. Esta forma de expansão dos loteamentos foi utilizada em toda costa sul. Na costa norte, por ser o último eixo da ocupação turística e a mais preservada do município, esta implantação intensiva de loteamentos não se efetivou. A Promotoria Regional do Meio Ambiente vem propondo ações civis públicas contra os loteadores nas praias de Itamambuca, Ubatumirim, da Fazenda e do Camburi. E o Poder Judiciário concedeu medidas de proibição, tais como: construção nos loteamentos, aprovados ou não pela Prefeitura Municipal, desmatamentos, aprovação de projetos de construção e venda de lotes.

Os sertões da costa norte também apresentam ocupação por famílias caiçaras e aldeamentos indígenas nas praias do Almada e Prumirim.

Até a década de 1970, a costa norte do município encontrava-se totalmente isolada. O único núcleo urbano, então, era a Vila de Picinguaba, ainda com casas de pau-a-pique cobertas por folhas de juçara. Ali moravam famílias caiçaras que mantinham a pesca artesanal e as culturas de subsistência. Com a implantação da rodovia BR-101, próxima à vila, a população local saltou de 267 moradores em 1970, para 1098 em 1980 (IBGE). A expansão urbana de segundas residências passou a compor a paisagem da vila, chegando a mais de 50% do número total de residências.

No período imediatamente após o início de uma urbanização turística, favorecida pela implantação da rodovia, a Vila de Picinguaba foi tombada pelo governo estadual, em 1983. Este ideário preservacionista, que inclui o patrimônio histórico e cultural, ou seja, a cultura caiçara, iria enfrentar, então, os interesses envolvidos na abertura de loteamentos e na intensificação do fluxo de turistas.

Em 1990 foi inaugurado o “Núcleo Picinguaba”, sede administrativa do Parque Estadual, na praia da Fazenda. Enquanto, na década de 1970, a rodovia estimulou a ocupação urbana, na década de 1980 o governo estadual efetivou ali o seu projeto de preservação. A comunidade caiçara recebeu influências dos dois projetos: do contato com os turistas e com os imigrantes, os caiçaras passaram a relativizar as regras sociais inscritas nos seus territórios. Do projeto preservacionista novas regras foram prescritas, como se a transformação já fizesse parte do próprio projeto de preservação.

Na década de 1990, o conflito de interesses entre todos os sujeitos envolvidos toma forma. Acirram-se as contradições entre a legislação da unidade de conservação, a expansão do turismo de segunda residência, a população local e os projetos imobiliários. A cultura caiçara não foi preservada. Hoje ela é o resultado de uma nova convivência com a sociedade urbana que é atraída pelas paisagens naturais, estas sim, relativamente preservadas.

O trecho entre Itamambuca e a praia da Fazenda é o que possui o menor número de loteamentos do município. Entre estes, alguns foram embargados, e a grande maioria não efetivou a ocupação (em torno de 75% dos lotes), ou ainda possuem uma ocupação muito rarefeita. De qualquer forma, o fato destes loteamentos apresentarem lotes individuais com metragem superior a 500m evidencia a tendência de uma futura ocupação por população flutuante. O zoneamento feito pela diferença nos preços e no tamanho dos lotes é um parâmetro seletivo de ocupação territorial, delineado, neste caso, pela valorização das paisagens para o lazer.

Espacialidade seletiva

Os fluxos do turismo (distribuição, circulação e movimento de coisas, pessoas e informações) imprimiram nas paisagens do litoral norte paulista novos fixos (infra-estrutura, rede viária, imóveis residenciais e comerciais etc.). A permanência da paisagem submeteu-se à espacialidade permanente do turismo que, no uso do território, transformou e segregou formas e funções.

Os produtores e consumidores de segundas residências elegeram as terras à beira mar das pequenas planícies costeiras para assentar seu sonho de liberdade. A territorialidade caiçara foi varrida da areia da praia como se um vento leste os tivesse conduzido para longe, para o sertão, onde a mata atlântica avança sobre a serra. E não é uma metáfora. Com a valorização dos terrenos na orla marítima, os caiçaras e os imigrantes de baixa renda do Vale do Paraíba e do sul de Minas, atraídos pela crescente indústria da construção civil, passaram a ocupar as áreas menos valorizadas dos sertões, em fundos de vales e encostas. Sem infraestrutura ou qualquer benfeitoria urbana, grande parte da população fixa vive à margem da cidade. Enquanto isto, nas terras à beira mar, a população flutuante, apesar de permanecer ali apenas três meses por ano, pode contar com as benesses infra-estruturais da cidade e da urbanização.

A relação entre a população fixa e a população flutuante chega a um fator de 1,00:4,00 nas altas temporadas. Enquanto esta demanda social flutuante pressiona os investimentos públicos nas áreas urbanas mais valorizadas da orla, a população fixa que se afastou destas áreas sofre as carências infra-estruturais durante todo o ano. O próprio saneamento básico (fossas sépticas) é dimensionado para uma população fixa de dois habitantes/dormitório/residência. Segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (ZEE, 1996:171):

“No litoral, durante os meses de temporada, encontra-se, em média, oito habitantes/dormitório/residência, o que aumenta o volume de esgotos, estravasa a capacidade das fossas, causa infiltração no solo e compromete a água, pois o volume de DBO é muito maior do que aquele que o solo pode absorver sem riscos de contaminação”.

Ora, a racionalidade econômica deste turismo de segunda residência, além de induzir à segregação sócio-espacial, incorpora ao meio uma outra contradição: ao invés de refletir as necessidades sociais locais, aloca a infra-estrutura nos loteamentos que permanecem vazios a maior parte do ano. Ou seja, constrói um meio técnico de função social restrita que, além de virar as costas para a população local, não é suficiente para suprir a demanda turística nas altas temporadas.

A natureza funcional da rede urbana relaciona-se à estrutura social e à hierarquia posicional dos grupos, conforme a capacidade destes em ter acesso aos benefícios do meio urbano. Por meio da urbanização turística o meio urbano veste-se de uma materialidade moderna, mas traz, vindos de fora, seus próprios sujeitos sociais, ou seja, a lógica locacional da infra-estrutura da cidade impôs uma apropriação do solo urbano socialmente seletiva.

Aos olhos do lugar, a ação que dá sentido a estas formas espaciais é um grande espetáculo: é um tempo alheio à temporalidade local, são estruturas impermeáveis, isoladas por mecanismos de segurança (condomínios residenciais, shoppings, comércio), possuem tecnologias próprias e uma série de novos objetos... e esgota-se em fevereiro, quando a população local passa a conviver com os cenários deixados para trás, esvaziados de função. A sazonalidade torna ociosa grande parte da infra-estrutura construída pela urbanização turística.

A propriedade das segundas residências restringe-se àqueles com poder aquisitivo suficientemente alto de modo a dispender de um excedente financeiro para aplicar na compra (lote ou imóvel), construção e manutenção de um imóvel, além da moradia habitual. Por outro lado, esta aquisição pode significar um investimento econômico, com capacidade de valorizar e proporcionar retorno financeiro através das locações em períodos de temporada. A infra-estrutura montada, muito além da capacidade do poder aquisitivo da população local, dinamizou os investimentos e a especulação imobiliária por grupos e capitais individuais vindos de fora, principalmente das regiões de São José dos Campos, Campinas e da Grande São Paulo. A valorização dos imóveis e terrenos chega, em

alguns períodos, a ultrapassar os índices dos investimentos imobiliários da capital paulistana.

A multiplicação de residências secundárias em extensas áreas demanda da municipalidade uma resposta técnica para a pressão nos serviços básicos. O município, com seu poder de reger, organizar e orientar o uso e a ocupação do solo, é um dos grandes agentes modeladores da paisagem. A Constituição Federal (art.182), estabelece que o poder público municipal é responsável pelo desenvolvimento das funções sociais, para garantir o bem-estar de seus habitantes. Deixar de suprir a população fixa, para atender as demandas de uma população flutuante, que subutiliza os imóveis residenciais, além de ser inconstitucional, incorre em prejuízo da relação custo-benefício.

A intensa especulação imobiliária - ativada pelo setor turístico -, acelerou a reorganização da economia local, alterou a estrutura de empregos e consolidou a urbanização. Esta nova dinâmica implantou inovações técnicas e culturais e inseriu definitivamente estas comunidades na economia de mercado. Contudo, a expansão desse mercado, além de descaracterizar estas áreas fisicamente preservadas e desestabilizar o equilíbrio previamente existente entre cultura de subsistência, atividade artesanal e ajuda mútua, criou uma organização espacial e sócio-econômica excludente, marginalizando e levando à miséria a população caçara. A urbanização turística no litoral norte paulista é o nexo explicativo que liga todas as transformações recentes (sociais, econômicas, culturais e ambientais) que, na totalidade, representam apenas uma parte do processo maior que é a expansão de um modo urbano de vida, regido e estruturado pelo poder do dinheiro. O setor turístico incorporou esta região, desconsiderando a peculiaridade de sua produção cultural, criando territorialidades incomunicáveis, e transformando a natureza em mero estoque de recursos, amoldável a partir de uma visão estética idealizada nos centros urbanos.

Mar, areia e fronteiras na paisagem

Sobre essas áreas valorizadas recentemente pela atividade turística, como o litoral norte paulista, próximo a uma das regiões mais industrializadas, urbanizadas e populosas do país, pairam alguns questionamentos. Como a lógica da auto-segregação residencial foi estendida para a organização dos arranjos espaciais da segunda residência? Como a costa litorânea, consagrada tradicionalmente como *locus* do espaço público, está sendo cada vez mais parcelada, privatizada e reproduzindo o modelo da nova segregação urbana? Ou, ainda, por que esta forma urbana contemporânea de organização da sociabilidade, mesmo quando busca a liberdade no tempo do não-trabalho, cria rígidos limites territoriais e uma infinidade de sinalizações para gozar tal liberdade?

O modelo de urbanização assentado nas planícies do litoral norte paulista, especialmente na costa sul do município de Ubatuba, foi induzido pela *urbanização turística* (Mullins, 1991), e responde a uma expectativa das classes médias e elites paulistas. Estas, ao demandarem a reprodução de uma *arquitetura defensiva* como a dos condomínios fechados, violam o lugar sagrado do espaço público de lazer. A paisagem, assim remodelada, desterritorializa a cultura local e torna restritivo e seletivo o acesso às valorizadas paisagens litorâneas da costa norte paulista.

A construção da BR-101 foi um dos principais agentes da diluição dos últimos "redutos caiçaras", da reorganização da paisagem e da constituição do meio urbano. Naquele momento, havia muitos interesses envolvidos na construção da rodovia, tais como o favorecimento das classes dominantes nos investimentos especulativos e o próprio momento histórico e político pelo qual o país atravessava, que fomentou a ideologia da "integração nacional" ou "ocupação de espaços vazios" a partir de grandes projetos.

Com a inauguração da estrada, estava associada a implementação do Projeto TURIS - que pretendia organizar o espaço litorâneo entre Rio-São Paulo nos mesmos moldes do litoral francês Languedoc-Roussillon. Esse projeto recebeu muitas críticas, pois a "elitização" no uso deste litoral não previu soluções para conseqüentes problemas como a alta valorização dos terrenos, o desmembramento

de comunidades locais, os desmatamentos, o “inchaço” das pequenas vilas, entre outros. Apesar do Projeto ter sido abandonado, em vários trechos do litoral paulista e fluminense (nas áreas de influência da Rio-Santos) é possível perceber que muitas diretrizes foram seguidas - principalmente nos trechos onde ainda se encontravam áreas quase intocadas pela ação humana, com paisagens atrativas e recursos naturais abundantes.

A construção de condomínios fechados no litoral norte paulista, a partir da década de 1970, é fruto desta idéia. Em 1976, o *Maraberto*, jornal da imprensa alternativa de Ubatuba já denunciava: *"Está cada vez mais difícil entrar nas praias de Ubatuba. O uso de correntes e porteiros, limitando ou impedindo o acesso às praias, tem se generalizado ao longo da costa"*. Nos acessos, livres, durante séculos, para a circulação da população caiçara, surgem correntes, guaritas, porteiros e seguranças.

As praias, sorrateiramente privatizadas, alimentam um debate difícil entre o poder público, a iniciativa particular e as populações locais. A prefeitura já acumula várias ações judiciais contra construtoras que insistem em fechar o acesso às praias. Mas do lado daqueles que defendem a idéia de “restringir ou mesmo impedir” o uso público da praia, a justificativa é astuta: *“Quem irá manter a segurança, a limpeza e impedir o acampamento irregular?”* (membro da SAB do Lázaro).

Aparentemente, esta concepção pode ter um ponto positivo: não só os urbanistas, arquitetos, administradores e detentores de poder econômico (empresas, incorporadoras, construtoras, agentes imobiliários) teriam poder sobre o meio urbano e sobre a gestão de seus diferentes fragmentos (a casa, o quarteirão, o espaço de vizinhança, áreas verdes, equipamentos coletivos etc.), mas também os cidadãos comuns, por meio de uma participação na construção, ou ao menos na gestão posterior desta materialidade do cotidiano. Seria uma nova forma de cidadania dos grupos sociais organizados para a auto-segregação de seus espaços privados (residências), e do ambiente de entorno. A ação coletiva sobre os espaços domésticos e o ambiente de entorno é um direito universal, sendo a auto-gestão e a auto-organização as formas desta apropriação.

O problema é que o direito de influir na gestão do ambiente social e natural de entorno da propriedade privada (a casa, o lote), neste caso, é privilégio de uma minoria. Estes direitos restringem-se a uma elite social, são construídos pelo poder do grande capital e excluem as populações de renda mais baixa. Logo, esta lógica vai de encontro à concepção de uma sociedade mais igualitária e mais justa, pois a possibilidade de fazer escolhas, interagir, negociar e impor restrições uns aos outros acaba restringindo-se a uma elite e configurando-se como estratégia de poder econômico e político na organização do espaço urbano.

Os condomínios horizontais do litoral norte paulista permanecem num solo pantanoso entre o poder público e a iniciativa privada. A praia, por princípio constitucional, é pública, e as ruas, pela legislação municipal, também, uma vez se tratando de loteamentos entregues à prefeitura.

Apesar dos condomínios fechados estarem se multiplicando como uma tendência na organização do espaço urbano, não há uma legislação específica que os delimite. Eles são aprovados como se fossem loteamentos, respeitando as restrições das legislações federal, estadual e municipal, podendo "criar" novas restrições aos condôminos e às construções, desde que não infrinjam as legislações supra citadas. Ou seja, é uma realidade que não existe legalmente. Segundo o depoimento do secretário da Seção Jurídica da Prefeitura de Ubatuba, o condomínio fechado-horizontal é um objeto ainda a ser construído:

"Se você me perguntar sobre condomínios fechados em Ubatuba, eu vou te dizer que não existem condomínios fechados em Ubatuba. Eu sei que a realidade é outra. Se você for nas praias por aí a realidade é de cercas, muros e guaritas. Mas algum acesso à praia você vai encontrar. Então, se tem acesso ao público, já não se constitui um condomínio fechado" (entrevista fornecida em 20.10.93).

Permanece o impasse, se se constitui um loteamento, as ruas de acesso são municipais e de uso público. Mas o que é feito do constrangimento? Coibir o acesso pode ser uma ação ostensiva de proibição com vigilantes e guaritas, ou uma ação indireta através de um constrangimento socioespacial criado a partir da

padronização de símbolos sócio-econômicos: a estética das construções, as marcas dos carros, os esportes aquáticos, o vestuário, os hábitos de consumo, os seguranças e seus “walkies-talkies”... Os simples usuários das praias acabam preferindo andar mais um pouco até encontrarem uma praia com passagem livre.

Em Ubatuba, a idéia de se fechar a praia surgiu na Enseada (bairro da costa sul do município). Pensando em proteger os banhistas dos carros que circulavam em alta velocidade, os moradores decidiram constituir a Sociedade de Amigos da Enseada, com a finalidade de cuidar dos interesses do bairro. A idéia deu certo e, além da segurança, a Sociedade passou a cuidar da limpeza das praias.

O êxito desta idéia estimulou a formação de entidades semelhantes por toda costa sul do município: Lázaro, Lagoonha, Tenório, Toninhas, Maranduba, Praia Grande etc. Mas os motivos mudaram. Uma idéia que surgiu para impedir o campismo irregular se estendeu para todos os usuários não proprietários nos condomínios. Esta atitude passou, inclusive, a se constituir no grande apelo promocional dos loteamentos, que, ao anunciarem que a praia é particular, passam a vender este privilégio. Enquanto a população de alta renda, ou o turismo de elite, pode encontrar nos condomínios fechados *“a preservação da natureza e a garantia da freqüência selecionada como dois importantes aspectos incorporados ao alto valor do lote”* (Jornal Maraberto, Ubatuba, 1976), a grande massa de turistas e a população local vai se instalando em locais menos privilegiados.

Apesar do conforto indiscutível destas unidades espaciais, falta uma política urbanística voltada para o melhor uso desta faixa do litoral paulista. A segregação deliberada das classes médias e elites urbanas (principalmente paulistanas, no caso) pode resolver o problema urbano a nível individual, mas não resolve o problema urbano como um todo. A crítica que se faz aqui não é pela proibição destas unidades para “segundas residências”. O problema - como diria Harvey - é que estas estruturas disciplinadoras acabam “varrendo para debaixo do tapete” toda pobreza, expropriação e degradação para se isolarem em verdadeiras “ilhas da fantasia”.

Por outro lado, é difícil precisar até que ponto esta “unidade espacial”, institucionalizada e induzida socialmente, representa a expressão de uma interação social e de uma coletividade coesa, o que a contrasta, em grande medida, às

comunidades tradicionais caiçaras, que só a partir de uma unidade sócio-cultural construíam suas formas de sociabilidade e territorialidade. Estas novas territorialidades do consenso legitimam a constituição de sociabilidades controladas. São normativas ao extremo e impõem limites rigidamente demarcados ao uso do território. O condomínio fechado horizontal é, por princípio, uma estratégia de violência social: ao negarem a alteridade, o conflito, naturalizam o distanciamento social e produzem a exclusão.

REESTRUTURANDO A SOCIEDADE LOCAL EM NOVAS REDES SOCIAIS

Enquanto a sociabilidade torna-se cada vez mais híbrida no meio urbano - e a urbanização turística acentua esta tendência - as formas construídas para delimitar as territorialidades locais são cada vez mais demarcadoras da exclusão.

Porém, admitindo os antagonismos inerentes à sociabilidade contemporânea, é possível constatar que algumas ações sociais atravessam as rígidas fronteiras e põem em articulação grupos sociais diferentes, até mesmo divergentes, na construção de novas redes sociais, ou novas formas sociais de territorialidade. Destacaremos aqui dois exemplos diretamente relacionados as mediações entre os grupos sociais na construção do espaço social do litoral norte paulista: os rituais turísticos e a organização das sociedades de amigos de bairros (SABs). Estas duas formas da ação social tanto excluem quanto aproximam, segregam como misturam. O que importa é que elas são fluidas e pairam no território como possibilidades. Não há regras a serem seguidas, é a força do lugar que lhes dá a direção.

Os rituais turísticos

Na atualidade, o turismo e o turista são reconhecidos como objetos de análise e como prática social, mas tanto o fenômeno quanto os seus sujeitos estão carregados de estereótipos.

O alcance do fenômeno turístico inclui uma variedade de formas de fazer turismo, o que nos leva a uma difícil definição deste tipo cultural, assim como de uma classificação.

Algumas atividades não são propriamente turismo, mas possuem um componente turístico (imigrantes que visitam seu país de origem, viagens profissionais, romarias religiosas, entre outras) (Cohen, 1974:527). O turismo de segunda residência não pode ser classificado como um turismo “maduro”, de massa e de mercado, mas também não configura o “viajante”, termo bastante trabalhado na literatura sociológica.

Os turistas, proprietários ou locatários de segundas residências, são veranistas, viajantes recorrentes ao mesmo lugar, não são excursionistas ou visitantes, que pressupõem a viagem de curta duração, mas possuem como característica a potencialidade de transformação do lugar.

Os turistas que começaram a chegar no litoral norte paulista na década de 1950 não eram propriamente turistas, como concebemos hoje. Eram *habitués*. Constituíam-se em indivíduos e famílias de uma classe média privilegiada, geralmente motorizada, com espírito de aventura suficiente para dormir em barracas ou hospedar-se em casas de caiçaras, correr o risco de ultrapassar estradas de terra, intransitáveis nos períodos de chuvas, encontrar pontes quebradas pelo caminho e enfrentar a falta de energia elétrica, de asfalto e a presença dos “borrachudos”.

Alguns, com maior poder aquisitivo, construíam casas de veraneio, mas estas ainda não estavam associadas aos loteamentos, ficavam isoladas nos bairros próximos ao mar. Esse primeiro contato entre turistas e caiçaras é sempre lembrado como muito amistoso. Era um turista, até certo ponto, especial. Eles respeitavam o modo de vida caiçara, se envolviam em suas atividades cotidianas e admiravam o conhecimento do caiçara em relação aos processos naturais. Os caiçaras tornavam-se, de uma certa forma, os guias do lugar. Informações sobre a pesca, sobre as roças, sobre as frutas, sobre os melhores lugares para acampar, construir legitimavam o caiçara como o sujeito do lugar. Também a mão-de-obra caiçara era imprescindível para os turistas nestes bairros isolados.

Apesar desta relação amistosa entre caiçaras e turistas, estabelecia-se o primeiro contato que, pela contraposição entre um grupo social e outro, viria transformar a estabilidade do modo de vida caiçara. Aquele mundo que até então estava fora, longe, penetrava lentamente por meio de hábitos, costumes e objetos

técnicos. Carros, roupas, tecidos sofisticados, produtos industrializados, barracas, modos de falar, de agir, o próprio conhecimento do viajante que contava histórias de outros lugares, Estados, continentes, tudo isto vinha relativizar as certezas que os caiçaras haviam plantado no lugar.

A década de 1970 trás influências mais marcantes entre caiçaras, imigrantes e turistas. É o período no qual uma geração, com ideais pós-materialistas, abandona a segurança das cidades, do diploma universitário e de um modo de vida consumista que parecia estar em crise. Jovens, hippies, naturalistas, macrobióticos vem para o litoral em busca de um novo projeto de vida, ao lado dos caiçaras e da natureza ainda preservada.

No encontro das duas concepções de mundo muitas diferenças se colocavam entre os dois grupos. Estes jovens possuíam algum capital e hábitos idealizados de uma vida natural. Logo, estes jovens aqueciam o pequeno mercado de comércio e serviços nas temporadas (lanchonetes, venda de produtos naturais e artesanatos nas praias etc.), e inauguravam um grande choque cultural, principalmente na visão de comportamento dos jovens caiçaras. Os jovens urbanos eram amantes da natureza e naturalizavam o sexo livre, o uso de drogas, os cabelos compridos, o nudismo e o homossexualismo – atitudes incompatíveis às normas estabelecidas pela sociabilidade caiçara.

O espaço construído não apresentou tantas mudanças neste período. A falta de energia elétrica e do asfalto ainda funcionava como um obstáculo à ocupação massiva. Mesmo assim, o litoral norte paulista conheceu, neste período, formas arquitetônicas alternativas de habitação, que revelavam mudanças de conteúdo social: construções em formas de pirâmide, casas de madeira, pedra e vidro, casas que se escondiam nos *sertões* que, até então, não tinham valor como espaço de residência para os caiçaras.

Na década de 1980 as duas realidades são transformadas. O grande fluxo de imigrantes e turistas passava a dar a orientação hegemônica de uma nova forma de organização sócio-espacial. Os loteamentos e os condomínios fechados horizontais, que apareceram timidamente na década anterior, agora passavam a ser a própria reconstrução da paisagem litorânea.

Enquanto o fluxo de imigrantes estendia-se por todo espectro sócio-econômico (trabalhadores da construção civil, mão-de-obra para o comércio em ascensão e para o setor turístico, profissionais liberais, construtores etc.), o fluxo de turistas também se diversificava. O asfaltamento da rodovia BR-101 foi o meio técnico que trouxe os turistas que, até então, só freqüentavam o litoral santista.

Os condomínios fechados horizontais multiplicaram-se ao longo da orla. Naquele período, a população de proprietários conseguia fazer destes enclaves os oásis particulares de seu tempo livre. A freqüentação das praias nos condomínios fechados era praticamente restrita aos proprietários. O grande fluxo de turistas, que já se dirigia para o litoral norte paulista, concentrava-se em uma materialidade urbana mais diversificada (pousadas, restaurantes, doçarias finas, casas noturnas, shows etc.) que dinamizou um mercado turístico sofisticado, no litoral sul do município de São Sebastião.

Até meados da década de 1980 a vinda de imigrantes para a construção civil também abre outras frentes na expansão urbana: a ocupação dos sertões, das baixadas e das encostas.

A década de 1990 é o sincretismo das formas, funções e sujeitos sociais. Os condomínios fechados, cada vez mais isolados e fortificados, não conseguem conter mais o fluxo de um turismo mais popular que os invade nas temporadas. Os proprietários, incomodados com a presença deste “outro”, sempre tão inconveniente e barulhento, passa a freqüentar as praias mais isoladas do norte do município de Ubatuba. Nas altas temporadas, basta observar o fluxo entre as guaritas dos condomínios: enquanto um turismo mais popular chega para a visita das praias cercadas pelos condomínios, os proprietários saem com seus carros e só retornam à noite. Apenas fora das temporadas, ou nos condomínios mais isolados ou fortificados, a segregação entre turistas é preservada.

Atualmente, nas temporadas, a promiscuidade de formas e rituais é que dá vida ao lugar. Condomínios de luxo, outros nem tanto, condomínios horizontais, verticais, fechados, uma infinidade de prédios de até quatro pavimentos, casas novas, mansões, casas de caiçaras reformadas, comércio variado, construções, construções de todos os tipos, em todos os lugares.

As sociabilidades são várias, as vezes isoladas em grupos, tribos, guetos... as vezes fazendo novas combinações. Imigrantes pobres, ricos, mineiros, paranaenses e, agora, nordestinos, caiçaras, índios, turistas de todos os tipos, gerações com todos os gostos. É um jogo confuso que se estabelece e cria um novo lugar que, acabada a temporada, deixa as suas marcas – resultado de lógicas sociais diferenciadas que competem na construção do lugar.

Diferentemente do turismo de montanha, polido, bem vestido, recluso nos cafés, nos chalés, em volta das lareiras, em silêncio, o turismo praiano é extravagante, informal, barulhento, cúmplice dos arroubos da juventude, conivente com uma certa promiscuidade.

Mas muitos destes turistas recorrentes transformaram a segunda residência em residência permanente. São estes, que de turistas tornaram-se imigrantes, os agentes mediadores entre uma “turistificação” agressiva e o lugar. Estes sujeitos buscam reterritorializar o que haviam ajudado a desterritorializar. O imigrante, imerso em uma nova realidade, soma suas concepções e preconceitos originais aos discursos e experiências locais, reformulando-os. Neste processo, acaba por definir o “caminho do meio”, nem é o estrangeiro, transitório e de passagem, nem é o autóctone absorvido pelos discursos e rotinas locais⁶⁷.

As sociedades de amigos de bairros (Sabs): ferramentas da cidadania ou armas de um novo individualismo?

Até que ponto os laços comunitários estão sendo dissolvidos ou recriados de outra forma em Ubatuba? Que laços sociais (formas sociais) geram novas estruturas espaciais, ou “permitem superar os espaços para construir *territórios existenciais*?” (Guattari, 1985).

Quase todos os bairros do litoral norte paulista (principalmente aqueles próximos ao mar, que muitas vezes dão nome à praia a que pertencem), possuem sua associação de moradores de bairro, as Sabs. Algumas só funcionam para

fiscalizar a limpeza e outros problemas prejudiciais à atividade turística, ou mesmo causados por ela. Outras, tornaram-se mais fortes e estruturadas e administram as reivindicações por infra-estrutura, segurança e controle ambiental.

A ocupação crescente e desordenada dos bairros gerou uma série de problemas socioambientais: o despejo de esgotos diretamente nos rios, um grande volume de lixo produzido, problemas de trânsito, aumento dos índices de criminalidade e poluição. A deficiência de recursos técnicos, humanos e econômicos do poder local, e a própria dificuldade imposta pela geografia dos municípios, com seus bairros estendidos ao longo da costa, e com realidades tão diversas entre sertão e praia, não favorecem uma gestão conjunta de problemas tão diversos, apresentados à municipalidade.

As associações de bairro acabam funcionando como mediadoras entre a população local e a Prefeitura, tendo por objetivo preservar o meio ambiente, organizar a ocupação do solo, orientar as necessidades de serviços e infra-estrutura e desenvolver um programa educacional para soluções a longo prazo.

Por traz da preocupação ambiental, está uma grande contradição: quanto mais estas associações se organizam, mais os bairros se tornam valorizados para os empreendimentos imobiliários. Além disto, a preocupação com o turismo predatório e com intervenções violentas na paisagem e nos ecossistemas naturais legitimou a necessidade de privatização das praias, através da construção de condomínios fechados horizontais – muitos deles, possuidores de sua própria Sab.

Apesar das associações mais fortes estarem representadas por turistas (possuidores de segundas residências) e por migrantes urbanos das classes média e alta, esta forma de organização social tem crescido também entre caiçaras e migrantes de baixa renda, funcionando, neste caso, como um instrumento reivindicatório para sanar as carências dos bairros mais afastados.

Camburí é um exemplo. Último bairro ao norte do município, possui famílias caiçaras e descendentes de negros que tentam ser reconhecidos como Quilombo. Até poucos anos atrás era carente em tudo: saneamento, infra-estrutura, pavimentação... Com a organização da Sociedade de Amigos, e o apoio da Secretaria

⁶⁷ Neste mesmo sentido, Santos (1996:263) nos fala da “terceira via de entendimento da cidade”.

para Assuntos Comunitários, da prefeitura municipal, o bairro inseriu-se na realidade do município.

As Sabs acabam funcionando, então, como organizadoras da ação social. Às vezes, segregando ainda mais os estratos sócio-econômicos, às vezes, diluindo esta diferenciação em lutas e reivindicações comuns.

Enquanto alguns condomínios fechados possuem sua própria Sab, na maioria das vezes organizadas e dirigidas por empresários, proprietários de segundas residências, com poder econômico, grande conhecimento da legislação e força política, e organizadas em uma relativa autonomia em relação ao poder local; as SABs organizadas pela população local e caixara funcionam como articuladoras da cidadania para reivindicar do Estado uma série de direitos urbanos (água, esgoto, coleta de lixo etc.).

Ambas funcionam como articuladoras da ação coletiva. A primeira, visando uma maior independência do poder local, e com autonomia econômica suficiente para garantir a substituição de alguns papéis que, tradicionalmente, eram do Estado. O próprio poder local permite esta “auto-gestão”, devido a sua insuficiência em recursos técnicos, humanos e econômicos. A segunda, organiza a ação social para cobrar do Estado o seu papel. O poder local, representado atualmente pela Secretaria de Assuntos Comunitários, canaliza as reivindicações diferenciadas e funciona como mediador na melhoria destes bairros.

O caso da Praia Grande, que serviu de exemplo para outros bairros, demonstra a força desses novos sujeitos organizados em torno da segunda residência. A União dos Amigos da Praia Grande, existente desde 1992, apresentou à comunidade um projeto ousado de coleta e tratamento do esgoto do bairro. Com o apoio de empresários e proprietários de imóveis o poder público municipal limitou-se a apoiar a iniciativa. O custo da obra que se estendeu, inicialmente, a 3.000 mil residências, foi totalmente assumido pelos seus proprietários. Esta iniciativa beneficia a coletividade, os recursos hídricos, o solo e a propriedade privada. Conforme as palavras do Presidente da Cooperativa de Saneamento Ambiental da Praia Grande, Álvaro Campos de Oliveira: *Com saneamento acabarão os esgotos que hoje correm*

pelas ruas e calçadas, nossas propriedades terão seu valor recuperado e garantindo que nossas famílias aproveitem o mar sem riscos de doenças.

As Sabs organizadas pela população local e caiçara não possuem recursos para implantar e administrar sua própria infra-estrutura. Limitam-se a organizar a ação social para cobrar do Estado a sua função.

As Sabs organizadas em torno das segundas residências defendem interesses patrimoniais de grupos específicos, inserindo-se mais na lógica do mercado de consumo do que na construção da cidadania. É a defesa da propriedade individual que orienta suas ações. Na maioria dos casos elas orientam a refuncionalização do lugar e do território, mas não contribuem para mudanças estruturais da sociedade.

Assim, a alienação que é imprimida ao lugar, por meio de territorialidades deslocadas do contexto local, substitui o “homem solidário” pelo “homem solitário” ou, neste caso, pela organização coletiva do individualismo. A cidadania que deveria ser exercida por meio da cultura e do território restringe-se ao poder econômico de defender a propriedade privada.

Contraditoriamente, o individualismo que glorifica e é glorificado pelo mercado de consumo, após corroer as individualidades, a cultura e o território, confunde o poder organizacional de uma coletividade homogênea com cidadania. Em Ubatuba, a verdadeira cidadania só será exercitada quando a ação social extrapolar a mobilização de um bairro, de um condomínio ou de uma Sab. Enquanto os problemas sócio-ambientais concentrarem-se nestes limites não haverá cidadania possível. As Sabs devem funcionar como articuladoras dos grupos sociais que foram isolados pelos condomínios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A posição das ciências humanas não é
nem descritiva nem prescritiva, elas
historicizam, coletivizam, acompanham,
complicam a experiência em curso”*

(Latour, Schwartz e Charvolin, 1998:109)

Iniciamos esta análise pela reflexão sobre a categoria espaço. A sua compreensão como construção filosófica e como fato histórico orientou toda a investigação.

Assumir que no período contemporâneo a urbanização turística é o processo que põe em movimento a engrenagem do mundo no lugar, do global no local, no litoral norte paulista, foi o desafio desta análise. Esperamos ter deixado claro que este processo não se limita a Ubatuba, às suas residências secundárias, ou ao Estado de São Paulo. À parte as especificidades locais, o mesmo processo vem ocorrendo em quase todo o litoral brasileiro.

As especificidades do litoral norte paulista emergem de seus meio ambientes, de suas raízes culturais e de seu contexto regional mas, ainda assim, refletir sobre a urbanização turística no litoral norte paulista nos conduziu a uma reflexão mais complexa sobre o lugar no mundo contemporâneo.

Não são apenas os processos específicos do turismo os responsáveis por uma nova dinâmica sócio-espacial destes municípios litorâneos. É a reprodução de um mundo imagético, idealizado nos centros urbanos, que vem construindo uma forma excludente de urbanização: os enclaves privados nos tradicionais espaços públicos das paisagens litorâneas. As cidades são estruturadas por forças corporativas que imprimem ao território um valor mercantil, e transformam o direito à cidadania dos indivíduos em uma guerra pelo poder de consumo: consumo patrimonial, de bens,

de serviços, de infra-estruturas. Na urbanização turística este processo é mais acentuado. As cidades vão sendo projetadas pela determinação econômica e pelo poder de consumo, não para a cidadania e para a sociabilidade.

Houve uma inversão do espaço público-privado. O espaço público tornou-se o território do medo, do estranhamento, da licenciosidade, da multidão descontrolada. O espaço privado/coletivo é, agora, o território seguro, limpo, capaz de reincorporar a natureza e a sociabilidade perdida à vida de grupos sociais específicos, que possuem poder aquisitivo para fazer esta escolha.

Por outro lado, mesmo constatando esta organização urbana socialmente excludente, também constatamos que por meio desta idealização de um meio ambiente mais saudável, o *olhar turista* transforma-se no potencializador de uma relação diferente da sociedade com suas cidades.

A demonstração mais imediata desta mudança de postura da sociedade em relação ao meio em que vive, ocorre na apreensão e na revalorização da paisagem. A paisagem é o meio mais imediato da relação do homem com o mundo natural, por isto a sua degradação ao olhar humano é um sinal de alerta que indica uma relação não harmoniosa do homem com a natureza.

Tomando uma das dimensões que a questão ambiental incita, podemos dizer que a compreensão da paisagem, hoje, está diretamente relacionada à preocupação ecológica com o ambiente. As transformações da superfície da terra, induzidas pela ação do homem, em nenhum outro período da história aconteceram de forma tão rápida, nem foram objeto de um conhecimento tão generalizado pela sociedade. E o lado mais visível destas transformações ocorre na apreensão das paisagens.

Ao contrário do que nos fez acreditar o projeto da modernidade, a natureza não está mais “fora” para ser dominada. Civilização e natureza agora são unos. A visão ecológica que se popularizou a partir dos anos sessenta ajudou a revelar uma natureza ao mesmo tempo frágil e globalizante. Revelou também um meio ambiente (no singular) que não existe como realidade (afinal, existem tantos meios ambientes quanto culturas, sociedades...), mas que dá sustentação conceitual a um projeto de politização das relações do homem com a natureza.

Mas se caminhamos até aqui não foi para nos contentarmos com uma nova era de romantismo em relação à natureza natural, selvagem, preservada. Foi para compreender que tomar a natureza como externalidade foi um pecado capital do projeto de modernidade. Hoje é necessário internalizar a natureza à sociedade, internalizar o que, ao conjunto, parecia ser o complementar, e que continuou sendo ao transformar-se em “meio ambiente”. Esta compreensão é fundamental para compreendermos o mundo contemporâneo, pois:

“O que deveríamos conquistar deve agora ser posto a salvo. O que estava fora passou ao interior de nossa sociedade. O que era vasto e ilimitado se tornou frágil e finito. O que era inteiramente do domínio do inumano tornou-se ocasião de uma nova guerra civil entre os homens, o novo ponto em torno do qual giram nossas disputas. O que era desprovido de conseqüências se tornou tão global, total, completo quanto nossas religiões e guerras. Basta ler um romance de Júlio Verne ou um relato de conquista dos anos 30 para sentir o abismo que nos separa de nossos ancestrais, todavia tão próximos: eles caçavam e conquistavam, destruíam e dominavam, enfrentavam territórios ilimitados, aventuravam-se aquém de um *front* de civilização. Essa literatura de aventura nos causa repugnância hoje em dia. Não estamos mais aquém de um *front*, pois não há mais *front*. Tudo se passa agora no interior. Chamávamos de “civilização” a conquista desse fora, e eram os humanos que os sociólogos, moralistas, políticos procuravam reunir sob essa palavra. Ora, hoje, nós precisamos internalizar e totalizar o planeta. É este o desafio: como chamar de “civilização” o que agora inclui a natureza? (Latour, Schwartz e Charvolin, 1998:97).

Os autores da citação acima colocam este desafio para as ciências humanas. Lembram que a concepção de natureza “exterior ao coletivo humano, é uma figura recente e provisória” (p.99), já que engloba, em toda a nossa civilização, apenas o período que vai de Descartes ao pós-guerra, definindo apenas a sociedade ocidental capitalista deste período:

“Acreditamos ter escapado simultaneamente à natureza e à cultura, ambas nos alcançam ao mesmo tempo: a natureza não é o meio ambiente – o complementar – de nossas ações; as culturas não são somente aquelas dos outros, os selvagens. É essa a grande reviravolta: a exploração da natureza não nos põe mais à parte, ao contrário, ela nos define como uma cultura particular” (Latour, Schwartz e Charvolin, 1998:100).

Conhecemos vários meio ambientes, mas ainda não podemos falar, com propriedade, de um único meio ambiente, no singular. Pois “o meio ambiente é um evento histórico recente, que nós construímos, como todo evento, testando-o” (idem, p.106).

Também as imagens-paisagens através das quais percebemos e vivemos o mundo nos insere em uma realidade parcial que insistimos em acreditar ser a única forma de existir. A incapacidade de nos situarmos em um tempo e um espaço além do nosso tempo-espaço nos impossibilita de mudar, de ousar, de buscar novas formas de organização sócio-espacial, e também de prever o acirramento de contradições que podem, independentes do nosso desejo, fazer ruir os modelos cristalizados através dos quais nos situamos no mundo.

Paisagens e meio ambiente são representações parciais da realidade que remetem à relação de uma determinada sociedade com a natureza. Em ambos os casos, toma-se a natureza como externalidade. A representação das paisagens, valorizadas ou repugnantes, é produto de nossa ação no mundo.

“La volonté de protéger les paysages s’explique en partie par cette fragilité et par l’incertitude qui pèse sur l’aptitude de nos sociétés à fabriquer de nouveaux paysages.” (Béguin, 1995:10)

É importante lembrar que a representação das paisagens foi alterada sucessivamente na história. No ocidente medieval, a paisagem não existia como representação. Só no século XVI a noção de paisagem emerge das novas técnicas de pintura e se expande para a literatura. Até o século XVIII, a paisagem era sinônimo de pintura. Assim, foi na mediação com a arte que o sítio, o lugar, adquiriu o estatuto

de paisagem que, desde a sua origem, pressupunha a construção subjetiva e a valoração estética. “Mais cet apprentissage a été oublié, à tel point que la beauté d’une paysage nous semble aujourd’hui *naturelle*” (Deprest, 1997:96). Esta imanência das paisagens imprime a autonomia destas em relação à construção social da qual ela se origina.

A pintura ocidental valorizou as paisagens exuberantes e “ajardinadas”, no século XVII; as montanhas, até então sagradas e selvagens, foram celebradas no início do século XIX; e, em seguida, as paisagens industriais e urbanas, elaboradas pelo homem, ganharam a primazia da representação no imaginário social. Associada a estas últimas, emerge também um sentimento de incerteza em relação às paisagens humanizadas, entre a cidade, o urbano e o meio natural. Na forma urbana, revelada pelas pinturas expressionistas, a criação humana ganha hegemonia. As paisagens artísticas, mais do que as paisagens geográficas do mesmo período, transmitiram a inquietação ou o encantamento pelas paisagens humanizadas. As paisagens futuristas, do início do século XX, vão ao extremo.

A arquitetura regionalista, preocupada com a estética e com os atributos regionais, e estimulada pela expansão do turismo e a conseqüente mudança do meio, já na metade deste século, também retrata uma preocupação em preservar a fisionomia dos territórios regionais, por meio dos estilos arquitetônicos.

A subjetividade da arte, que permite extrair das paisagens um “estado de espírito”, difere da objetividade geográfica que durante muito tempo concebeu as paisagens como uma combinação entre traços físicos e humanos, construtores da unidade e da singularidade regional.

As inovações técnicas, a evolução dos transportes, a aceleração da circulação dos homens, das informações e das mercadorias alteraram este sistema de interpretação das paisagens. As regiões econômicas passaram a representar melhor o novo mundo da técnica, da informação, do capital e da densidade de bens e pessoas. Genericamente podemos dizer que, a partir da década de 1950, a paisagem geográfica deixa de ser local, regional, e passa a conter uma série de fluxos em conexão com o mundo.

Contemporaneamente, “uma certa confusão acompanha a questão da paisagem. Ela é em parte devida a divisão que nós queremos estabelecer entre as organizações materiais do espaço e as representações” (Béguin, 1995:73). A paisagem é, ao mesmo tempo, ancorada no solo, modelada pelas transformações naturais e pelo trabalho do homem, e objeto de um sistema de valores construído historicamente e apreendido diferentemente, no tempo e no espaço, pela percepção humana. As paisagens dos artistas, dos geógrafos, dos arquitetos, dos turistas, dos ecologistas, dos planejadores não recobrem a mesma realidade. A paisagem pode ser a mesma, mas são diferentes representações. Contudo, todos, e ainda outros, estão preocupados com o destino das paisagens contemporâneas.

Ao mesmo tempo que a evolução da técnica nos permitiu construir diferentes paisagens, nossa percepção se inquietou pela nostalgia das paisagens eliminadas da superfície da terra.

“Tout au long du XIX^e siècle, et jusqu’à aujourd’hui, les effets de grandes mutations territoriales dues à l’industrie, aux infrastructures de transport, à l’extension désordonnée des villes, au tourisme, aux nouvelles pratiques agricoles, provoquèrent de réactions très partagées, et souvent passionnées, chez qui s’intéressaient au devenir des paysages” (Béguin, 1995:78).

A racionalidade instrumental, incorporada ao planejamento do território, quer nos levar a acreditar que a tecnologia será capaz de resolver todos os problemas relacionados à materialidade das paisagens e dos sítios em que vivemos. Mas a percepção da sociedade contemporânea não está indiferente a esta metamorfose. Salta aos olhos as paisagens destituídas de beleza estética e as paisagens-símbolos de um risco socioambiental eminente.

Também as belas paisagens, os “cartões-postais” de cidades bem planejadas, de recursos naturais bem conservados são valorizados pela sociedade. O que significa que a percepção que temos das paisagens não se limita a uma simples representação subjetiva. A experiência vivida por meio da apreensão da paisagem anula a distância entre o indivíduo e o mundo, tornando possível o seu

posicionamento e sua escolha ao olhar o mundo. Estas escolhas, mediadas pela seleção de atributos de poder, de beleza, de pobreza, de sossego, de horror..., são escolhas individuais e coletivas. A valorização da paisagem pela sociedade contemporânea é organizada em torno da tensão entre o mundo natural e o mundo criado pelo homem com suas possibilidades técnicas.

A expressão positiva das paisagens contemporâneas nos remete à natureza domesticada. Mesmo quando conservadas “selvagens”, são controladas, monitoradas, relacionadas à complexidade de um mundo que não tem mais nenhuma relação com as paisagens regionais do início do século. Por isto, a paisagem contemporânea é também uma concepção híbrida, carregada de natureza e cultura, de processos naturais e sociais.

A época de ouro, na qual se construiu o imaginário e as representações sociais da paisagem - fundada na aliança partilhada entre os homens e o mundo natural - chegou ao fim. Não há mais regresso, não há mais a possibilidade de recuperar este idílio do passado. As paisagens permanecerão, mas a hegemonia da participação do mundo natural nas paisagens está destinada a sucumbir. Estas paisagens-natureza, seguindo as atuais tendências, se transformarão em parques, reservas, áreas aprisionadas, segregadas, privatizadas, enclaves de natureza na organização social do mundo.

Por isto o questionamento sobre o relacionamento do homem com o mundo natural não se remete ao passado, mas ao. A potencialização da relação do homem com o mundo natural é cada vez mais incontrolável. Mas ainda podemos escolher. As paisagens serão transformadas - inevitavelmente -, mas podemos caminhar para a total artificialização da natureza, ou para reintegrar a natureza à nossa vida, às nossas cidades; podemos transformar os refúgios naturais em cenários para o lazer das elites sociais, ou humanizar as cidades e, ao humanizá-las, internalizar a natureza à nossa vida cotidiana. Afinal, também nós estaremos confinados em nossas cidades, em nossa criação, em nossos enclaves.

As paisagens e os meio ambientes valorizados pelo turismo, hoje, representam o mundo exterior que queremos ver preservado para não colocar em evidência o que fizemos com as nossas cidades, com os nossos meio ambientes, com

as nossas paisagens. Contraditoriamente, estendemos o nosso modelo de urbanização às áreas que queremos ver preservadas. Por onde passamos levamos conosco esta postura devoradora de paisagens e de meio ambientes naturais, essa “destruição criativa” ou “criação destrutiva” por meio da qual agimos no mundo. Assim foram construídas nossas cidades, e são cidades que levamos para serem construídas nos últimos refúgios naturais. Como nos lembra Souza (1997:4):

“A cidade é uma obra humana. Ela é um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidades precisas. A cidade é uma intencionalidade. Isto, portanto, quer dizer que a cidade é uma negação da natureza, daquilo que é físico.”

Isto quer dizer que o problema não está fora, está em nós, não está nas reservas de natureza que ainda sobrevivem, está no maior emblema de nossa civilização inscrito no solo: o meio urbano.

A humanização das cidades só será possível quando enxergarmos natureza e cultura, espaço e sociedade como sendo unos. Contudo, temos medo do que inventamos, então escamoteamos o sujeito e colocamos a culpa nas massas; criamos uma natureza artificial nos territórios e amaldiçoamos os objetos; aceleramos a velocidade do movimento do mundo e desconfiamos da técnica. Se o nosso princípio ético com a natureza e com os homens estivesse assegurado, não teríamos medo da nossa criação.

Mas se “vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar”, como afirma Augé (1994:38), o *olhar turista* talvez possa nos dar algumas pistas. Uma primeira orientação, que o próprio Augé sugere, é que “temos que reaprender a pensar o espaço”. Repensar o espaço significa compreender que estamos nele assim como ele está em nós, ambos fazendo parte de uma mesma lógica.

Essa necessidade de buscar novos meio ambientes, longe de nossas cidades, para ao final construirmos ali as mesmas cidades das quais fugimos nos leva, com prudência, a pensar em dois caminhos que poderiam arrancar de nós nosso medo de perda de paisagens e meio ambientes.

O primeiro é buscar na urbanização turística uma nova forma de urbanização. Não industrial, mas dos serviços e do consumo; não degradada, mas permeada por meio ambientes aprazíveis onde o ato de contemplar o mundo ao entorno não seja estigmatizado como ociosidade desprezível; onde o tempo livre possa ser incorporado ao território, nas práticas humanas e cotidianas, revelando novas e criativas formas de sociabilidade; onde o consumo estético de paisagens não consuma a nossa ética com a natureza; onde a cultura, apesar de não revelar mais aquela autenticidade homogênea de um grupo social coeso, possa representar o sincretismo, a hibridez que ainda não aprendemos a decodificar mas na qual já vamos nos envolvendo. Os lugares turísticos contemporâneos indicam novas formas de sociabilidades e de territorialidades, afinal,

“Même provisoires, même contrôlés, les déplacements du tourisme contribuent à changer nos rapports aux lieux, à changer nos territoires, et donc à changer nos vies. Dans le tourisme, les masses sont en mouvements: mouvements qui émancipent du lieu de la loi du travail industriel, mouvements qui produisent des territoires autres (...). Au moment où de nombreuses voix s’élèvent pour constater que les sociétés occidentales entrent dans une crise de leur valeur fondatrice: une crise du travail, comprendre le tourisme en ce qu’il déplace devient une exigence pour les sciences sociales. Car l’enjeu de la mutation actuelle de notre société industrielle est peut-être justement d’inventer, enfin, sous les pavés, la plage...” (Deprest, 1997:183).

Claro que nada disso terá valor se erguermos muralhas em volta destas paisagens e restringirmos a poucos o acesso. Não adianta reconstruir a forma-cidade-fortaleza e reproduzir a injustiça social no conteúdo urbano mais geral. A forma-paisagem não possui vida própria, ela reproduz a estrutura da sociedade (Santos, 1996).

Pensar a cidade no mundo contemporâneo nos leva a refletir sobre o individualismo narcisista, que constrói um mundo isolado com o poder do dinheiro, sobre a idéia de comunidade, que se fortalece em contraposição à sociedade abstrata do mundo globalizado, e sobre a lógica totalizadora dos projetos racionais, que

limitam no espaço formas e funções sociais. O lugar, no mundo contemporâneo, nos leva a refletir que:

“hoje, mais do que nunca (e isto é revelado pela cidade), temos necessariamente de nos confrontar com o problema da construção de uma racionalidade coletiva, um pacto novo de ampliação de valores, ideais, normas e critérios comuns aos indivíduos que pertençam a uma determinada comunidade” (Santos, 1997:3).

Se a crise urbana contemporânea é também, em parte, devida às atuais incertezas do conhecimento sobre a cidade, como afirma Souza (1997), precisamos ousar construir novas formas de interpretação da cidade. Pensar a urbanização e a conservação da natureza de forma associada, como nos estimula a urbanização turística, é um caminho que se nos apresenta. Partir do pressuposto que a cidade é sempre “um fracasso ecológico” é desconsiderar a história e a criatividade humana (Souza, 1997:6). A história das paisagens urbanas do ocidente não representa apenas perdas, crises e auto-destruição. Assim como Simon Schama, em sua *Paisagem e memória*, o objetivo desta análise não foi constatar o que perdemos, mas dar início a uma exploração do que ainda poderemos encontrar.

O paradoxo contemporâneo para pensar a sociedade e a natureza reside no fato do próprio desenvolvimento do consumismo ter propiciado, ao mesmo tempo, a expansão do turismo, a valorização estética das paisagens naturais, um movimento crítico sobre a degradação ambiental e um novo enfoque cultural sobre a natureza e sobre a cidade. Nesse sentido, o “ambientalismo” contemporâneo pressupõe um certo consumismo. Isto porque o consumismo é altamente reflexivo acerca dos lugares e ambientes, dos bens e serviços que são consumidos (Macnaghten & Urry, 1995:214).

Neste caso, a ideologia preservacionista não muda a sociedade. Ela apenas desloca formas e funções, orientando a auto-segregação da elite para construir uma geografia socialmente excludente. Fugir das cidades, ou das áreas degradadas

dentro da cidade, para ser a guardiã das áreas naturais, legitima as elites a construir enclaves - paisagens que só ampliam a injustiça social.

O segundo caminho a ser construído é o da humanização das cidades. Reconstruir o que está dentro. Como nos lembra De Massi, apenas 1/7 do tempo da vida de um indivíduo é ocupado com o trabalho. O resto é tempo livre. No entanto, nossas cidades, nas quais vivemos a maior parte do tempo, foram erguidas para vivermos no mundo do trabalho. É imprescindível que comecemos a dar mais atenção ao tempo livre. Mas se a maior parte da materialidade da cidade foi projetada, construída, esculpida para a funcionalidade do trabalho, como nos libertarmos desta camisa de força? Se espaço e sociedade são unos, é preciso por em movimento as duas estruturas.

Com a humanização de nossas cidades estancaríamos o fluxo frenético para as localidades turísticas e construiríamos aqui e agora o que vamos buscar alhures, no tempo livre.

Repensar o meio urbano, principalmente em um país como o Brasil, onde 80% de sua população vive em áreas urbanas, é enfrentar a difícil equação entre conservação da natureza e justiça social, considerando ambos como pressupostos do desenvolvimento. Por isto, não basta pensar na preservação da natureza somente temendo a morte das paisagens. Esta constatação fundamenta-se extritamente na materialidade das paisagens, quando a morte da paisagem tradicional prenuncia o nascimento de uma nova forma de representação do mundo, que ainda não aprendemos a nomear.

Mas a humanização das cidades, assumindo a “complexidade gerada pela coexistência de grupos, de culturas, de línguas, de religiões, de idades, de atividades” (Souza, 1997:8), nos mostrará mais respostas do que o enclausuramento de remanescentes naturais, e de grupos sociais economicamente privilegiados.

O verdadeiro exercício da sociabilidade, da cidadania e da territorialidade na cidade é que fará emergir um novo lugar no mundo.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- AB'SABER, Aziz (1986) "O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo" *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 21:7-18.
- AINER, P. et PLÜS, C. (1983) *La ruée vers le soleil: le tourisme à destination du tiers monde*, éditions L'Harmattan, Paris.
- AUGÉ, Marc (1994) *Não-Lugares – introdução a uma antropologia da supermodernidade*, editora Papirus, Campinas, S.P.
- BACHELARD, Gaston (1989, 1ª ed. 1957) *A poética do espaço*, Martins Fontes, São Paulo.
- BÉGUIN, François (1995) *Le paysage*, Dominos-Flammarion (Collection dirigée par Michel Serres et Nayla Farouki), France.
- BRANDÃO, C.R. (1982) *O que é folclore* (col. Primeiros Passos-60), ed. brasiliense, São Paulo.
- _____ (1985) (org.) "Participar - pesquisar" in, *Repensando a pesquisa participante*, ed. brasiliense, São Paulo.
- BOTTOMORE, T. e NISBET, R. (orgs.) (1980) *História da análise sociológica*, Edit. Zahar, Rio de Janeiro.
- BURKE, Peter (1991) *A Escola dos ANNALES* (1929-1989): a revolução francesa da historiografia, Edit. Unesp, São Paulo.
- BURTON, I. (1977) "A Revolução quantitativa e a geografia teórica", *Boletim de Geografia Teórica*, Vol.7 (13:63-84), Ageteo-Rio Claro, São Paulo.
- BUTLER, J.M. (1980) "The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources" in *Canadian Geographer*, XXIV, n. 1, pp.5-12.
- BUTTIMER, A. (1986) "O espaço social numa perspectiva interdisciplinar" in SANTOS, M. e SOUZA, M.A. (orgs.) *O Espaço Interdisciplinar*, edit. Nobel, São Paulo.
- CALDEIRA, Tereza P.do R. (1996) "A cidade fortificada", Folha de S.Paulo/Caderno Mais!, 22.09.96.
- _____ (1997) "Enclaves fortificados: a nova segregação urbana" in *Novos Estudos_CEBRAP*, março/47, pp.155-176, São Paulo.

- CARVALHO, Maria da C.de (1946) "O pescador do litoral leste do Estado de São Paulo" in *Boletim Geográfico*, I.B.G.E., 3(36)1543-1548, São Paulo.
- CASTELLS, M. (1983) *A questão urbana*, ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro (1ª ed.1977).
- COHEN, Erik (1972) "Towards a theory of international tourism" in *Social Research*, 39(1), 164-82.
- _____ (1974) "Who is a tourist?: a conceptual clarification" in *The Sociological Review*, Vol. 22, n. 04.
- CORRÊA, R.L. (1993) "Redes, fluxos e territórios: uma introdução" in: *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, AGB, Rio de Janeiro.
- _____ (1994) "Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual" in: *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos*, AGB, Curitiba-PR.
- CORBIN, Alan (1989) *O território do vazio - a praia e o imaginário ocidental* (Trad. Paulo Neves), Companhia das Letras – São Paulo.
- COSTA, Heloisa S. de M. (1992) "Questão ambiental, população e espaço urbano: em busca de um novo paradigma? ANAIS DA ABEP, Vol. III, pp.11-25.
- COSTA, Sérgio (1997) "Contextos da construção do espaço público no Brasil" in *Novos Estudos CEBRAP*, março/47, pp.179-192, São Paulo.
- CUNHA, Lucia H. de O. (1987) "Entre o mar e a terra - tempo e espaço da pesca em Barra da Lagoa", *Dissertação de Mestrado*, PUC/SP, Ciências Sociais.
- DALY, H.E. e COBB, U.B. Jr. (1989) *For the common good* redirecting the economy toward community, the environment and sustainable future, Boston, Beacon Press, Green Print.
- DAVIS, Mike (1993) *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*, Scritta Editorial, São Paulo.
- DEPREST, Florence (1997) *Enquête sur le tourisme de masse: l'écologie face au territoire*, Mappemonde, Éditions Belin, Paris
- DIEGUES, A.C.S. (1973) "Pesca e marginalização no litoral paulista", *Dissertação de Mestrado*, Dpto. de Ciências Sociais, FFLCH/USP, São Paulo.
- _____ (1983) *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar* (Col. Ensaios/94) Edit. Ática – São Paulo.

- DIEGUES, A.C.S. e CUNHA L.H. de O. (1989) "Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflito, o caso de Guaraqueçaba (Paraná)" Programa de Pesquisa e Conservação de áreas Úmidas no Brasil/USP - SP.
- DIEGUES, A.C.S. e NOGARA, P.J. (1994) *O nosso lugar virou parque – estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá, Parati-SP*, NUPAUB/CEMAR/USP, São Paulo.
- DURKHEIM, Émile (1989) *As formas elementares de vida religiosa* (o sistema totêmico na Austrália), Edições Paulinas, São Paulo.
- _____ () *Sociologia e filosofia*, edit. Forense-Universitária, R.J.
- _____ (1990) *As Regras do Método Sociológico*, Companhia Ed.Nacional, São Paulo (1ª ed. em 1895).
- EMBRATUR/IBAMA (1994) *Diretrizes para uma política nacional - ecoturismo*, Elaborado pelo Grupo Interministerial MICT/MMA, Brasília, D.F.
- EVANS-PRICHARD, E.E. (1978) *Os muer*, Ed.Perspectiva (Col.Debates).
- EVER, Shirley (ed.) (1992) *Beyond the green horizon: a discussion paper on principles for sustainable tourism*, Tourism Concern/WWF, Washington.
- FEATHERSTONE, Mike (1995) *Cultura de consumo e pós-modernismo*, Studio Nobel, São Paulo.
- FRANÇA, A. (1954) "A ilha de São Sebastião", *Boletim*, 178/Geografia No 10, FFLCH/USP, SP.
- FOUCAULT, M. (1980) "Questions on geography" in C.Gordon (org.) Power, Knowledge: Selected Interviews and Other Writings.
- _____ (1986) "Of other spaces", *Diacritics*, 16.
- FREMONT, A. (1981) "Ouvriers et ouvrières à Caen - le lieux de la vie" *Norois*, 2B(12): 615-627.
- GALLOPIN, Gilberto (1986) "Ecologia y ambiente" in Left, Enrique (cord.) *Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo*, México, Siglo Veintiuno Editores.
- GALTUNG, Johan (1979) *Development, environment and technology: towards a technology for self-reliance*, New York: United Nations (United Nations Conference on Trade and Development)

- GARNIER, Jean-Pierre (1994) "L'Ecologisme ou la fétichisation de l'espace-temps" in *Economies et Sociétés* (Série "Études de Marxologie"), n. 30-31, 6/7 (p.299-321).
- GUATTARI, Félix (1985) "Espaço e poder: a criação de territórios na cidade" in *Espaço e Debates*, Ano V, n. 16.
- GUATTARI, F. e HOLNIK, S. (1986) *Micropolítica* - cartografias do desejo, Ed.Vozes, Petrópolis.
- GUATTARI, F. (1994) "Práticas ecosóficas - restauração da cidade subjetiva" *Revista Tempo e Presença*, 116.
- HABERMAS, J. (1980) "Modernidade - um projeto inacabado" in *Um ponto cego no projeto moderno de J.Habermas* (Arquitetura e Dimensão Estética Depois das Vanguardas), Edit.Brasiliense.
- _____ (1981) "Arquitetura moderna e pós-moderna" in *Novos Estudos Cebrap* 1987, N. 18
- HAESBAERT, R. (1993) "O Processo de des-territorialização e a produção de redes, territórios e aglomerados", *Versão Preliminar*, Rio de Janeiro.
- HALL, Edward (1977) *A Dimensão oculta*, Livraria Francisco Alves ed.S.A.- RJ
- HANNIGAN, J. (1995) "The postmodern city: a new urbanization" in *Current Sociology*, vol. 43, n. 1, p. 152-217.
- HARVEY, D. (1992) *A condição pós-moderna*, Ed.Loyola, S.P.
- _____ (1985) "The geopolitics of capitalism" in Gregory and Urry (orgs.) *Social relations and spatial structures*, Londres, Macmillan, pp. 126-163.
- HOGAN, Daniel (1991) "Transformações nos padrões de ocupação humana no litoral norte paulista", IFCH-UNICAMP.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, T. (1980) "Conceito de iluminismo" in *Col. Os Pensadores*, (Textos Escolhidos) Ed.Abril Cultural (pp.98-124).
- INGERSOLL, Richard (1996) "Tres tesis sobre la ciudad" *Revista de Occidente*, n. 185, p.12-44.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1991) *Sinopse preliminar do Censo Demográfico*, Rio de Janeiro.
- _____ (IBGE) *Censos Demográficos*, 1980, 1991.

- _____ (IBGE) *Contagem*, 1996.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT) (1991) *Relatório* (28.975)
- JAMESON, F. (1984) "Post-modernism or the cultural logic of capitalism", *New Left Review*, n.146.
- KRIPPENDORF, Jost (1989) *Sociologia do turismo – para uma compreensão do lazer e das viagens*, Civilização Brasileira, R.J..
- KUHN, Thomas (1994) *A Estrutura das revoluções científicas*, Edit. Perspectiva.
- LACOSTE, Yves (1988) *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Ed. Papirus.
- LATOUR, Bruno (1997) *Jamais fomos modernos*, editora 34 (coleção TRANS), São Paulo.
- LATOUR, B., SCHWARTZ, C. e CHARVOLIN, F. (1998) "Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas" (pp. 91-125) in *Tecnociência e Cultura – ensaios sobre o tempo presente*, edit. Estação Liberdade, São Paulo.
- LEI DO CONDOMÍNIO E LEGISLAÇÃO CONEXA ATUALIZADA PARA 1988, *CONDOMÍNIO*, Gráfica Auriverde, Ltda, RJ.
- LEFEBVRE, H. (1974) *La production de l'Espace*, Paris, Anthropos.
- _____ (1976) "Reflections on the politecs of space" in *Antipode*, n.8.
- LÉVY, J. et al. (1992) *Le monde: espaces et systèmes*, Paris, FNSP/Daloz.
- LHOTE, C. (1982) "Trindade para os trindadeiros" *Dissertação de Mestrado*, Antropologia, Unicamp/IFCH, Campinas, S.P.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson (1997) "A construção social da cidade do prazer: urbanização turística, cultura e meio ambiente em Natal (RN)", *Tese de Doutorado*, IFCH/Unicamp, Campinas/SP.
- LOPEZ, Robert (1996) "Um novo apartheid: altas muralhas para cidades de ricos", traduzido do Le Monde Diplomatique por Carlos Roberto de Oliveira e publicado no *INFORMA/62/AGB*, S.P.
- LOUREIRO, V. R. (1985) *Os parceiros do mar* (Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia), CNPq/MPEG, Belém.

- LUCHIARI, M.T.D.P. (1985) "Segregação urbana: uma análise crítica" *Trabalho de Graduação*, UNESP/Depto. de Geografia, Rio Claro.
- _____ (1992) "Caiçaras, migrantes e turistas: a trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista (São Sebastião - Distrito de Maresias), *Dissertação de Mestrado*, IFCH - UNICAMP.
- _____ (1996) "A categoria espaço na teoria social", in: *Revista Temáticas*. Ano 4, no 7/1º sem., IFCH/Unicamp, Campinas-SP.
- _____ (1997) "Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo?" in *Viagens à Natureza: Turismo, Cultura e Ambiente*, Serrano & Bruhns (orgs.), Papirus Editora (Coleção Turismo), pp.59-84.
- _____ (org.) (1997) "Turismo e meio ambiente", *Textos Didáticos* (vol. I e II), n.31 (1), novembro, IFCH/Unicamp, Campinas.
- Mac CANNELL, D. (1973) "Staged authenticity: arrangements of social space in tourism settings" in *American Sociological Review*, 79:589-603.
- _____ (1976) *The tourist: a new theory of the leisure class*, Macmillan, London.
- MacNAGHTEN, P. and URRY, J. (1995) "Towards a sociology of nature" in *Sociology*, Vol. 29, n. 02, pp.203-220.
- MALDONADO, S. (1986) *Pescadores do mar*, Ed.Ática (série princípios), SP.
- MANDEL, E. (1963) "The dialectic of class and region in Belgium", *New Left Review*, 20.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (1986) *Caiçara*, terra e população (Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba), Ed.Paulinas e CEDHAL
- MASSEY, D. e JESS, P. (orgs.) (1995) *A place in the world? places, cultures and globalization*, The Open University, Oxford.
- MEDINA, Carlos Alberto de (1980) "Uma questão que nos interessa: o condomínio" in *Habitação em questão*, Zahar Edit., (série: Biblioteca de Ciências Sociais - Sociologia), Rio de Janeiro.
- MEGALE, J.F. (org.) e FERNANDES, F. (coord.) (1984) *Max. Sorre*, Col.Grandes Cientistas Sociais/Geografia, Edit. Ática.
- MOLINA, Sergio (1989) "Turismo y medio ambiente" in Nicolás (p.39-49)

- MONTES, José Maria, e LEFF, Enrique (1986) "Perspectiva ambiental del desarrollo del conocimiento", in LEFF E. (1986):22-44, Siglo Veintiuno Editores, México.
- MORAES, Antonio C.R. (1983) *Geografia, pequena história crítica*, Hucitec, S.P.
- MORAES, A.C.R. e FERNANDES, F. (orgs.) (1990) *Ratzel, Col. Grandes Cientistas Sociais (Geografia)*, Edit. Ática.
- MULLINS, Patrick (1991) "Tourism urbanization", *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 15, n. 03, p.326-342.
- MUSSOLINI, G. (1980) *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*, Ed.Paz e Terra, R.J.
- NICOLÁS, Daniel H. (org.) (1989) "La dimensión territorial de las actividades turísticas" (p.52-73) in *Teoría y Praxis del Espacio Turístico*, Universidad Autónoma Metropolitana - Xochimilco, México.
- NOFFS, Paulo da S. (1988) "Os caiçaras de Toque-Toque-Pequeno", *Dissertação de Mestrado*, FFLCH/Geografia/USP, SP.
- OLIVEIRA, Washington de (1977) *Ubatuba* (documentário), Edit.do Escritor - SP
- O'NEILL, Maria M.V.C. (1986) "Condomínios exclusivos: um estudo de caso" in *Revista Brasileira de Geografia*, 48(1):pp.63-81, jan./mar.
- ORTIZ, R. (1992) "Reflexões sobre a pós-modernidade - o exemplo da arquitetura", *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (ANPOCS), N.20, Ano 17.
- _____ (1997) "A viagem, o popular e o outro" in ORTIZ, R. *Um outro território – ensaios sobre a mundialização*, editora Olho d'água, S.P.
- PAPY, Louis (1957) "A margem do império do café - a fachada atlântica de São Paulo", *Boletim Geográfico*, N.º 137/Ano XV CN6/IBGE, RJ.
- PELLEGRINO, P. (1986) "Epistémologie de l'espace et sociologie des lieux" (Espace social, représentations des lieux et transformations contemporaines de l'espace) *Espaces et Sociétés*, Revue scientifique internationale, n.º 48-49, Prinat.
- PEREIRA LEITE, Maria Faggin (1998) "As tramas da segregação - privatização do espaço público" *Tese de Livre Docência*, FAU/USP, São Paulo.
- RAFFESTIN, Claude (1993) *Por uma geografia do poder*, edit. Ática, São Paulo.
- RODRIGUES, Adyr B. (1997) *Turismo e espaço – rumo a um conhecimento transdisciplinar*, edit. Hucitec, São Paulo.

- RODRIGUES, Arlete M. (1996) "A Produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental", in Yáziqi et all (orgs.) *Turismo, espaço, paisagem e cultura*, edit. Hucitec, São Paulo.
- RODRIGUES, José Albertino (org.) (1990) *Durkheim*, Coleção Grandes Cientistas Sociais (Sociologia), edit. Ática, São Paulo.
- ROGER, A. (1989) "Esthétique du paysage au siècle des lumières" in MARCEL, O. (org.) *Composer le paysage, construction et crise de l'espace*, Éd.Champ Vallon, Paris.
- _____ (1991) "Le paysage occidental: rétrospective et prospective" in *Le débat* (mai-juin), n. 65, pp,14-28.
- SEABRA, Odete C.de L. (1979) "A muralha que cerca o mar – uma modalidade de uso do solo urbano", *Dissertação de mestrado*, FFLCH/USP.
- SANTOS, Boaventura de S. (1991) "Uma cartografia simbólica das representações sociais, prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito", *Espaço e Debates*, n. 33:63-79.
- SANTOS, Milton (1980) *Por uma geografia nova*, Edit. Hucitec, São Paulo.
- _____ (1979) "Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método", in: *Espaço e Sociedade*, editora vozes, Petrópolis-RJ.
- _____ (1986) *Pensando o espaço do homem*, Edit. Hucitec, São Paulo.
- _____ (1988) *Metamorfoses do espaço habitado*, Edit.Hucitec, São Paulo.
- _____ (1988) "O espaço geográfico como categoria filosófica", in *O Espaço em questão*, A.G.B. - Terra Livre (5), Ed. Marco Zero, S.P.
- _____ (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*, editora Hucitec, São Paulo
- SCHIMIDT, C.B. (1958) "Lavoura caíçara", *Documentário da vida rural*, Ministério da Agricultura, (SIA), Rio de Janeiro.
- SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) (1990) "Análise Demográfica Regional - Litoral", SP.
- _____ (1992) "O novo retrato de São Paulo" (Avaliação dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991), São Paulo.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL,

- CONVÊNIO MMA/SMA (1996) *Macrozoneamento do Litoral Norte - Plano de Gerenciamento Costeiro*, Série Documentos, São Paulo.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1997) *Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo*, Documentos Ambientais, São Paulo.
- SERRANO, C.M.de T. e LUCHIARI, M.T.D.P. (1993) “Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas” in RODRIGUES, A.M.(org.) *Textos Didáticos* (Meio Ambiente: Ecos da Eco), N.8, IFCH/Unicamp, Campinas.
- SETTI, Kilsa (1985) *Ubatuba nos cantos das praias* (um estudo do caiçara paulista e de sua produção musical), Edit. Ática – São Paulo.
- SHIELDS, Robert (1991) “Autour des chutes du Niagara: spatialisation postmoderne?”, *Sociétés*, n. 33, p.311-320.
- SILVA, A.C. da (1975) *O Litoral norte do Estado de São Paulo*, Ed. da USP - São Paulo.
- SILVA, F.L.de M. (1995) “O risco geológico associado à ocupação de áreas de mineração no município de Ubatuba (SP)”, *Dissertação de Mestrado*, IG/Unicamp, Campinas-SP.
- SILVA, Telma D.da (1997) “O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva” in SERRANO e BRUNHS (orgs.) *Viagens à natureza – turismo, cultura e ambiente*, editora Papirus, Campinas, S.P..
- SIQUEIRA, P. (1980) *Genocídio dos caiçaras*, Ed.Expressão, São Paulo.
- SMITH, N. (1988) *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, editora bertrand brasil, Rio de Janeiro.
- SODRÉ, N. W. (1977) *Introdução à geografia* (Geografia e Ideologia), Ed.Vozes, Petrópolis.
- SOJA, E.W. (1993) *Geografias pós-modernas*, Jorge Zahar Ed., R.J.
- SONEIRO, J.C. (1991) “Aproximación a la geografia del turismo”, Madri, Ed.Síntesis, *Coleção Espacios y Sociedades*, Série Geral, nº 21.
- SOUZA, M.A.A. de (1997) *Cidade: lugar e geografia da existência*, conferência apresentada no 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador/BA.
- THOMPSON, E.P. (1981) *A miséria da teoria*, Zahar Ed., R.J.

- TULIK, O. (1995a) *Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no estado de São Paulo*, Tese de Livre Docente, ECA/USP, São Paulo.
- _____ (1995b) "Residências secundárias - as fontes estatísticas e a questão conceitual", *Turismo em Análise*, ECA/USP, Vol.6, n.2, p.26-34, São Paulo.
- URRY, J. (1990) "The consumption of tourism" in *Sociology* Vol.24/No 1 (p.23-35).
- _____ (1996) *O Olhar do turista - lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Studio Nobel/Sesc, São Paulo.
- YÁZIGI, Eduardo (1998) *Turismo uma esperança condicional*, editora Plêiade, São Paulo.
- Y-FU TUAN (1983) *Espaço e lugar*, Edit.Difel.
- WOOG, Manuel R. (1989) "El conocimiento científico del turismo: reflexiones y concideraciones generales" in Nicolás (p. 16-28).

ANEXOS

Unidade de Conservação Ambiental Existente a Nível Regional				
Áreas Protegidas	Proteção legal	Área total aproximada estabelecida (há)	Administração	Municípios afetados na área de estudo
Parque Nacional da Serra da Bocaina	Decretos Federais 68.172 (4/2/1971) e 70.694 (9/6/1972)	100.000	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Ubatuba
Parque Estadual da Serra do Mar	Decretos Estaduais 10.251 (30/8/1977) e 13.313 (6/3/1979)	315.000	Instituto Florestal - IF	Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Bertioga
Parque Estadual de Ilhabela	Decreto Estadual 9.414 (27/3/1977)	27.025	Instituto Florestal - IF	Ilhabela
Parque Estadual da Ilha Anchieta	Decreto Estadual 9.629 (29/3/1977)	828	Instituto Florestal - IF	Ubatuba
Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim	Decreto Federal 94.220 (14/4/1987)	920.66	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Ubatuba
Área Indígena do Rio Silveira	Decreto Federal 94.568 (8/7/1987)	948.40	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	São Sebastião e Bertioga
Estação Ecológica Tupinambás	Decreto Federal 94.656 (20/7/1987)	31.25	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela
Área sob Proteção Especial do Costão do Navio	Resolução Estadual da SMA (10/2/1987)	199.3	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo	São Sebastião
Área sob Proteção Especial do Costão de Boiçucanga	Resolução Estadual da SMA (11/2/1987)	192	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo	São Sebastião
Área sob Proteção Especial do Cebimar	Resolução Estadual da SMA (10/2/1987)	107	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo	São Sebastião
Área de Proteção Ambiental Municipal Santos-Continentes	Lei Complementar n. 54 (9/6/1992)		Prefeitura Municipal	Bertioga
Tombamento da Serra do Mar	Resolução Estadual 40 (6/6/85)	1.300.000	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT	Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela e Bertioga.
Tombamento do Núcleo Caiçara de Picinguaba	Resolução Estadual 7 (1/3/1983)	176.27	CONDEPHAAT	Ubatuba

Fonte – Secretaria do Meio Ambiente, 1996.

Síntese das Principais Características das Unidades de Conservação Ambiental e Demais Áreas Protegidas, no Litoral Norte Paulista					
Áreas Protegidas	Objetivos Básicos	Objetivos Específicos	Restrições	Usos Permitidos	Observações
Parque Nacional	- Proteger integralmente os atributos naturais - Propiciar a pesquisa científica, atividades culturais, educativas e recreativas	- Preservar a diversidade biológica e os ecossistemas naturais - Proteger espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção - Resguardar atributos excepcionais da natureza - Proteger valores biológicos, geomorfológicos ou cênicos	- Proibida qualquer atividade que direta ou indiretamente afete a fauna e a flora - Proibidas atividades de caça, pesca, desmatamentos, agricultura, pecuária, indústria, mineração, construção de barragens, hidrelétricas, controle de enchente, retificação de leitos, alteração de margens que modifiquem as condições hídricas naturais, aterros e escavações e todo o tipo de terraplanagem, adubação ou recuperação de solos - Vedado o abandono de lixo, detritos ou outros materiais - Vedada a introdução de espécies estranhas aos ecossistemas protegidos - Vedada a coleta de frutos, sementes, raízes e outros produtos, salvo para fins científicos e quando autorizada pela administração dos parques - Vedada a fixação de placas, sinais ou qualquer outra forma de comunicação visual que não se relacione com o programa interpretativo dos parques	- Visitação sob controle, condicionada a restrições específicas relativas às atividades culturais, recreativas e de educação ambiental - Realização de pesquisa científica - Obras de infra-estrutura somente de utilidade pública ou de interesse social, que não comprometa a integridade dos recursos naturais	- A implantação efetiva dos parques depende da elaboração e implantação de seu plano de manejo, de acordo com regulamentos dos parques nacionais e estaduais - Alguns parques possuem núcleos de desenvolvimento, onde se desenvolvem pesquisas para o estabelecimento do futuro plano de manejo - Os parques nacionais são administrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), os estaduais pelo Instituto Florestal (IF) da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) - Suas áreas não podem ser reduzidas, nem utilizadas para fins diferentes daqueles para os quais foram criados - Domínio: Público
Estação Ecológica	- Conservar a biodiversidade e os processos ecológicos - Propiciar estudos científicos	- Permitir estudos comparativos com áreas da mesma região ocupadas e modificadas pelo homem, a fim de se obter informações úteis ao planejamento regional e ao uso racional dos recursos naturais - Manter os ecossistemas em estado natural, com o mínimo indispensável de alteração	- Proibida a exploração de recursos naturais, salvo se utilizados para fins experimentais sem prejuízo à biota nativa	- Realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia e outras disciplinas, sem comprometer as espécies da fauna e da flora local - Visitação controlada para fins de educação conservacionista	- É administrada, a nível federal pelo IBAMA, e estadual pelo IF - Sua área não pode ser reduzida nem utilizada para fins diferentes daqueles para o qual foi criada - Domínio: Público

Fonte: Secretaria do meio Ambiente, 1996.

Áreas Protegidas	Objetivos Básicos	Objetivos Específicos	Restrições	Usos Permitidos	Observações
Área de Proteção Ambiental	- Conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais, orientando as várias atividades humanas a fim de que se desenvolvam de maneira compatível com as características ambientais - Proteção parcial dos recursos naturais - Uso direto racional dos recursos naturais	- Conciliar a conservação dos recursos naturais e a preservação da vida silvestre com o desenvolvimento de atividades humanas - Propiciar a melhoria da qualidade de vida da população - Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais	- Limitação ou proibição de: implantação e funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras que possam afetar mananciais de água - Realização de obras de terraplanagem e abertura de canais e outras obras que alterem as condições ecológicas locais. - Atividades que ameacem extinguir espécies raras da biota regional	- As atividades e usos desenvolvidos estão sujeitos a um disciplinamento específico, de modo a se compatibilizarem com o objetivo de cada APA - Atividades agrícolas e pecuária permitidas com controle de práticas para evitar a degradação do meio ambiente - O processo de urbanização deverá ser adequado aos parâmetros definidos no zoneamento ecológico-econômico da área	- As APA's deverão ter um zoneamento ecológico-econômico - Podem conter ecossistemas urbanos - As APA's deverão conter uma área mais restritiva, denominada Zona de Vida Silvestre, onde será regulado o uso dos sistemas naturais - As reservas ecológicas ou áreas de preservação permanente existentes no interior das APA's, constituirão as zonas de preservação da vida silvestre - As APA's federais são administradas pelo IBAMA, por vezes com o apoio da SMA e as estaduais pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA da SMA - Domínio: Público e/ou Privado
Área Sob Proteção Especial – ASPE	- Manter a integridade de ecossistemas locais ameaçados pela ocupação antrópica desorganizada		- Atividades de desmatamento - Drenagens inadequadas - Terraplanagens - Atividades que ameacem a integridade dos ecossistemas	- Promover atividades educativas preservacionistas do meio ambiente	- Domínio: Público
Terras Indígenas	- Preservar o ambiente necessário à reprodução física e cultural das populações indígenas	- Preservar os recursos ambientais necessários ao seu bem-estar - Preservar o acervo cultural indígena	- Proibida qualquer intervenção direta ou indireta nas áreas indígenas - Proibida a exploração dos recursos naturais de terceiros, nas terras indígenas - Evitar transferência de tecnologia impactante	- Atividades de subsistência desenvolvidas pelos indígenas	- Compete à União demarcar e proteger as áreas indígenas - Domínio: Exclusivo da União

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 1996.